UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO

NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

MARIA PRISCILLA KREITLON

O DISCURSO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL OU A LÓGICA E A RETÓRICA DA LEGITIMAÇÃO

UM OLHAR SOBRE O CAMPO DO PETRÓLEO

Salvador – Bahia

2008

MARIA PRISCILLA KREITLON

O DISCURSO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL
OU
A LÓGICA E A RETÓRICA DA LEGITIMAÇÃO

UM OLHAR SOBRE O CAMPO DO PETRÓLEO

Tese apresentada no Curso de Doutorado em Administração da Universidade Federal da Bahia como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Carlos R. S. Milani

Salvador – Bahia
2008

Escola de Administração - UFBA

K92 Kreitlon, Maria Priscilla
O discurso da responsabilidade social empresarial ou a lógica e a retórica da legitimação : um olhar sobre o campo do petróleo / Maria Priscilla Kreitlon. – 2008.
272 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Sanchez Milani.
Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração, 2008.

1. Responsabilidade social da empresa. 2. Indústria petrolífera. 3. Análise crítica do discurso. I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. II. Milani, Carlos Sanchez. III. Título.

658.408

TERMO DE APROVAÇÃO

MARIA PRISCILLA KREITLON

Tese apresentada no Curso de Doutorado em Administração da Universidade Federal da Bahia, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Administração.

Aprovada pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Carlos R. S. Milani (Orientador)
Universidade Federal da Bahia (UFBA) _____

Profa. Dra. Cristina Amélia Carvalho
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) _____

Prof. Dr. Edmar Luís Fagundes de Almeida
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) _____

Profa. Dra. Ruthy Nadia Laniado
Universidade Federal da Bahia (UFBA) _____

Profa. Dra. Paula Chies Schommer
Universidade Federal da Bahia (UFBA) _____

Salvador, fevereiro de 2008

Para Arthur, *in memoriam*.

Para Pietro, Ariella e Stefania, com esperança e alegria.

To Graham, without whom not.

AGRADECIMENTOS

São muitos os agradecimentos. E muito variados.

Formam um grande arco de apoio, que inclui pessoas e instituições, afetos e racionalidades, suportes específicos e solidariedades difusas.

Assim, iniciando pelas raízes mais profundas, sou grata à minha família, em especial a meu pai (*in memoriam*), a meus filhos e meu companheiro, por respectivamente me desafiarem pela exigência, me incentivarem com sua torcida entusiasmada, e me tolerarem nos momentos de desânimo muito e convivialidade pouca.

Agradeço ao Prof. Dr. Carlos Roberto Milani, orientador e amigo, mas acima de tudo modelo de intelectual crítico, em quem admiro a profunda coerência política pela qual pauta sua vida quotidiana, e de quem invejo a dedicação investigativa e a disciplina estudiosa. Não fosse ele um interlocutor tão estimulante, e um ser humano tão generoso, talvez este trabalho não tivesse visto a luz do dia.

Agradeço à UFBA, *alma mater* de parte significativa de meu percurso acadêmico, e especificamente aos professores do curso de doutorado da Escola de Administração, assim como aos seus funcionários - com especial carinho para Dacy e Anaélia.

Destaco aqui a confiança e a colaboração inestimáveis do Prof. Dr. Rogério Hermida Quintella, primeira pessoa a sugerir-me os desafios de um doutorado, e também quem primeiro me acompanhou no trecho inicial desta empreitada. Lembro ainda os Profs. Drs. Antônio José Gomes de Pinho, Tânia Fischer e Marcus Alban, em cujos cursos estabeleci contato com perspectivas que ampliaram e enriqueceram meus horizontes teóricos.

Aos meus colegas de trabalho ou de turma, particularmente Paula Chies Schommer, Vanessa Paternostro Mello, Sandro Cabral e Romílson Cabral, por terem compartilhado comigo esforços, alegrias, perdas e recomeços. Estão eles, assim como os amigos *hors* "torre-de-marfim" (cuja companhia nas horas de folga foi fundamental para que eu mantivesse a sanidade), para sempre guardados do lado esquerdo do meu peito.

Agradeço, com a humildade que se adquire aos poucos, a todos os alunos que participaram de meus cursos, tanto na universidade como em ambientes corporativos, por terem me ensinado a manter sempre viva a dúvida, a curiosidade e o desconforto em relação ao senso comum. Devo a eles muito do que aprendi.

Também a todas as pessoas que contribuíram para esta pesquisa concedendo-me entrevistas e facilitando o meu acesso a fontes, materiais e eventos que foram absolutamente cruciais para o resultado final. Nesse sentido, obrigada em especial ao Flávio Gueiros por haver me emprestado os relatórios da Petrobras.

E por fim, ao CNPq, pela concessão de uma bolsa que me possibilitou três anos e meio de dedicação exclusiva à pesquisa.

*"**Não entendo**. Isso é tão vasto que ultrapassa qualquer entender. Entender é sempre limitado. Mas não entender pode não ter fronteiras. Sinto que sou muito mais completa quando não entendo. Não entender, do modo como falo, é um dom. Não entender, mas não como um simples de espírito. O bom é ser inteligente e não entender. É uma benção estranha, como ter loucura sem ser doida. É um desinteresse manso, é uma doçura de burrice. Só que de vez em quando vem a inquietação: quero entender um pouco. Não demais: mas pelo menos entender que não entendo".*

Clarice Lispector

RESUMO

Como conseqüência das profundas transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas no Brasil e no mundo a partir dos anos 80, e intensificadas durante a década de 90, os papéis que competem às esferas pública, privada e às organizações da sociedade civil encontram-se em nítido processo de questionamento e de redefinição. Simultaneamente, é possível observar que em vários campos – particularmente nos movimentos sociais, nos meios de comunicação, nos ambientes corporativos e nos corredores acadêmicos - o discurso afirmando a tradicional visão da empresa como mera maximizadora de lucros vem sendo gradualmente substituído em favor de um modelo mais humano, democrático e preocupado com o longo prazo.

É curioso notar que os temas centrais desse discurso – ética, responsabilidade social, diálogo com as partes interessadas, governança, transparência e sustentabilidade – dizem respeito a aspectos que, tradicionalmente, fizeram parte das reivindicações da sociedade civil e das obrigações do Estado, mas que aparecem agora como sendo marcadamente de competência do setor privado.

Na pesquisa aqui apresentada, os discursos sobre responsabilidade social empresarial (RSE) são tomados como objeto heurístico a partir do qual é possível evidenciar de que maneira um determinado conjunto de princípios e valores, estreitamente vinculados ao projeto político neoliberal, são construídos, difundidos e assimilados na sociedade contemporânea.

Partindo da premissa de que, desde os anos 1970, as corporações transnacionais tornaram-se instituições paradigmáticas do mundo social, exploramos a lógica, a retórica e as estratégias de legitimação que as mesmas têm se empenhado em promover no seu espaço transnacional de atuação, um território globalizado e quase sem fronteiras.

Com esse intuito, analisamos a partir de um viés crítico a emergência, a luta por hegemonia, a recontextualização e a operacionalização dos discursos sobre RSE no campo social como um todo. Argumentamos que esses discursos possuem particular relevância nos dias de hoje, dada sua influência na definição e redefinição do que constituam interesses públicos e interesses privados, e na demarcação da fronteira que os separa. Por fim, tomamos como objeto empírico as manifestações concretas dos discursos sobre RSE num campo específico – o campo da indústria do petróleo – e discutimos como os mesmos contribuem para legitimar e consolidar uma distribuição de poder que dá novo vigor à ordem capitalista.

Palavras-chave: responsabilidade social empresarial; análise crítica do discurso; teoria dos campos; legitimidade; indústria do petróleo.

ABSTRACT

As a direct result of the deep political, economic and social changes which have been taking place in Brazil and in the rest of the world since the 1980s, and further intensified during the 1990s, the roles of public and private spheres, and of civil society's organizations, have been under question and reappraisal. Simultaneously, one can observe that in many fields – whether in social movements, the media, the corporate or the academic worlds – the traditional discourse expressing a vision of the corporation as an exclusively profit maximizing entity is being gradually replaced by one that is more humane and democratic and that is also concerned about the long term.

What seems remarkable is that the main themes of that discourse – ethics, social responsibility, stakeholder's dialogue, governance, transparency and sustainability – refer to aspects that were traditionally part of civil society's demands and the state's obligations, but which now appear to be fundamentally in the private sector's domain of competence.

In this research, I take corporate social responsibility (CSR) discourse as an heuristic object from which it is possible to show how a given set of principles and values, strongly linked to the neoliberal political project, is built, disseminated and assimilated in contemporary society.

Starting from the premise that, since the 1970s, transnational corporations have become the paradigmatic institutions of the social world, I explore the logic, the rhetoric and the legitimation strategies that they have been promoting in their transnational space of action, a territory that is globalized and almost borderless.

To this end, I take a critical point of view in order to analyze the emergence, the struggle for hegemony, the recontextualization and the operationalization of CSR discourse in the social field as a whole. I then argue that such discourse is particularly relevant today, given its influence in defining and redefining what constitutes public and private interests, and in setting the boundaries that separate them. Finally, I take the tangible manifestations of CSR discourse in a specific field – that of the oil industry – as an empirical object and I discuss how it contributes to legitimize and consolidate a distribution of power that adds new strenghth to the capitalist order.

Key words: corporate social responsibility; critical discourse analysis; fields theory; legitimacy; oil industry.

SIGLAS

AA1000	AccountAbility Standards Series
ABONG	Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais
ANP	Agência Nacional do Petróleo
ATTAC	Association pour la Taxation des Transactions pour l'Aide aux Citoyens
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BP	British Petroleum p.l.c.
BSR	Business for Social Responsibility
CEBDS	Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável
CFC	Clorofluorcarbono
CNPE	Conselho Nacional de Políticas Energéticas
COPPE	Instituto Alberto Luís Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia
CSR	Corporate social responsibility
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DFID	United Kingdom Department for International Development
ETCO	Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial
ETHOS	Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSM	Fórum Social Mundial
GRI	Global Reporting Initiative
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBP	Instituto Brasileiro do Petróleo e Gás
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEA	International Energy Agency
IFC	International Finance Corporation
IPCC	Intergovernmental Panel on Climate Change
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISO	International Organization for Standardization
NAFTA	North American Free Trade Agreement
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

OGM	Organismo geneticamente modificado
OHSAS 18001	Occupational Health and Safety Assessment Series
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMM	Organização Meteorológica Mundial
ONG	Organização não-governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSC	Organização da sociedade civil
PFL	Partido da Frente Liberal
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPP	Paridade do poder de compra
PPP (2)	Parceria público-privado
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
RSE	Responsabilidade social empresarial
SA8000	Social Accountability 8000
UE	União Européia
UNCTAD	United Nations Conference on Trade and Development
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNGC	United Nations Global Compact
UNIDO	United Nations Industrial Development Organization
UNICEF	United Nations Children's Fund
UNRISD	United Nations Research Institute for Social Development
WBCSD	World Business Council for Sustainable Development
WWF	World Wildlife Fund

LISTA DE FIGURAS

Página

Figura 1: Representação do espaço social segundo a teoria dos campos de Bourdieu, com destaque para os dois campos enfocados nesta pesquisa 9

Figura 2: O *crash* da elite econômica nos anos 1970: fatia da riqueza total detida pelo 1% mais rico da população nos Estados Unidos, 1922-1998 35

Figura 3: A crise econômica dos anos 70: inflação e desemprego nos Estados Unidos e na Europa, 1960-1987 36

Figura 4: A restauração do poder de classe: fatia da renda nacional detida pelo 0.1% superior da população - EUA, Grã-Bretanha e França, 1913-1998 37

Figura 5: O ataque ao trabalho: salários reais e produtividade nos Estados Unidos, 1960-2000 38

Figura 6: Pagamento dos *CEO*s em várias posições na escala de remuneração (em relação ao salário médio de todos os assalariados) 55

Figura 7: Concepção tridimensional do discurso 62

Figura 8: Visão ecocêntrica do desenvolvimento 63

Figura 9: Visão antropocêntrica do desenvolvimento 64

Figura 10: *Microsite* da Chevron na Internet 72

Figura 11: Possível distribuição dos dois tipos de capital (econômico e simbólico) no campo do petróleo – 2007 81

Figura 12: Ética nos negócios: níveis de análise e tipos de abordagem 90

Figura 13: Ações indicativas de responsabilidade social de uma grande empresa – Brasil e mundo – 2005 142

Figura 14: Punição de empresas tidas como irresponsáveis – 2005 - no mundo (em % da população) 155

Figura 15: Punição de empresas tidas como irresponsáveis – Brasil - evolução (%) 156

Figura 16: Reservas provadas de petróleo, segundo regiões geográficas, em 31/12/2005 (bilhões barris) 163

Figura 17: Reservas provadas de gás natural, segundo regiões geográficas, em 31/12/2005 (trilhões m^3) 164

Figura 18: Evolução das emissões globais de CO_2, por região – 1974 a 2004 (milhões de toneladas de CO_2) 165

Figura 19: Evolução dos preços médios anuais no mercado *spot* dos petróleos dos tipos Brent e West Texas Intermediate (WTI) - 1997-2006 169

Figura 20: Produção de petróleo, segundo regiões geográficas – 2005 (milhões barris/dia) 174

Figura 21: Evolução da dependência externa de petróleo e seus derivados – Brasil 1996 – 2005 175

Figura 22: Produção de gás natural, segundo regiões geográficas – 2005 (bilhões m^3) 176

Figura 23: Bacias sedimentares brasileiras 179

Figura 24: Logotipos da Petrobras (para o mercado interno e o mercado externo) 184

Figura 25: Distribuição percentual das reservas provadas de petróleo, segundo Unidades da Federação, em 31/12/2005 186

Figura 26: Distribuição percentual das reservas provadas de gás, segundo Unidades da Federação, em 31/12/2005 186

Figura 27: Taxa de desemprego, segundo Unidades da Federação - 2006 187

Figura 28: Capa do Relatório Anual da Shell em 1998 191

Figura 29: Logomarcas da BP – em 1989 e em 2000 193

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Comparação dos faturamentos anuais de empresas com o PIB de alguns países (em milhões de US$ dólares) - Dados relativos a 2002 54

Tabela 2: Consumo mundial de petróleo, por região e por país – 2006 161

Tabela 3: Maiores empresas petrolíferas globais (por faturamento) – 2006 189

Tabela 4: Conceitos enfatizados, omitidos ou atenuados em relatórios socioambientais da Petrobras – 2001, 2005 e 2006 217

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: A injustiça social brasileira 22

Quadro 2: A empresa privada como novo bastião da ética 28

Quadro 3: Lucros S/A, ou a máquina geradora de externalidades negativas 50

Quadro 4: Instrumentos de gestão da responsabilidade social empresarial 95

Quadro 5: Estágios da responsabilidade social empresarial 98

Quadro 6: Eventos importantes para a evolução do discurso sobre RSE (1948 a 2006) 112

Quadro 7: O argumento moral utilitarista, ou a ética como fonte de lucro 119

Quadro 8: A classe patronal exibe suas insígnias de RSE 146

Quadro 9: Cronologia da OPEP 167

Quadro 10: Tipologia das companhias petrolíferas 172

Quadro 11: Concessionários ativos no Brasil (exploração, desenvolvimento e produção) – 2007 180

Quadro 12: *Ethical Ranking* elaborado pela Covalence – 2007 196

ANEXOS

Página

Tabela 5: Reservas provadas de petróleo, segundo regiões geográficas, países e blocos econômicos - 1996-2005 250

Tabela 6: Reservas provadas de gás natural, segundo regiões geográficas, países e blocos econômicos - 1996-2005 251

Tabela 7: Produção de petróleo, segundo regiões geográficas, países e blocos econômicos - 1996-2005 252

Tabela 8: Produção de gás natural, segundo regiões geográficas, países e blocos econômicos - 1996-2005 253

Tabela 9: Reservas provadas de petróleo, por localização (terra e mar), segundo Unidades da Federação - 1996-2005 254

Tabela 10: Reservas provadas de gás natural, por localização (terra e mar), segundo Unidades da Federação - 1996-2005 255

Tabela 11: Produção de petróleo, por localização (terra e mar), segundo Unidades da Federação - 1996-2005 256

Tabela 12: Produção de gás natural, por localização (terra e mar), segundo Unidades da Federação - 1996-2005 257

SUMÁRIO

Página

1. EMPRESAS RESPONSÁVEIS: UMA ABORDAGEM CRÍTICA 1

1.1. Introdução 2

1.2. Problema de pesquisa 6

1.3. Justificativa para a escolha do objeto empírico 9

1.4. Estrutura da tese 16

2. ATORES E PODERES NA ORDEM GLOBAL CONTEMPORÂNEA 21

2.1. O mundo em que vivemos: retrato em *chiaroscuro* 21

2.2. Reconfigurações da política e da economia na globalização neoliberal 29

2.3. As empresas no cenário contemporâneo: um poder contestado 44

3. ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO E TEORIA DOS CAMPOS: COMPREENDENDO A LÓGICA E A RETÓRICA DA LEGITIMAÇÃO 57

3.1. Propriedades e funções sociais do discurso: referenciais teóricos 58

3.2. A teoria dos campos de Bourdieu 75

4. ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS: CONSTRUÇÃO DO DISCURSO, NASCIMENTO DO CAMPO 86

4.1. Ética empresarial: a construção de um campo científico 86

4.1.1. Níveis de análise e tipos de abordagem da ética nos negócios 88

4.1.2. A teoria das partes interessadas (ou teoria dos stakeholders) 91

4.2. Produtos materiais do discurso sobre a "empresa socialmente responsável" 93

4.2.1. Códigos, normas e acordos de natureza voluntária 94

4.2.2. Produção acadêmica 96

4.2.3. Políticas públicas de fomento à RSE 97

4.3. Perspectivas teóricas sobre a RSE 103

4.4. A RSE em retrospectiva histórica: evolução do conceito 105

4.5. Principais visões do *mainstream* acadêmico acerca da RSE 114

4.5.1. A abordagem normativa 115

4.5.2. A abordagem contratual 116

4.5.3. A abordagem estratégica 118

5. A RSE COMO FORMA DE REGULAÇÃO: GOVERNANÇA COMPARTILHADA OU PRIVATIZAÇÃO DO INTERESSE PÚBLICO ? 124

5.1. Bem comum, interesse público e formas de regulação 124

5.2. Neoliberalismo, governança e o discurso da responsabilidade 128

5.3. Visões da RSE entre os atores da governança global 133

5.4. A RSE como instância de regulação flexível 143

5.5. Os críticos e os céticos em relação à RSE 150

5.6. Limites e contradições da RSE como forma de regulação flexível 153

6. O DISCURSO DA RSE NO CAMPO DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO 159

6.1. Breve visão panorâmica da indústria do petróleo 159

6.1.1. A cadeia do petróleo 169

6.1.2. A indústria do petróleo no Brasil: aspectos gerais 176

6.2. A RSE no campo da indústria do petróleo 188

6.2.1. O discurso da RSE na Petrobras:1997 - 2006 198

7. CONCLUSÃO 219

8. REFERÊNCIAS 226

9. ANEXOS 249

CAPÍTULO PRIMEIRO

EMPRESAS RESPONSÁVEIS: UMA ABORDAGEM CRÍTICA

Dentre os muitos fenômenos que caracterizam a sociedade capitalista avançada, nos dias que correm, salienta-se o curioso fato de que quase todas as grandes empresas se auto-intitulam "socialmente responsáveis". Entretanto, a natureza da responsabilidade que exercem parece colocar bem poucos desafios ao sistema político e econômico em vigor. No Brasil, contentam-se no mais das vezes em patrocinar atividades filantrópicas (rebatizadas aqui de "investimento social privado") dirigidas a populações carentes e com razoável potencial midiático (crianças, adolescentes, locais sabidamente problemáticos, como a Favela da Maré, ou comunidades remotas, esquecidas pelo Estado mas presentes no entorno da empresa, como colônias de pescadores, grupos indígenas ou aldeias ribeirinhas), ou em enfrentar os graves problemas ambientais da atualidade por meio de mecanismos e programas que raramente são substantivos o suficiente para revertê-los ou neutralizá-los.

Como conseqüência direta dessa nova e inusitada vocação humanística do grande capital, a responsabilidade social das empresas (RSE) deixou há muito de ser um tema marginalizado dentro da pesquisa convencional em Administração, fornecendo hoje material suficiente para preencher com regularidade periódicos de classe A, uma infinidade de livros e capítulos de livros, além de ter-se tornado um eixo em torno do qual gravitam congressos, cursos e conferências acadêmicas[1].

Acreditamos, porém, que sendo a RSE uma área de estudos relativamente nova, carece ainda de maiores elaborações conceituais, principalmente de abordagens críticas que interroguem e desafiem os saberes teóricos e práticos predominantes no campo disciplinar onde viceja. Via de regra, tais saberes são tingidos por um profundo viés gerencialista, devotado à melhoria "científica" do funcionamento organizacional, e questões relativas à eficiência e eficácia são consideradas centrais. Os gestores costumam ser aí apresentados como portadores de racionalidade e iniciativa (como em muitas das formulações sobre gestão estratégica e cultura organizacional), ao passo que os outros agentes – empregados, clientes, cidadãos – são vistos como meros objetos ou instrumentos da ação gerencial (ALVESSON e WILLMOTT, 2003).

Caminhando em direção contrária a esse paradigma, a perspectiva crítica insiste na natureza política de tudo o que é aparentemente neutro ou tecnológico, e ressalta as relações de poder e

[1] Vide, a esse respeito, o item 4.2.2 no Capítulo 4 deste trabalho.

dominação subjacentes à maioria dos discursos e práticas sociais, mormente no campo da Administração. A tomada de uma perspectiva crítica sobre a RSE, por exemplo, implica não apenas considerar o tema de maneira abrangente, dialética e sistêmica, indo além dos muros da organização e de suas ditas "partes interessadas", localizando-o no contexto mais amplo dos arranjos institucionais que modelam, possibilitam e constrangem a ação empresarial, mas sobretudo analisá-lo politicamente – isto é, recuperando e tornando explícito o conteúdo político e ideológico que lhe dá tanto origem como suporte. Concebida na tradição do pensamento crítico, esta pesquisa pretende examinar a construção histórica, os produtos materiais e os pressupostos lógicos embutidos nos discursos sobre a responsabilidade social das empresas, e discutir a possível relevância desses discursos para solucionar, ou não, os dilemas que eles mesmos apontam.

1.1. Introdução

Como conseqüência das profundas transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas no Brasil e no mundo a partir dos anos 80, e intensificadas durante a década de 90, os papéis que competem às esferas pública, privada e às organizações da sociedade civil encontram-se em nítido processo de questionamento e de redefinição. Os fatores responsáveis por essas mudanças estão associados, fundamentalmente, à globalização econômica e financeira de caráter neoliberal atualmente em curso; à reorientação do papel do Estado; ao agravamento das desigualdades na distribuição de renda e poder, tanto entre países como no interior dos mesmos; à urgência assumida pelos problemas relativos ao meio ambiente; à maior democratização no acesso à educação e à informação; e, por fim, às novas preocupações, expectativas e demandas sociais que, inevitavelmente, acompanham tais fenômenos.

No caso específico das organizações empresariais, têm crescido as reivindicações por parte de diversos segmentos da sociedade para que as mesmas produzam resultados positivos e verificáveis em três frentes: não apenas na econômica, foco tradicional e inescapável dos esforços produtivos e gerenciais, mas ainda nas frentes ambiental e social, tendo em vista que aí também as companhias podem agregar ou destruir valor em virtude do impacto causado por suas atividades (ELKINGTON, 1997). Observa-se uma exigência cada vez maior, por exemplo, de que elas engajem-se ativamente em questões como pobreza e desenvolvimento, combate à corrupção, direitos humanos, consumo consciente, produção limpa e preservação dos recursos naturais, dentre tantas outras.

Evidentemente, nada disso ocorreu por acaso: desde meados do século XX, as grandes corporações vieram adquirindo um papel e um nível de influência cada vez maiores (KORTEN, 1995; IANNI, 1997; CASTELLS, 1999). Tal influência vai muito além da simples organização da produção e do trabalho, e tampouco limita-se a aspectos econômicos, mas faz-se sentir crescentemente em âmbitos antes reservados a outras instituições da sociedade. Nas últimas décadas, as grandes empresas não só tiveram que adaptar-se às novas condições de imprevisibilidade resultantes das rápidas mudanças econômicas e tecnológicas, mas também, ao fazê-lo, muitos dos princípios e métodos que adotaram converteram-se em modelos para outras instâncias do social. Destarte, existem não só práticas, mas também valores que são estimulados ou desencorajados pelo mundo dos negócios e que acabam impregnando, ou mesmo orientando, outros aspectos da vida que costumavam ter pouca relação com ele (LÓPEZ-RUIZ, 2004).

Nesse sentido, é possível afirmar que, tal como a Igreja ou o Estado-nação em outros tempos, a corporação tornou-se hoje uma instituição paradigmática do mundo social. Uma das razões para isso é que, dados seus objetivos econômicos e suas necessidades de expansão do mercado rumo a escalas cada vez maiores, ela tornou-se a principal artífice da sociedade global contemporânea. Interessa diretamente a essas grandes empresas a superação das barreiras comerciais voltadas para a proteção das economias nacionais, e por isso trabalham pela construção de um "mundo plano", sem fronteiras – pelo menos no que toca à livre circulação de bens e capitais (BAKAN, 2004; LÓPEZ-RUIZ, 2004).

Por outro lado, a ambivalência do público em relação a esse poder tentacular tem se tornado praticamente palpável. Saber se as firmas agem apenas como máquinas impiedosas e "psicopatas"[2], em busca da realização de lucros a qualquer custo, ou se constituem os motores indispensáveis para uma geração de riquezas graças à qual é possível alimentar, vestir, curar e dar emprego à população mundial, é algo que suscita intermináveis debates.

O fato é que no curto espaço de 30 e poucos anos parece vir se consolidando um amplo entendimento no sentido de que, enquanto ator social excepcionalmente poderoso e influente, a empresa deve não apenas auto-disciplinar-se, mas colocar-se formalmente a serviço do bem comum, de modo a remediar as falhas de funcionamento do mercado e um suposto encolhimento do Estado. O bordão neoliberal contemporâneo, segundo o qual as estruturas burocráticas governamentais primam pela lentidão, rigidez e ineficiência, dá a entender que

[2] Tal é a tese em torno da qual estrutura-se o livro de Joel Bakan, *The corporation: the pathological pursuit of profit and power* (2003), o qual deu origem ao documentário de mesmo nome.

devem ser transferidas para a iniciativa privada um sem-número de responsabilidades que têm tradicionalmente competido à esfera pública, ao mesmo tempo em que insinua uma saudável opção por um Estado-mínimo ágil e competente. Entretanto, o que tem demonstravelmente encolhido no mundo capitalista durante esse mesmo período, como veremos mais adiante, são apenas as garantias e direitos sociais dos cidadãos, graças a uma reorientação das prioridades do investimento e do gasto público[3].

Por isso mesmo, sob uma perspectiva crítica, o discurso da responsabilidade social empresarial, tal como encampado pelas grandes companhias e estimulado por algumas das mais salientes instituições estrangeiras e nacionais, tem sido acusado de escamotear ou negar a gravidade dos problemas associados à atual organização do sistema capitalista mundial, e de contribuir para a progressiva legitimação e consolidação do neoliberalismo, uma vez que advoga o afrouxamento das instâncias regulatórias estatais e a apropriação de diversas questões de interesse público pela iniciativa privada (JONES, 1996; DOANE, 2002; PAOLI, 2002).

O processo de institucionalização da RSE manifesta-se hoje, em primeiro lugar, no número cada vez maior de empresas que buscam apresentar-se como socialmente responsáveis: seja através de ações sociais de caráter meramente assistencialista, totalmente desvinculadas de suas atividades-fim, seja empenhando-se em adotar uma gestão propriamente estratégica da RSE, atenta ao relacionamento com as partes interessadas e ao cumprimento de normas e padrões de responsabilidade social reconhecidos internacionalmente. Porém, seja qual for o modelo escolhido, todas elas lapidam com cuidado o discurso através do qual propalam suas

---

[3] A esse respeito, o seguinte trecho de Márcio Pochmann é bastante elucidativo:
"Somente em 2001, por exemplo, o diferencial entre a arrecadação social e a despesa social do governo federal foi de 2,9% do PIB, o que equivaleria, nos dias de hoje - conforme valores atualizados do Produto Interno Bruto para o ano de 2004 - a 5,2 bilhões de reais. (...) O que se pode perceber no Brasil, mais uma vez, é a desproporção do rabo das finanças sociais tendo que balançar o elefante no caso do gasto público, uma vez que a principal responsabilidade pela geração do superávit fiscal por parte do governo federal se deve à economia de recursos provenientes da área social. O Brasil, nesse sentido, segue na contramão, impondo à receita social a função de financiar parcela do pagamento das despesas financeiras.
Não fosse o país detentor de uma enorme dívida social estimada em 7,2 trilhões (...), poderia até não causar tanto espanto o fato de as finanças sociais atenderem o pagamento de juros e encargos financeiros. Diante de uma dívida social para com o seu povo superior em quase 10 vezes o tamanho atual do endividamento financeiro do Estado, que serve a não mais de 20 mil clãs de famílias muito ricas no Brasil, parece não haver alternativa que não passe pela inversão das prioridades governamentais. Do contrário, tende a permanecer ativo o ciclo da financeirização da riqueza, impondo penalidades crescentes ao conjunto da população que depende do seu próprio trabalho para sobreviver."(POCHMANN, 2005)

promessas e realizações, de modo a sintonizá-lo adequadamente às expectativas ou pressões presentes no ambiente em que operam.

Enquanto isso, ou precisamente por causa disso, a indústria de produção, difusão e consumo da RSE tornou-se ela mesma um negócio milionário, envolvendo organizações e *think tanks* dos mais variados matizes ideológicos, grupos elaboradores de normas e certificações, empresas de consultoria, editoras, programas universitários, congressos, eventos e premiações. Vem-se disseminando, assim, uma grande quantidade de significados, práticas e instrumentos compartilhados de RSE, que não parecem, contudo, encontrar-se sedimentados, dependendo ainda, por um lado, de um contínuo trabalho de teorização e convencimento por parte daqueles a quem este processo interessa, e, por outro lado, da absorção e incorporação, em alguma medida, das críticas e exigências veiculadas por organizações da sociedade civil e por movimentos populares.

Dentre os principais interessados em controlar o modo como se dá a institucionalização do fenômeno - e, por conseguinte, os discursos que versam sobre ele - estão as grandes corporações transnacionais[4], assim como os organismos divulgadores da ideologia neoliberal que as apóiam aberta ou obliquamente[5], visto que a maneira como apresentam a RSE está estreitamente vinculada à promoção do projeto globalizante capitalista, à comodificação do meio ambiente e do trabalho, à redução do Estado a um papel subalterno na provisão de bens econômicos e sociais, e à permanente necessidade de auto-legitimação que daí decorre[6].

---

[4] Embora exista uma tendência a utilizar quase indistintamente os termos *'multinacional'* ou *'transnacional'* , para os fins deste estudo daremos preferência ao segundo, por considerarmos que traduz mais acuradamente o processo de *desnacionalização* em curso, no qual as empresas redefinem seus objetivos e formas de operação com vistas a atuar no contexto de uma sociedade entendida agora em escala planetária.

[5] Organismos internacionais vinculados às Nações Unidas (tais como PNUD, UNIDO, etc); Banco Mundial; Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE; Organização Mundial do Comércio - OMC; Fundo Monetário Internacional - FMI; Comissão Européia; também as associações comerciais, conselhos e comitês patronais, vários institutos de pesquisa e as fundações empresariais.

[6] Conferir, a título de exemplo, a vastíssima quantidade de publicações produzida por instituições desse tipo, de que a lista a seguir não constitui senão um referencial inicial básico: INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL – ETHOS, 1999 a 2007; WORLD BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT - WBCSD, 1999; 2000; COMISSÃO EUROPÉIA, 2001; WORLD BANK, 2002; 2003a; BUSINESS FOR SOCIAL RESPONSIBILITY – BSR, 2003; ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - OCDE, 2000; INTERNATIONAL STANDARDS ORGANIZATION – ISO, 2004; GLOBAL REPORTING INITIATIVE – GRI, 2000/2006; UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT, 2007).

Paralelamente, numerosos setores da sociedade civil organizada lutam para fazer valer suas visões (de maneira alguma homogêneas) sobre o que sejam empresas efetivamente responsáveis sob o ponto de vista socioambiental, julgando bastante insatisfatórios os resultados até agora alcançados através das iniciativas voluntárias de auto-regulamentação das mesmas. Afinal, as oficinas, plantações e ateliês ao redor do mundo que empregam trabalho análogo ao escravo continuam a produzir copiosamente produtos de baixo custo para consumidores afluentes; os grandes bancos e construtoras continuam a financiar e erguer mega-projetos de infra-estrutura que desestabilizam o meio ambiente e destróem comunidades inteiras; os produtores nos países em desenvolvimento continuam a sofrer com preços e condições de pagamento que não lhes permitem viver com dignidade; e, segundo a Organização Internacional do Trabalho – OIT, não só 246 milhões de crianças no mundo inteiro trabalham ilegalmente, como também a situação de muitas delas vem se deteriorando com rapidez (CORPORATE WATCH, 2006).

É bem verdade que um número reduzido de empresas tem demonstrado, aqui e ali, a capacidade do setor privado de envolver-se positivamente em questões desse tipo e de fazer alguma diferença concreta na vida das pessoas sob seu raio de influência. Mas a vasta maioria das companhias continua na trilha dos "negócios como de costume". Por exemplo: a maioria dos varejistas ainda não exige, ou garante, que a madeira utilizada nos produtos vendidos por eles seja proveniente de florestas sob manejo sustentável; as indústrias alimentícias comercializam produtos contendo substâncias nocivas ao organismo humano sem alertar os consumidores para esse fato, ou para os possíveis riscos daí decorrentes; as condições de saúde e de segurança na agricultura, nos setores extrativista e têxtil, só para citar alguns, são assustadoramente precárias, etc. Casos como esses, e outros, demonstram que o puro voluntarismo não tem como causar a transformação necessária das práticas de negócios, e que algum tipo de ação mandatória é preciso (DOANE, 2002).

1.2. Problema de pesquisa

Partindo dessas constatações, esta pesquisa tem como objetivo principal estudar o fenômeno da RSE no macrocontexto dentro do qual ele se insere, qual seja, o da luta sociopolítica e discursiva que se trava em torno da agenda capitalista neoliberal. Como objetivo secundário, e de caráter ilustrativo, pretendemos analisar os contornos assumidos por essa luta dentro de um domínio social específico, qual seja, o campo da indústria do petróleo e gás, dedicando ênfase especial a alguns dos discursos sobre RSE produzidos pela Petrobras durante o período

compreendido entre 1997 e 2006. O campo do petróleo é aqui utilizado, portanto, como objeto empírico de argumentação.

Para tanto, optamos por utilizar dois marcos teóricos centrais, em torno dos quais será tecido este trabalho. Em primeiro lugar, usaremos o paradigma analítico da **Análise Crítica do Discurso** (ACD). A ACD tem suas origens na linguística crítica, um ramo de análise do discurso que vai além das descrições linguísticas ou semânticas e tenta explicar *como* e *por que* determinados discursos são produzidos. O termo foi usado pela primeira vez por Fowler, Kress e Hodge (1979), ao ressaltarem que os discursos não apenas refletem os processos e estruturas sociais, mas afirmam, consolidam e assim reproduzem as estruturas em vigor. É a partir dessa perspectiva que a ACD articula uma visão do discurso como um processo que é ao mesmo tempo *socialmente constituído* e *socialmente constitutivo*, e que se desenrola sobre o pano de fundo das forças políticas, econômicas e socioculturais de um dado momento histórico (FAIRCLOUGH, 2001).

Em segundo lugar, tanto a RSE como a indústria do petróleo e gás serão aqui consideradas enquanto **campos**, na acepção da teoria desenvolvida por Bourdieu. Em termos analíticos, os campos podem ser definidos como uma rede (ou configuração) de relações objetivas entre posições, rede no interior da qual uma competição permanente tem lugar, isto é: uma luta pela dominação onde o que está em disputa são os monopólios da *autoridade* (poder social ou capacidade técnica) e da *competência* (capacidade de falar e agir legitimamente), atributos esses que são socialmente outorgados. Dito diferentemente, os campos podem ser compreendidos como um *"sistema de relações objetivas adquiridas em lutas anteriores"* (BOURDIEU, 2003).

Como é natural, no interior de qualquer campo coexistem os mais diversos grupos de atores - individuais e coletivos, agentes ou instituições - cujos interesses e disposições (isto é, as escolhas que estão inclinados a realizar) refletem não apenas sua posição dominante ou dominada no campo, mas também sua maior aproximação ou distanciamento do discurso que é hegemônico nesse espaço. As estratégias discursivas desses atores – seja de controle, aquiescência, manipulação ou resistência - tendem a ser determinadas pela posição que aí ocupam. Desse modo, é possível supor que:

- a *construção* da RSE enquanto campo reflete a situação desigual de poder existente entre os atores em luta no interior do mesmo, e portanto irá traduzir-se em práticas discursivas nitidamente diferenciadas;

- da mesma forma, a *apropriação* do discurso sobre RSE por atores de um outro campo específico (seja a indústria de petróleo e gás) provavelmente também trará as marcas dos interesses, das possibilidades e limitações inerentes às posições que esses atores ocupam.

Expressa sumariamente, nossa pesquisa visa responder à seguinte pergunta: **que motivos levam os agentes dominantes no campo econômico a adotar discursos de RSE, e de que maneira tais discursos constroem, disseminam, legitimam e fortalecem a ideologia capitalista neoliberal?**

Algumas hipóteses subjazem e orientam, naturalmente, essa indagação, a saber:

a) Os discursos e práticas de RSE constituem *estratégias de hegemonia*[7] por parte dos agentes dominantes, as quais servem para aprofundar e confirmar os pressupostos básicos do capitalismo globalizante neoliberal;

b) Esses discursos e práticas funcionam também como *capital simbólico*[8], capaz de favorecer a acumulação de capital político e econômico no interior de certos campos específicos (como, por exemplo, o campo do petróleo e gás);

c) No caso do campo do petróleo e gás, a estratégia dos atores dominantes também é motivada: 1) pela natureza polêmica da indústria; 2) pelo projeto globalizante das grandes empresas que atuam no setor; e 3) pela necessidade de fazer face ao protagonismo crítico assumido por diversos setores da sociedade civil organizada.

A Figura 1, na página seguinte, ilustra de forma simplificada a configuração do espaço social segundo a teoria dos campos, de Bourdieu. Como se pode ver, nesse espaço coexistem uma multiplicidade de microcosmos, ou seja, de universos intermediários – tais como o campo econômico, o campo religioso, o campo acadêmico, o campo dos movimentos sociais, etc – nos quais estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem

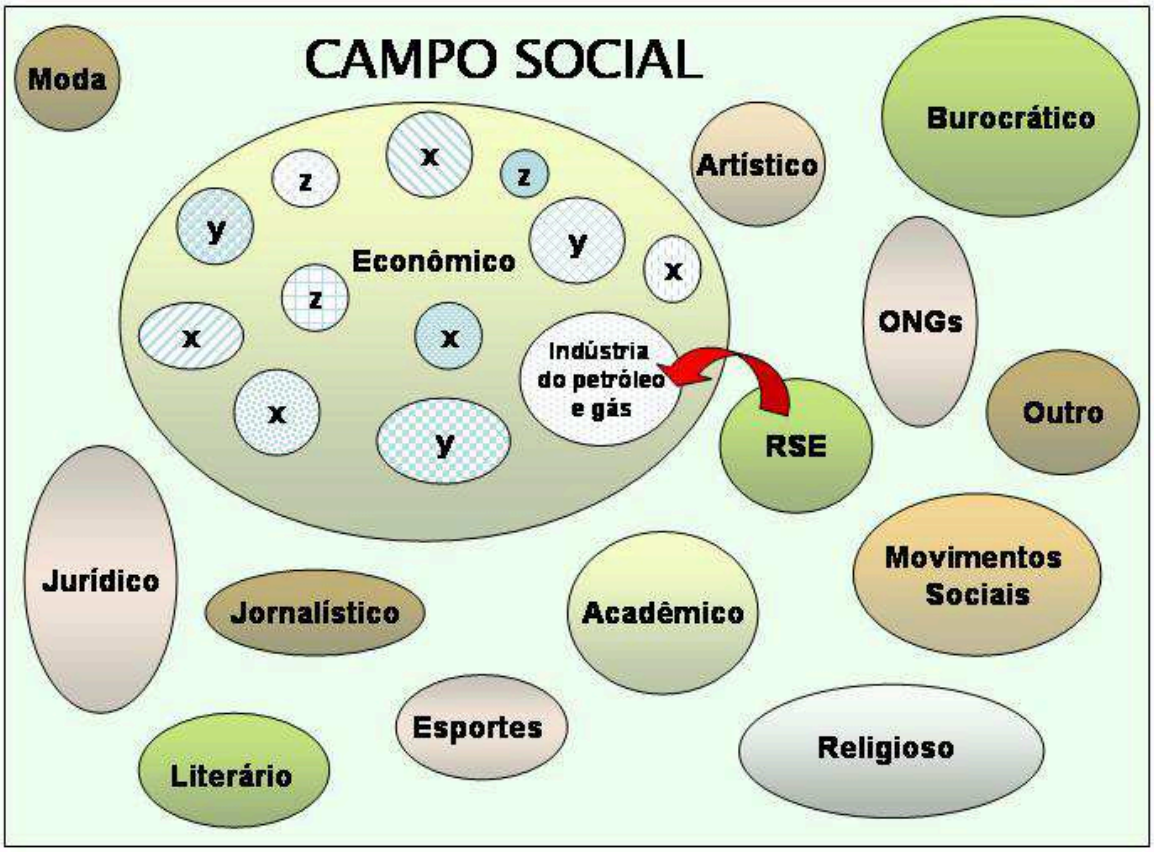
---

[7] A hegemonia pode ser definida *"como um espectro inteiro de estratégias práticas pelas quais um poder dominante obtém o consentimento ao seu domínio daqueles que subjuga.. Conquistar a hegemonia, no parecer de Gramsci, é estabelecer liderança moral, política e intelectual na vida social, difundindo sua própria 'visão de mundo' pelo tecido da sociedade como um todo, igualando, assim, o próprio interesse com o da sociedade em geral."* (EAGLETON, 1997: 107).

[8] Para Bourdieu (1997:170), o capital simbólico *"é uma propriedade qualquer – força física, riqueza, valor guerreiro – que, percebida pelos agentes sociais dotados das categorias de percepção e de avaliação que lhes permitem percebê-la, conhecê-la e reconhecê-la, torna-se simbolicamente eficiente, como verdadeira força mágica: uma propriedade que, por responder às 'expectativas coletivas', socialmente constituídas, em relação às crenças, exerce uma espécie de ação à distância, sem contato físico."*

o comércio, a religião, a ciência ou a resistência política. Se, por um lado, esses universos não escapam jamais às imposições do macrocosmo e, como ele, estão submetidos às leis sociais, essas não são aí exatamente as mesmas, pois cada campo dispõe de uma autonomia mais ou menos acentuada em relação ao campo social maior. Por esse motivo, para compreender uma produção discursiva qualquer não basta referir-se apenas ao conteúdo textual dessa produção, porém tampouco basta referir-se simplesmente ao contexto social geral (sob risco de incorrer naquilo que Bourdieu chama de "erro do curto-circuito"). É a posição ocupada pelos agentes, na estrutura de relações objetivas do campo ao qual pertencem, que determina ou orienta suas tomadas de posições, o que dizem e o que fazem, e dela depende o significado de suas práticas discursivas (BOURDIEU, 2004).

Figura 1: Representação do espaço social segundo a teoria dos campos de Bourdieu, com destaque para os dois campos enfocados nesta pesquisa



Fonte: Elaboração própria.

1.3. Justificativa para a escolha do objeto empírico

Sob o ponto de vista da relevância objetiva do objeto empírico escolhido para análise, parece razoavelmente claro (como tentaremos demonstrar a seguir) que, dentro do universo de

empresas declaradamente preocupadas com a temática tão em voga da RSE, a indústria do petróleo e gás ocupa hoje um lugar de destaque, tanto no Brasil como no mundo. No Brasil, tal afirmação é fartamente corroborada pela atuação da Petrobras (sobretudo nos últimos sete anos), pródiga em programas sociais, ambientais, de saúde e segurança no trabalho, e de relacionamento com as comunidades onde se instala. No plano internacional, o mesmo tipo de imagem "socialmente responsável" vem sendo laboriosamente construído, desde o final dos anos 90, por gigantes do setor, em particular pela Royal Dutch/Shell e pela British Petroleum - BP.

Isso deve-se, em grande parte, ao fato de que trata-se de uma indústria simultaneamente **indispensável**, já que a matriz energética atual é majoritariamente baseada em combustíveis fósseis; e de **alto risco**, responsável por enormes impactos econômicos, políticos, ambientais e sociais (ROBERTS, 2005). Durante todo o século XX, e até os dias de hoje, as companhias petrolíferas têm figurado dentre aquelas mais freqüentemente acusadas de comportamento anti-social; como tal, encontram-se sob escrutínio e pressões consideráveis, por parte dos mais variados grupos de interesse (SCHWARTZ & GIBB, 1999).

Já o recorte temporal escolhido por nós explica-se pelo fato de que em agosto de 1997 a Lei 9.478/97, ou Lei do Petróleo, foi finalmente promulgada, após um longo debate nacional em torno das idéias de desregulamentação do setor e de uma política de concessões de áreas de exploração para empresas petrolíferas multinacionais.

A partir daí, a concorrência com firmas estrangeiras, dentro do país, passou a fazer parte do horizonte estratégico da Petrobras; simultaneamente, em virtude da expansão de suas operações fora do Brasil, surgiu a necessidade de adequar-se aos padrões socioambientais praticados pelas multinacionais concorrentes. Um exame preliminar da literatura revela que foi desde esse momento que as empresas do setor aqui instaladas começaram, gradualmente, a perceber na RSE uma mudança em curso no ambiente institucional, sobretudo no exterior – mudança essa que demandava novas práticas discursivas, novas formas de organização e de gestão.

O ano de 1997 representou um divisor de águas também para a Shell na Europa no que diz respeito à RSE, pois marcou sua famosa capitulação - após dois anos de lutas ferrenhas - às exigências de grupos ambientalistas no episódio da plataforma marítima Brent Spar[9]

[9] Em 1995, membros do Greenpeace ocuparam Brent Spar, a primeira plataforma a ser declarada desnecessária no Mar do Norte, e da qual a Shell decidira se desfazer afundando-a no Oceano Atlântico. A disputa tinha como foco o destino que deveria ser dado pela empresa à plataforma em

(SCHWARTZ e GIBB, 1999; KLEIN, 2002). A companhia sofria, além disso, com as repercussões causadas pelas fortes críticas relativas à sua conduta na Nigéria, onde nove líderes comunitários haviam sido enforcados pelo governo nigeriano, em 1995, por protestarem contra as operações da empresa em seu território. Os dois episódios – Brent Spar e Nigéria – obrigaram a Shell, a partir de 1997, a investir pesadamente na construção de uma política de RSE. A maciça campanha negativa sofrida pela companhia na Europa serviu de alerta para inúmeras outras empresas do setor, dentre elas a BP, as quais julgaram conveniente enveredar também pelo caminho da RSE, como estratégia de legitimação.

a) Impacto econômico

Em termos de faturamento, a indústria de petróleo e gás é a maior do mundo, seguida pela indústria automobilística e pela bancária (FORTUNE GLOBAL 500, 2007). Além disso, considerando-se que nos dias de hoje praticamente tudo o que existe e circula na economia é produzido ou transportado, direta ou indiretamente, graças a fontes de energia derivadas de combustíveis fósseis, é possível afirmar que, sob o ponto de vista estratégico, a indústria em questão constitui o esteio mesmo do atual modelo econômico de desenvolvimento.

Segundo dados relativos a 2006, 65% do consumo mundial de energia é suprido pelo petróleo ou pelo gás natural (40% e 25%, respectivamente), e estes níveis não parecem rumar para nenhuma alteração significativa durante, pelo menos, a próxima década (BRITISH PETROLEUM - BP, 2007).

Dentre as dez maiores empresas globais em 2006, classificadas por faturamento, seis são companhias petrolíferas: a ExxonMobil (Estados Unidos) ocupou o segundo lugar, com um faturamento de US$ 347 bilhões de dólares; a Royal Dutch/Shell (Holanda/Reino Unido) ocupou o terceiro, com US$ 318 bilhões de dólares; a BP (Reino Unido) ocupou o quarto lugar, com US$ 274 bilhões de dólares; a Chevron e a ConocoPhillips (ambas dos Estados Unidos) ficaram respectivamente em sétimo e nono lugares, faturando US$ 200 bilhões de dólares a primeira e US$ 172 bilhões a segunda; e a Total (França) ficou em décimo lugar, tendo faturado US$ 168 bilhões de dólares (FORTUNE GLOBAL 500, 2007). A Petrobras, por sua vez, foi a mais lucrativa empresa da América Latina nos nove primeiros meses de 2007, além de ter faturado US$ 72 bilhões de dólares e apresentado um lucro líquido em torno

---

desuso: afundá-la, como pretendia a Shell e como havia inicialmente autorizado o governo britânico, ou desmontá-la em terra firme, como desejavam os ambientalistas. As conseqüências do embate político entre essas duas forças – tanto para os envolvidos como para a indústria de petróleo em geral, e para o próprio entendimento da democracia - são analisadas no livro de Grant Jordan (2001), intitulado *Shell, Greenpeace and Brent Spar*.

de US$ 13 bilhões de dólares em 2006, o que a coloca em 65^0 lugar entre as empresas mais lucrativas do mundo (VALOR ONLINE, 2007; FORTUNE GLOBAL 500, 2007).

No Brasil, em 1997, sob a administração do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi aprovada a quebra do monopólio estatal sobre o petróleo, o que teoricamente deveria reduzir o domínio da Petrobras sobre o setor. Em agosto de 2000, o governo vendeu 28,5% de sua participação na companhia, diluindo sua propriedade total de ações ordinárias de 81,7% para 55,7% (equivalente a 32,5% do capital social integralizado). No ano seguinte, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES reduziu em 3,5% a parcela que detinha no capital total da companhia, passando de 8,1% (em 1997) a 7,9%. A decisão de abrir a Petrobras a investidores privados significou que os acionistas minoritários passaram a deter quatro assentos num Conselho de Administração composto por nove membros, embora o restante dos diretores da empresa sejam ainda indicados pelo governo.

Ambos os presidentes nomeados por FHC - Henri Philippe Reichstul (de 1999 a 2002) e Francisco Gros (de 2002 a 2003) - estabeleceram metas de negócios fundamentalmente voltadas para a maximização da lucratividade da companhia (desde que se cumprisse o mandato governamental de atender à demanda por petróleo bruto e refinado do país através da produção nacional e de importações). Não se pode dizer que houvesse, à época, pressão direta sobre a Petrobras para adotar políticas que auxiliassem o Estado a alcançar seus objetivos sociais e de desenvolvimento - ao contrário do que acontece hoje. Na verdade, a partir de 2002 a empresa pôde passar a estabelecer os preços de seus combustíveis, ao invés de tê-los fixados pelo Ministério de Minas e Energia e pelo Ministério da Fazenda como ocorria anteriormente, o que trouxe como efeito colateral uma maior vulnerabilidade dos preços domésticos às variações de preços no mercado internacional (SILVA, 2003; GLOBAL INSIGHT, 2006).

b) <u>Impacto político</u>

A indústria de petróleo e gás detém, evidentemente, um poder político diretamente proporcional à sua força econômica. São amplamente conhecidas as estreitas relações, no plano internacional, entre as companhias de petróleo e a indústria da guerra. Existe um consenso quase universal, entre acadêmicos e analistas políticos, no sentido de que o fator determinante da guerra dos Estados Unidos contra o Iraque foi, e continua sendo, o petróleo existente na região; assim também a Guerra do Golfo, em 1991, ou as recentes incursões americanas em diversos países africanos e latino-americanos ricos nesse recurso. O extraordinário poder de *lobby* das companhias petrolíferas multinacionais, sempre em busca

de expandir suas operações e obter lucros a curto prazo, é visto como um motivador fundamental da estratégia militar dos Estados Unidos (ROGERS, 2000; 2002; 2005; SERVANT, 2003).

Da mesma forma, as companhias de petróleo não têm jamais demonstrado escrúpulos no que diz respeito a instalar-se e operar em países governados por regimes autoritários que violam abertamente os direitos humanos. Disso têm dado provas tanto a Shell na Nigéria, a BP na Indonésia de Suharto, a Unocal em Miamar, todas as "Sete Irmãs"[10] na Arábia Saudita, como, mais recentemente, a Petrobras, ao assinar acordo de exploração com a estatal líbia (SCHWARTZ e GIBB, 1999; RIPARDO, 2005; WATTS, 2005).

No Brasil, sob a administração do PT, tem havido um incremento na interferência do governo no setor de petróleo e gás, observável nas nomeações, nas mudanças na política de preços dos combustíveis, e na introdução de novas regras para aumentar o conteúdo nacional[11]. Em 2003, a escolha de José Eduardo Dutra como presidente da Petrobras - ex-sindicalista e senador do PT com pouca ou nenhuma experiência em gestão empresarial - foi o primeiro sinal dos novos papéis políticos que iriam caber à empresa. O quadro regulatório para investimentos externos permaneceu entretanto inalterado, e o governo federal continua a realizar rodadas anuais de licitações, além de conservar o modelo de capital misto da companhia.

O sucesso da Petrobras em aumentar a produção doméstica de petróleo (de 1,5 milhão de barris diários em 2002 para 1,8 milhão em 2007), aliado ao extraordinário marketing que se criou ao redor do *Programa Petrobras Fome Zero*, repercutem positivamente sobre o governo petista, ao tempo em que a oposição acusa a companhia de haver se transformado numa secretaria de obras do governo Lula, realizando investimentos de caráter eleitoreiro e partidário. Segundo vários órgãos da imprensa (como, por exemplo, os jornais *O Estado de São Paulo*, *O Globo*, *Folha de São Paulo* e a revista *Veja*), o governo federal vem aplicando recursos da companhia – muito além do que poderia ser considerado aceitável – para custear propagandas do Executivo, financiar ONGs e projetos culturais. Estaria também realizando convênios, contratos e repasses de recursos para prefeituras petistas e outros aliados (como a

[10] Termo usado para referir-se, originariamente (antes das fusões e aquisições), à Standard Oil, Royal Dutch Shell, BP, Gulf, Texaco, Mobil e Standard Oil da Califórnia. Cunhado a partir do título do livro de Anthony Sampson (1975), *The seven sisters: the great oil companies and the world they shaped.*

[11] Exigências introduzidas no início do governo Lula, estabelecendo um mínimo de 55% de conteúdo nacional nos bens e serviços contratados pela Petrobras (por exemplo, navios e plataformas), e nas licitações de áreas de exploração e produção de petróleo e gás feitas pela Agência Nacional do Petróleo – ANP.

Central Única dos Trabalhadores – CUT e a União Nacional dos Estudantes – UNE) de maneira ilegítima. Os municípios administrados pelo PT (7,4% das prefeituras do país, segundo o resultado das eleições de 2004) receberam 27,5% do total das doações efetuadas pela companhia. Em contrapartida, prefeituras administradas pelos dois maiores partidos de oposição, PSDB e PFL, obtiveram apenas 14% desses recursos, sendo que as duas siglas comandam 29,9% das prefeituras brasileiras (VALENTE, 2006).

c) Impacto ambiental

A exploração e a produção de petróleo e gás caracterizam-se pelo seu potencial para provocar severa degradação - não apenas do ambiente físico, mas também da estrutura socioeconômica, da saúde e da cultura de comunidades locais e indígenas. Dentre os sérios problemas ambientais provocados pela indústria em questão, destacam-se os derramamentos de óleo em terra e no mar (provenientes de oleodutos, navios petroleiros, plataformas ou poços), o desmatamento, os prejuízos à biodiversidade, os acidentes envolvendo explosões, as emissões tóxicas, o *flaring*[12], além de uma enorme parcela de responsabilidade pelo aquecimento global.

Apesar disso, a legislação ambiental nos países em desenvolvimento é freqüentemente muito branda, ineficaz, ou não se faz cumprir de maneira adequada. Tal fato tem feito com que acadêmicos, juristas, grupos ambientalistas e de direitos humanos intensifiquem as demandas para que as companhias petrolíferas transnacionais melhorem voluntariamente seu desempenho e adotem melhores práticas quando estiverem atuando em países com legislação ambiental insuficiente (WAWRYCK, 2003). Mas o que significa "melhores práticas" na indústria internacional de petróleo e gás, e quais padrões devem ser utilizados? A visão predominante tem considerado, historicamente, que a regulação das atividades de exploração e produção do setor extrativista compete à jurisdição doméstica dos países onde elas ocorrem.

A licença concedida à Petrobras pelo governo do Equador, em março de 2005, para derrubar 140 hectares de floresta tropical primária no Parque Nacional Yasuní ilustra perfeitamente esse tipo de problema. O objetivo da empresa brasileira era abrir caminho do rio Napo até a plataforma de perfuração de Apaika. A licença também permitia o desmatamento para abrir espaço para duas plataformas de perfuração, uma estação de processamento e uma plataforma de re-injeção. Desta forma, a Petrobras transferiu para um país onde a legislação ambiental é

[12] Queima do gás que não pode ser coletado ou usado produtivamente. Quando, nos campos de produção, o gás natural associado ao óleo é liberado durante a extração deste último, costuma ser incinerado assim que emerge, principalmente por questões de segurança.

mais flexível os passivos ambientais de uma atividade que não poderia realizar no Brasil, dado que a legislação brasileira não permite a exploração petrolífera em Parques Nacionais e em territórios indígenas. A operação caracteriza, portanto, um duplo padrão de conduta por parte da empresa (ELIA, 2005; OILWATCH, 2007).

d) Impacto social

As indústrias extrativistas em geral, e a de petróleo e gás em particular, têm sido objeto de maciços investimentos, fato que traz consigo grandes impactos para as comunidades no entorno de suas instalações, em todo o mundo. Muitas vezes, quando não são obrigadas a conviver diariamente com os riscos e problemas trazidos pelas operações da indústria implantada em seu território, essas comunidades são simplesmente removidas e reassentadas em outro lugar. Por outro lado, os governos dos países em desenvolvimento geralmente dispõem de reduzida capacidade para prevenir as conseqüências perversas dessa expansão, seja em termos dos danos que ela provoca à vida, à saúde ou à sustentabilidade dos ecossistemas ameaçados (WORLD BANK, 2003b).

A indústria de petróleo e gás dispõe, sem dúvida, de um enorme potencial para promover o desenvolvimento e reduzir a pobreza, desde que seja adequadamente regulada, de modo a controlar seus impactos negativos e garantir a distribuição justa e eqüitativa dos benefícios que gera. Entretanto, o alto índice de corrupção que assola o setor acaba resultando, para a maioria dos países produtores de petróleo, no que tem sido chamado de "paradoxo da abundância": isto é, bilhões de dólares provenientes das receitas e dos *royalties* obtidos com a exploração e venda do óleo são desviados por grupos particulares, enquanto a população continua na miséria (GARY e KARL, 2003; TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2004; UNITED KINGDOM DEPARTMENT FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT – DFID, 2005).

O problema é de tal ordem que em 2002, durante a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em Johannesburgo, foi proposta uma iniciativa de âmbito internacional (mais uma vez, de caráter voluntário, como de sólito) – a *Extractive Industries Transparency Initiative* - cujo objetivo é aumentar a transparência e *accountability* do setor, através da conscientização, engajamento e capacitação dos governos e da sociedade civil dos países afetados (DFID, 2005).

No Brasil, a divulgação dos pagamentos efetuados pela indústria de petróleo e gás aos diferentes níveis de governo ainda está longe de ser disponibilizada de maneira

suficientemente acessível e transparente para o público em geral, e menos ainda para as populações dos municípios interessados, que amiúde são pobres e desprovidas de qualquer meio de acesso à informação. Como conseqüência, são excessivamente numerosos os casos de desvio dessas receitas para bolsos privados, ou – igualmente grave – sua utilização não como ordena a lei (para obras de infra-estrutura), mas para atender às folhas de pagamento do governo (notadamente na esfera municipal) ou para "agrados" eleitoreiros (GUERREIRO, 2006).

1.4. Estrutura da tese

Tanto o campo da RSE em si, como a manifestação de seus discursos no interior do campo da indústria do petróleo e gás, são analisados nesta tese a partir de dados primários e secundários coletados entre março de 2003 e novembro de 2007. A nossa é, como já anunciado, uma leitura sociopolítica e crítica das práticas discursivas das corporações em relação a esse tema, tal como observáveis ao longo dos últimos 30 anos – leitura que, em última instância, não tem como objetivo, mas apenas como objeto, ou recurso ilustrativo, a indústria de petróleo e gás. Em função disso, nossa pesquisa levou-nos a entrevistar funcionários, supervisores, gerentes e diretores de empresas do setor em questão, assim como consultores, acadêmicos e pessoas que trabalham em ONGs e associações ligadas à RSE. Também participamos de eventos (congressos, seminários, exposições, cursos e treinamentos) dirigidos a esse público, e assistimos a palestras corporativas dirigidas tanto ao público externo como interno. Além disso, analisamos dezenas de relatórios anuais, balanços sociais, planejamentos estratégicos, códigos de ética, folhetos, *websites* e outros materiais relativos ao nosso assunto, produzidos pelas empresas estudadas e por organizações diversas. Acompanhamos a cobertura da temática (ética e/ou responsabilidade empresarial) realizada por revistas e publicações orientadas para o mundo dos negócios durante esse período – entre elas, *Business Week*, *Fortune*, *Exame*, *VOCÊ S/A*, *Valor Econômico* e *Gazeta Mercantil*. Por fim, temos tido a oportunidade de participar, desde 2003, na condição de membro permanente, da Comissão de Responsabilidade Social do Instituto Brasileiro do Petróleo e Gás – IBP.

Esta tese está organizada em seis capítulos, o primeiro dos quais é esta introdução. O segundo capítulo, ***Atores e poderes na ordem global contemporânea***, foi concebido como uma *ouverture* na qual são apresentados o cenário e os personagens em torno dos quais irão ser desenvolvidos, de forma mais aprofundada, os capítulos seguintes. Depois de traçar um painel no qual tentamos destacar alguns dos principais problemas que afligem o mundo

contemporâneo, tais como pobreza extrema, conflitos políticos e devastação ambiental, passamos a discutir o papel da globalização na expansão material e simbólica do capitalismo, e o neoliberalismo enquanto *corpus* teórico e ideologia que dão suporte a esse projeto político-econômico, acusado por muitos de ter, como finalidade última, a acumulação de capital pelos atores dominantes. Procuramos demonstrar, também, o lugar primordial das empresas transnacionais na condução desse processo, e sua crescente necessidade de auto-legitimação para fazer frente aos grupos contra-hegemônicos que erguem-se contra o mesmo.

No terceiro capítulo, ***Análise crítica do discurso e teoria dos campos: compreendendo a lógica e a retórica da legitimação***, apresentamos os marcos conceituais e o paradigma de pesquisa que irão nos conduzir ao longo do trabalho, isto é, a chave de interpretação com cujo auxílio serão analisados tanto o fenômeno da RSE, enquanto tal, quanto a aparente incorporação de sua lógica discursiva pela indústria de petróleo e gás. Aí ressaltamos alguns princípios da Análise Crítica do Discurso (ACD), a começar pelo fato de que a mesma não pretende ser, ou fornecer, uma teoria exclusiva para explicar os objetos sobre os quais se debruça, e que tampouco existem metodologias específicas que sejam características da ACD. Revisamos os pontos de vista de Fowler, Fairclough, Wodak e Van Dijk, dentre outros, segundo os quais os estudos em ACD são multifacetados, fazem uso de diferentes referenciais teóricos e empregam uma variedade de dados e de metodologias, mas aderem, todos eles, a uma perspectiva comum, que dedica especial interesse às conexões entre linguagem e poder; que procura desvelar as relações de luta, conflito e dominação presentes em determinados contextos sociais; e que – principalmente – opta por adotar o ponto de vista dos que são oprimidos ou manipulados nessas situações.

Num segundo momento, expomos aqueles elementos da *teoria dos campos*, de Bourdieu, que nos parecem particularmente úteis para circunscrever e complementar a análise a que nos propomos. Destacamos algumas das principais propriedades dos campos, dentre elas sua natureza dinâmica e mutável, a existência de regras de funcionamento próprias a cada campo, e a luta concorrencial que aí se dá entre os agentes em torno de interesses e "capitais" específicos (não apenas bens econômicos, mas qualquer tipo de bem suscetível de acumulação: por exemplo, capital cultural, capital simbólico, capital social, etc), os quais são por sua vez fundamentais para estabelecer as posições dos agentes tanto no interior do campo ao qual pertencem como na estrutura social mais ampla.

O quarto capítulo, intitulado ***Ética e responsabilidade social das empresas: construção do discurso, nascimento do campo***, recupera as condições históricas que contribuíram para o

nascimento e a institucionalização da RSE enquanto um novo campo de atividades, essencialmente dedicado à elaboração e disseminação de discursos sobre os princípios e normas de conduta que devem nortear as relações entre empresas, indivíduos e sociedade. Com esse intuito, acompanhamos a evolução das práticas discursivas relativas à RSE, discutimos as tentativas, por parte dos atores dominantes, de sistematizar e operacionalizar a gestão de conflitos entre Mercado e Sociedade, e apresentamos uma visão geral dos produtos materiais mais importantes resultantes dessas práticas (corpo teórico, veículos de difusão, instituições promotoras, instrumentos de validação, mecanismos de coerção, políticas públicas, etc).

Analisamos, ainda, as principais justificativas teóricas que têm dado suporte ao discurso "científico" (isto é, acadêmico) sobre a RSE, assim como as diferentes visões de mundo que parecem estar por trás dessas abordagens.

A discussão acerca do embate permanente e atemporal entre interesses privados *vs*. interesses coletivos, e sobre a razoabilidade de que saudemos a RSE como mais uma instância de "governança compartilhada", constitui o cerne do quinto capítulo, ***A RSE como forma de regulação: governança compartilhada ou privatização do interesse público?*** Nele, salientamos como a ascensão de uma lógica mercantil e individualista, encarnada em vastos setores da população e não apenas em alguns atores dominantes, tem sido fundamental para o desenvolvimento e manutenção do capitalismo globalizante neoliberal. Paralelamente, buscamos explorar qual é natureza, extensão e significado das vozes dissonantes, ou complementares, que participam do debate em torno da RSE, e em que medida têm conseguido influenciar os rumos e resultados do mesmo. Após termos contrastado as diferentes formas de construção discursiva da RSE, segundo sejam realizadas por atores em posição de hegemonia ou não, passamos então a avaliar seu potencial e suas limitações enquanto mecanismo de regulação das empresas hoje.

Finalmente, o sexto capítulo - ***O discurso da RSE no campo da indústria do petróleo*** - procura corroborar os argumentos construídos nos capítulos anteriores através de exemplos empíricos. Para tanto, vamos nos situar no interior do campo supra-citado, após tê-lo caracterizado em linhas gerais, e selecionar material discursivo que ilustre os esforços dos agentes dominantes no sentido de controlar, resistir ou adaptar-se às mudanças em andamento no campo social mais amplo. Pretendemos, assim, iluminar as maneiras através das quais o discurso da RSE é construído, mimetizado ou alterado pela indústria do petróleo e como o mesmo contribui, ou não, para confirmar e consolidar a ideologia capitalista neoliberal.

Cabe registrar aqui que, sob o ponto de vista metodológico, esta pesquisa precisou mudar de rumo pelo menos duas vezes. Nosso objeto empírico inicial (as representações dos agentes sobre os discursos de RSE no campo do petróleo no Brasil) revelou-se amplo demais para que fosse factível, dadas as consideráveis dificuldades de ordem pessoal e material para levar a cabo a coleta de dados pretendida. Apesar de fazermos parte da Comissão de Responsabilidade Social do IBP, entidade representativa por excelência da interface dos dois campos estudados (o campo da RSE e o campo do petróleo), cedo nos deparamos com uma realidade comum a ambos: a "fadiga de questionários" (e de entrevistas, nós ajuntaríamos). Desde que os discursos sobre RSE passaram a ocupar o tempo, o espaço e os recursos materiais das empresas, e das organizações mais estreitamente relacionadas ao tema, da maneira como ocorre hoje, e dada a panóplia de normas, diretrizes, indicadores, relatórios, auditorias, selos e certificações que isso envolve (além do respectivo planejamento, treinamento, mensuração, preenchimento de formulários, divulgação, monitoramento, etc), é muito difícil encontrar pessoas dedicadas à produção, distribuição e/ou consumo desses discursos que estejam ainda dispostas a estender a tarefa para além do horário ou das obrigações do trabalho. Um questionário enviado para os primeiros 100 nomes de uma lista de 700 disponíveis recebeu oito respostas, o que nos levou a reformular a estratégia de pesquisa. Conduzir entrevistas revelou-se um pouco (não muito) mais fácil, graças às relações pessoais da autora e à oportunidade de participação em numerosos fóruns e eventos onde os entrevistados se dispuseram a conceder-nos alguns minutos durante os intervalos para café.

Por outro lado, e talvez previsivelmente, nossa caixa postal nunca deixou de receber todo tipo de publicações, convites, relatórios, *newsletters* e – até! – brindes de Natal daqueles setores responsáveis pela divulgação da RSE nas empresas petrolíferas. Foi quando ocorreu-nos a idéia de fazer uma análise dessa produção discursiva, enfocando a Petrobras durante um determinado período (de 1997 a 2006, pelas razões já aduzidas). Porém, a decisão de analisar criticamente os discursos de RSE produzidos durante um período de dez anos pela maior empresa da América Latina, e por certo a mais prolífica em número de comunicados institucionais, propagandas, projetos, normas internas, cursos e treinamentos, políticas corporativas e toda sorte de documentos, impressos e áudio-visuais, certamente não se afigura como uma tarefa pequena, e muito menos fácil.

Na verdade, esta pretensão da pesquisa foi aos poucos revelando-se também em toda a sua enormidade e complexidade, e o imperativo de redução - tanto do escopo do trabalho como da ambição da autora – acabou se impondo. Foi preciso efetuar escolhas, limitar bastante o

objeto, enfim: colocar sob o microscópio uma simples borboleta, ao invés de todo o insetário. Nesta decisão de encolhimento (sempre uma ferida narcísica), influenciou-nos o arrazoado de um mestre:

> *"Ora, para estabelecer relações, não é necessário e nem sempre útil amontoar experiências umas sobre as outras; é muito mais importante fazê-lo significativamente. Um fato único pode jogar luz sobre uma lei, enquanto uma multidão de observações imprecisas e vagas não pode produzir mais que confusão. O sábio, em todo tipo de ciência, estaria submergido sob os fatos que se lhe oferecem se não fizesse uma escolha entre eles. É necessário que ele saiba distinguir aqueles que prometem ser os mais instrutivos, que dirija sua atenção para eles e se afaste provisoriamente dos outros."*[13] (DURKHEIM, 1968:81)

Optamos, portanto, por restringir o foco de nossa investigação empírica a alguns dos Relatórios Sociais e Ambientais publicados pela Petrobras entre 1997 e 2006. Longe de pretender levar a cabo uma cobertura exaustiva dos mesmos, buscamos ressaltar aqueles pontos que melhor ilustram algumas das afirmações que fazemos ao longo deste trabalho.

Na ***Conclusão***, recapitulamos os objetivos e premissas que orientaram esta tese, e discutimos as principais conexões e interdependências identificadas entre, por um lado, as práticas discursivas relativas à RSE e, por outro lado, o projeto político da globalização neoliberal atualmente em curso. Apontamos também para as lutas, impasses e contradições que perpassam a atuação dos agentes em seus respectivos campos, e como contribuem para alterar ou manter a relação de forças entre eles. Sugerimos, por fim, alguns rumos e desdobramentos futuros para o trabalho aqui iniciado, ao tempo em que as possíveis contribuições desta pesquisa para a teoria e para a prática, assim como suas inevitáveis limitações, são igualmente colocadas.

[13] Original em francês; tradução minha.

CAPÍTULO SEGUNDO

ATORES E PODERES NA ORDEM GLOBAL CONTEMPORÂNEA

2.1. O mundo em que vivemos: retrato em *chiaroscuro*

Desde meados dos anos 70, a força crescente dos processos de expansão da democracia representativa, as transformações tecnológicas e a globalização econômica têm gerado inúmeras oportunidades e contribuído para a melhoria de vida de uma significativa parcela da população mundial. Tais avanços, contudo, precisam ser cotejados com as persistentes e sistemáticas contradições relativas à desigualdade social, à degradação ambiental e à instabilidade política que afetam ainda a maioria dos habitantes do planeta (MARTIN e SCHUMANN, 1997; RODRIK, 1997; RAMONET, 1998; 2003; GRAY, 1999; SANTOS, 2000; CASTELLS, 2002; HELD e MCGREW, 2001; 2002; SKLAIR, 2002; STIGLITZ, 2003; BECK, 2003; BROWN, 2003; SINGER, 2004; DUPAS, 2005).

Conforme enfatiza o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2005, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, o mundo em que vivemos neste início do século XXI é ainda um mundo profundamente dividido. O abismo que separa suas margens representa um desafio fundamental para a comunidade humana e, se boa parte desse desafio é de natureza essencialmente ética, não há como enfrentá-lo senão pela única via capaz de dar alguma concretude aos ideais, que é a via da política. Segundo Nelson Mandela, *"a pobreza em massa e a desigualdade obscena são pragas tão terríveis do nosso tempo – tempo em que o mundo se gaba de conquistas extraordinárias na ciência, na tecnologia, na indústria e na acumulação de riquezas – que deveriam ser colocadas no mesmo nível da escravidão e do apartheid enquanto males sociais."*[14] (MANDELA, 2005).

Paradoxalmente, enquanto por um lado a prosperidade e a saúde das pessoas ao redor do globo têm melhorado em termos absolutos (a renda *per capita* anual média passou de US$ 5.236 dólares PPP[15] em 1975 para US$ 7.376 dólares PPP em 2001, e a expectativa média de vida passou de 61 anos para 67 anos no mesmo período), por outro lado as desigualdades

[14] Em inglês no original; tradução minha.

[15] O termo *Purchasing power parity* (paridade do poder de compra), ou PPP, é utilizado em economia para expressar a idéia de que com uma determinada unidade de poder de compra, por exemplo, um dólar ou um real, é possível adquirir a mesma cesta de bens e serviços em qualquer lugar do mundo. Serve para comparar os preços médios entre países, ou ao longo de uma série histórica.

entre países ricos e pobres, que já eram enormes, estão se ampliando. Hoje em dia, alguém vivendo em Zâmbia tem menos chances de chegar aos 30 anos do que alguém nascido na Inglaterra em 1840. Os 2,5 bilhões de pessoas sobrevivendo com menos de US$ 2 dólares por dia – 40% da população mundial – ficam com 5% da renda global, ao passo que os indivíduos que compõem a faixa dos 10% mais ricos, quase todos vivendo em países desenvolvidos, ficam com 54% dela (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD, 2005)

Dentro de um mesmo país, também, as discrepâncias são muitas vezes alarmantes (vide Quadro 1). No Brasil, por exemplo, a exclusão social cresceu 11% entre 1980 e 2000, revertendo tendência verificada entre os anos 60 e 80, quando houve queda de 13,6%. Mais de 25% dos brasileiros vivem em condições precárias, sem renda, emprego ou acesso à educação, e 42% dos 5.500 municípios do País têm alto índice de exclusão social. No outro extremo, apenas 5 mil famílias brasileiras concentram um volume patrimonial equivalente a 42% de todo o nosso PIB, ou Produto Interno Bruto. (POCHMANN *et al*., 2003; 2004).

Quadro 1: A injustiça social brasileira

Pobreza

53,9 milhões de pessoas pobres* (31,7% da população)
*renda domiciliar *per capita* menor que meio salário-mínimo por mês

21,9 milhões de pessoas muito pobres/indigentes** (12,9% da população)
** renda domiciliar *per capita* menor que um quarto de salário-mínimo por mês

Educação

14,6 milhões de pessoas analfabetas (11,6% da população)

9,6 milhões delas moram nas cidades

6,4 anos é a média de estudo

Saúde

a taxa de mortalidade infantil é de 25,1 para cada 1 mil crianças nascidas vivas

a taxa de mortalidade por causas externas (trânsito, violência) é de 71,7 é para cada cem mil habitantes

Moradia

12,4 milhões de brasileiros (7,1%) vivem em favelas

41,8 milhões de pessoas não contam com acesso simultâneo a serviços de coleta de lixo, água e esgoto

17 milhões vivem em domicílio superlotados (mais de três pessoas por dormitório)

Segurança

29,1 vítimas de homicídio para cada cem mil habitantes em 2003 (contra 11,4 em 1980)

Taxa de vítimas de homicídios por capitais (por cem mil habitantes):

Vitória = 78,2	Maceió = 56,9	Brasília = 39,1
Recife = 76,7	São Paulo = 51,7	Salvador = 29,3
Rio de Janeiro = 62,6	Belo Horizonte = 51,6	

Fonte: *Radar Social 2005*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.

O problema não está na presença da pobreza[16] – ela existe desde tempos imemoriais, como atesta a passagem bíblica segundo a qual Jesus teria dito: *"Os pobres sempre estarão entre nós"* (NOVO TESTAMENTO, MATEUS 6:26). Mas ao passo que tal frase foi usada, durante séculos, para justificar a "naturalidade" da pobreza, hoje ela funciona antes como um chamado para que se diga "não" às forças, modelos e sistemas que criam a pobreza (segundo a própria Teologia da Libertação, os pobres não precisam de caridade, mas de justiça). A recusa da tese da inevitabilidade da injustiça social, a indignação que o fenômeno provoca nos dias atuais, e as modificações por que passaram as atitudes da sociedade em relação aos pobres, durante os últimos 150 anos, são mais um fruto da modernidade (MOORE JR., 1987).

As disparidades mencionadas (isto é, pobreza de renda *e* pobreza de capacidades), aliadas eventualmente a fatores socioculturais de natureza étnica ou religiosa, constituem sem dúvida um terreno fértil para os conflitos e a violência, tanto no plano internacional como dentro dos territórios nacionais. Quando a integração social é patológica - porque impõe limites arbitrários em torno dos quais se constroem as categorias dos "incluídos' e dos "excluídos" - ela é inevitavelmente produtora e reprodutora de conflitos. Durante os anos 80 e 90, dezenas de países registraram um enorme progresso na abertura de seus regimes políticos e na expansão da democracia, mas apesar disso as atuais tensões econômicas e sociais têm produzido um mundo crescentemente fragmentado (CASTELLS, 2002; PNUD, 2002).

Desde 1990, já pudemos testemunhar o genocídio em Ruanda, as guerras civis no coração da Europa, os ataques do 11 de setembro nos Estados Unidos, a escalada global do terrorismo e do crime organizado, a ocupação do Afeganistão e do Iraque por potências ocidentais, e os retrocessos no equilíbrio precário do Oriente Médio. Um dos resultados da interação perversa entre pobreza e conflitos violentos tem sido o incremento dos fluxos migratórios provenientes do Terceiro Mundo em direção aos países mais desenvolvidos (embora 60% da migração internacional seja ainda Sul-Sul[17]). Esses deslocamentos, marcados pelo sofrimento e pela exploração dos que se arriscam a tentá-los, representam não apenas uma tentativa de fuga das regiões conturbadas, mas também a busca por trabalho e por condições de vida mais dignas,

---

[16] A definição de pobreza tem sido objeto de abordagens conflitantes entre si. Enquanto alguns pesquisadores tentam estabelecer um "patamar de pobreza" a partir de critérios quantitativos, outros preferem defini-la de maneira qualitativa, isto é, vista em relação aos modelos de existência presentes no contexto onde ela ocorre. Segundo Amartya Sen, a pobreza é uma privação das capacidades básicas que possuem as pessoas. *"Os pobres não podem participar adequadamente das atividades na comunidade, ou livrar-se da vergonha pública que decorre da incapacidade de satisfazer convenções."* (SEN, 2002).

[17] Segundo dados da International Organization for Migration - IOM, 2005.

pelo menos no plano da esperança (PNUD, 2005).

Movimentos migratórios semelhantes ocorrem freqüentemente no interior de um mesmo país, em conseqüência das desigualdades regionais. No Brasil, este é o caso do histórico fluxo de nordestinos para o Sudeste, atraídos pela expansão industrial, ou para a Amazônia, atraídos pelos projetos agropecuários, minerais e industriais, e, mais recentemente, da região Sul para o Centro-Oeste, devido à expansão da fronteira agrícola. Essas migrações respondem pelo processo de esvaziamento da população rural brasileira, hoje reduzida a 22% da população total. Segundo dados do IPEA, a relação entre êxodo rural e falta de acesso aos serviços básicos da cidadania é decisiva: os indicadores educacionais do meio rural brasileiro, por exemplo, são ainda mais precários que os do meio urbano e um dos piores da América Latina (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999). O resultado é que os grandes centros metropolitanos, seja aqui ou no exterior, incham desordenadamente, esparramando-se por milhares de quilômetros quadrados como enormes organismos vivos - cada vez mais incapazes de suprir as necessidades de emprego, moradia, saneamento, saúde, transporte, segurança e lazer de seus milhões de habitantes.

Todo esse desenraizamento e precariedade geram um sentimento difuso de impotência para alterar o curso dos impasses contemporâneos, dando lugar a uma ansiedade que é constantemente agravada pelos imperativos de flexibilização do mundo do trabalho, pela primazia dos mercados globais sobre os interesses locais, pela transformação do mundo em permanente espetáculo midiático e de consumo, pelo esgarçamento dos laços de pertença à comunidade, pela privatização do conceito de cidadania e pela erosão da credibilidade dos Estados nacionais e dos partidos políticos enquanto mediadores das demandas sociais e das aspirações coletivas. As exortações relativas à lei e à ordem emergem hoje, nas sociedades, como as palavras de ordem mais capazes de catalisar a insegurança geral, reificando temores e criando culpados - ora a criminalidade, ora os imigrantes, ora os adeptos desta ou daquela religião, ora os indivíduos "sem": sem-terra, sem-teto, sem-documentos, etc (DUPAS, 2003; SENNETT, 2004). Ao mesmo tempo, e paradoxalmente, qualquer limite imposto à liberdade individual passa a ser sentido como um primeiro passo para o totalitarismo, e o individualismo narcísico afirma-se e difunde-se - graças em grande parte às novas tecnologias de informação e comunicação - como o único caminho para a inclusão e o sucesso: *"Just do it"*, *"Você merece"*, *"A vida é agora"*.

Por fim, sob o ponto de vista ambiental, todas as pesquisas recentes concordam em afirmar que nos últimos 50 anos os ecossistemas foram mais rápida e extensivamente modificados

pela ação do homem do que em qualquer intervalo de tempo equivalente na história, em geral para suprir a demanda crescente por alimentos, água potável, madeira, fibras e combustível. Essa transformação do planeta contribuiu para o bem-estar de muitos e para o desenvolvimento econômico, através do incremento da agricultura, da criação de rebanhos, da geração de energia e do acesso à irrigação, dentre outros fatores. Contudo, nem todas as regiões e populações beneficiaram-se nesse processo - na verdade, muitos foram e continuam sendo profundamente prejudicados, especialmente as populações mais pobres (BROWN, 2003; MILLENIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT, 2005; SIMMS, 2005).

Alguns locais afetados pelas mudanças ecossistêmicas são altamente vulneráveis e pouco equipados para enfrentá-las. A desertificação, por exemplo, afeta os meios de sustento de milhões de indivíduos, inclusive um grande número de pessoas pobres que habitam zonas áridas. A queda da produção pesqueira de captura, decorrente da extinção de muitas espécies de peixes, vem reduzindo aquilo que constituía uma fonte barata de proteína nos países em desenvolvimento. Ademais, muitas alterações na gestão dos ecossistemas envolveram a privatização de recursos que anteriormente eram de acesso comum: terra cultivável, pastos, florestas, rios e lagos. Sendo assim, as populações mais carentes tanto podem perder o acesso a determinados recursos ou meios de vida, como podem ser afetadas pelas externalidades associadas a transformações ambientais que, em muitos aspectos, revelam-se assustadoramente irreversíveis, sobretudo no que diz respeito às mudanças climáticas e à perda de biodiversidade (MILLENIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT, 2005; GORE, 2006; INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE - IPCC, 2007).

O Relatório de Avaliação de Ecossistemas do Milênio, publicado em 2005 com o apoio das Nações Unidas, revelou que 2/3 dos serviços prestados pelos ecossistemas[18] estão sendo degradados ou usados de maneira insustentável. Tendo em vista que são justamente os recursos e serviços oferecidos pela natureza que possibilitam todas as atividades produtivas, seu valor econômico é imenso – aliás, pode-se dizer que literalmente não têm preço, uma vez que não possuem substitutos. Apesar disso, os agentes econômicos desconsideram o valor de tais bens (já que eles também "não têm dono") e comportam-se como incontroláveis máquinas produtoras de externalidades negativas. Na composição do preço da gasolina, por exemplo,

[18] Eis alguns exemplos dos inúmeros serviços prestados pelos ecossistemas naturais, e dos quais dependemos: provisão de água e ar limpos; polinização das plantações e dispersão das sementes; proteção contra os excessos climáticos e os raios ultra-violetas; controle de pragas e de organismos transmissores de doenças; manutenção da biodiversidade; provisão de valores estéticos e recreativos, etc.

não é computado o custo da poluição atmosférica gerada pelo uso desse combustível, ou o custo das doenças respiratórias resultantes da mesma poluição, ou ainda o custo psicológico do congestionamento exasperante que impera nas grandes cidades. No preço de um empreendimento turístico não entra o custo do desflorestamento exigido para sua construção, ou o dos prejuízos causados à paisagem e à comunidade vizinha. Como conseqüência do cálculo distorcido quanto ao real custo de tudo o que consumimos, o capital natural do planeta está sendo velozmente degradado e liquidado, vítima do desperdício e do uso irresponsável de recursos finitos (HAWKEN, 1993; DALY, 1996).

A tensão entre crescimento econômico e proteção do meio ambiente constitui, na verdade, o nó górdio da problemática ambiental, e o conceito de *desenvolvimento sustentável* surgiu como uma tentativa de resolver essa dicotomia[19]. Em sua formulação mais amplamente disseminada e conhecida, ele é definido como *"o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades"* (RELATÓRIO BRUNDTLAND, 1987). Mas, em qualquer análise mais aprofundada, as características da noção de desenvolvimento sustentável que primeiro saltam aos olhos são: a aceitação universal do conceito e, paradoxalmente, a falta de consenso sobre o que ele significa (NOBRE e AMAZONAS, 2002). Assim, um pouco como a felicidade, que todos almejam mas poucos concordam sobre o que seja (definição) ou como alcançá-la (método), o desenvolvimento sustentável é um construto ambíguo, de significado complexo e contestado – ou seja, é mais uma plataforma política de cunho conciliatório, que busca forjar elos entre interesses radicalmente divergentes.

É compreensível que, dadas as incontáveis definições existentes para a sustentabilidade, persistam controvérsias sobre o significado exato do termo. A temática é atravessada por uma profunda cisão, a qual manifesta-se naturalmente tanto no campo teórico como na prática. De um lado, temos a corrente da **economia ecológica**, que enxerga o sistema econômico como subsistema de um todo maior que o contém, fato que impõe portanto restrições inescapáveis e absolutas à sua expansão. Essa visão é geralmente referida como *sustentabilidade forte*. De outro, temos a corrente da **economia ambiental**, segundo a qual os recursos naturais não

[19] A preocupação da comunidade internacional com os limites ecológicos do desenvolvimento data da década de 60, e levou a ONU a promover em 1972 a Conferência sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo. No mesmo ano, Dennis Meadows e os pesquisadores do Clube de Roma publicaram o estudo *Os Limites do Crescimento*. Em 1973 o conceito de *eco-desenvolvimento* foi formulado por Maurice Strong, e em 1987 a Comissão Mundial da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento apresentou o documento intitulado *Nosso Futuro Comum*, o qual veio a tornar-se mais conhecido como *Relatório Brundtland*. É neste relatório que aparece a definição de desenvolvimento sustentável acima citada, a qual veio a tornar-se clássica.

representam, a longo prazo, um limite à expansão da economia, vez que podem ser ultrapassados indefinidamente através do progresso científico e tecnológico. Essa concepção ficou conhecida como *sustentabilidade fraca* (ROMEIRO, 2003). Cumpre reconhecer, entretanto, que até agora o resultado da acirrada disputa política para determinar o que devam ser o conceito e a prática da sustentabilidade tem apontado para um claro predomínio da economia.

Face ao panorama global esboçado até aqui – um cenário economicamente muito desigual, politicamente instável e ambientalmente insustentável - diversos setores da sociedade têm apontado para a necessidade urgente de que a busca desenfreada por crescimento e competitividade que caracterizam o sistema econômico dominante seja minimamente equilibrada através de um comprometimento igualmente rigoroso com a boa governança, com a inclusão social e com a preservação ambiental (NELSON, 1998; ANNAN, 1999; 2005; WORLD BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT – WBCSD, 1999; 2000; COMISSÃO EUROPÉIA, 2001; IPCC, 2001; 2007; SEN, 2002; WORLD BANK, 2002; GEORGE, 2004; POCHMANN *et al*., 2005; INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL – ETHOS, 1999 a 2007; PNUD, 2005; STERN REVIEW, 2006).

O papel do setor privado no enfrentamento dessas questões tem sido debatido, nos últimos anos, com uma freqüência e intensidade nunca vistas antes. As discussões acerca da responsabilidade social das empresas, as quais se davam de forma rara e marginal até a década de 70, tornaram-se hoje onipresentes, seja nos ambientes corporativos ou nos organismos internacionais, e tanto entre movimentos da sociedade civil quanto nos corredores acadêmicos. Entretanto, mais que a quantidade, é a *qualidade* do debate que mudou. Aparentemente, vem se consolidando um amplo entendimento no sentido de que, enquanto ator social excepcionalmente poderoso e influente, a empresa deve não apenas zelar pelo melhor desempenho possível no exercício de suas atividades, mas também colocar-se formalmente a serviço do bem comum, de modo a remediar as falhas de funcionamento do mercado e o suposto encolhimento (ou incapacidade) do Estado.

Desde que a onda de privatizações e a abertura de mercados ocorridas nas duas últimas décadas promoveram uma transferência maciça de ativos do setor público para o setor privado, as empresas e suas respectivas lideranças passaram a desempenhar um papel cada vez mais crucial – e questionável – na determinação dos rumos que deve tomar o desenvolvimento social, econômico e ambiental ao redor do mundo (KORTEN, 1995;

PAOLI, 2002; DUPAS, 2003; 2005). A face "socialmente engajada" desse papel tem se manifestado de diversas maneiras: vai desde as iniciativas mais benevolentes e publicizadas, geralmente voltadas para atividades filantrópicas ou programas estruturados de investimento social, até a participação ativa das empresas nos debates sobre a formulação de novas políticas públicas, passando finalmente por aquelas influências e pressões menos conhecidas, nem sempre meritórias, que se dão sob a forma de *lobby*.

Entretanto, se o conceito de responsabilidade social empresarial exibe conotações bem-intencionadas e positivas na superfície, ele não deixa de carregar implicações políticas e ideológicas importantes, em níveis mais profundos. Quando se promove a RSE, a idéia de que a empresa privada é, ou deveria ser, o principal agente das mudanças sociais é também afirmada com freqüência (vide Quadro 2) e, nesse caso, cabe evidentemente indagar qual é o tipo de ordem social que está implícita nessa visão de mundo, e onde, numa escala de importância, são colocados os outros atores envolvidos num tal cenário. Afinal, essa é uma discussão que se trava no contexto de um simultâneo descredenciamento do Estado e de uma aplaudida evolução da sociedade civil, "dinâmica", "proativa", "empreendedora".

Quadro 2: A empresa privada como novo bastião da ética

Trecho da entrevista intitulada "A ética bem vivida dá lucro", concedida pela Profª. Drª. Maria Cecília Coutinho de Arruda, coordenadora do Centro de Estudos de Ética nos Negócios da FGV-EAESP, vice-presidente da International Society of Business Ethics and Economics – ISBEE, ao Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial - ETCO,em março de 2004.

Pergunta: Então quer dizer que o Estado teria de contribuir para incentivar atitudes éticas?

Resposta: O Estado em nada contribui para a ética. A legislação é feita de forma antiética. O excesso de taxações é um exemplo. O pagamento de impostos, de tão elevados, chega a ser um socialismo. Só que não estamos desfrutando dos benefícios do socialismo. Se assim fosse, a saúde seria ótima, a educação seria ótima e a segurança também. As próprias empresas teriam condição de trabalhar melhor. O Estado, de certa forma, está forçando a falta de ética das empresas.

Pergunta: Como desatar esse nó?

Resposta: A iniciativa vai partir das empresas. De onde é que surgem hoje os princípios morais? A família, que é o pilar da sociedade, está muito fragilizada. A Igreja, ou as igrejas, não são suficientemente ativas, embora digam de maneira muito superficial o que deve nortear o caráter das pessoas daqui para frente. As escolas estão fraquíssimas. Cuidam de conhecimento, mas não estão formando cidadãos. Pelo menos na maioria das escolas. O Estado, por sua vez, não é modelo. Se olharmos para os grandes líderes políticos, com raras exceções, não são modelos de conduta. Os meios de comunicação apresentam modelos que são muito fora da realidade. O que sobrou? A empresa. A pessoa entra na empresa e aprende disciplina, respeito, responsabilidade, hierarquia, criatividade, aprende a ter iniciativa. Amadurece. Daí, a conclusão: a solução para o Brasil vai partir das empresas.

Fonte: Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial – ETCO, 2006.

Ora, o trecho acima ilustra à perfeição a lógica daquilo que Oliveira (1999) chamou de "totalitarismo neoliberal": isto é, aquelas teorias e práticas políticas que preconizam a privatização da esfera pública, a destituição da fala dos sujeitos e a anulação da política. O

neoliberalismo impõe-se hoje, em grandes e pequenas doses (via Consenso de Washington, Fórum Econômico Mundial, governos de "terceira via" ou declarações professorais), como a ideologia hegemônica que apregoa a prevalência quase que exclusiva do mercado enquanto instituição auto-reguladora tanto da alocação dos recursos econômicos como das relações sociais e da sociabilidade. Este processo se dá por meio de uma desvalorização de tudo aquilo que é público e pela emergência de um pensamento e de uma postura que deslocam-se, ao extremo, do público para o privado, do coletivo para o individual, da solidariedade para a competição. É também deste modo que se constrói o "homem privado"[20] contemporâneo (tão bem tipificado pela *Você S/A* das bancas de revista...), base social, material e psicológica sobre a qual se estriba o neoliberalismo.

Tendo em mente essas constatações preliminares, que nos parecem fornecer o pano de fundo essencial para uma compreensão mais aprofundada do fenômeno estudado, discutiremos a seguir como e por que um número crescente de companhias, em especial as grandes corporações com penetração internacional, têm procurado construir uma reputação como "empresas cidadãs", "responsáveis" ou "éticas", reputação essa idealmente – mas nem sempre – fundamentada em práticas concretas. Faremos, para isso, uma breve retrospectiva das principais transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas no último quarto de século, suficiente apenas para delinear, em grandes traços, o contexto dentro do qual a iniciativa privada passou a ocupar-se de questões que, até alguns anos atrás, eram consideradas irrelevantes para os negócios ou de competência exclusiva do poder público.

2.2. Reconfigurações da política e da economia na globalização neoliberal

O termo *globalização*, popularizado a partir do final dos anos 80, encontra-se hoje literalmente por toda parte, tendo adquirido a aura de um novo paradigma ou *leitmotiv* de nossa época, ainda que a freqüência de seu uso tenha sido acompanhada por igual discordância quanto ao seu real significado. Nem sequer no seio das tradições ideológicas do conservadorismo, do liberalismo ou do socialismo parece haver qualquer unanimidade quanto à caracterização do fenômeno, e menos ainda respostas para os dilemas e contradições que

[20] Arendt (2001) refere-se ao "homem privado" como aquele que existe fora da esfera da política. Numa perspectiva pejorativa, o privado retira do homem sua humanidade verdadeira, uma vez que o coloca em confronto solitário com a natureza, mergulhado nas futilidades da vida individual, cujo único objetivo é sobreviver e perpetuar a espécie. Privado de sua dimensão política, o homem torna-se um mero animal *laborans* e/ou *homo faber*, isolado de todo diálogo e ação com os outros, seus iguais. Tal é a condição do escravo, das mulheres, dos estrangeiros e das crianças na *polis* grega.

vêm no seu bojo. Mas em que pese a diversidade de interpretações oferecidas, é possível identificar uma certa similaridade entre dois tipos de argumentos que se organizam em torno de uma fissura emergente: de um lado, estão os globalistas – aqueles que vêem na globalização um acontecimento histórico real e significativo (neste grupo incluem-se também, mas não exclusivamente, os que dela são entusiastas); de outro lado, estão os céticos – aqueles que a consideram uma construção primordialmente ideológica ou mítica, de valor explicativo secundário. Evidentemente, esta divisão serve apenas para ordenar o campo estudado em termos de tipos ideais, e assim facilitar a identificação dos principais pontos de contato ou dissensão presentes na literatura sobre o tema (HELD e MCGREW, 2001; PETRAS e VELTMEYER, 2001).

Os globalistas geralmente colocam em destaque, embora com ênfases diferenciadas, os aspectos **materiais, espaço-temporais** e **cognitivos** da globalização. Para esses autores, a dimensão material é evidenciada pelos fluxos de comércio, capital e pessoas, e pela infra-estrutura física (transportes, meios de comunicação, sistemas bancários, bolsas de valores e de mercadorias) e simbólica (a Internet, o inglês como língua franca) que lhe dá suporte. A dimensão espaço-temporal, por sua vez, diz respeito à radical flexibilização das limitações impostas pelo espaço geográfico e pelo tempo social num mundo onde as distâncias "encolhem" ao mesmo tempo em que aumenta a velocidade relativa da interação social: esta é a realidade traduzida por expressões como *"em tempo real"* ou *"it's a CNN world"*. Já os aspectos cognitivos da globalização referem-se às maneiras como as mudanças mencionadas afetam os esquemas de percepção, de representação e de inserção no mundo das pessoas afetadas – seja em termos de integração ou de exclusão (HARVEY, 1992; GIDDENS, 1991; 2000; CASTELS, 1999; BAUMAN, 2001; HELD e MCGREW, 2001).

Bartelson (2000), por exemplo, identifica nos discursos contemporâneos três sentidos da idéia de globalização que, simultaneamente, descrevem o processo de mudança que ela representa (espaço de experiência) e funcionam como veículo para a mudança que anunciam (horizonte de expectativa). São eles: **transferência**, **transformação** e **transcendência**.

A globalização como *transferência* enfatiza o intercâmbio de coisas entre unidades pré-constituídas (sejam unidades políticas, econômicas ou culturais). A mudança ocorre no nível dessas unidades, graças à interação entre elas – é um movimento de dentro para fora. Nesse sentido, a globalização seria sinônimo de internacionalização e interdependência, caracterizando-se pela intensificação das trocas - econômicas ou simbólicas - através das fronteiras, sem que se alterem tais fronteiras ou que se modifique a natureza das unidades

participantes. No caso das unidades-Estados, por exemplo, a separação entre o doméstico e o internacional é mantida. A governança se dá por meio do multilateralismo (mais cooperação entre Estados) ou do internacionalismo (busca-se fazer com que o sistema internacional pareça-se o máximo possível com o sistema nacional).

A globalização como *transformação*, por sua vez, refere-se aos processos de mudança que ocorrem no nível do sistema, afetando-o como um todo e afetando também a identidade de suas unidades constitutivas – é um movimento multidimensional de fora para dentro, marcado pela interação entre sistemas e setores, e que relativiza a soberania dos Estados-nação. As unidades (sejam agentes ou Estados) têm sua função circunscrita pelas dinâmicas globais e não possuem poder suficiente para resistir a elas. A governança tende a assumir aí a forma de cooperação entre Estados residuais e de criação de autoridades globais ou regionais.

Por fim, a globalização como *transcendência* des-territorializa e des-temporaliza as práticas humanas, alimentando uma dinâmica essencialmente constituída por fluxos e redes ao invés de unidades e agentes, e na qual o mundo dos objetos é substituído pelo mundo dos signos. Esta dimensão da globalização afeta não somente os atributos dos Estados individuais e a sua identidade, mas subverte as condições mesmo de sua existência enquanto comunidades políticas. Confrontada com a possibilidade de dissolução do Estado soberano e do sistema internacional, a governança se exerce a partir da coordenação entre redes ou estruturas cosmopolitas (BARTELSON, 2000; MILANI e LANIADO, 2006).

Os entusiastas, além de serem globalistas teóricos, tendem a estar ideologicamente alinhados com o mundo dos negócios, isto é, com o mercado. Seus argumentos são expostos em obras como as de Kenichi Ohmae (*Além das Fronteiras Nacionais* e *O Fim do Estado-nação*), Thomas Friedman (*O Lexus e a Oliveira* e *O Mundo é Plano*) ou Jagdish Bhagwati (*Em Defesa da Globalização*). Segundo seus pontos de vista, a globalização é simultaneamente o motor e a conseqüência de uma expansão sem precedentes do livre-comércio mundial, processo que tem sido de tal monta a ponto de esvaziar quase por completo os Estados-nação do poder que costumavam ter. Boa parte dos problemas enfrentados pelos políticos tradicionais, mundo afora, seria resultado dessa perda de poder e de representatividade, fato evidenciado pelo avanço e reposicionamento das sociedades e dos diferentes atores sociais (ONGs, empresas, organismos multilaterais, igrejas, mídia, etc) no jogo do que hoje se convencionou chamar de governança, uma vez que esses atores não se remetem mais às formas tradicionais de hierarquia estatal, não perseguem os objetivos típicos dessa esfera e nem aspiram aos mesmos critérios de desempenho (BADIE, 2006).

Para corroborar suas teses, Ohmae e outros autores de mesmo viés sugerem que várias regiões que hoje não são países podem vir a tornar-se pontos nodais dentro da nova economia mundial (tais como o sudeste da China, Hong Kong, ou a faixa Barcelona-Perpignan), e indagam que tipo de configuração governamental poderia vir a controlá-las. Falam também de um "novo feudalismo", fruto de uma possível hiper-globalização que se consolidaria dentro dos próximos 20 anos, no qual o mundo poderia chegar a possuir algo em torno de 2.000 países (isto é: cidades-Estado que incorporam suas regiões rurais circundantes), o que também inviabilizaria a organização da tutela e da ação governamentais tais como existem hoje (OHMAE, *apud* GIDDENS, 1996).

Este tipo de cenário, ainda que possa parecer improvável, de qualquer sorte exerce influência considerável sobre o presente, porque informa, dentre outras coisas, os discursos e as estratégias no mundo dos negócios. No contexto empresarial moderno, a idéia de globalização não é um mero conceito analítico, mas sim ideológico, o qual exprime uma certa orientação em relação ao futuro. Uma orientação guiada, acima de tudo, pela preocupação em criar por toda parte *"um ambiente propício aos negócios e ao investimento"*, tal como definido pelos parâmetros da doutrina neoliberal, e que se caracteriza pelo enxugamento das funções do Estado (exceto aquelas necessárias para proteger os interesses do capital), pela abertura indiscriminada dos mercados internos ao comércio internacional, pela desregulamentação da atividade econômica em todos os níveis e pela comodificação do trabalho e do meio ambiente (HARVEY, 2005).

Segundo o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, um dos principais paladinos desta nova arquitetura política no Brasil,

> *"Intimamente vinculada à questão da globalização econômica é a mudança no papel do Estado. A globalização significa que as variáveis externas passaram a ter influência acrescida nas agendas domésticas, reduzindo o espaço disponível para as escolhas nacionais. (...) A globalização modificou o papel do Estado num outro aspecto. Alterou radicalmente a ênfase da ação governamental, agora dirigida quase exclusivamente para tornar possível às economias nacionais desenvolverem e sustentarem condições estruturais de competitividade em escala global. Isto não significa necessariamente um Estado menor, muito embora este também seja um efeito colateral desejável da mudança de ênfase, mas certamente pede um Estado que intervenha menos e melhor."* (CARDOSO, 1996).

Para os céticos, por outro lado, a globalização, se entendida como internacionalização da economia mundial, é um processo bastante antigo, já identificado por Marx em meados do século XIX, no *Manifesto Comunista*, como uma tendência inerente ao capitalismo, dada a busca permanente deste último por novos e maiores mercados (ARRIGHI, 1997; HIRST e THOMPSON, 2002). Segundo Arrighi (1997), o incremento do comércio internacional, a mobilidade dos fluxos de capital, as grandes corporações presentes nos quatro cantos do planeta e o papel das instituições financeiras na economia global não constituem inovações neoliberais surgidas apenas nos últimos 30 anos, e as especificidades das transformações atuais poderiam ser bem melhor compreendidas se estendêssemos o horizonte de tempo de nossa análise de modo a abarcar todo o tempo de existência do capitalismo mundial.

Dentro dessa perspectiva mais longa, a "financeirização" da economia, o aumento da competição entre países por capital móvel, as rápidas mudanças tecnológicas e organizacionais, e a instabilidade das condições econômicas sob as quais os Estados-nação operam – todos esses elementos, considerados isoladamente ou em conjunto enquanto componentes de uma configuração temporal particular, representariam aspectos recorrentes do que Arrighi (1997) chama de "ciclos sistêmicos de acumulação". Além disso, no plano político, a expansão do capitalismo sempre foi marcada pela exploração e pela violência direta, tendo sido responsável por guerras e pela imposição de escravidões e autoritarismos dos mais variados matizes – logo, tampouco nesse aspecto aquilo que presenciamos hoje seria tão diverso do que o passado relativamente recente já testemunhou.

Por outro lado, a miséria e a extrema desigualdade que caracterizam o mundo contemporâneo são muito freqüentemente atribuídas à globalização, embora os entusiastas rebatam esta acusação dizendo que a pobreza que ainda persiste no planeta é residual e que, à medida em que aumente a integração dos mercados globais, os pobres ver-se-ão livres da penúria. O discurso e as políticas do Banco Mundial, do FMI e da OMC ecoam firmemente essa crença, e exercem pressão sobre os países em desenvolvimento para que abram suas portas ao comércio estrangeiro e se integrem cada vez mais à economia mundial. Os críticos, por sua vez, argumentam que pobreza e globalização estão nitidamente correlacionados, sobretudo para os habitantes da América Latina, Ásia e Europa Central (AMIN, 2004; MUNCK, 2004; SINGER, 2004). Segundo eles, encontrar-se excluído dos benefícios do sistema econômico mundial não é simplesmente uma questão de estar "fora" do sistema, mas resulta antes da maneira como certos países estão integrados a ele:

> *"É claro que se o oposto da exclusão social é a integração, então os países do Hemisfério Sul sempre estiveram integrados às estruturas da economia mundial, seja através do colonialismo, do neo-colonialismo, da dependência ou da 'nova dependência' criada pela globalização. Portanto não é a integração ao sistema mas a natureza dessa integração que está em jogo".* (MUNCK, 2004: 24).[21]

A esta altura, parece-nos importante distinguir entre os dois fenômenos – globalização e neoliberalismo – pois, embora estejam intimamente relacionados entre si, referem-se a dois conjuntos distintos de mecanismos. Enquanto a globalização diz respeito à expansão material e simbólica do capitalismo por todo o planeta, sem que se vislumbre no presente qualquer outro modelo capaz de oferecer-se como alternativa, o neoliberalismo é o *corpus* teórico e a ideologia que dão suporte a esse projeto político-econômico, cuja finalidade última não vem a ser o desenvolvimento da periferia (como afirmam muitos de seus arautos) nem tampouco a mera acumulação de capital pelo centro. A finalidade do neoliberalismo consiste, antes de mais nada, em restabelecer o poder, a renda e a riqueza das frações superiores das classes dominantes, após um período de perdas sofridas durante as décadas do "pacto keynesiano" (SKLAIR, 2001; DUMÉNIL e LÉVY, 2004; 2005; HARVEY, 2005; MUNCK, 2005).

Na opinião desses autores, existe um dramático contraste entre o capitalismo dos últimos 25 anos e aquele das décadas imediatamente após a Segunda Guerra Mundial. A configuração capitalista do primeiro período, geralmente referida como o "pacto keynesiano", caracterizou-se por altas taxas de crescimento, contínuas mudanças tecnológicas, baixos índices de desemprego, aumento do poder de compra e a implantação de um sólido sistema de bem-estar social nos países desenvolvidos. Esta nova ordem mundial, forjada nos acordos de Bretton Woods e na criação de instituições internacionais tais como as Nações Unidas, o Banco Mundial e o FMI, foi acompanhada pelo surgimento de uma variedade de governos sociais democráticos, democrático-cristãos e dirigistas na Europa do pós-guerra, ao mesmo tempo em que os Estados Unidos adotavam um regime liberal democrático e supervisionavam a adoção de uma democracia nominal também no Japão. O que todos esses governos tinham em comum era a firme convicção de que o poder e os recursos estatais deveriam ser utilizados em conjunto com os mecanismos de mercado (ou, se fosse o caso, em substituição a eles) para fomentar o bem estar da população como um todo. Estava implícito, em tal resolução, que o

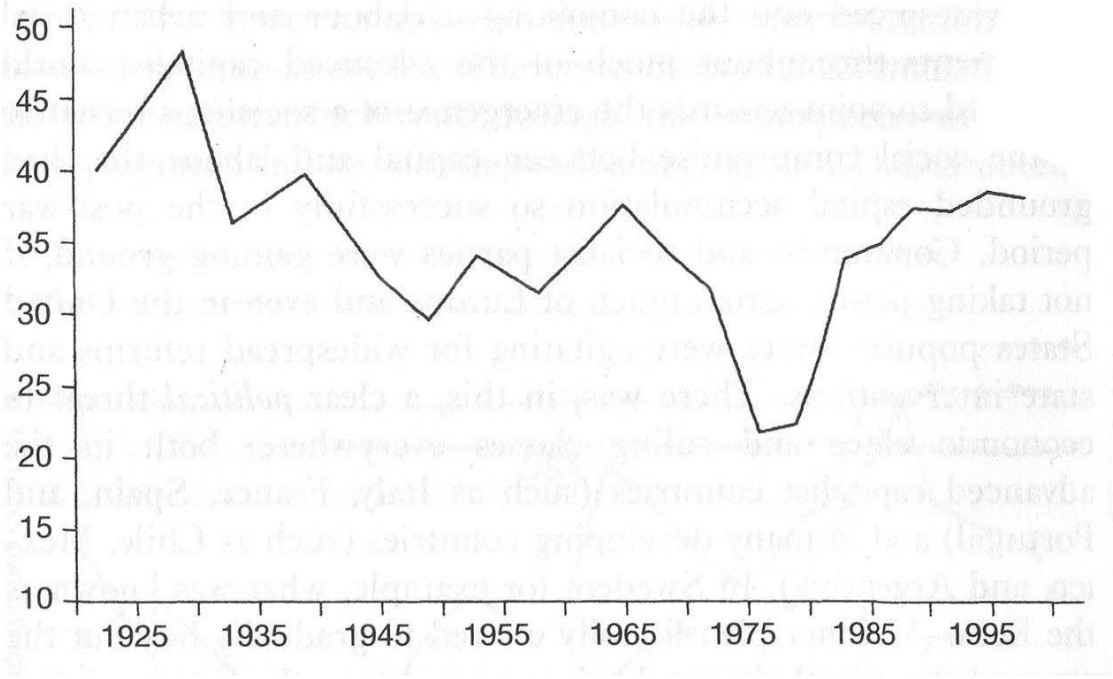
[21] Em inglês no original; tradução minha.

poder das classes superiores deveria ser restringido e concedida uma fatia muito maior do "bolo econômico" às classes trabalhadoras (HOBSBAWM, 2001; HARVEY, 2005).

Mas na transição dos anos 70 para os anos 80 o funcionamento do capitalismo sofreu profundas transformações, tanto nos países centrais (Estados Unidos, Canadá, Europa e Japão) como nos periféricos. A situação deteriorou-se durante a década de 70, quando a economia mundial passou a enfrentar uma crise marcada por desequilíbrios fiscais, ondas de desemprego, inflação acelerada e taxas de juros negativas. O impacto dessa crise estrutural resultou em descontentamento generalizado, não só entre as classes trabalhadoras, mas também entre as classes mais abastadas dos países centrais, devido à perda significativa de ativos por parte destas últimas, notadamente nos Estados Unidos, Grã-Bretanha e França.

Alguns estudos e pesquisas fornecem-nos dados importantes relativos à concentração da renda e da riqueza, durante os últimos 90 anos, nos países que serviram de berço ao neoliberalismo. É provavelmente difícil encontrar uma série que demonstre melhor as raízes do credo neoliberal do que a da Figura 2, por exemplo. A variável é a fatia da riqueza total detida pelo 1% mais rico da população nos Estados Unidos, no período compreendido entre 1922 e 1998.

Figura 2: O *crash* da elite econômica nos anos 1970: fatia da riqueza total detida pelo 1% mais rico da população nos Estados Unidos, 1922-1998.



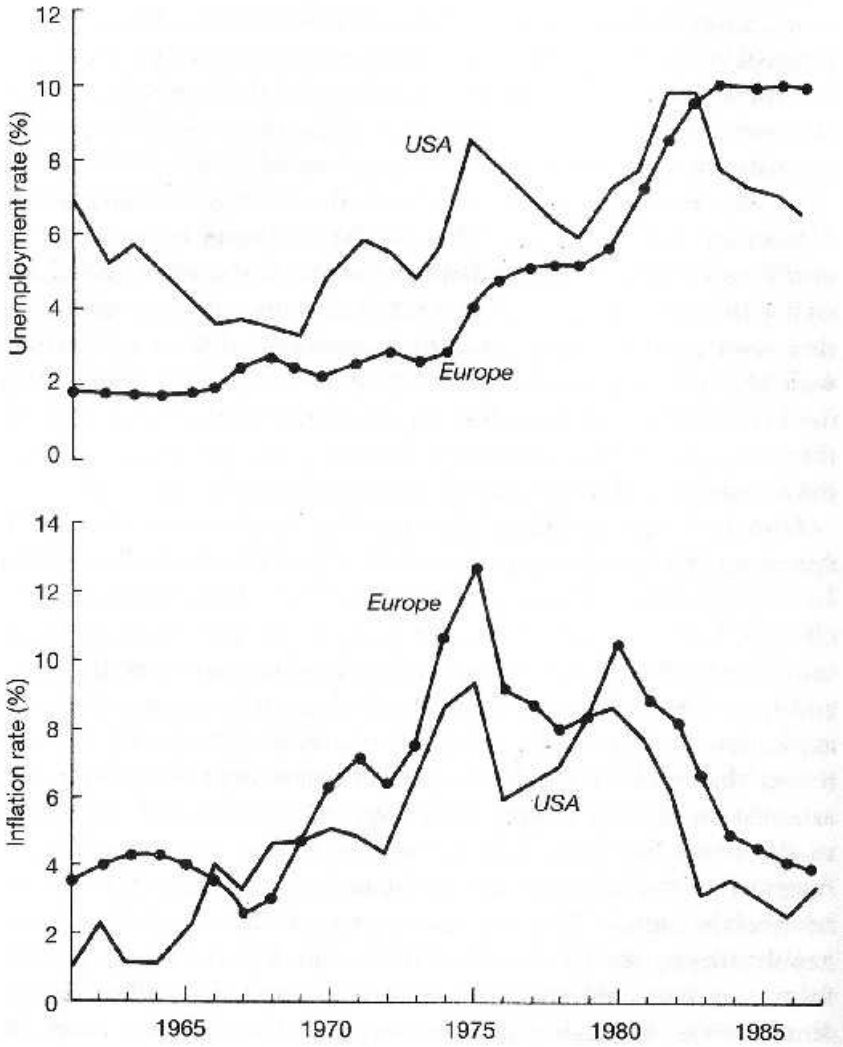
Fonte: Duménil e Lévy, 2005.

Como se pode ver, este privilegiado 1% costumava controlar cerca de 35% da riqueza total até 1970. Tal percentual caiu para pouco mais de 20% durante os anos 70, quando a

rentabilidade do capital despencou, os dividendos distribuídos pelas empresas eram magros e esparsos, as taxas de juros muitas vezes negativas e o mercado de ações estagnou-se. Evidentemente, a renda e a riqueza das classes dominantes foi fortemente afetada por essas condições - fato que, visto por outro ângulo, também pode ser lido como uma profunda diminuição da desigualdade (DUMÉNIL e LÉVY, 2004; 2005).

Mas embora o fosso entre as classes trabalhadoras e as elites econômicas tenha encolhido durante o período, a crise de acumulação do capital afetou a todos indiscriminadamente, em virtude de uma combinação nefasta: desemprego crescente e inflação acelerada, como se pode ver na Figura 3.

Figura 3: A crise econômica dos anos 70: inflação e desemprego nos Estados Unidos e na Europa, 1960-1987.



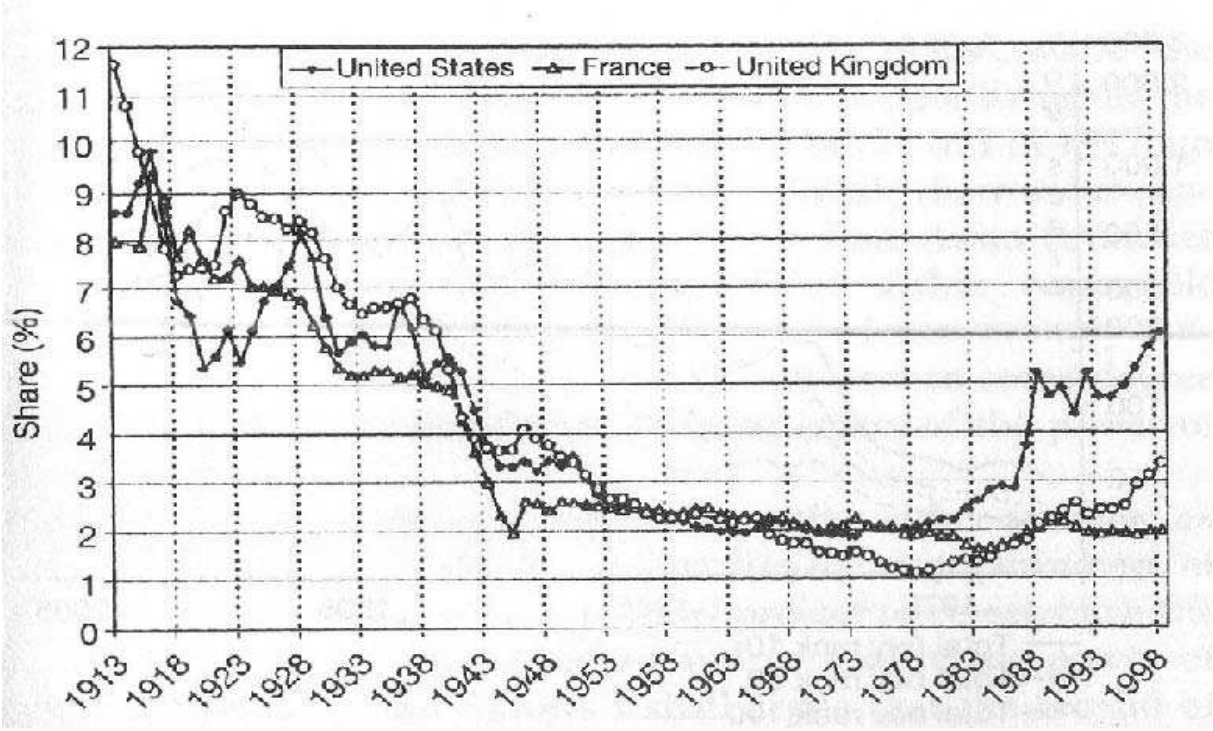
Fonte: Harvey, 2005.

Durante a crise, a união que se estabeleceu entre os movimentos trabalhistas e os movimentos sociais urbanos parecia apontar para o surgimento de uma alternativa socialista ao modelo

keynesiano agonizante. Os partidos comunistas e socialistas vinham ganhando terreno na Europa, e mesmo nos Estados Unidos as forças populares demandavam reformas e intervenção estatal. Havia, portanto, uma clara ameaça política às elites econômicas e às classes dominantes, tanto no mundo capitalista avançado como em vários dos países em desenvolvimento. Por esse motivo, e em face das medidas tomadas subseqüentemente para corrigir tal situação (o golpe de Pinochet no Chile, a abertura ao "comunismo de mercado" na China, a chegada ao poder de Margareth Thatcher e de Ronald Reagan, o apoio aos golpes militares na América Latina, etc), as evidências sugerem que a virada neoliberal está, de algum modo e até certo ponto, associada à restauração do poder das elites econômicas (DUMÉNIL e LÉVY, 2004; 2005; HARVEY, 2005; MUNCK, 2005).

Após a implementação das políticas neoliberais no final dos anos 70, o 0.1% da população com renda mais alta nos Estados Unidos aumentou sua fatia da renda nacional de 2%, em 1978, para mais de 6% em 1999 (HARVEY, 2005), fenômeno que replicou-se de maneira semelhante na Grã-Bretanha e na França, como ilustrado pela Figura 4.

Figura 4: A restauração do poder de classe: fatia da renda nacional detida pelo 0.1% superior da população- EUA, Grã-Bretanha e França, 1913-1998.



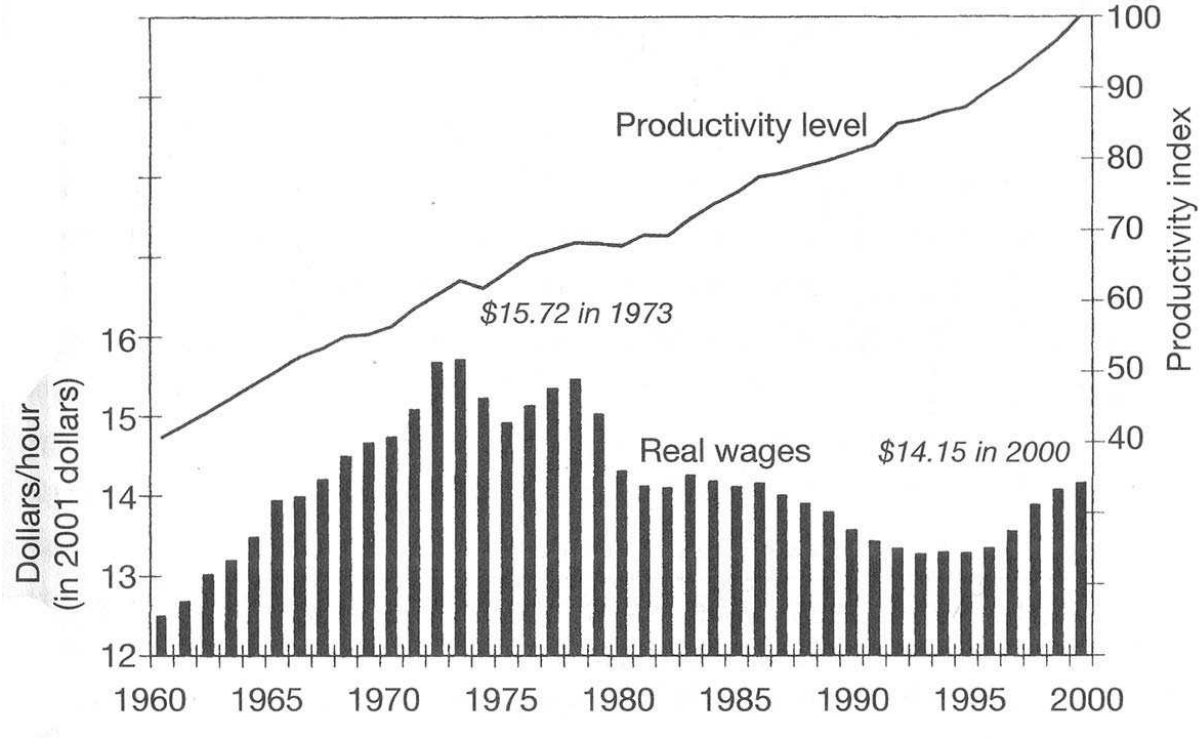
Fonte: Harvey, 2005.

Paralelamente, a acumulação de capital nas economias líderes gerou um progresso técnico que elevou a produtividade do trabalho a níveis altíssimos: tão altos, que o consumo do 'trabalho vivo' de uma considerável parte da força de trabalho começou a tornar-se irrelevante,

transformando-a portanto em uma massa marginal, não-funcional para a acumulação (OLIVEIRA, 2006). Este é o motivo que está por trás da perda da centralidade do trabalho, fenômeno que tanta atenção mereceu das Ciências Sociais nos anos 80 e 90[22].

Por isso mesmo, o longo declínio dos salários reais prosseguiu inexorável. Nos Estados Unidos, o salário mínimo federal, que em 1980 equiparava-se à linha da pobreza, em 1990 havia despencado 30% em relação a ela.

Figura 5: O ataque ao trabalho: salários reais e produtividade nos Estados Unidos, 1960-2000.



Fonte: Pollin, 2003.

Muitos dos países mais ricos do mundo acostumaram-se, ao longo da década de 80,

> *"com a visão diária de mendigos nas ruas, e mesmo com o espetáculo mais chocante de desabrigados protegendo-se em vãos de portas e caixas de papelão (...). Em qualquer noite em 1993 em Nova Iorque, 23 mil homens e mulheres dormiam na rua ou em abrigos públicos. (...) No Reino Unido, 400 mil pessoas foram oficialmente classificadas como 'sem-teto'. Quem, na década de 1950, ou mesmo no início da de 1970, teria esperado isso?"* (HOBSBAWM, 2001: 396).

Contudo, os reflexos da política neoliberal foram, e continuam sendo, ainda mais drásticos

[22] Veja-se, a esse respeito, os trabalhos de Gorz (1982), Offe (1989) e Nun (2000).

para as classes trabalhadoras dos países periféricos, que nunca desfrutaram dos direitos sociais ancorados no Estado de bem-estar social - essa sociabilidade de cunho solidário gestada nos países centrais durante os "anos dourados".

A combinação de trabalho barato com a "financeirização" do capital gerou o formidável fenômeno da primazia do capital financeiro em relação ao capital produtivo:

> *"Movimentos em tempo real do capital fictício, transitando entre bolsas e mercados financeiros com a rapidez da luz. O deslocamento de fábricas para periferias tão remotas que antes não contavam nada para a acumulação mundial, Coréia do Sul e Taiwan, depois Indonésia, Malásia e Filipinas. E agora sobretudo a China,uma enorme massa de capital financeiro circulando, uma especulação bursátil que confirmava essa massa, que mal se sustenta nos dias de hoje e que, na interpretação de Chesnais, é o sinal de sua fragilidade. Um capital de imagens que torna a marca seu principal* atout*, comandado por uma digitalização e molecularização que mudou radicalmente a linguagem e as referências do próprio cotidiano e permite uma forma de capital que atua como virtual(...). É a forma suprema do trabalho abstrato, afinal, lograda pelo sistema capitalista."* (OLIVEIRA, 2006: 274).

A América Latina, com sua tradição de autoritarismo político e a de concentração do poder nas mãos do executivo, assistiu à primeira experiência neoliberal no Chile, onde a ditadura do General Pinochet representou uma reação das elites empresariais locais - apoiada pela CIA, pelo então Secretário de Estado dos EUA, Henry Kissinger, e pelas empresas norte-americanas - ao governo socialista de Allende. Em seguida veio o golpe militar na Argentina, similarmente motivado e apoiado; depois a Bolívia, em 1985, e nos anos 90 as políticas neoliberais foram aprofundadas por Menem na Argentina, Pérez na Venezuela e Fujimori no Peru. No Brasil, elas tiveram início nos governos de Collor de Mello e de Itamar Franco, mas consolidaram-se efetivamente durante os dois mandatos do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), de 1995 a 2002 (HARVEY, 2005; OLIVEIRA, 2006).

O período FHC aprofundou, em grau e qualidade até então inéditos, o desmanche iniciado pelos dois presidentes anteriores. A privatização converteu-se em um dos pilares do plano de estabilização econômica, o Plano Real, e entre 1995 e 1998 foram vendidas 30 empresas

controladas pelo governo federal, dentro do Plano Nacional de Desestatização (PND)[23]. O PND também previa a concessão, para a exploração da iniciativa privada, de bens e serviços considerados de utilidade pública; no intuito de viabilizar tal transferência de responsabilidades, mudanças institucionais importantes foram introduzidas, permitindo a inclusão de empresas de telecomunicações, eletricidade, navegação de cabotagem, gás e petróleo, até então monopólios estatais. De acordo com essa opção estratégica, o Estado deveria concentrar sua atuação no papel de regulador, e não mais no de provedor econômico. Provocou-se assim o desmoronamento do tripé empresas estatais/ empresas privadas nacionais/ empresas multinacionais, conferindo predominância a estas últimas e transferindo o centro das decisões internas para os principais eixos externos de acumulação do capital (OLIVEIRA, 2006).

Destarte, as reformas neoliberais gozam hoje de uma solidez desconcertante, já que - graças às transformações que introduziram no tecido social dos países onde foram implantadas - adquiriram bases fortemente materiais. No Brasil, em particular, as instituições que geravam crescimento econômico no passado, e que poderiam prover uma plataforma para a geração de empregos e distribuição de renda e riqueza no futuro, foram desmontadas de forma sistemática, deliberada e abrangente, não podendo ser recuperadas simplesmente por decreto. As classes médias encolheram, a classe trabalhadora industrial sofreu perdas e retrocessos, o serviço público foi desfigurado, e o potencial de organização, mesmo daqueles setores mais mobilizados, foi profundamente abalado; não é à toa que o sindicalismo entrou em declínio acelerado desde então (SAAD-FILHO, 2005).

Transformações assim tão abrangentes e profundas não ocorrem por acaso. O fato é que, a partir da década de 70, a maioria dos Estados optou por alguma variação do modelo neoliberal: desde a China comunista pós-Mao até os novos países surgidos do colapso da ex-União Soviética, passando pela África do Sul pós-*apartheid*, pelas ex-ditaduras sul-americanas, por quase todos os países asiáticos, e até mesmo por antigas democracias sociais como a Suécia e a Nova Zelândia. Mas a implantação de tal modelo demandou sempre, em todos os casos, a mão firme dos governos e uma *construção ativa* do sistema de livre-mercado por parte dos mesmos, bem ao contrário da visão "naturalista" dos ideólogos neoliberais (MUNCK, 2005). Como claramente demonstrou Polanyi (2000), ao escrever sobre a primeira

[23] No governo Collor, entre 1990 e 1992, foram vendidas 18 empresas, ao passo que no governo Itamar, entre 1993 e 1994, venderam-se 15 empresas. No conjunto, entre 1991 e 1998 foram privatizadas 63 empresas controladas pelo governo federal. O ingresso total gerado por essas vendas, entre 1990 e 1998, foi de US$ 62.087 milhões de dólares (ALMEIDA, 1999).

"grande transformação" da Revolução Industrial no século XIX, o surgimento dos mercados nacionais não foi nunca resultado da emancipação gradual e espontânea da esfera econômica em relação ao controle governamental. Na verdade, o sistema de mercado é conseqüência de uma intervenção consciente e muitas vezes violenta por parte do Estado, que o impõe como forma de organização da sociedade, por motivos variados, e que resulta em vencedores e perdedores muito claramente definidos (POLANYI, 2000).

Enquanto teoria, o neoliberalismo afirma que a melhor maneira de fazer avançar o bem-estar humano é através do estímulo às liberdades e aos talentos empreendedores individuais, dentro de um quadro institucional caracterizado pela estabilização macroeconômica, por forte proteção aos direitos de propriedade privada, pela desregulamentação dos mercados, desestatização da economia e pelo livre-comércio. O papel do Estado deve restringir-se a criar e manter este ambiente institucional favorável, o qual pressupõe ainda a adoção de privatizações em larga escala (inclusive com a criação de mercados onde eles porventura não existam ainda, em áreas tais como terra, água, educação, saúde, seguro social ou poluição ambiental), uma acentuada redução das intervenções estatais no que tange ao desenvolvimento e ao bem estar social, e uma nova subordinação do trabalho e da gestão em favor dos investidores e acionistas (BOURDIEU, 1998; GEORGE, 1999; HARVEY, 2005).

Para o neoliberalismo, o mercado significa racionalidade porque conduz à alocação eficiente de recursos. A intervenção governamental, por sua vez, é julgada indesejável porque supostamente transgride tal racionalidade e conspira tanto contra a eficiência como contra a liberdade dos agentes. Esta dicotomia, onde o Estado é visto como fonte de todo o mal e todo o atraso, e onde se presume que as liberdades individuais emanem do mercado e sejam garantidas por ele, remonta às idéias em favor do capitalismo concorrencial desenvolvidas por Frederick Hayek durante a Segunda Guerra Mundial, e sua posterior popularização durante os anos 70 por Milton Friedman. Aliás, ela é exemplificada pelo trecho a seguir, no qual o autor busca qualificar, através de uma enfática escolha de adjetivos, as duas únicas opções que afirma existirem:

> *"Fundamentalmente, há dois meios de coordenar as atividades econômicas de milhões. Um é a direção central utilizando a* ***coerção*** *– a técnica do Exército e do* ***Estado totalitário*** *moderno. O outro é a* ***cooperação voluntária*** *dos indivíduos – a técnica do* ***mercado****."* (FRIEDMAN, 1977:21).[24]

[24] Grifos meus.

Igualmente elucidadora da visão de mundo neoliberal é a famosa argumentação elaborada por Margareth Thatcher no curso de uma entrevista concedida a uma revista feminina:

> *"Eu acho que nós passamos por um período durante o qual as pessoas foram levadas a crer que, se elas têm um problema, compete ao governo resolvê-lo. 'Estou com um problema, vou arranjar uma bolsa'. 'Estou sem casa, o governo precisa me fornecer moradia'. Elas estão jogando seus problemas para a sociedade. E a sociedade não existe. O que existe são homens e mulheres individuais, e existem famílias. Nenhum governo pode fazer nada a não ser através das pessoas, e as pessoas precisam cuidar de si mesmas em primeiro lugar. É nosso dever cuidar de nós mesmos e, depois, cuidar do nosso próximo. As pessoas têm muita consciência de seus direitos, mas não de suas obrigações. Não existem direitos, a menos que alguém tenha primeiro cumprido uma obrigação."*[25] (THATCHER, 1987).

Mas a lógica do discurso neoliberal, tão bem sintetizada nos dois trechos citados acima, é dissecada e desnudada por Bourdieu e Wacquant (2000) como segue:

> *"Como todas as mitologias da idade da ciência, a nova vulgata planetária apóia-se numa série de oposições e equivalências, que se sustentam e contrapõem, para descrever as transformações contemporâneas das sociedades avançadas: desinvestimento econômico do Estado e ênfase nas suas componentes policiais e penais, desregulamentação dos fluxos financeiros e desorganização do mercado de trabalho, redução das proteções sociais e celebração moralizadora da 'responsabilidade individual':*

MERCADO	***ESTADO***
Liberdade	*Coerção*
Aberto	*Fechado*
Flexível	*Rígido*
Dinâmico, móvel	*Imóvel, paralisado*
Futuro, novidade	*Passado, ultrapassado*
Crescimento	*Imobilismo, arcaísmo*
Indivíduo, individualismo	*Grupo, coletivismo*
Diversidade, autenticidade	*Uniformidade, artificialidade*
Democrático	*Autocrático, totalitário."*

[25] Original em inglês; tradução minha.

Ora, como demonstra Wallerstein (2007), desde que a economia-mundo capitalista entrou em vigor, há cerca de quinhentos anos, e expandiu-se de seu berço original (partes da Europa e partes da América) até abarcar, do século XIX em diante, toda a Terra, seu avanço tem sido sempre justificado pela suposta necessidade de levar salvação aos bárbaros: ora a evangelização dos povos, ora o progresso da ciência, ora os direitos humanos, ora a panacéia dos mercados desregulados. O conquistador invariavelmente caracteriza o Outro (que no caso em tela bem poderia ser o Estado soberano e burocrático) como "atrasado" e "incapaz".

Cumpre, entretanto, separar este neoliberalismo teórico e utópico do neoliberalismo real: se o primeiro, enquanto sistema de pensamento, apregoa a livre concorrência como solução para todos os problemas e como a via régia rumo ao bem-estar coletivo, o segundo é, em termos práticos, um conjunto de políticas que concretamente têm levado à consolidação de oligopólios e monopólios (vide Item 2.3, a seguir), exacerbado o autoritarismo e a assimetria nas relações de poder entre corporações e indivíduos, produzido especulação e volatilidade financeira além de instabilidade crônica, redundado na restauração do poder de classe e, finalmente, corroído formas elementares de solidariedade social e até a própria noção de sociedade, como Thatcher sugeriu (HARVEY, 2005).

> *"A ideologia neoliberal, numa definição ampla, deve ser considerada, então, uma apologia abstrata do mercado que se aplica, de um modo geral, sempre e quando tal aplicação interessar ao capital financeiro, ao imperialismo e à grande burguesia monopolista, ficando prejudicada toda aplicação que for incompatível com tais interesses."* (BOITO JR., 1999).

Segundo Beck (2003), o Estado afigura-se dispensável nos dias de hoje, pois que o mercado se encarrega de tudo. No que tange à cultura da liberdade, a posição da maioria das pessoas é ambivalente: a liberdade política pouco significa, mas a liberdade de consumo é tudo, e *"a diferença entre ambas é escamoteada pelo espetáculo dos dez ou quinze tipos de manteiga ou de pizza entre os quais podemos escolher."*(BECK, 2003). Graças à disseminação da ideologia do consumismo, a "liberdade" em tempos neoliberais torna-se meramente "liberdade de empreender e de comprar", abrindo-se assim as comportas para todos os tipos de *liberdades negativas* – criminalidade, exploração, violência, anomia (HARVEY, 2005; MUNCK, 2005; OLIVEIRA, 2006). De acordo com a análise efetuada por Oliveira (2006), a absolutização do mercado desemboca numa forte *privatização*, no sentido arendtiano da palavra: os indivíduos são jogados aos seus espaços privados, à solidão e à insegurança que brotam exatamente da privação do espaço público – espaço por excelência do dissenso e da

alteridade. Afinal, é a esfera pública que possibilita uma suspensão do Estado hobbesiano, e sua dissolução significa voltar aos conflitos primitivos, onde o objetivo principal é eliminar o inimigo... ou o concorrente (OLIVEIRA, 2006).

2.3. As empresas no cenário contemporâneo: um poder contestado

Paralelamente à emergência do neoliberalismo, ao esvaziamento do espaço público e à multiplicação das iniciativas espontâneas da sociedade civil, temos assistido, durante os últimos 20 anos, a uma explosão de retórica em torno da noção de responsabilidade social empresarial. Estimuladas e apoiadas por instituições do porte das Nações Unidas, as companhias (sobretudo as grandes corporações transnacionais[26]) têm gasto quantidades surpreendentes de tempo e dinheiro para garantir ao público que as condições de trabalho de seus empregados vêm sendo continuamente melhoradas, que todos os tipos de cuidados e padrões ambientais têm sido cuidadosamente observados, e que elas estão profundamente comprometidas na luta contra a pobreza.

O fenômeno manifesta-se de maneira mais flagrante nos países industrializados da América do Norte e da Comunidade Européia, onde está sediada a maioria das empresas que possuem atuação e influência globais, e onde o nível de informação da população é geralmente mais elevado. Trata-se, entretanto, de uma tendência que tem avançado sistematicamente e que já pode ser percebida em grande parte dos países capitalistas e democráticos contemporâneos, com particular destaque para o Brasil (DUNFEE e WERHANE, 1997; ENDERLE, 1997; MACINTOSH *et al*., 2001; SROUR, 1998; 2000; CARROLL, 1999; BALLET e DE BRY, 2001; PRÊMIO ETHOS-VALOR, 2002; 2003; 2004; 2005; 2006; GRAYSON e HODGES, 2002; MATTEN e MOON, 2004).

Parece existir uma relação bastante estreita, ou pelo menos uma clara coincidência histórica e temporal, entre o crescimento dessa manifesta preocupação com a ética, ou com a responsabilidade das empresas *vis-à-vis* da sociedade, e o fato de que as exigências do mercado (representado principalmente pelas instituições financeiras e pelas grandes companhias transnacionais) vieram a assumir, durante o mesmo período, o valor de verdade única e universal. Como vimos no item anterior, esta preponderância é tamanha que hoje os

[26] Uma corporação transnacional é uma empresa que controla ativos de entidades situadas em economias outras que não a sua própria economia doméstica, geralmente detendo uma participação em capital acionário. Uma participação de 10% ou mais das ações ordinárias, ou o poder de voto, no caso das empresas de capital aberto (ou o equivalente, no caso das empresas de capital fechado), é considerado o patamar a partir do qual se pode falar em controle de ativos (UNCTAD, 2004).

Estados limitam-se a governar *para* essas exigências, e não *por causa* delas. Segundo Oliveira e Santos (2005), isso implica regular a sociedade para que ela se curve aos interesses econômicos e, no caso específico do Brasil, tem significado também uma extroversão da política nacional, já não mais determinada internamente, mas tornada refém dos capitais internacionais.

Outra coincidência digna de nota é que a RSE se desenvolve como discursividade por volta da mesma época em que os processos de globalização provocam o descolamento entre economia produtiva e economia financeira – isto é, a legitimidade da hegemonia capitalista transnacional passa a ser atacada, entre outras coisas, devido aos catastróficos desinvestimentos que a economia virtual provoca na economia real. Decorre daí um sem-número de conflitos, nos quais as prioridades corporativas chocam-se frontalmente com as prioridades do indivíduo, das comunidades e, não raro, até mesmo do planeta.

Como conseqüência, os movimentos de grupos organizados da sociedade empenhados em protestar e insurgir-se contra a hegemonia da globalização neoliberal têm se multiplicado paralelamente: são criadas ONGs, realizados boicotes, greves, passeatas e fóruns nacionais e internacionais de resistência. O Fórum Social Mundial, realizado pela primeira vez em 2001 em Porto Alegre, na esteira das vigorosas manifestações altermundistas ocorridas em Seattle, Davos, Washington, Praga e Montreal, talvez seja o exemplo mais cabal e importante desses movimentos globais de contestação, ao propor-se como um *"processo mundial permanente de busca e construção de alternativas às políticas neoliberais*" e de oposição *"a um processo de globalização comandado pelas grandes corporações multinacionais e pelos governos e instituições internacionais a serviço de seus interesses, com a cumplicidade de governos nacionais"* (FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, 2002).

Dada a crescente disparidade entre as demandas sociais e a impossibilidade do Estado atendê-las de modo convencional, não é de surpreender que os meios de ação coletiva principais sob o neoliberalismo sejam definidos e articulados através de grupos particulares, não eleitos, que passam a reivindicar o caráter público de seus interesses, exigindo reconhecimento, regulação e salvaguardas para suas instituições. Esta nova sociedade civil contemporânea tem paulatinamente ocupado os enormes espaços vazios deixados pelos governos, e assim uma miríade de associações civis autônomas tem se incorporado à vida pública, criadas a partir de bairros, de iniciativas culturais, ambientais ou econômicas de caráter local, ou ainda sob a forma de redes transnacionais de solidariedade, de organizações não-governamentais

defensoras de agendas variadas, etc[27]. Alguns destes movimentos lutam por bens materiais (terra, água, trabalho, seguridade social), outros enfocam bens não-materiais (direitos culturais das minorias, direitos humanos, direito de soberania nacional, etc); muitos deles pretendem uma distribuição de poder mais equilibrada e democrática entre os atores sociais, e apontam na direção de uma transformação política e social da ordem dominante[28] (DUPAS, 2003; 2004; HARVEY, 2005; DELLA PORTA e TARROW, 2005; MILANI e LANIADO, 2006).

A partir da década de 80, um número crescente de grupos independentes, de movimentos sociais e de organizações da sociedade civil (OSC) colocou-se como tarefa principal dar visibilidade às práticas corporativas tidas como irresponsáveis[29], atuando de forma investigativa, fazendo uso das modernas técnicas de comunicação para promover os direitos humanos, ambientais e trabalhistas nos níveis locais, nacionais e global, e exigindo maior prestação de contas e controle das atividades empresariais. Sua pauta de mobilização tem girado primordialmente em torno dos seguintes pontos (KARLINER, 1997):

- Dar às pessoas a informação e o poder necessários para que tomem decisões sobre assuntos relevantes para suas vidas no curto, médio e longo prazos, tais como a utilização de recursos, as condições ambientais e de trabalho;
- Promoção de comércio justo e sustentável, que remunere os trabalhadores com salários decentes e proteja o meio ambiente;

---

[27] No Brasil, em particular, e em diversos outros países da periferia do capitalismo, a noção de cidadania evoluiu a partir da década de 80 graças a dois momentos históricos críticos: 1) os processos de democratização pós-ditaduras (militares ou outras), os quais deram ímpeto à expansão dos movimentos sociais autônomos e politizados; e 2) as reformas neoliberais de desregulamentação estatal da economia, que favoreceram a emergência das ONGs profissionalizadas, proponentes de padrões de ação coletiva geralmente vinculados a critérios territoriais e temáticos. No Brasil, esse fenômeno tomou corpo sobretudo a partir da Conferência do Rio, em 1992 (DAGNINO, 2002; DUPAS, 2003).

[28] Segundo a ABONG (2007), a expressão "terceiro setor" tem sido utilizada para referir-se às organizações da sociedade civil sem fins lucrativos de uma forma geral, reunindo segmentos com identidades totalmente diversas, tais como as entidades filantrópicas, os institutos empresariais e as ONGs. A inclusão destas últimas no universo chamado de "terceiro setor" implica, contudo, em problemas de ordem conceitual, política e de identidade.
A expressão "terceiro setor" projeta uma idéia de indiferenciação, unidade, convergência, consenso. Em torno dessa expressão, as trajetórias históricas concretas de vários segmentos da sociedade civil brasileira, que sempre atuaram com base em diferentes valores, perspectivas e alianças, são re-significadas e diluídas por um conceito homogeneizador. A sociedade civil organizada no Brasil é extremamente diversa, plural e heterogênea, construída ao longo de séculos e marcada por processos brutais de exclusão, concentração de renda e violação de direitos. É natural, portanto, que também suas organizações expressem os conflitos e contradições existentes em nossa sociedade.

[29] Como por exemplo: CorpWatch, Friends of the Earth, IBASE, Adbusters, Multinational Monitor, ATTAC, Human Rights Watch, Via Campesina, Corporations and Health Watch, Oilwatch etc.

- Acesso a empregos e serviços locais;
- Serviços públicos (tais como educação, saúde, água e eletricidade) de qualidade e a preços razoáveis – considera-se que nenhuma instituição deve ser autorizada a lucrar indevidamente na provisão desses serviços;
- Combate à violação dos direitos humanos (tortura, trabalho infantil ou forçado, discriminação, repressão policial, fechamento de sindicatos);
- Denúncia de práticas de negócios ecologicamente insustentáveis, como aquelas que possuem um impacto adverso sobre as comunidades locais ou sobre o meio ambiente global;
- Divulgação de atividades corporativas e governamentais realizadas em segredo ou sem a devida prestação de contas;
- Pagamento de compensação adequada às comunidades ou países que venham a sofrer as conseqüências de comportamentos empresariais danosos;
- Desenvolvimento e implementação de mecanismos legais de controle da atividade corporativa, com alcance internacional.

Pressionadas, as empresas têm se visto cada vez mais obrigadas a construir uma imagem, um discurso e uma prática que lhes permitam conservar níveis aceitáveis de legitimidade, de modo que possam sobreviver e dar continuidade aos negócios "como de costume". A busca por legitimidade, que discutiremos em maior detalhe no Capítulo 3, é entendida aqui como toda tentativa de justificar a ação, a autoridade ou a própria presença de um ator social dentro do campo no qual ele está inserido (BOURDIEU, 1997). A legitimidade representa uma expansão do conceito de legalidade, uma vez que a "lei" não se resume apenas àquele conjunto de regras já codificado e formalizado, mas abrange também todas as regras informais, não escritas, muitas vezes sequer verbalizadas, que são a expressão de um determinado contexto social, moral, político, econômico, cultural (NORTH, 1990; BERGER e LUCKMANN, 1991; ONUF, 1997).

Sendo assim, a percepção que se tenha de uma empresa, e por conseguinte a sua possibilidade mesmo de existência, irá depender de quão congruente e adaptada ela esteja – ou aparente estar - em relação ao sistema de valores e regras de uma dada sociedade, em determinado momento histórico. Uma firma oficialmente dedicada à importação ou comercialização de mão-de-obra escrava não teria hoje a legitimidade (nem a legalidade) que lhe eram conferidas no século XVIII. Por sua vez, as indústrias de cigarros, de petróleo ou de veículos 4x4, só para citar alguns exemplos, operam ainda na legalidade, mas têm tido sua legitimidade sempre mais questionada. A emergência de tais preocupações nada mais é senão uma prova concreta

da natureza dinâmica e evolutiva que caracteriza a história das idéias, e das diferentes "estruturas de sensibilidade"[30] que se originam desse processo.

Nesse sentido, é fácil perceber, por exemplo, que um dos traços mais marcantes da vida hiper-moderna são as mudanças e a instabilidade, em todos os níveis. As profundas transformações ocorridas no mundo inteiro, ao longo do último quarto de século, fazem com que situações até aqui inéditas surjam a todo instante – situações que levantam, por sua vez, questões éticas e impasses políticos importantes. Que se pense, por exemplo, nos impactos muito reais e concretos que têm provocado no quotidiano das pessoas as tecnologias de informação e comunicação, a nova divisão internacional do trabalho e a crise do emprego, a financeirização da economia, o abismo crescente entre Norte e Sul, o aquecimento global, as drásticas mudanças nos métodos habituais de produção, as polêmicas aplicações do conhecimento científico, e a crescente mobilização de grupos de interesse minoritários, anteriormente ignorados ou discriminados, os quais cada vez mais exigem resposta para suas reivindicações.

Tais transformações, fruto da evolução social, do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, assim como da nova configuração de interesses e poderes mundiais, trazem consigo uma evidente crise de valores, agravada ainda mais pela enorme velocidade com que têm ocorrido. Vivemos hoje no Ocidente uma época essencialmente secularista, que se caracteriza pelo questionamento das convicções e das estruturas institucionais estabelecidas; pela busca generalizada de novos pontos de referência capazes de orientar a conduta individual e coletiva; por um desacordo considerável quanto aos princípios que devem ser adotados nesse processo; e por esforços redobrados, embora nem sempre bem sucedidos, para assimilar ou pelo menos acomodar as divergências (GIDDENS, 1991; GIDDENS, BECK e LASH, 1997; CASTELLS, 2002).

É compreensível, portanto, que diversos segmentos da sociedade queiram se organizar para intervir sobre os problemas que os afetam, e fazer isso de maneira cada vez mais direta. Mas em que medida a relação de forças existente hoje entre os diferentes atores sociais é capaz de promover a participação e a inclusão - tanto nos debates como nos processos decisórios – de todos aqueles que compõem o tecido social? As tentativas de resposta a essa questão invariavelmente revelam que o lugar ocupado pelas grandes empresas, no conturbado cenário atual da disputa pelo poder, tornou-se hegemônico e sem paralelos. Basta olhar em torno para constatar até que ponto elas tornaram-se uma das forças mais determinantes na organização da vida humana, em todas as esferas.

[30] Segundo o termo usado por Raymond Williams em *Culture and Society: 1780-1950*.

Se optarmos por uma avaliação otimista, podemos considerar as grandes empresas privadas como responsáveis, em grande parte, pelo desenvolvimento e pelo progresso que se verificaram no transcurso do século XX: seu investimento na produção e na difusão de bens e serviços os mais variados, que vão desde os equipamentos pesados até os produtos farmacêuticos, dos têxteis às comunicações, da construção civil aos alimentos, dos transportes ao lazer, do crédito e das finanças à arte em geral – tudo isso certamente contribuiu para melhorar a qualidade de vida de um expressivo contingente da população global (MICKLETHWAIT e WOOLDRIDGE, 2003).

Mas se pendermos para uma perspectiva mais sombria, podemos igualmente afirmar que as empresas modernas são os agentes por excelência da precarização, quando não da eliminação sumária dos empregos, assim como os motores da devastação ecológica, passando pela uniformização mundial do mercado de imagens, sons, gostos e idéias, e desembocando finalmente na transfiguração de uma economia real, baseada na produção, em economia virtual, fundamentada na especulação financeira (KORTEN, 1995; BOURDIEU, 1998; KLEIN, 2002; SENNETT, 2004; BAKAN, 2004). O Quadro 3, a seguir, ilustra apenas duas das muitas áreas onde as acusações endereçadas às empresas tornaram-se mais freqüentes: a de suas relações com o meio ambiente e com a força de trabalho.

Quadro 3: Lucros S/A, ou a máquina geradora de externalidades negativas

Multinacionais são principais responsáveis pela poluição da água

Instituto Observatório Social, no. 59 | 28/09/2004

Relatório da ONG Defensoria da Água aponta: as grandes empresas nacionais e multinacionais são as principais responsáveis por mais de 20 mil áreas contaminadas no Brasil.

A ONG elaborou o estudo "O Estado Real das Águas do Brasil", em que registra os principais problemas dos recursos hídricos durante o ano de 2003 a 2004. Traz também as iniciativas da sociedade e das instituições para defender a preservação das águas.

Nos últimos dez anos, aumentou cinco vezes a contaminação das águas dos rios, lagos e lagoas brasileiros, de acordo com o relatório. Como resultado, a população fica exposta a doenças. A principal fonte de contaminação é o despejo de material tóxico de atividades agroindustriais e industriais, que utilizam 90% da água consumida no País e a devolvem freqüentemente contaminada à natureza.

Para produzir o relatório, a ONG pesquisou documentos da Procuradoria Geral da República, ações civis públicas julgadas ou em andamento no Poder Judiciário, e mapeou 35 mil denúncias e pedidos encaminhados à Defensoria da Água entre março e setembro deste ano. Com essas informações, foi elaborado um ranking das empresas mais poluidoras (ver abaixo). A Agência Nacional de Águas (ANA) aparece em 11º lugar na lista de denúncias, aparecendo como omissa no controle ambiental para liberação e operação de postos de combustíveis.

As 10 empresas mais denunciadas por poluição da água:

1. Petrobras
2. Shell
3. CSN (Companhia Siderúrgica Nacional)
4. Grupo Gerdau
5. Votorantim
6. Schultz Compressores
7. Fundição TUPI
8. Cargill
9. Chrysler
10. Rhodia

Petroleiros: Mais de 90 trabalhadores morreram por acidentes de trabalho nos últimos cinco anos

Causa Operária Online | 16/03/2006

Na última quarta-feira, os petroleiros de várias unidades do Sistema Petrobrás realizaram atos políticos, protestos e manifestações exigindo melhores condições de trabalho e segurança para todos os trabalhadores, próprios e terceirizados.

A mobilização marca os cinco anos do acidente que afundou a maior plataforma da companhia, a P-36, onde 11 petroleiros morreram, expondo para todo o mundo a deficiência na gestão de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS) de uma das maiores empresas do setor petroleiro. Um modelo falido que, cinco anos depois, ainda vigora na Petrobrás.

(...) Apesar de nenhum outro acidente após a P-36 ter causado tamanho impacto na imagem ou nos cofres da empresa, silenciosamente, sem repercussão na imprensa burguesa, os petroleiros continuam morrendo nos locais de trabalho.

Acidentes que absurdamente se reproduzem na Petrobrás e que nos últimos cinco anos já causaram a morte de 90 trabalhadores. Mais de oito vezes o número de vítimas da P-36. A diferença é que 80 dos petroleiros mortos nestas tragédias silenciosas eram de empresas terceirizadas, com direitos e condições de trabalho totalmente diferenciados.

Desde 1995 ocorreram pelo menos 237 mortes por acidente em unidades da Petrobrás, dos quais 190 com trabalhadores terceirizados. Uma média de 1,7 morte por mês, onde 80% dos acidentes envolvem prestadores de serviços, cujas condições de trabalho e segurança são muito piores do que as praticadas pela companhia. A chamada "internacionalização" da Petrobrás tem trazido em seu rastro denúncias de péssimas condições de trabalho. Nos últimos cinco anos, a Petrobrás divulgou a ocorrência de 15 óbitos de trabalhadores terceirizados em unidades da América Latina. Um número alarmante em se tratando de áreas com efetivos reduzidos.

As mortes de trabalhadores que acontecem dia-a-dia nas unidades da Petrobrás são encobertas pela imprensa burguesa após a repercussão negativa que teve o acidente da plataforma P-36, numa política da direção da empresa e do governo Lula de "manter a boa imagem da Petrobrás". (...)

Quer se tome o partido da defesa ou o da acusação, os argumentos de ambos os lados acabam por confirmar que as grandes firmas forjaram de maneira inegável o perfil do século XX. Perrow (2002) chega mesmo a afirmar que apenas duas coisas - as forças demográficas e as estruturas cognitivas da mente - são mais fundamentais na estruturação das sociedades hodiernas do que as grandes organizações burocráticas, sejam elas públicas ou privadas.

O termo "empresa multinacional" foi usado pela primeira vez em 1960, para indicar companhias sediadas em determinado país e que possuíssem plantas ou filiais em países estrangeiros (embora a realidade a que tal termo fazia referência já existisse desde 1867). Até meados de 1940, as multinacionais constituíam um fenômeno predominantemente europeu. Porém, já nos anos 70, oito companhias apenas detinham 30% do mercado global de petróleo, sete companhias possuíam 50% do mercado de minério de ferro, e umas poucas companhias de café, chá, bananas e fumo dominavam 60% de seus respectivos mercados. De lá para cá, as sucessivas ondas de fusões, de aquisições e os esquemas de propriedade cruzada só vieram acentuar a oligopolização da economia, e resultaram em dezenas de milhares de empresas menores, também com atuação internacional, competindo por pequenas fatias de mercado na maioria dos setores econômicos (SKLAIR, 2002).

Em 2004, havia em torno de 64.000 companhias transnacionais, espalhadas pelo mundo inteiro em 866.000 subsidiárias estrangeiras. Prova de que o capital concentra-se nos países da "tríade econômica"[31] é o fato de que menos de 25% das companhias transnacionais estão sediadas nos países em desenvolvimento (15% na Ásia, cerca de 4% na América Latina e Caribe, o restante na África e Oceania), embora mais da metade das subsidiárias estrangeiras estejam localizadas nesses países. De acordo com algumas estimativas, essas empresas respondem atualmente por 20% da produção e 70% do comércio mundiais. As subsidiárias, por si só, empregam 53 milhões de pessoas (HELD e MACGREW, 2002; UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT – UNCTAD, 2004).

Todas essas firmas, grandes ou pequenas, possuem em comum a mesma função básica, que é a acumulação de capital em escala global, e a mesma necessidade de empregar estratégias também globais para garantir a lucratividade e o crescimento continuados. É importante, porém, distinguir entre as principais corporações transnacionais – aquelas que compõem a lista da FORTUNE GLOBAL 500 – e todo o resto, dada a liderança setorial, a influência e a extraordinária visibilidade das empresas que compõem esse seleto grupo (SKLAIR, 2002). São elas que, na grande maioria das vezes, tornam-se o alvo preferido de investigações da

[31] Estados Unidos, Europa e Japão.

mídia, das demandas populares e dos movimentos de contestação. Desse modo, são as más práticas e as polêmicas suscitadas pelas atividades de empresas do porte da Exxon Mobil, Wal-Mart, General Motors, Nestlé, HSBC, Siemens, Nike, GlaxoSmithKline, Microsoft ou Time Warner que acabam por atrair a atenção pública para determinados problemas que, com freqüência, são comuns a todo aquele setor.

O tamanho das corporações privadas é hoje o maior já alcançado na história documentada da economia mundial. Sendo assim, sua influência sobre as cadeias produtivas que lideram também é cada vez mais concentrada: se observarmos alguns setores importantes, tais como as telecomunicações, a indústria automobilística, a de alimentos ou o varejo, veremos que as três ou quatro empresas líderes em cada uma dessas cadeias produtivas geralmente detêm, juntas, a maior parte do faturamento dentre as 20 maiores naquele setor (DUPAS, 2005). No caso da indústria de petróleo, por exemplo, a Exxon Mobil, a Royal Dutch/Shell e a BP são responsáveis por 40% do faturamento das 20 maiores empresas do setor. A Petrobras, 12ª. colocada nessa lista, é responsável por menos de 3% desse faturamento (FORTUNE GLOBAL 500, 2007).

Durante os anos 90, o número de fusões e aquisições entre empresas elevou-se a níveis sem precedentes, fenômeno que tem persistido após o ingresso no século XXI. A maioria das fusões e aquisições tende a ocorrer dentro de um mesmo setor, notadamente nas indústrias do petróleo, das telecomunicações e dos serviços financeiros, porém transações intersetoriais também têm ocorrido, criando assim alguns conglomerados globalizantes[32] cujos interesses estão dispersos por uma variedade de negócios e setores da economia. Mesmo quando não chegam a efetivamente fundir-se com, ou adquirir, outras companhias, as empresas transnacionais desenvolvem as mais variadas formas de redes globais e alianças estratégicas entre si, criando o que alguns têm chamado de "capitalismo de alianças". Deste modo, essas empresas afrouxam os laços com seus países de origem e buscam parcerias com outras firmas, em qualquer lugar do mundo, em busca de vantagens comerciais (SKLAIR, 2001; 2002).

Como conseqüência desse avanço, passa a ser até certo ponto inadequado falar em imperialismo no sentido comumente atribuído ao termo até a metade do século XX, isto é, enquanto *"forma de política ou prática exercida* ***por um Estado***[33] *que visa à própria expansão, seja por meio de aquisição territorial, seja pela submissão econômica, política e*

[32] SKLAIR (2001; 2002) emprega o termo "globalizante" para indicar os processos e as práticas – econômicas, políticas, culturais e ideológicas - que contribuem diretamente para a globalização de instituições específicas e, por extensão, para a globalização do capitalismo.
[33] Grifo meu.

cultural de outros Estados"(HOUAISS, 2001). Hoje, é o próprio sistema capitalista global, relativamente livre das antigas amarras impostas pelos Estados-nação, que constitui a força mais importante com a qual devem defrontar-se os atores sociais no mundo inteiro, quaisquer que sejam as escalas de poder e ação em que estejam situados. Dentro desse cenário, as corporações transnacionais fornecem base material para a atuação de uma classe capitalista também transnacional, alheia às lealdades típicas de uma identidade tida agora por ultrapassada, de cunho nacional – e é esta classe[34] que vem efetivamente ditar as práticas políticas, econômicas, culturais e ideológicas no plano mundial (SKLAIR, 2001; 2002).

O alcance do poder corporativo revela-se ainda mais onipresente e impressionante quando se calcula o número extraordinário de pessoas expostas, direta ou indiretamente, ao impacto desses novos Leviatãs sobre incontáveis aspectos de suas vidas. Mas é sobretudo nos países em desenvolvimento, como o Brasil, que o papel controvertido das grandes companhias desenrola-se de maneira particularmente desabrida e incontestada – seja por causa da fragilidade das instituições locais e dos dispositivos legais de regulamentação, seja porque os governos desses países julgam precisar dos investimentos empresariais custe o que custar, ou seja devido à insuficiente conscientização e mobilização por parte da sociedade civil para contrapor-se aos eventuais abusos (PETRAS e VELTMEYER, 2002).

A economia global dos dias atuais criou uma dinâmica perversa na qual a competição entre localidades tornou-se tão acirrada quanto aquela entre empresas. Nessa disputa, à qual muitos referem-se como "*race to the bottom*", os municípios, estados ou países rotineiramente oferecem incentivos fiscais, regulamentações ambientais mais brandas e uma força de trabalho mais dócil como forma de atrair a instalação de unidades produtivas em seus territórios. Tempos mais tarde, depois que o governo já efetuou gastos exorbitantes na provisão de uma infra-estrutura adequada (fornecimento de energia, sistemas de água e esgoto, estradas, portos para escoamento da produção, capacitação de mão-de-obra, etc), a companhia convidada muitas vezes resolve que algum outro lugar do planeta é capaz de oferecer-lhe condições mais vantajosas e muda-se de novo, deixando para trás um poder

[34] A classe capitalista transnacional (CCT), segundo Sklair (2001), é uma nova elite que controla os fluxos do capital financeiro e das informações, atuando predominantemente em redes e *clusters*, e reduzindo progressivamente seus vínculos com suas comunidades de origem. Ela tem como base as grandes corporações transnacionais e está mais ou menos em controle dos processos de globalização. É composta por quatro frações principais: a) executivos das grandes corporações e de suas afiliadas locais (fração empresarial); b) burocratas e políticos globalizantes (fração estatal); c) profissionais globalizantes (fração técnica); d) comerciantes e a mídia (fração consumista). A composição da CCT reflete, portanto, os diferentes tipos de capital que precisam ser mobilizados para fazer avançar os interesses do sistema capitalista global.

público endividado, centenas ou milhares de desempregados, resíduos tóxicos no solo ou nas reservas hídricas, e uma comunidade desiludida (KORTEN, 1995; BAKAN, 2004; AKTUF, 2004).

Tudo somado, não é de espantar que as empresas privadas – atuando praticamente sem fronteiras, alimentadas pela dinâmica da globalização, e não prestando contas de suas ações senão sob forte pressão legal ou da opinião pública – sejam muitas vezes capazes de exercer hoje maior influência política, econômica e social sobre os destinos do mundo do que a vasta maioria dos Estados-nação. Se compararmos o PIB dos países ao faturamento das maiores corporações, por exemplo, descobriremos que 52 das 100 entidades mais ricas nos dias atuais são empresas, e apenas 48 são países (ANDERSON, LEE e CAVANAGH, 2002), como demonstra a Tabela 1 em uma versão resumida.

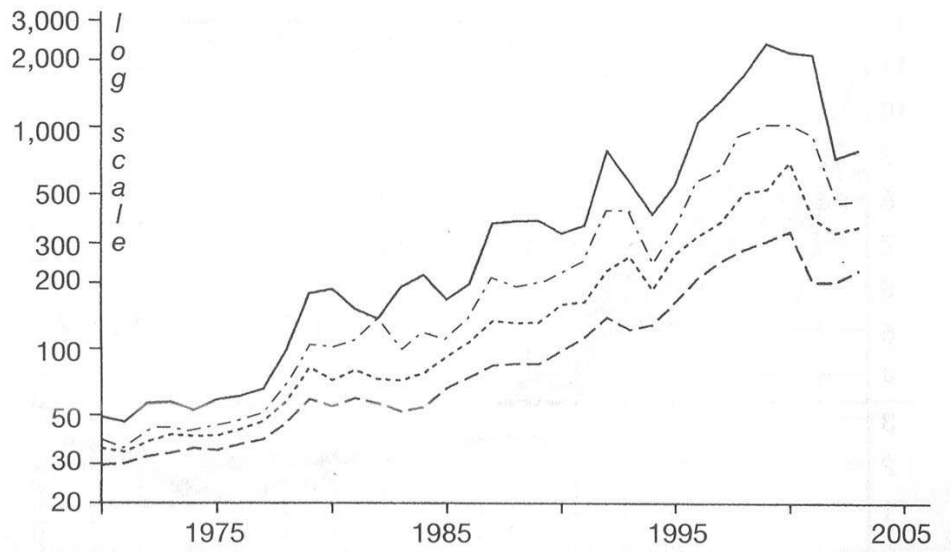
Tabela 1: Comparação dos faturamentos anuais de empresas com o PIB de alguns países (em milhões de US$ dólares) - Dados relativos a 2002

1. Estados Unidos	10,416,820	26 Exxon Mobil	184,466
2 Japão	3,978,782	27 Turquia	182,848
3 Alemanha	1,976,240	28 Royal Dutch/Shell	179,431
4 Reino Unido	1,552,437	29 British Petroleum - BP	178,721
5 França	1,409,604	30 Dinamarca	174,798
6 China	1,237,145	31 Indonésia	172,911
7 Itália	1,180,921	32 Ford Motor	163,871
8 Canadá	715,692	33 Hong Kong, China	161,532
9 Espanha	649,792	34 Daimler Chrysler	141,421
10 México	637,205	35 Grécia	132,834
11 Índia	515,012	36 Toyota Motor	131,754
12 República da Córeia	476,690	37 General Electric	131,698
13 Brasil	452,387	38 Finlândia	130,797
14 Holanda	413,741	39 Tailândia	126,407
15 Austrália	410,590	40 Portugal	121,291
16 Federação Russa	346,520	41 Irlanda	119,916
17 Suíça	268,041	42 Mitsubishi	109,386
18 Bélgica	247,634	43 Mitsui	108,631
19 Wal-Mart	246,525	44 Irã	107,522
20 Suécia	229,772	45 África do Sul	104,235
21 Áustria	202,954	46 Argentina	102,191
22 Noruega	189,436	47 Allianz	101,930
23 Polônia	187,680	48 Citigroup	100,789
24 General Motors	186,763	49 Total-Fina	96,945
25 Arábia Saudita	186,489	50 Malásia	95,157

Fonte : Anderson, Lee e Cavanagh, 2002.

Segundo Duménil e Lévy (2004), outro aspecto particularmente digno de nota nas atuais tendências de distribuição da riqueza, já discutidas no item 2.2 deste capítulo, é o aumento absurdo no pagamento dos presidentes-executivos (*Chief Executive Officers*, ou *CEOs*) das grandes empresas. A Figura 6 ilustra de que modo evoluiu esse aumento dentre os 100 CEOs mais bem pagos, de acordo com sua posição na escala de remuneração e relativamente ao salário médio de todos os assalariados. Em 1971, por exemplo, o pagamento do CEO colocado em décimo lugar nessa lista de 100 privilegiados equivalia a 47 vezes o salário médio, tendo subido para 2.381 vezes o salário médio em 1999. Não apenas o incremento na remuneração dos CEOs chama a atenção, mas também a sua composição. Em 1977, a distribuição de dividendos (sob a forma de opções de ações ou outros mecanismos) alcançava "apenas" 20% do pagamento total dos CEOs. Em 1979, esse percentual passou subitamente para 40,5% (embora o aumento de seus salários propriamente ditos não se tenha reduzido). Em 1999, os salários representavam não mais do que 9,7% do pagamento total dos CEOs (note-se que o salário do décimo colocado era superior a 10 milhões de US$ dólares). As opções de ações representavam 58,5% do pagamento e os outros dividendos totalizavam 31,8%.

Figura 6: Pagamento dos CEOs em várias posições na escala de remuneração (em relação ao salário médio de todos os assalariados)



As primeiras três curvas mostram o aumento no pagamento dos CEOs segundo sua posição na hierarquia de remunerações: 10ª (_____), 50ª (_ . _ . _ ._) e 100ª (- - - - -). A outra curva (__ __ __ __) corresponde ao pagamento médio dos 100 CEOs com remunerações mais altas. Note-se que 1.0000 significa 1.000 vezes o salário médio.

Fonte: Duménil e Lévy, 2004.

Por isso mesmo, não deixa de ser irônico, observa Aktouf (2004), que seja justamente quando já não é mais possível ignorar a destruição humana e ambiental sobre a qual cresce a instituição "fazedora de lucro", quando presidentes-executivos, diretores e acionistas outorgam a si mesmos salários e dividendos astronômicos por sua exímia capacidade de fabricar desempregados e todo tipo de externalidades negativas, quando fraudes e escândalos financeiros vêm à tona nos mais respeitáveis centros do capital – que nesse mesmo momento as empresas venham a proclamar-se "verdes", "transparentes" e "cidadãs". Sabendo-se a que ponto a qualidade, a segurança e a produtividade estão subordinadas à rentabilidade financeira de curto prazo, como esperar que as empresas comportem-se efetivamente de maneira responsável? Isso requereria um quadro de referência diametralmente oposto às idéias neoliberais em voga, uma transformação política onde o Estado reassumisse um papel mais atuante, onde as forças sindicais pudessem recobrar a relevância que já tiveram um dia (AKTOUF, 2004), e onde a intervenção de novos atores, especialmente multilaterais e não-estatais, organizados em redes de solidariedade ou em instâncias reguladoras transnacionais, viesse de fato a ampliar e democratizar as arenas públicas.

O fato é que a atual assimetria de poder entre países ricos e periféricos, entre capital e trabalho, entre o mercado e o Estado inevitavelmente enseja relações de troca desiguais em todos os níveis, o que contribui para a emergência de conflitos e gera vencedores e vencidos, dentro e fora das fronteiras nacionais (SANTOS, 2005). E são as grandes corporações modernas, pontas-de-lança do processo de expansão material e simbólica do capitalismo contemporâneo, as principais responsáveis pela imposição, no nível global, de categorias de percepção e metas de desempenho homólogos àqueles que orientam a sua própria existência - remodelando o mundo à sua imagem, capitaneando uma colonização mental que se dá através da disseminação de discursos e conceitos que se pretendem "científicos", quando na verdade não fazem mais do que emprestar as roupagens da razão (econômica, política, filantrópica) às fantasias sociais dos dominantes[35].

[35] Parafraseando o que dizem Bourdieu e Wacquant (2000) a propósito da razão imperialista dos EUA.

CAPÍTULO TERCEIRO

ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO E TEORIA DOS CAMPOS: COMPREENDENDO A LÓGICA E A RETÓRICA DA LEGITIMAÇÃO

Nosso propósito, neste capítulo, é discutir alguns elementos que nos parecem fundamentais para uma delimitação dos conceitos de **discurso** e **campo**, os quais servirão como marcos teóricos no desenvolvimento deste trabalho.

Conforme vimos no capítulo precedente, um novo tipo de configuração do capitalismo vem ganhando espaço desde o final dos anos 1970, conferindo materialidade a dinâmicas e processos que, na visão de alguns, dão origem a um fenômeno inédito e singular – a chamada globalização - enquanto outros, mais céticos, não vêem nisso nada além de uma reestruturação do sistema. Consideram, estes últimos, que faz parte da natureza do capitalismo a capacidade de superar crises através de uma transformação radical e periódica de si próprio, de modo que a expansão econômica – sua única e verdadeira meta - possa prosseguir inabalada. Nos dias de hoje, essa transformação tem envolvido tanto um reordenamento das relações entre política, economia e sociedade como um redimensionamento das interações entre diferentes níveis e escalas de poder: o global, o regional, o nacional e o local.

Ora, a linguagem é sem dúvida um componente central desta nova ordem. Em primeiro lugar, porque a instauração de uma nova ordem, qualquer que seja ela, implica sempre um processo simultâneo, reflexivo, de imposição de novas representações do mundo, isto é: de novos **discursos**. Em segundo lugar, porque novas maneiras de usar a linguagem são, elas mesmas, uma parte importante da ordem instaurada. Portanto o projeto da nova ordem contemporânea é, em grande parte, um projeto discursivo e, conseqüentemente, a luta que se trava em torno desta nova ordem é, ela também, em parte, uma luta entre discursos.

Todavia, como ressaltam Foucault (2005) e Bourdieu (1996; 2000), a luta discursiva não se dá no interior de um espaço social homogêneo e sem fronteiras, nem tampouco as relações de poder que aí existem são sempre transparentes, razão pela qual é necessário reportar-se ao contexto mais amplo de modo a desvelar as relações de força, as estratégias, os interesses e lucros – materiais e simbólicos - que determinam a estrutura e o funcionamento daquele **campo** específico dentro do qual uma luta discursiva ocorre.

O campo, na concepção bourdiana, é justamente este universo social particular, que tem sua lógica e suas leis próprias. Trata-se de um espaço de produção simbólica constituído por

agentes[36] que aí ocupam determinadas posições, as quais dependem do **volume** e da **estrutura** do capital eficiente dentro do campo considerado. As estratégias dos agentes dentro do campo são determinadas pelo ***habitus***, e repousam nos mecanismos estruturais de competição e dominação. Assim, um campo é um espaço social onde os participantes estão em luta permanente a fim de impor suas categorias de visão e divisão do mundo social, e campos bastante distintos (como o da política, o da moda, o da religião, o da literatura, o da RSE, o da produção de petróleo, etc.) apresentam certas propriedades comuns que permitem que se possa falar em leis características deles.

O fato que os indivíduos estejam inseridos em campos específicos, submetidos a lógicas e leis que são próprias a essa circunscrição particular, significa que ali onde pensávamos que havia um sujeito livre, agindo de acordo com sua vontade mais imediata, na verdade o que existe é um espaço de forças estruturado e estruturante que efetivamente molda a capacidade de ação e de decisão de todos aqueles que dele participam. É, pois, contra uma certa concepção de autonomia do sujeito que a noção bourdiana de campo se insurge de modo enfático.

Inúmeros são os estudos que, tomando por objeto de análise campos muito diferentes entre si (tais como a educação superior, a televisão, a produção intelectual e artística de uma época, etc), buscaram detectar a vigência de uma rede subjacente de interesses e relações coagindo o comportamento e o discurso dos sujeitos. No nosso caso, interessa investigar, num primeiro momento, **a RSE enquanto campo de embate político** que surge em condições históricas particulares, incorpora movimentos da sociedade civil, adquire pretensões científicas, é conquistado pelos agentes econômicos dominantes e finalmente vê sua produção discursiva transbordar as fronteiras do próprio campo e ser absorvida pelo *zeitgeist* da contemporaneidade capitalista. Num segundo momento, pretendemos demonstrar como **o campo da indústria do petróleo**, com as características e imperativos que lhe são únicos, molda por sua vez os discursos sobre RSE dos agentes que a ele pertencem.

3.1. Propriedades e funções sociais do discurso: referenciais teóricos

O conceito de *discurso* possui muitas definições conflitantes e sobrepostas, formuladas a partir de perspectivas teóricas e disciplinares diversas, dentre as quais se destacam a Lingüística e as Ciências Sociais, mas também a História e a Psicanálise. A abordagem que

[36] Em lugar dos termos "ator" ou "sujeito", geralmente empregados quando se deseja enfatizar a capacidade do indivíduo de agir livremente, Bourdieu prefere o termo "agente", o qual sublinha, pelo contrário, os determinismos aos quais está submetido o indivíduo por meio do *habitus*.

adotaremos aqui, ao analisar os discursos sobre ética e responsabilidade social empresarial, é pautada por uma concepção eminentemente social e política das práticas discursivas, e nesse sentido mais voltada para o *contexto* em que as mesmas são produzidas, para as *intenções* dos envolvidos, para a explicação de *como* e *por que* certos discursos são criados, e menos preocupada em dissecar as minúcias do texto escrito ou falado do que aqueles vieses descritivos lingüisticamente orientados.

O discurso é um componente central de todos os eventos sociais concretos (i. e., ações, processos), assim como de práticas sociais mais duradouras (instituições, normas), embora nenhum desses fenômenos seja tão-somente discurso, posto que geralmente consistem em articulações do discurso com elementos *não-discursivos* (tais como a colheita agrícola, as soluções arquitetônicas, os tratamentos de saúde ou a produção de automóveis, por exemplo). O discurso engloba, além da linguagem, falada e escrita, outras formas de produção de significado, tais como as imagens visuais, a música e a linguagem corporal; o elemento discursivo de um evento social freqüentemente combina vários tipos de semiose[37] (por exemplo, um programa de televisão). Entretanto, o uso do termo *discurso* ao invés de *linguagem* não é motivado primariamente pela diversidade de formas semióticas que o compõem, mas sim porque se quer enfatizar uma maneira **relacional** de ver a produção de significados – isto é, o discurso enquanto um elemento dos eventos e práticas sociais **dialeticamente** interconectado com outros elementos (FAIRCLOUGH, 2005). Eis porque o principal objetivo da análise do discurso, segundo essa visão, é a investigação das relações dialéticas entre os elementos discursivos e não-discursivos do social, de modo a melhor compreender essas complexas relações e identificar de que maneira as alterações no discurso podem ocasionar mudanças em outros elementos.

As abordagens teóricas da análise do discurso podem ser divididas em dois grandes grupos: as críticas e as não-críticas. As primeiras diferem das segundas sobretudo por empenharem-se em demonstrar que o discurso é moldado por relações de poder e por ideologias, ao mesmo tempo em que apontam para causas, conexões e pressupostos ocultos sob a superfície discursiva que, via de regra, não são transparentes para as pessoas afetadas. Tais análises destacam sempre a natureza ativamente construtora da realidade que é inerente às práticas

[37] A semiose diz respeito aos processos de produção de significado, e constitui, juntamente com os signos, o objeto de estudo da semiótica. Enquanto os signos incluem praticamente qualquer coisa *"que esteja no lugar de outra"* - desde a palavra até um sinal de trânsito, do recurso sonoro ou visual das mensagens publicitárias até um aroma ou sabor que provoca recordações - a semiose é o próprio fenômeno da significação, ou seja, ela é *"o signo em ação"*(ECO, 1989).

discursivas: o discurso constrói o social, quer este social se manifeste como objeto, prática, sujeito, relação, identidade, sistemas de crenças e conhecimentos, ou outro. Conseqüentemente, os efeitos dos discursos são determinantes - tanto para a reprodução da ordem social vigente como para a formulação de novas formas de ver o mundo e de atuar nele. Ambas as possibilidades, mudança ou manutenção do *status quo*, dependem em grande medida das práticas discursivas que as promovem e justificam: hegemônicas, no primeiro caso, e transformadoras (ou contra-hegemônicas), no segundo. As práticas discursivas possuem, portanto, uma natureza eminentemente política, pois são o *locus* onde se dá a luta pelo poder de nomear e construir o "real" (PÊCHEUX, 1988; BOURDIEU 1996; 2000; FAIRCLOUGH, 2001; 2005; FOUCAULT, 2005).

> *"Os discursos não apenas refletem ou representam entidades e relações sociais, eles efetivamente as constroem ou 'constituem'; diferentes discursos constituem entidades-chave (sejam eles a 'doença mental', a 'cidadania' ou o 'letramento') de diferente modos e posicionam as pessoas de diversas maneiras como sujeitos sociais (por exemplo, como médicos ou pacientes), e são esses efeitos sociais do discurso que são focalizados na análise do discurso. Outro foco importante localiza-se na mudança histórica: como diferentes discursos se combinam em condições sociais particulares para produzir um novo e complexo discurso."* (FAIRCLOUGH, 2001: 22).

Nossa pesquisa adere ao paradigma analítico da Análise Crítica do Discurso (ACD), para a qual as noções de poder, ideologia, hierarquia e dominação, aliadas a outras variáveis sociológicas, são tidas como relevantes na explicação ou interpretação dos eventos discursivos. Os objetos investigados pela ACD diferem segundo as disciplinas e as preferências dos pesquisadores que a aplicam, mas de uma maneira geral predominam as pesquisas sobre discursos políticos, organizacionais, midiáticos, questões de identidade e de gênero, racismo, etc. As metodologias também diferem grandemente, de acordo com os objetivos da pesquisa e as estratégias empregadas: há pequenos estudos de caso qualitativos, enormes coletas de dados quantitativos, pesquisas de campo, etnográficas, etc. O que todos esses estudos possuem em comum é um particular interesse pela relação entre linguagem e poder, e o fato de invariavelmente levarem em consideração as relações de luta e conflito, mais ou menos abertas, presentes em todas as áreas acima citadas (FOWLER, HODGE, KRESS *et al.*, 1979; FOWLER, 1991; FAIRCLOUGH, 1995; 2001; VAN DIJK, 1993; 2001; WODAK, 2002).

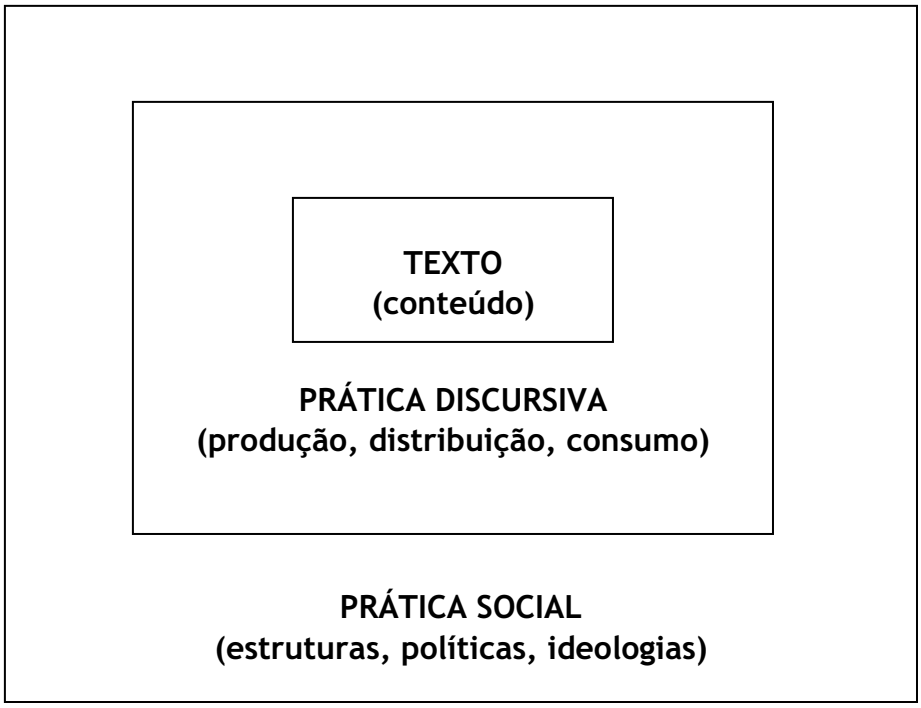
A esta altura, parece oportuno procedermos a uma desconstrução do rótulo da ACD, de maneira a definir o que significa exatamente utilizar os termos "crítica" e "discurso". Afinal, Billig (2002) ressaltou recentemente o fato de que a ACD já se tornou uma disciplina acadêmica estabelecida, com os mesmos rituais e práticas institucionais de qualquer outra disciplina, e indaga ironicamente se isso implica que ela tornou-se "acrítica" no processo.

No intuito de melhor iluminar o sentido em que são usados os dois termos acima, deve-se recordar inicialmente que a ACD enxerga o *discurso como prática social*, e considera crucial o *contexto de uso do discurso*. Descrever o discurso como prática social implica admitir uma relação dialética entre um determinado evento discursivo e a **situação**, a **instituição** e a **estrutura social** que o enquadram: o evento discursivo é moldado por eles, mas também os molda (FAIRCLOUGH, 1993). Tendo em vista que o discurso é tão carregado de conseqüências sociais, é inevitável que dê origem a importantes questões de poder; as práticas discursivas podem ter efeitos ideológicos consideráveis, na medida em que contribuem para produzir e reproduzir relações de poder desiguais entre classes sociais, homens e mulheres, maiorias e minorias étnicas ou culturais, graças às maneiras pelas quais representam o mundo, as coisas, e aí posicionam as pessoas (WODAK, 2002). Por esse motivo, as pesquisas e trabalhos na área de ACD propõem-se, antes de mais nada, como intervenções de caráter emancipatório, pois objetivam fornecer recursos para que os indivíduos e grupos que encontram-se em situação de desvantagem possam promover transformações sociais relevantes para suas necessidades.

Quanto ao termo "crítica", podemos associar seu significado primeiramente às influências da Escola de Frankfurt e sobretudo dos trabalhos de Habermas; hoje em dia, porém, o conceito tende a ser usado num sentido mais amplo, para denotar o vínculo prático que une *"o engajamento social e político"* a uma *"construção da sociedade que é sociologicamente informada"* (KRINGS, *apud* WODAK, 2002), ao mesmo tempo em que se reconhece que *"no que tange a assuntos humanos, as conexões e cadeias de causa-e-efeito podem ser distorcidas até se tornarem irreconhecíveis. Donde a 'crítica' consiste essencialmente em tornar visível a interconexão das coisas."*(FAIRCLOUGH, 1995:747). Em resumo, uma análise "crítica" pode ser compreendida como aquela que insere os dados no seu contexto social, que assume explicitamente uma posição política e que aplica na prática seus resultados, seja em seminários para formadores de opinião, seja em artigos na mídia, seja na elaboração de material didático, etc.

De acordo com o modelo de ACD proposto por Fairclough, qualquer "evento" discursivo deve ser considerado simultaneamente um **texto**, um exemplo de **prática discursiva** e um exemplo de **prática social** (vide Figura 7). Analisar a dimensão do texto, ou do conteúdo propriamente dito, seja ele falado, escrito ou impresso, significa ter por objeto principal a *forma* e o *significado* dos textos, com particular ênfase no primeiro aspecto. Já a análise das práticas discursivas investiga a natureza dos *processos de produção* e *de interpretação textual* – por exemplo, que tipos de discursos são elaborados e consumidos, por quem, em que condições, dentro de que contexto, e como se combinam. Por fim, a análise da terceira dimensão - discurso como prática social - dedica-se a questões tais como as *circunstâncias institucionais, políticas e organizacionais* que cercam o evento discursivo, e como elas modelam tanto a sua natureza como os seus efeitos; o foco principal desse tipo de análise são as relações de poder e de dominação que investem as práticas discursivas, e que são, ao mesmo tempo, dialeticamente interpeladas por elas (FAIRCLOUGH, 2001).

Figura 7: Concepção tridimensional do discurso



Fonte: Fairclough, 2001.

Neste trabalho, focamos nossa atenção sobretudo nas *práticas discursivas* relativas à RSE (i.e., exatamente como e por quem é produzido, divulgado e consumido esse tipo de discurso, e como ele se articula com outros tipos de discursos) e nas *práticas sociais* que as fomentam (i.e., as condições históricas e materiais que determinam sua produção e consumo). A dimensão do *texto* é abordada com propósitos meramente ilustrativos, através da análise de

alguns produtos materiais especialmente selecionados (os relatórios de responsabilidade socioambiental da Petrobras) para representar as práticas discursivas em questão.

Consideramos que o modelo da Figura 7, não obstante sua aparente simplicidade, pode ser útil para esclarecer a dinâmica que rege a emergência e proliferação dos discursos sobre ética e RSE, assim como as práticas sociais deles decorrentes, mas também, em sentido inverso, a própria hegemonia da racionalidade econômica nos tempos atuais, dentro da qual esses discursos se aninham e fortalecem.

A predominância do capitalismo neoliberal globalizante nos dias de hoje traz consigo, não por acaso, uma extensão da linguagem – e da lógica – econômica a praticamente todas as outras esferas da vida social. O fenômeno não se dá de modo complementar, mas substitutivo: o "economicismo" toma o lugar das abordagens e lógicas não-utilitaristas, colonizando e empobrecendo o "mundo da vida"[38], isto é, submetendo-o ao domínio do mercado competitivo (HABERMAS, 2002). Como lamentou Polanyi (2000), ao invés da economia estar inserida nas relações sociais, agora são as relações sociais que passam a estar inseridas na economia. O que ocorre, portanto, é uma completa inversão do esquema sugerido por Passet (1979), no qual o real vem representado como um sistema composto por três círculos concêntricos, inseridos um dentro do outro: nele, a economia aparece apenas como um subsistema da sociedade, enquanto esta última encontra-se inserida na biosfera – a qual, por sua vez, abarca as outras duas esferas e viabiliza sua existência (vide Figura 8).

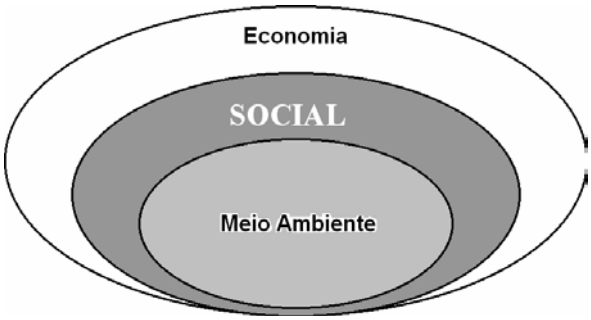
Figura 8: Visão ecocêntrica do desenvolvimento

Fonte: Passet, 1979.

[38] Para Habermas, o "mundo da vida" (em alemão *Lebenswelt*, ou "o mundo tal como vivido") indica aquele espaço da experiência humana onde representações e valores comuns e compartilhados desenvolvem-se, ao longo do tempo, a partir de contatos face a face; é onde têm lugar as relações, práticas, atitudes e competências informais, latentes, culturalmente determinadas, existentes no horizonte cognitivo das pessoas.

Graças a uma inversão absurda e paradoxal, em que a parte subsume o todo, atualmente o sistema econômico global governa a esfera política e ambiental (metonímia liberal por excelência), como ilustrado pela Figura 9, e o mercado é identificado com a democracia.

Figura 9: Visão antropocêntrica do desenvolvimento



Fonte: Passet, 1979.

A linguagem econômica, aliada a duvidosos conceitos pseudo-econômicos, é cada vez mais utilizada para obscurecer aquilo que realmente está em jogo, e também para racionalizar e legitimar decisões que seriam questionáveis ou mesmo indefensáveis se expressas em linguajar comum (vêm à mente as idéias de "flexibilização das relações de trabalho" ou o "mercado de créditos de carbono", por exemplo).

A racionalidade econômica do *mainstream* transfigura-se assim em "economicismo" - credo teórico-metodológico que se veicula através de um tipo de discurso específico: o "economês". Este último, por sua vez, é um exemplo perfeito daquilo que se convencionou chamar de *discurso competente* (CHAUÍ, 1989), ou *discurso autorizado* (BOURDIEU, 1996). Segundo Chauí,

> *"O discurso competente é um discurso instituído. É aquele no qual a linguagem sofre uma restrição que poderia ser assim resumida: não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância. O discurso competente confunde-se, pois, com a linguagem institucionalmente permitida ou autorizada, isto é, com um discurso no qual os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo o direito de falar e ouvir, no qual os lugares e as circunstâncias já foram pré-determinadas para que seja permitido falar e ouvir e, enfim, no qual o conteúdo e a forma já foram autorizados segundo os cânones de sua própria competência."* (CHAUÍ, 1989: 7).

Ainda de acordo com Chauí, os discursos competentes *"geram o sentimento individual e coletivo da incompetência, arma poderosa de dominação"* (*Idem, op.cit.*). Este eufemizado processo de intimidação social, geralmente subliminar, constrange a maioria – o povo, os "ignorantes" - a se submeter às representações do especialista, e resultam, antes de mais nada, na manutenção da ordem vigente.

Bourdieu, de modo análogo, desvela o mesmo fenômeno quando discute o conceito de discurso autorizado. Para ele, toda competência é *"uma razão social que se legitima apresentando-se como razão puramente técnica"* (BOURDIEU, 1996; 2003). Ou seja, a eficácia simbólica das palavras assenta-se sobre as condições sociais de sua produção - quem diz o quê, como, para quem. A autoridade simbólica do que é dito depende da *"relação entre as propriedades do discurso, as propriedades daquele que o pronuncia e as propriedades da instituição que o autoriza a pronunciá-lo"* (BOURDIEU, 1996). Assim sendo, o essencial do que se passa numa comunicação não está na comunicação em si, mas sim nas condições sociais de possibilidade da comunicação.

Engana-se, portanto, quem toma a palavra *competência* apenas em seu sentido mais comum, a "capacidade de". Competência também diz respeito às oposições e lutas no interior da uma sociedade, entre grupos e interesses conflitantes. O termo "competência", segundo o dicionário Houaiss, significa tanto "*aptidão, qualidade de autoridade, poder detido, atribuição, alçada"*, como também *"pretensão de mais de um indivíduo à mesma coisa, concorrência, disputa, competição"* (HOUAISS, 2001).

Deste modo, é possível explicar o surgimento e a expansão da lógica e do discurso economicistas não como um fenômeno neutro, natural e inevitável, mas como a expressão concreta de uma ideologia liberalizante, neoconservadora, de origem anglo-americana, característica do capitalismo transnacional do final do século XX. O resultado mais visível deste tipo de retórica econômica consiste na construção - e legitimação – de um determinado tipo de realidade social apresentada como auto-evidente e curiosamente sintonizada com os interesses das classes que produzem as práticas discursivas em questão (SKLAIR, 2001; CHOMSKY, 2002). Segundo seus divulgadores, não há alternativa ao modelo proposto[39] (uma insidiosa estratégia argumentativa onipresente na mídia, nos debates sobre políticas

[39] *"There is no alternative"*, que chegou a ser abreviado na imprensa de língua inglesa como TINA, era o mantra eternamente repetido por Margareth Thatcher em resposta aos que criticavam os cortes orçamentários de seu governo.

públicas e na literatura pop-gerencial contemporânea: *"é assim que o mundo é, portanto este é o caminho que devemos seguir, não há como fazer diferente"*).

Chomsky (2002), por exemplo, em sua análise da ordem global contemporânea sob o neoliberalismo, procura demonstrar como os grandes órgãos da mídia, a indústria das relações públicas, as associações empresariais, os ideólogos acadêmicos e a cultura intelectual em geral fomentam as "ilusões necessárias" para que o atual sistema político-econômico pareça racional, positivo e desejável, quando não simplesmente inescapável. Segundo ele, não se trata propriamente de uma conspiração formal de interesses poderosos, mas sim de uma vasta gama de mecanismos institucionais que tecem redes, geram expectativas e alianças, e que enviam sinais aos intelectuais, aos jornalistas, aos gestores públicos e privados, levando-os a promover o *status quo* como o melhor (e único) mundo possível. George (1996), entretanto, é mais contundente, e aponta para os numerosos estudos que põem a nu as estratégias do movimento neoliberal, a partir de 1947, voltadas para a difusão de suas idéias e generosamente financiadas por *trusts* e fundações familiares oriundos de grandes e antigas fortunas industriais americanas e européias.

Esta "*doutrina viscosa*", segundo Ramonet (1995), intitulada por ele de "*pensamento único*", é retomada e repetida pelos principais órgãos de informação econômica, notadamente pelas "bíblias" de investidores e acionistas : *Wall Street Journal, Financial Times, The Economist, Far Eastern Economic Review, Agência Reuters, Bloomberg*, etc. – elas próprias pertencentes, no mais das vezes, a grandes grupos industriais ou financeiros. Ora, em nossas sociedades midiáticas, ironiza Ramonet, repetição equivale a demonstração. Paralelamente, é construído um jargão técnico, hermético, próprio dos que comungam dos valores do discurso economicista naturalizado: somente eles (economistas neoclássicos, de preferência econometristas) logram entender os textos produzidos. Este jargão possui alguns postulados básicos: teoria da escolha racional, individualismo metodológico, utilitarismo.

De acordo com Bourdieu e Wacquant (2000), o poder de convencimento dessas idéias deriva não apenas do prestígio das instituições que delas se fazem porta-vozes, mas também do fato de que, ao circularem internacionalmente - através dos grandes meios de comunicação, dos congressos científicos e profissionais, dos encontros de cúpula governamental, dos programas de ensino acadêmico, das fundações filantrópicas - , encontram-se simultaneamente em toda parte e são incansavelmente divulgadas e promovidas por instâncias supostamente neutras, que são os grandes organismos internacionais. Instâncias como o Banco Mundial, o FMI, a Comissão Européia, a OCDE, a OMC, os *think thanks* do pensamento conservador, as escolas

do poder (Sciences-Politiques, na França, a London School of Economics, na Inglaterra, a Harvard Kennedy School of Government, nos Estados Unidos, etc.), todas elas disseminadoras infatigáveis desse discurso anônimo e sem fronteiras.

Os conceitos, temas e recursos retóricos utilizados por esta nova língua franca emergente tendem a projetar e impor a todas as sociedades, indiscriminadamente, preocupações e pontos de vista que têm origem em especificidades e contingências da sociedade estadunidense, em particular, e da cultura anglo-saxônica, em geral, os quais são então artificialmente ajustados para "naturalizar" a experiência histórica de uma sociedade peculiar, tacitamente instituída em modelo para toda a humanidade (BOURDIEU e WACQUANT, 2000; AMIN, 2004).

A esse propósito, a dissecação que fazem Bourdieu e Wacquant (2000) desta nova "Vulgata planetária" é exemplar:

> *"Em todos os países avançados, empresários e altos funcionários internacionais, intelectuais midiáticos e jornalistas de prestígio começaram a falar uma estranha novilíngua cujo vocabulário, aparentemente surgido de lugar nenhum, está em todas as bocas: 'globalização' e 'flexibilização'; 'governança' e 'empregabilidade'; 'subclasse' e 'exclusão'; 'nova economia' e 'tolerância zero'; 'comunitarismo' e 'multiculturalismo' e seus aparentados 'pós-modernos', 'etnicidade', 'minoria', 'identidade', 'fragmentação', etc. A difusão desta nova vulgata planetária - donde estão sintomaticamente ausentes [as expressões] capitalismo, classe, exploração, dominação, desigualdade, assim como outros vocábulos peremptoriamente revogados sob o pretexto da obsolescência ou da impertinência presumidas - é o produto de um imperialismo propriamente simbólico. Seus efeitos são tanto mais poderosos e perniciosos quando se leva em conta que este imperialismo é sustentado não somente pelos partidários da revolução neoliberal - a qual, sob a capa da 'modernização', entende reconstruir o mundo fazendo tabula rasa das conquistas sociais e econômicas resultantes de cem anos de lutas sociais, descritas agora como arcaísmos e obstáculos à nova ordem nascente - , mas também pelos produtores de cultura (pesquisadores, escritores, artistas) e pelos militantes de esquerda que, em sua maioria, se pensam sempre como progressistas" (*BOURDIEU e WACQUANT, 2000*).*

Através de práticas discursivas como as apontadas pelos autores, o estado de coisas no mundo – leia-se: o desmantelamento do Estado social, o fortalecimento do Estado vigilante e

repressor, a comodificação de bens públicos como a saúde e a educação, a ditadura da empresa orientada apenas pelo valor acionário, a subserviência da política à economia, o consumismo como motor ideológico do sistema – tudo isso é posto como um fato inevitável e imutável, e as conseqüências que daí resultam são colocadas igualmente como inexoráveis. O fracasso das opções socialistas na União Soviética e na China serve, segundo essa visão, apenas para demonstrar quão ineficientes eram elas em termos econômicos e anti-democráticas em termos políticos. Chegamos assim ao "fim da história": vivemos no melhor dos mundos, pelo menos potencialmente - pois ele só se concretizará quando os axiomas neoliberais forem finalmente postos em prática por todas as sociedades, sobretudo as subdesenvolvidas (AMIN, 2004).

Fairclough (2001) destaca dois aspectos particularmente importantes que devem ser considerados na Análise Crítica do Discurso, e que vêm confirmar o que dissemos até aqui:

- o processo de *naturalização* pelo qual passa o discurso dominante – quando efetivamente aquilo que veio a estabelecer-se como "senso comum" nada mais é que o resultado de um embate entre ideologias, onde uma delas saiu vitoriosa;
- o *apagamento* da criatividade individual que resulta da dominação social e política assim realizada – ou, dito de outra forma, o *abafamento* das vozes individuais, das vozes dissonantes, da polifonia .

Nada mais natural, portanto, que o extraordinário poder de persuasão dos argumentos fundamentados em "imperativos econômicos", tais como a eficiência, a produtividade, o Estado mínimo, a liberalização dos mercados e do sistema financeiro, a redução dos custos de transação, a competitividade, a estabilidade macroeconômica, etc. Ou, ao contrário, o desânimo e a frustração que amiúde experimentam, no plano individual, aqueles submetidos à ditadura do "economês" quando sabem-se, de antemão, vencidos nesse idioma: eles constituem a manifestação perfeita do "sujeito assujeitado" (o contrário do "sujeito criativo") de que nos fala Pêcheux (1988).

Podemos dizer, parafraseando Guimarães (*apud* PICCARDI, 1999), que o termo "discurso" não significa simplesmente um conjunto organizado de idéias que caminham em determinada direção, com começo, meio e fim. *O discurso é, além disso, a concretização de uma ilusão de unicidade*. O discurso mostra-se como uno, mas funciona de fato como disperso, e conduz, invariavelmente, após análise meticulosa, a conteúdos diversos que o precedem, e que são a própria história que o constitui. Em todo discurso, o implícito e o não-dito são tão ou mais

importantes que os sentidos literais postos, pois acrescentam um intrincado universo de interesses e relações a ser interpretado.

Todo discurso interpreta aspectos do mundo de maneiras que são inerentemente seletivas e redutoras, "traduzindo" e "condensando" realidades complexas (HARVEY, *apud* FAIRCLOUGH, 2005), e é preciso que nos perguntemos: por que esta seleção e redução em particular, por que aqui, por que agora? Quando situamos os discursos em relação às estratégias empregadas em determinados contextos de mudança social, é possível identificar a conexão entre certas representações específicas do mundo, por um lado, e interesses e relações de poder também específicos, por outro lado, assim como avaliar sua importância ideológica. Os discursos não emergem ou são recontextualizados aleatoriamente em um dado campo ou organização, nem tampouco existem em relação arbitrária com as estruturas e práticas sociais (FAIRCLOUGH, 2005). Ou, como diz Lyotard (1993) de maneira singela: *"os nomes não se aprendem sozinhos. Aprendem-se alojados em pequenas histórias."*

Sendo assim, parece-nos que o discurso sobre a RSE, tal como articulado pelos atores dominantes no campo econômico, representa um importante aliado da ideologia neoliberal e que, apoiado no discurso ecológico, constitui hoje parte significativa do discurso empresarial moderno. O discurso empresarial "padrão", nos dias de hoje, serve ao discurso político-econômico em vigor, e vice-versa, num contínuo processo de mútua sustentação que visa o abafamento das vozes que contrapõem o capital ao trabalho, e a esfera econômica ao "mundo da vida" (PICCARDI, 1999).

Sob o ponto de vista de sua evolução, quatro elementos, ou momentos, podem ser reconhecidos na trajetória social dos discursos (FAIRCLOUGH, 2005):

a) **Emergência**: os processos através dos quais os discursos nascem e se constituem, graças a uma rearticulação de elementos de discursos pré-existentes;

b) **Hegemonia**: alguns discursos emergentes entram em processos de luta dos quais emergem vitoriosos, tornando-se hegemônicos em determinadas organizações, instituições ou campos sociais (enquanto outros não);

c) **Recontextualização**: os discursos hegemônicos emergentes se disseminam, atravessando fronteiras estruturais (por exemplo, entre campos, instituições ou organizações) e fronteiras escalares (da escala local para a nacional ou internacional, e vice-versa), e se recontextualizam em novas organizações, campos, localidades, etc;

d) **Operacionalização**: os discursos são colocados em prática, transmitidos e inculcados de forma sistemática, e se materializam em objetos e propriedades do mundo físico.

Tomando as etapas acima como um roteiro aproximado para alcançarmos os objetivos propostos neste trabalho, analisaremos no próximo capítulo (Capítulo 4) as circunstâncias históricas que levaram à gênese do campo da RSE e dos discursos que circulam no seu interior, retraçando assim os processos relativos à sua **emergência.**

No Capítulo 5 iremos identificar as lutas entre os vários tipos de discurso presentes no campo da RSE, muitos deles heterodoxos, conflitantes ou antagônicos entre si, e os elementos do campo social mais amplo que contribuem para fortalecer a **hegemonia** de alguns em detrimento de outros.

No Capítulo 6 trataremos da **recontextualização** dos discursos hegemônicos sobre a RSE em outros campos, enfocando especificamente o campo da indústria do petróleo, pelos motivos já apresentados na Introdução.

Ainda no Capítulo 6, demostraremos as inúmeras maneiras através das quais esses discursos são **operacionalizados,** na prática, através dos mais diversos instrumentos, dos quais os relatórios anuais de responsabilidade socioambiental constituem um exemplo particularmente revelador.

Considerando que a relação entre o discurso e outras facetas do social é uma variável histórica, fatalmente existirão diferenças nas funções sociais cumpridas pelo mesmo em épocas distintas. Não se trata de rupturas propriamente radicais, mas de mudanças qualitativas no chamado "dominante cultural", isto é, naquelas práticas discursivas que possuem mais saliência e impacto numa época particular (FAIRCLOUGH, 1993). Ora, na sociedade capitalista tardia em que vivemos, uma certa ordem *global* do discurso está emergindo a passos largos e muitas de suas características já disseminaram-se a ponto de assumir um caráter quase universal. Eis algumas das mais notáveis:

- em primeiro lugar, a própria importância assumida pelo discurso na constituição e reprodução das relações de poder - donde a ênfase atribuída pelas Ciências Sociais à ideologia como meio privilegiado através do qual as relações de dominação são mantidas. Ao lançar mão de certas estratégias discursivas, o poder pode ser alcançado sem coerção e mantido por hegemonia, conduzindo assim à aceitação generalizada de uma determinada ideologia como *senso comum* (GRAMSCI, *apud* EAGLETON, 1997);

- em segundo lugar, a progressiva colonização do "mundo da vida" pela economia e pelo Estado, o que redunda numa substituição das práticas "comunicativas" por práticas "estratégicas", as quais vêm dar corpo a uma racionalidade puramente instrumental (HABERMAS, 2002);
- em terceiro lugar, uma padronização da linguagem. Um dos traços do hiper-moderno é a unificação do "mercado linguístico" (BOURDIEU, 1996) através da imposição de linguagens-modelo ("linguagens legítimas") pelo Estado ou pelo Mercado;
- em quarto lugar, o franco declínio das relações automaticamente baseadas na autoridade; a auto-identidade das pessoas (e das organizações, arriscaríamos afirmar) não mais é decorrente apenas de certas posições fixas ou de papéis já dados (profissionais, familiares, sociais), mas precisa ser reflexivamente construída através de um processo contínuo de negociação. Deste modo, as relações e as identidades devem cada vez mais ser negociadas pelo diálogo (GIDDENS, BECK e LASH, 1997);
- em quinto lugar, a cultura pós-industrial contemporânea pode ser definida como uma cultura da propaganda e do consumismo, cujas conseqüências são, respectivamente, a marketização e a comodificação da vida social, a qual passa a ser reconstruída à imagem do mercado (ao mesmo tempo em que, na economia, dá-se um deslocamento de ênfase da produção para o consumo). Em termos discursivos, isso traduz-se numa generalização da publicidade como função comunicativa: o discurso torna-se um veículo para vender bens, serviços, organizações, idéias ou pessoas, em todos os domínios da experiência (FAIRCLOUGH, 1993).

Todas as características acima descritas são facilmente reconhecíveis nos esforços de construção da ideologia neoliberal, além de talharem também o formato das práticas discursivas sobre RSE produzidas pelos agentes dominantes, as quais vêm integrar e completar o mesmo arcabouço ideológico. Ademais, o discurso que esses agentes (i.e., as grandes corporações, as burocracias governamentais e os organismos internacionais) produzem sobre a RSE parece cumprir as seis estratégias de legitimação identificadas por Thompson (*apud* EAGLETON, 1997), segundo as quais o poder dominante pode legitimar-se:

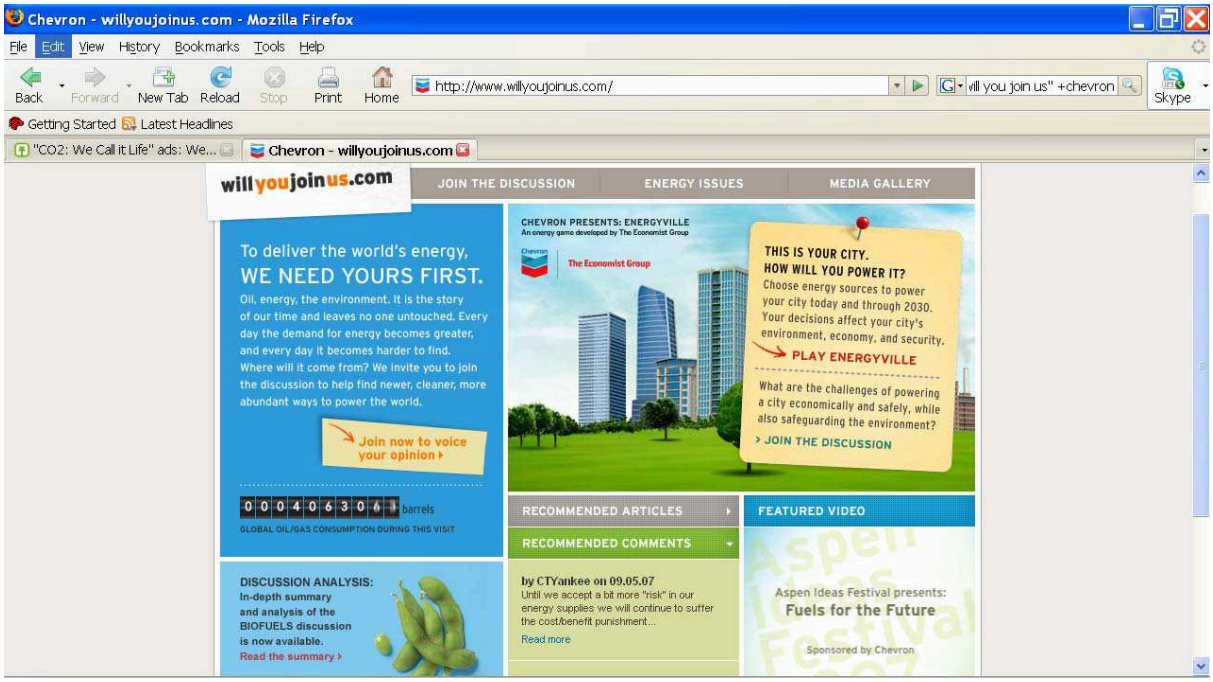
- *promovendo* crenças e valores compatíveis com ele;
- *naturalizando* e *universalizando* tais crenças de modo a torná-las óbvias e aparentemente inevitáveis;
- *denegrindo* idéias que possam desafiá-lo;

- *excluindo* formas rivais de pensamento;
- *obscurecendo* a realidade social de modo a favorecê-lo.

Neste ponto, cumpre-nos destacar enfaticamente que não é nossa intenção definir as ideologias em termos de "falsas" ou "verdadeiras", como fazem algumas abordagens tradicionais (i. e., o marxismo clássico). O que não significa dizer, por exemplo, que os racistas não possuam "falsas" crenças sobre os negros, ou os europeus ocidentais sobre os árabes muçulmanos. Tampouco significa que as crenças feministas sobre a dominação masculina, ou as dos ambientalistas sobre a poluição, não sejam "verdadeiras", dados alguns padrões epistemológicos específicos (científicos ou outros) e critérios previamente definidos do que seja a verdade. Mas o que esses exemplos sugerem é que as ideologias em geral não são inerentemente "verdadeiras" ou "falsas", e sim que *representam a "verdade" possívelmente tendenciosa e auto-interessada de um determinado grupo social*. Nesse sentido, elas são quadros de referência mais ou menos relevantes e eficientes para tais grupos, na medida em que são capazes de avançar os interesses dos mesmos (VAN DIJK, 1995).

Consideremos as duas estratégias discursivas a seguir, a título de ilustração. A primeira delas (cf. Figura 10) é um *site* especialmente criado na Internet, em julho de 2005, pela companhia petrolífera americana Chevron, dona do 4º. maior faturamento no campo do petróleo.

Figura 10: *Microsite* da Chevron na Internet



Fonte: Willyoujoinus.com - CHEVRON, 2005a.

Nele, a empresa convida os consumidores a discutir questões tais como: quais são as fontes dos combustíveis que usam atualmente, que tipo gostariam de usar e quanto estariam dispostos a pagar por ele. A página também mostra quantos barris de petróleo são consumidos mundialmente durante o tempo em que o visitante permanece no *site*. Há um jogo interativo (criado pelo *The Economist Group*, ao qual pertence a influente revista de negócios e finanças de mesmo nome) no qual o jogador escolhe as fontes de energia que irão abastecer uma cidade virtual com 4 milhões de habitantes. Fundamentalmente, todo o conteúdo do *site* gira em torno da controvérsia atual acerca do *peak oil*[40], isto é, se já teriam sido exploradas ou não a maior parte das reservas mundiais de petróleo (em cuja eventualidade estaríamos caminhando para uma crise inexorável e não muito distante), e o que o consumidor tem a dizer a respeito do assunto: perguntas, sugestões, etc.

A estratégia é representativa de outras semelhantes e que já se tornaram habituais no universo corporativo: o convite ao diálogo (que no caso citado dá-se mais como monólogo, já que a empresa não "responde"); a construção de uma identidade organizacional "responsável" e em sintonia com os problemas do momento, onde o que se visa é mais favorecer a imagem do que alterar a substância (já que as atividades tradicionais da empresa não sofrem nenhum abalo); e a naturalização de problemas graves, que perdem assim o afiado de seu gume (já que os dilemas da crise de energia são aqui transplantados para um universo virtual, onde o indivíduo pode tentar solucioná-los através de um jogo, sem precisar alterar seu próprio estilo de vida).

O segundo exemplo que temos em mente é o dos comerciais televisivos veiculados nos Estados Unidos, em 2006, para desacreditar o filme de Al Gore sobre as mudanças climáticas, *Uma verdade inconveniente*, recém-lançado na época. Foram dois comerciais, ambos produzidos pelo Competitive Enterprise Institute - CEI, *"uma organização sem fins lucrativos dedicada à promoção dos princípios da livre iniciativa e do governo limitado. Nós acreditamos que os indivíduos são melhor servidos não pela intervenção governamental, mas realizando suas próprias escolhas num mercado livre."*[41] (COMPETITIVE ENTERPRISE INSTITUTE – CEI, 2007). A Exxon Mobil (1º. lugar em faturamento no campo do petróleo, e 2º. lugar dentre todas as empresas transnacionais) é a maior financiadora do CEI, que aliás é considerado pelo *Wall Street Journal* como *"o melhor think tank ambientalista do país"* (CEI, 2007), reafirmando assim o ditado popular do *"Dize-me com quem andas..."*.

---

[40] Para maiores detalhes acerca da teoria do *peak oil*, vide o Capítulo 6, item 6.1.

[41] Original em inglês; tradução minha.

Nos dois comerciais mencionados, o dióxido de carbono, principal gás causador do efeito-estufa, vem explicado como algo que não pode ser nocivo porque "é natural". Vejamos como se desenrola um deles: *"Há algo nestas cenas que você não pode ver. É essencial para a vida: nós o expiramos* (cena de crianças brincando). *As plantas o inspiram* (cena de floresta). *Vem da vida animal* (gazelas correndo na planície), *dos oceanos* (onda batendo no rochedo), *da Terra e dos vapores que ela emite* (cena de um vulcão ativo). *Chama-se dióxido de carbono,* CO_2 (imagem do planeta azul no cosmo, depois fábricas e poços de petróleo). *Os combustíveis que produzem* CO_2 *libertaram-nos de uma vida de trabalho extenuante* (cena de mulher africana triturando grãos com um pilão, depois trator arando o solo). *Iluminando nossas vidas* (grande centro urbano à noite, repleto de anúncios de neón), *permitindo-nos criar e transportar as coisas de que precisamos* (cena de atividade industrial, depois trens de carga), *as pessoas que amamos* (mãe de família leva crianças à escola de carro). *Agora alguns políticos querem rotular o* CO_2 *como um poluente. Imagine se eles conseguirem* (colagem com algumas das cenas anteriores). *Como seria a nossa vida?* (tela negra). *Dióxido de carbono. Eles o chamam de poluição* (ainda a tela negra). *Nós o chamamos de vida* (imagem de criança assoprando uma flor).

Seguramente o discurso acima não prima pela sutileza, e talvez por isso mesmo seja possível reconhecer nele todas as estratégias de legitimação listadas por Thompson (*apud* EAGLETON, 1997) e já mencionadas: a promoção de crenças e valores que refletem os interesses particulares de determinado grupo, a naturalização e universalização dessas crenças, a desqualificação e exclusão de idéias contrárias, e por fim a distorção da realidade de modo a encaixá-la nesse modelo interpretativo. À observação fácil de que todos nós, na maior parte do tempo, somos guiados por crenças e interesses pessoais e buscamos igualmente promovê-los, à custa de maior ou menor esforço, pelas mais variadas razões, responderíamos frisando a importância de se distinguir entre aqueles interesses e conflitos de poder que, em qualquer época, são centrais a toda uma ordem social e aqueles que não o são. Estamos convencidas de que a construção e a consolidação da ordem capitalista neoliberal contemporânea faz parte do primeiro grupo de problemas.

Feitas estas considerações sobre as complexas relações de poder que antecedem, situam, qualificam e determinam as práticas discursivas, passaremos agora à análise dos **campos** dentro dos quais ocorrem tais práticas. Os campos desempenham um papel importantíssimo na mediação e re-interpretação das demandas e forças externas, como veremos a seguir.

3.2. A teoria dos campos de Bourdieu

A partir de uma formação assentada na Filosofia, na Sociologia e na Antropologia, Bourdieu desenvolve em sua obra uma teoria do mundo social na qual critica e busca superar a clássica dicotomia entre o estruturalismo (ou objetivismo) e o construtivismo (ou subjetivismo), onde o primeiro trata os fenômenos sociais como coisas e o segundo reduz o mundo às representações que os agentes se fazem dele. Segundo o autor, nenhum dos dois enfoques dá conta de, por si só, explicar satisfatoriamente os fenômenos sociais: por um lado, não há como negar que existem no mundo social estruturas *objetivas* que são independentes da consciência e dos desejos dos agentes, e capazes de guiar ou constranger as práticas desses agentes. Por outro lado, existe também uma gênese *socialmente construída* tanto para os padrões de percepção, pensamento e ação como para as estruturas sociais externas (BOURDIEU, 1992; 1997).

Foi para fugir a essa dicotomia que considera reducionista que Bourdieu desenvolveu o que ele chamou de "construtivismo genealógico" e elaborou as noções de *habitus* e de campo. O *habitus* indica as estruturas sociais internalizadas, o social feito corpo:

> *"(...) [o habitus] é um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações - e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas."* (BOURDIEU, *apud* BERNARDO, 2001).

O *habitus* surge então como um conceito capaz de conciliar a oposição aparente entre a realidade exterior e as realidades individuais: capaz de expressar o diálogo, a troca constante e recíproca entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo das individualidades. Por isso o *habitus* é definido como um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano. Pensar a relação entre indivíduo e sociedade com base na categoria *habitus* implica afirmar que o individual, o pessoal e o subjetivo são simultaneamente sociais e coletivamente orquestrados: o *habitus* é uma subjetividade socializada. Por isso mesmo, o *habitus* é um conceito que ajuda a perceber e compreender uma certa homogeneidade nas disposições, nos gostos e preferências de grupos ou indivíduos que são produtos de uma mesma trajetória social (SETTON, 2002).

A relação de interdependência entre os conceitos de *habitus* e de campo é condição indispensável para o seu pleno entendimento. Ou seja, a teoria da prática de Bourdieu pressupõe uma relação dialética entre sujeito e sociedade, uma relação de mão dupla entre o *habitus* individual e a estrutura do campo. Segundo esse ponto de vista, as ações, comportamentos, escolhas ou aspirações individuais não são devidas a cálculos ou planejamentos, são antes produtos da relação entre um *habitus* específico e as pressões e estímulos de uma determinada conjuntura. Nesse sentido, a noção de *illusio* (também conhecida como interesse) é particularmente útil. Todo campo social – seja o científico, o artístico, o da moda, o religioso ou o político – tende a obter daqueles que entram nele uma relação com o campo que se pode chamar de *illusio*. *Illusio* significa dar importância a um jogo social, perceber que o que se passa aí é importante para os envolvidos, é acreditar que o jogo vale a pena ou que vale a pena jogar: *"a illusio é essa relação encantada com um jogo que é o produto de uma relação de cumplicidade ontológica entre as estruturas mentais e as estruturas objetivas do espaço social"* (BOURDIEU, 1997).

A noção de campo, por sua vez, serve para designar um microcosmo relativamente autônomo, que obedece a leis sociais mais ou menos próprias. Os campos estruturam o espaço social mais amplo (também chamado de "estrutura social" ou de "campo do poder"), separando os domínios de atividades nele existentes, ao mesmo tempo em que conferem ou negam legitimidade (de agir e de falar) a cada um desses domínios:

> *"Nas sociedades altamente diferenciadas, o cosmo social é composto por inúmeros desses microcosmos sociais, isto é, espaços de relações objetivas que são o lugar de uma lógica e de uma necessidade específicas e irredutíveis àquelas que regulam outros campos. Por exemplo, o campo artístico, ou o campo religioso, ou o campo econômico seguem todos lógicas específicas: enquanto o campo artístico constituiu-se pela rejeição ou reversão da lei do lucro material, o campo econômico emergiu, historicamente, através da criação de um universo no qual, como costumamos dizer, 'negócios são negócios', e de onde as relações encantadas da amizade e do amor estão em princípio excluídas."*[42] (BOURDIEU, 1992:97).

Sob o ponto de vista de sua configuração, um campo pode ser concebido como uma rede de relações objetivas entre posições; essas posições são definidas segundo seu *status*, presente e potencial, na estrutura de distribuição dos tipos de poder (ou capital) cuja posse dá acesso às

[42] Em inglês no original; tradução minha.

vantagens que estão em jogo naquele campo. Isso significa que no interior de um campo as posições são hierarquizadas, e não equivalentes – isto é, algumas são dominantes e outras, dominadas. É importante determinar quais são as dominantes, pois o jogo do poder vai organizar-se em torno da conquista ou da preservação dessas posições.

> *"Um campo é um sistema competitivo de relações sociais que funciona segundo sua lógica interna, composto por instituições ou indivíduos que competem pelo mesmo objetivo. O que geralmente está em jogo em tal campo é a conquista de domínio máximo dentro dele – um domínio que permite aos que o conquistam conferir ou retirar legitimidade dos outros participantes. Alcançar tal domínio envolve o acúmulo do máximo de capital simbólico adequado ao campo,* ***e para que tal poder se torne legítimo, deve deixar de ser reconhecido pelo que é.*** *Um poder endossado tacitamente, mais do que explicitamente, é um poder que conseguiu legitimar-se."*[43] (EAGLETON, 1997).

A todo momento, é o estado de relações de força entre os jogadores que define a estrutura do campo: sua força relativa no jogo, sua posição no espaço em que a ação se desenrola, os movimentos que fazem - mais ou menos arriscados ou cautelosos, subversivos ou conservadores – dependem sempre do volume e da composição do capital que detêm. Aqueles agentes que ocupam posições centrais tendem a ser mais ortodoxos, canalizando forças para a manutenção do *status quo*, enquanto os que ocupam posições marginais costumam ser mais heterodoxos, procurando desacreditar os detentores de capital específico do campo e adquirir um *quantum* maior de capital total:

> *"Dois indivíduos dotados de um capital total equivalente podem diferir em suas posições, assim como em suas posturas ('tomadas de posição'), quando um possui muito capital econômico e pouco capital cultural, enquanto o outro tem pouco capital econômico e grandes bens culturais. Para ser mais preciso, as estratégias de um jogador e tudo o que define seu jogo são uma função não só do volume e estrutura do seu capital* ***no momento considerado****, e das chances que lhe garantem no jogo, mas também da* ***evolução no tempo*** *do volume e estrutura desse capital, isto é, da trajetória social desse agente e das*

[43] Grifo meu.

disposições (habitus) constituídos na relação prolongada com uma distribuição definida de chances objetivas."[44] (BOURDIEU, 1992: 99).

A hierarquia no interior dos campos faz com que, em todos eles, exista uma luta permanente pela dominação. A luta é travada por agentes para os quais é quase impossível dela não tomar parte, pois o campo é um lugar de jogo e de interesses que não possuem sentido senão para um agente cuja socialização levou-o a valorizar tais interesses. Aquilo que é objeto de luta dentro de um campo tem toda a probabilidade de parecer pueril ou fútil a um agente que pertença a outro campo, ao passo que é percebido como natural pela quase totalidade dos agentes nele envolvidos. A primeira conseqüência deste fato é que torna possível a crença, num campo que não seja *stricto sensu* econômico, que a luta pela dominação seja desinteressada, o que não é jamais o caso, qualquer que seja o campo considerado[45].

A segunda conseqüência é que não poderão participar adequadamente do jogo senão aqueles agentes dotados do *habitus* apropriado, um *habitus* que saiba apreciar os valores específicos do campo. É preciso que o agente envolva-se com o jogo, leve o jogo a sério, que ele tenha *illusio*, isto é: aquela relação lúdica (ou de investimento libidinal, em termos psicanalíticos) que se estabelece entre uma estrutura social existente (o campo) e uma estrutura mental individual (o *habitus*). Portanto, até os agentes situados em posições diferentes ou mesmo diametralmente opostas do campo implicitamente concordam com pelo menos uma coisa: que vale a pena "conquistar" o campo, lutar por ele: *"Querer fazer a revolução em um campo é concordar com o essencial do que é tacitamente exigido por esse campo"* (BOURDIEU, 1997: 140). Sem esse acordo mínimo e não-contratual o jogo é impossível e o campo, enquanto espaço de jogo, não pode existir.

Como vimos, a hierarquia nos campos depende da quantidade que possui cada agente daquele capital específico que é aí valorizado, e as posições diferenciadas devem-se ao fato de que a distribuição do capital é desigual. Mas o capital específico também varia entre os campos; isso significa que um capital não existe por si mesmo, e que só adquire substância no interior de um campo dado. A dominação daí resultante – e que geralmente não é percebida como tal, nem pelo agente que a aplica nem por aquele que dela é vítima - só é possível porque todos no

[44] Em inglês no original; tradução minha.

[45] Para provar esse fato, Bourdieu relata ter observado, durante sua visita a uma antiga igreja na França, uma escultura em madeira perto do altar a qual retratava dois sacerdotes lutando pela posse do bastão de prior. Ou seja, ironiza ele, até mesmo no campo religioso, que seria o campo do des-interesse por excelência, existem tipos específicos de capital que são valorizados, conferem vantagens a quem os possui, e pelos quais os agentes estão dispostos a competir.

campo valorizam o mesmo capital e utilizam portanto os mesmos critérios de classificação para atribuir as posições. Além disso, ela é amiúde simbólica e mediada pelo *habitus*, o que a torna ainda mais difícil de ser percebida.

Para preservar o espaço das posições (o *status quo*), todos os dominantes do campo tentam limitar o acesso a ele, instaurando um "preço de entrada" o mais elevado possível. Porém, isso só é possível se existir um acordo mínimo entre os participantes acerca das regras de acesso que todo pretendente à entrada no campo deverá respeitar. Assim, o campo acadêmico fixa regras severas de acesso (mestrado, doutorado, pós-doutorado, livre-docência, etc), e o campo do serviço público também (exames públicos, concursos). Nos campos menos estruturados, como o literário ou artístico, o preço de entrada tende a ser mais baixo e flexível, e por isso é difícil para os dominantes, qualquer que seja a fonte de sua dominação, impedir a chegada de novos entrantes - os quais com freqüência justificam sua própria entrada pela suposta necessidade de "renovar" um campo em vias de degeneração ou banalização (BOURDIEU, 2003).

Mas isso não é tudo: os agentes podem jogar de modo a incrementar ou conservar seu capital, como podem também tentar transformar, parcialmente ou completamente, as regras imanentes do campo. Podem, por exemplo, esforçar-se para mudar a "taxa de câmbio" entre várias espécies de capital, por meio de estratégias que visam desacreditar a forma de capital sobre a qual se baseia a força de seus oponentes (e. g., capital econômico) e valorizar o tipo de capital que eles mesmos possuem (e. g., capital simbólico). Ademais, os participantes de um campo dado, como as firmas no campo do petróleo ou as organizações no campo da RSE, trabalham constantemente para se diferenciarem de seus rivais mais próximos, de modo a reduzir a competição e estabelecer um monopólio sobre um subsetor do campo (BOURDIEU, 1992).

Embora esteja sujeito também às imposições do macrocosmo, ou seja, do campo social mais amplo, cada campo dispõe de um certo grau de autonomia em relação a este:

> *"De fato, as pressões externas, sejam de que natureza forem, só se exercem por intermédio do campo, são mediatizadas pela lógica do campo. Uma das manifestações mais visíveis da autonomia de um campo é sua capacidade de* ***refratar****, retraduzindo sob uma forma específica as pressões ou as demandas externas. Como um fenômeno externo, uma catástrofe, uma calamidade (a peste negra da qual se procuram os efeitos na pintura), a doença da vaca-louca – que sei eu? – vai se retraduzir num campo dado?"* (BOURDIEU, 2004:21).

Assim, quanto mais autônomo for um campo, maior será o seu poder de refração (ou re-tradução) das imposições externas, e mais os problemas exteriores serão transfigurados, muitas vezes a ponto de tornarem-se irreconhecíveis. A autonomia do campo mede-se, ademais, por sua capacidade de definir e atribuir posições a partir de capitais e regras que lhe são próprios; nesse caso, as posições aí são atribuídas exclusivamente com base na repartição desse capital que é específico do campo, quaisquer que sejam as influências provenientes de outros campos (um campo verdadeiramente autônomo não vai buscar em outros campos reconhecimentos que acarretariam alterações nas relações de força no seu interior). A autonomia de um campo constrói-se durante sua constituição histórica (i. e., o campo do teatro, o campo da televisão, etc) e é amiúde questionada por outros campos que, dentro do campo social geral (o campo do poder), buscam expandir sua influência absorvendo a influência dos outros. Assim, no campo da literatura, os autores "sérios" desdenham a literatura de auto-ajuda e os quadrinhos; no campo das artes cênicas, julga-se que os atores de teatro têm mais "talento" (capital específico do campo) que os atores de televisão, porém estes últimos gozam de maior popularidade (capital alternativo, de natureza simbólica) e por isso acabam geralmente desfrutando de igual prestígio (i.e., dispondo de um volume equivalente de capital total).

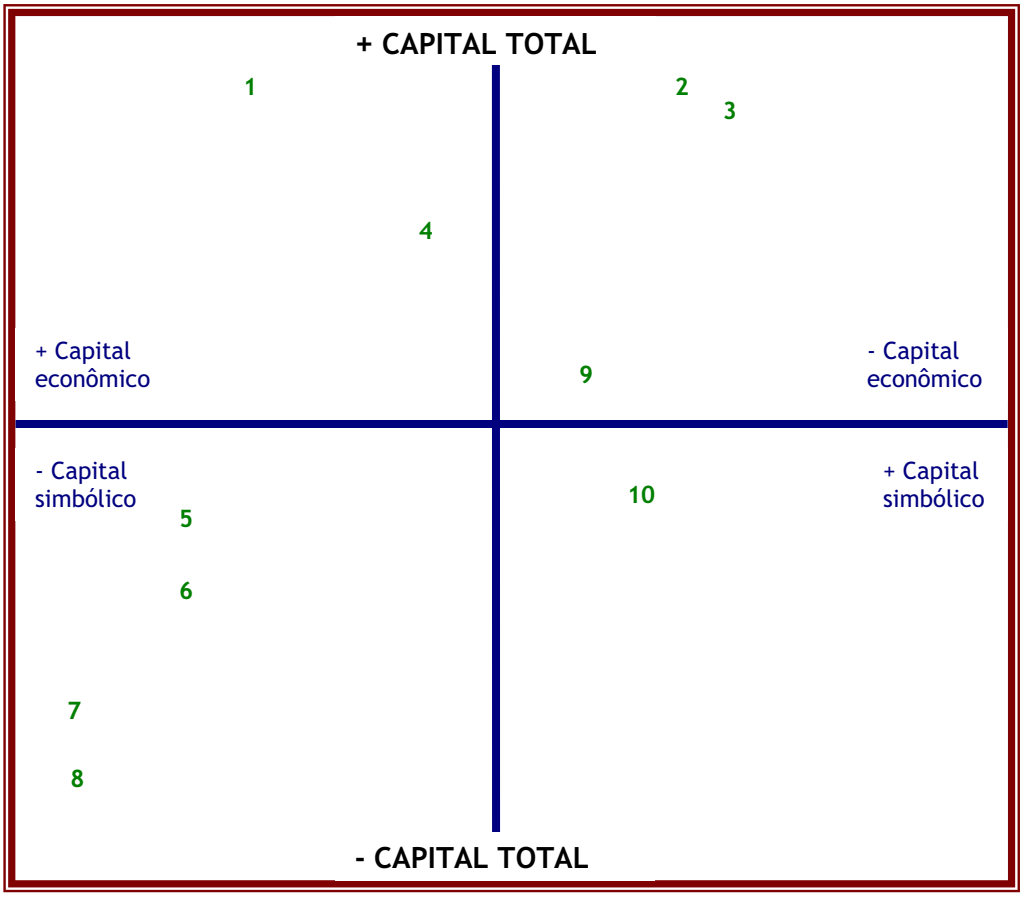
Qualquer campo pode, portanto, encontrar-se em situação de heteronomia se as classificações no seu interior lhe são impostas por outros campos, empregando outros critérios. É bastante comum que existam, dentro de um mesmo campo, um pólo autônomo e um pólo heterônomo, porque os agentes dominados (em virtude de sua parca possessão do capital específico) sentem-se tentados a ir buscar fora do campo uma outra forma de capital, e depois fazer o câmbio desse capital externo pelo capital interno do campo. Porém nada disso é possivel se o campo, como um todo, já não houver parcialmente perdido sua autonomia.

O campo internacional do petróleo é, como todos os outros, um espaço estruturado e hierarquizado de posições nas quais estão inseridos os agentes que dele fazem parte, dentre os quais contam-se as empresas petrolíferas – que, embora não sejam os únicos, são por certo os agentes dominantes do campo e aqueles de que nos ocuparemos neste trabalho. Suas posições no interior do mesmo dependem da quantidade de capital que detêm - mas qual é o capital específico do campo? Ora, a concorrência entre as firmas do campo do petróleo é ao mesmo tempo econômica e simbólica, e nisso se assemelha a vários outros campos. O acesso às reservas, a abundância ou escassez das mesmas, a capacidade tecnológica para efetuar a exploração e a produção, o capital de giro disponível e os lucros auferidos são por certo

fatores econômicos cruciais para todas elas mas, ao mesmo tempo, cada empresa dispõe de um estoque de capital simbólico (seu histórico, sua reputação, suas relações com a sociedade, etc) que modifica a relação de forças estabelecida a partir do capital econômico puro e simples. Por esse motivo, as estratégias de luta entre as petrolíferas fazem uso dos dois tipos de recursos.

Procuramos imaginar como poderia ser representada a distribuição do capital no campo do petróleo se usássemos apenas duas variáveis: o faturamento das companhias em 2006 (capital econômico) e sua tradição/reputação no campo da RSE (capital simbólico). O resultado do exercício, de valor simplesmente heurístico e sem pretensões científicas, está na Figura 11.

Figura 11: Possível distribuição dos dois tipos de capital (econômico e simbólico) no campo do petróleo – 2007



LEGENDA: Numeradas por ordem de faturamento: 1) Exxon Mobil; 2) Royal Dutch/Shell; 3) BP; 4) Chevron; 5) ConocoPhillips; 6) Total; 7) Sinopec; 8) China National Petroleum; 9) Petrobras; 10) Statoil.

Fonte: Elaboração própria.

Utilizamos aí o mesmo modelo gráfico criado por Bourdieu (1997) em sua análise sobre a distribuição das posições sociais e estilos de vida no campo social como um todo. Escolhemos

as oito petrolíferas que mais faturaram em 2006, além da Petrobras (12ª. colocada) e da Statoil (13ª.colocada) – esta última porque, como a companhia brasileira, também possui uma boa reputação "cidadã" - e as numeramos de acordo com seu faturamento. Como se pode ver no gráfico, quanto mais à esquerda da linha divisória central estejam localizadas as empresas, maior é seu capital exclusivamente econômico; quanto mais à direita estejam situadas, maior é a parcela de capital simbólico que detêm. Por outro lado, a combinação de ambas as espécies de capital determina a posição de cada uma dentro do campo, conforme possuam mais ou menos capital total. Segundo essa representação hipotética, a Exxon é a que possui mais capital econômico, porém acaba equiparada à Shell e à BP em termos de capital total em virtude do capital simbólico que essas duas possuem. A ConocoPhillips e a Total não dispõem de nenhuma tradição digna de nota no campo da RSE, pelo contrário - o que as coloca, portanto, em posição inferior à Petrobras e à Statoil em termos de capital total, dado o capital simbólico crescente destas duas últimas[46]. A Chevron aparece como uma empresa conservadora, rica do capital específico do campo (4ª. colocada em faturamento), a qual tem ensaiado estratégias de RSE – esparsas e pouco convincentes – para tentar incrementar seu capital simbólico e, conseqüentemente, sua legitimidade. Por fim, as duas firmas chinesas, embora fortes em capital econômico, são as que menos têm capital simbólico (leia-se, práticas de RSE) e por isso são colocadas em último lugar na escala do capital total disponível.

O primado do econômico continua sendo – evidentemente – a regra do campo, não obstante as importações de discursos oriundos do campo da RSE realizadas nos últimos tempos. Entretanto, cumpre reconhecer que a sociedade civil, percebida até 20 anos atrás como totalmente à mercê das decisões de negócios dessas empresas, assumiu hoje um protagonismo no planejamento estratégico de algumas delas que é verdadeiramente notável[47]. Quanto desse protagonismo é real, e quanto dele é meramente de fachada, está não apenas aberto a debates mas também varia de firma para firma, em função de inúmeros fatores que serão discutidos no Capítulo 6. Tudo somado, o fato é que uma nova tendência parece delinear-se, na qual um campo originalmente dominado exclusivamente pelo capital econômico e pelo capital político passa agora a conferir aos seus agentes benefícios e vantagens derivados do acúmulo de capital simbólico.

Alguns dos atributos principais que caracterizam o campo – seu alto impacto social e ambiental, a dependência de recursos não-renováveis, a extraordinária rentabilidade do

[46] Esses dados serão discutidos em maior detalhe no Capítulo 6.

[47] Cf. Capítulo 6, item 6.2.

negócio (em muitos casos tachada de "indecente"[48]) – atributos esses que sempre foram o seu calcanhar-de-Aquiles quando confrontados com os interesses e discursos vigentes no campo da RSE, começaram a ser manipulados pelas petrolíferas em sentido inverso, onde o que era falta e falha passou a representar "oportunidade" e "consciência cidadã". Assim, os impactos socioambientais viraram uma chance de ouvir e amparar comunidades, a dependência de recursos não-renováveis transformou-se em oportunidade de testar fontes e tecnologias alternativas, a exuberância dos resultados financeiros é agora motivo para preocupar-se com sua distribuição justa e eqüânime, etc. A adoção do discurso da RSE confere hoje prestígio e reputação no campo social mais amplo, prestígio e reputação que serão depois negociados sob a forma de novas e mais vantajosas posições no interior do campo do petróleo.

A tendência se difunde e profissionaliza, a ponto de que aquilo que fora inicialmente uma posição heterodoxa – preocupar-se com a RSE - transformou-se quase em ortodoxia dentro do campo. Ciosas de evitar os erros cometidos por outras petrolíferas no passado, e atentas a não perderem suas posições para outras empresas mais ágeis e rápidas, as companhias menores, ou em processo recente de internacionalização (como a Petrobras), seguem o caminho que as grandes já haviam inaugurado: relatórios de sustentabilidade, diálogo com *stakeholders*, preocupação ambiental, filantropia, parcerias com órgãos do governo e ONGs, certificações e selos variados. O processo redunda, como já assinalamos, numa relativa uniformização das práticas discursivas de muitas empresas do campo.

Ao mesmo tempo, o capital simbólico que é assim conquistado pelas firmas no campo social mais amplo, e que depois se converte em capital reconhecido pelo campo do petróleo em particular, confere ainda às mesmas uma quantidade variável de capital político que pode ser exercido tanto no interior do campo como fora dele. No caso de empresas de óleo estatais, ou de capital misto, como a Petrobras, o discurso da RSE tem a vantagem adicional de colocar o governo sob uma luz favorável, e confundem-se ainda mais as fronteiras – já de sólito borradas – entre o que constitui realização de um ou de outro. Já as empresas privadas apostam nas suas identidades "socialmente responsáveis" visando angariar benefícios a curto

[48] A expressão foi empregada por diversos jornais britânicos ao noticiarem, em 31 de janeiro de 2008, o lucro de US$ 27,6 bilhões de dólares obtido pela Shell durante o ano de 2007, um recorde na história da Grã-Bretanha. No dia seguinte, foi a vez da Exxon Mobil entrar para a história ao anunciar o maior lucro já registrado até então por uma companhia americana: US$ 11,7 bilhões de dólares no último trimestre de 2007 (MACALISTER, 2008; MILNER, 2008).

e médio prazo em termos de concessões, licenciamentos, financiamentos e regulamentações mais brandas.

Quanto aos funcionários dessas empresas, os milhares de indivíduos bem-intencionados que absorvem, transformam, adaptam e reproduzem as práticas discursivas esposadas pelas organizações onde trabalham, neles as regras do jogo encontram-se interiorizadas. Este jogo – *illusio* do empregado que trabalha numa "empresa responsável" – não é algo que faça sentido apenas para eles e para os seus concorrentes dentro do campo, como é o caso de alguns outros jogos, mas é uma moeda reconhecida também fora, no campo social mais amplo. Nela estão cunhados tantos ícones prontamente identificáveis (e capitalizáveis): desenvolvimento sustentável, cidadania, participação, transparência, integridade, voluntariado, ecoeficiência. Como não concordar com tudo isso, como não achar que o jogo vale a pena?

Deste modo as empresas contribuem para estruturar a percepção da maioria, intra e extra-campo, e por conseguinte forjar novos *habitus*. Em seus discursos sobre RSE elas apresentam como problemas legítimos questões que na verdade, dada a maneira como são formuladas, afiguram-se não-problemáticas: a pobreza, o aquecimento global, a globalização, os mercados financeiros.... tantos fenômenos transformados em "processos sem sujeito", como diz Arantes (2004). Muito, senão todo o discurso sobre RSE tomado de empréstimo pelas grandes transnacionais ao campo da contestação civil, ou ao universo acadêmico, possui como efeito colateral e perverso o de habituar as pessoas a uma naturalização dos problemas, os quais não parecem ter, senão raramente, verdadeiras causas ou verdadeiros responsáveis (que amiúde são as proprias empresas). As questões não são nunca colocadas no seu contexto mais vasto.

Uma empresa como a Petrobras, por exemplo, que tem o poder de alcançar milhões de pessoas, representa um recurso de fundamental importância para os produtores de bens, quaisquer que sejam eles: seja nas artes, na cultura, nos esportes, em projetos comunitários, nas ONGs, no mercado de trabalho ou no mercado de consumo, o seu apoio é almejado, buscado, e muitas vezes indispensável. Nesse sentido, ela tem a capacidade de fazer com que iniciativas em todas essas áreas vejam a luz do dia ou não, sejam bem sucedidas ou não. Mais que isso, ela tem o poder de modificá-las, adequando-as aos seus interesses. Os programas sociais, as publicações, as pesquisas, os cursos universitários – tudo é suscetível de intervenção, censura ou alteração para que venha a ser aprovado ou recomendado. Mas esta, há de se dizer, é a prerrogativa do mecenas, do *sponsor*, desde o tempo em que o Papa Julius II insistia em interferir nos planos de Michelangelo para o teto da Capela Sistina!.... Contudo, trata-se aqui menos do direito de fazê-lo do que das conseqüências. Ao agirem desta forma, as

empresas patrocinadoras-empregadoras-apoiadoras modificam, sistematica e ainda que de início imperceptivelmente, tudo aquilo que se produz ou que se oferece nesses outros campos, e assim fazendo modificam também as relações de força no interior dos mesmos. A influência das grandes empresas é de tal monta que, cada vez mais, outros campos aceitam uma heteronomia crescente em relação a elas. Naqueles onde a produção cultural, científica ou cidadã dos agentes pode ser usada como capital para alcançar posições mais favoráveis – no campo artístico, acadêmico, das ONGs ou dos movimentos populares de base - isso é particularmente verdadeiro.

Por outro lado, preocupada ela mesma em galgar posições num campo fundamentalmente governado pela lógica econômica, uma empresa petrolífera de capital misto como a Petrobras vê-se – particularmente durante o governo Lula - na situação anfíbia de precisar fornecer suporte substancial ao projeto político deste mandato (declaradamente de cunho "social") e, simultaneamente, conquistar mercados internacionais altamente competitivos, de modo a atender às expectativas de ganho de seus acionistas. Ora, os princípios que pautam os dois tipos de objetivos não são necessariamente coincidentes; os interesses de um Estado "voltado para o social" não se encaixam, sem ajustes ou falhas, aos interesses de uma companhia petrolífera transnacional. Isso talvez explique, ao menos em parte, os notáveis esforços que têm sido envidados pela Petrobras, desde 2000, na construção de um capital simbólico fortemente estribado em estratégias discursivas de RSE, pois, como vimos, esse tipo de capital pode ser convertido em vantagens importantes: legitimidade política, apoio popular, confiança dos investidores, parcerias com a sociedade civil, mobilidade internacional, etc.

Passaremos a analisar, nos capítulos seguintes, as condições de surgimento do discurso sobre RSE e sua apropriação pelos agentes dominantes do campo econômico – conservando sempre, como pano de fundo de nossa argumentação, o pressuposto segundo o qual, como diz Bourdieu (1996), *"a idéia de criar um espaço autônomo arrancado às leis do mercado é uma utopia perigosa enquanto não nos colocarmos simultaneamente a questão das condições de possibilidade política da generalização dessa utopia."*

CAPÍTULO QUARTO

ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS: CONSTRUÇÃO DO DISCURSO, NASCIMENTO DO CAMPO

O nascimento e a institucionalização de um novo campo de produção cultural e discursiva constituirão nosso objeto de análise neste capítulo. As transformações sociais descritas no Capítulo 2 deram origem, como já vimos, a um amplo leque de problemas, preocupações e exigências que se traduziram, dentre outras coisas, na gradual construção de um campo até então inédito: o da ética nos negócios, ou ética empresarial, campo essencialmente dedicado à produção e disseminação de discursos relativos aos princípios e normas de conduta que devem nortear as relações entre empresas, indivíduos e sociedade.

Veremos a seguir como as práticas discursivas relativas à RSE surgiram, acima de tudo, como uma tentativa de sistematizar e operacionalizar a gestão dos conflitos entre empresas e sociedade, tendo como ponto de partida um declarado compromisso com a ética e com os interesses de outros atores que não apenas aqueles detentores, ou representantes, do capital financeiro e acionário. Apresentaremos, ainda, uma visão geral dos produtos materiais mais importantes resultantes da atividade discursiva sobre a RSE, assim como algumas das práticas sociais que a sustentam (corpo teórico, veículos de difusão, instituições promotoras, instrumentos de validação, mecanismos de coerção, etc).

Visitaremos, por fim, a origem e a evolução histórica da RSE, as principais justificativas teóricas que lhe têm dado suporte, assim como as diferentes visões de mundo que parecem estar por trás dessas abordagens.

4.1. Ética empresarial: a construção de um campo científico

Conciliar interesses tão contraditórios quanto os do capitalismo financeiro, que objetiva lucros a curtíssimo prazo, e os de centenas de milhões de pessoas, mundo afora, que enfrentam as conseqüências nefastas dessa corrida sempre mais predatória, representa um desafio no mínimo complexo. Era inevitável que desse conflito emergissem, por um lado, reivindicações visando maior transparência e controle público sobre as regras que regem a conduta dos diversos atores em interação no universo dos negócios. Por outro lado, era previsível também que, em contraposição a tais demandas, viesse a se constituir um discurso apaziguador – o

qual, mesmo quando bem intencionado, parece funcionar acima de tudo como instrumento de legitimação e manutenção do *status quo*. Estamos nos referindo aos discursos que vieram a dar origem ao campo da ética empresarial, ou ética nos negócios (*business ethics*).[49]

Quais são os direitos, obrigações e responsabilidades das empresas em relação aos seus grupos de interesse (empregados, clientes, fornecedores, proprietários e acionistas, comunidades locais, meio ambiente, governo e outros)? Como agir quando os objetivos e as exigências dos diversos grupos de interesse são antagônicos entre si? É razoável esperar que as estratégias empresariais sejam planejadas – e seus resultados avaliados – tendo como pano de fundo um projeto de futuro mais amplo e menos imediatista que a mera valorização das ações na Bolsa de Valores? Como garantir que tal projeto de futuro seja ele mesmo objeto de reflexões que tenham como finalidade o bem comum? Quais devem ser, afinal, o papel e a função social das empresas no mundo contemporâneo? Estas são algumas das questões que vieram compor o cerne dos debates e das pesquisas no campo da ética empresarial, um campo que surgiu como ponto de interseção entre o crescente descontentamento da sociedade com os excessos do capital e as tentativas, por parte deste, de justificar e conservar a posição até então conquistada (HOFFMAN e MOORE, 1990; DONALDSON e WERHANE, 1996; BEAUCHAMP e BOWIE, 1997; CARROLL, 1999; MACINTOSH, LEIPZIGER *et al*., 2001; BALLET e DE BRY, 2001; GRAYSON e HODGES, 2002; CRANE e MATTEN, 2004).

A construção da ética empresarial como um campo de estudos autônomo teve início nos Estados Unidos, a partir da segunda metade do século XX, quando profissionais provenientes de diversas disciplinas tradicionais, ou da mídia, começaram a debruçar-se sobre as questões de natureza moral suscitadas pelo universo relativamente recente das firmas contemporâneas, como discutiremos em maior detalhe no decorrer deste capítulo (FERRELL *et al*., 2001).

A atenção continuada por parte de filósofos, economistas, sociólogos, gestores, advogados, teólogos, jornalistas e outros profissionais assinalava o reconhecimento, até então inédito, de que boa parte dos fenômenos ditos "de negócios" exige na verdade tomadas de decisão que envolvem dilemas de cunho ético - tais como os efeitos colaterais perversos das novas

[49] É importante notar que *business ethics* é o termo original, em inglês, usado para designar este ramo da ética aplicada que veio a constituir-se num campo de produção acadêmica independente. Em Português a tendência tem sido traduzi-lo mais freqüentemente como *ética nas organizações*, ou *ética empresarial*. Embora tenhamos optado por empregar essa tradução ao longo do texto, já que tornou-se de uso corrente, devemos lembrar que ela pode dar margem a confusões na delimitação do objeto. Tendo em vista que o campo da *business ethics* engloba três níveis de análise (o individual, o organizacional e o do sistema social), é algo impreciso escolher apenas um desses níveis – o da organização - para designar o todo.

tecnologias, os danos ambientais inerentes à incitação ao consumo, ou a excessiva concentração de poder e de recursos nas mãos de um grupo reduzido de empresas transnacionais.

Desde então, a expressão "ética empresarial" ou "ética nos negócios" passou a designar um campo científico que pode ser abordado a partir de diferentes perspectivas: tanto a partir da filosofia, por exemplo, como a partir da sociologia, da economia, da psicologia, da ciência política ou dos estudos ambientais (LOCKETT, MOON e VISSER, 2006). Dentro desse campo, pode-se optar por focalizar o microcosmo das organizações e de seus dirigentes, ou o macrocosmo do mundo dos negócios e da própria sociedade. Aliás, o que tem caracterizado a evolução histórica da discussão sobre ética empresarial é justamente a passagem de um ponto de vista mais restrito, focado na ética pessoal (BARNARD, 1938; BOWEN, 1953; SELEKMAN, 1959), para um ponto de vista mais abrangente e complexo, que questiona a ética das próprias organizações e – embora com muito menor freqüência – também das estruturas sociais (DAVIS, 1960; 1967; 1973; FREDERICK, 1960; ACKERMAN, 1973; CARROLL, 1979; ZENIZECK, 1979; JONES, 1980; FREEMAN, 1984; 1997; WARTICK e COCHRAN, 1985; WOOD, 1991; CLARKSON, 1994; DONALDSON e PRESTON, 1995; MCINTOSH e LEIPZIGER, 1998).

Essa mudança de foco ocorreu dos anos 70 em diante: de uma atenção até então centrada na responsabilidade do indivíduo – identificado na figura do "gerente", ou do "homem de negócios" – passou-se a uma abordagem voltada prioritariamente para a responsabilidade da própria organização, enquanto agente social e moral inserido num contexto sistêmico. Graças a essa nova abordagem, difundiram-se e aprofundaram-se, ao longo dos anos 80, os conceitos de *responsabilidade social empresarial* e de *partes interessadas* – conceitos que vieram a tornar-se as vigas-mestras das discussões subseqüentes sobre ética nas organizações, e que têm guiado, desde então, as análises, estratégias e políticas corporativas desenvolvidas nessa área (DONALDSON e PRESTON, 1995; LECOURS, 1995; FREEMAN, 1997).

4.1.1. Níveis de análise e tipos de abordagem da ética nos negócios

A ética nos negócios, enquanto disciplina acadêmica formal, compreende três níveis de análise, os quais, conforme mencionamos acima, são determinados pela amplitude do foco – micro, meso ou macro - que se queira dar às questões estudadas (GOODPASTER, 1992):

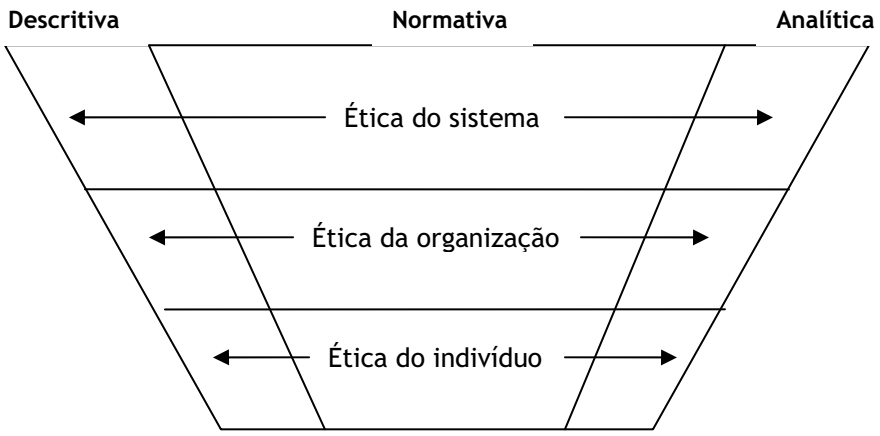
- **Nível individual** – tem como objeto de estudo a conduta moral das pessoas no universo do trabalho e das relações de mercado. Em que medida o auto-interesse e outras motivações pessoais são equilibrados, ou não, por uma preocupação com a justiça e com o bem comum? Que tipo de mecanismos e processos favorecem, ou dificultam, a consciência ética individual no exercício de um cargo? As análises neste nível privilegiam os *valores*, as *escolhas* e o *caráter* dos indivíduos enquanto agentes morais.
- **Nível organizacional** – propõe-se a analisar a *cultura* e as *políticas* vigentes em organizações específicas. Diz respeito àquela "consciência moral" coletiva, tanto tácita como explícita, que toda organização possui – seja devido à existência de um planejamento estratégico formal ou por ter desenvolvido, informalmente, ao longo do tempo, um padrão de comportamento consistente e identificável que ela põe em prática no desempenho rotineiro de suas atividades.
- **Nível do sistema social** – tem como foco as *ideologias* e os tipos de *arranjos institucionais* prevalentes num determinado contexto social mais amplo - seja de âmbito regional, nacional ou global - e investiga de que modo esses padrões sociais, políticos e econômicos influenciam ou determinam o quadro de referência ético de indivíduos e organizações.

A subdivisão da disciplina ética nos negócios em três níveis distintos mas inter-relacionados não pretende ser apenas uma conveniência didática, mas antes uma indicação de que existem objetos legitimamente passíveis de indagação ética em cada um dos três níveis. Sugere também que se presume haver um certo grau de liberdade, ou uma margem de escolha, em cada um deles, isto é: os valores éticos encontrados em um dos níveis não são meras funções determinísticas dos outros níveis. Considera-se que o agente ou o sistema em questão seria capaz de atuar diferentemente – por exemplo, melhor, ou de forma mais justa. Se o foco é a organização, por exemplo, julga-se que suas políticas e sua cultura interna (seus "valores") não são pura e simplesmente uma função direta dos valores do sistema social circundante, ou dos indivíduos que nela trabalham - embora evidentemente existam significativas relações causais entre esses fatores.

Existem basicamente três maneiras de abordar as questões levantadas em cada um dos níveis de análise mencionados, quais sejam: 1) descritiva; b) normativa; e c) analítica (GOODPASTER, 1992). Um interesse de cunho *descritivo* leva o pesquisador a focar as crenças e comportamentos morais de pessoas, organizações ou sociedades tais como se

manifestam concretamente, identificando o que os agentes julgam "certo" ou "errado", e não a validade dessas crenças. Um interesse *normativo*, por outro lado, implica a busca por um conjunto de princípios e normas defensável, capaz de guiar a tomada de decisão individual ou institucional, seja através do estabelecimento de critérios abstratos (honestidade, transparência, precaução, igualdade, redução de danos, obrigação fiduciária, etc) ou de guias padronizados pragmáticos (característicos de uma orientação mais gerencial). Por fim, um interesse *analítico* pela ética nos negócios traz consigo a opção por uma reflexão aprofundada e crítica acerca das dimensões descritiva e normativa, e indaga-se sobre as razões e conexões entre ambas – motivo pelo qual consiste num discurso metalingüístico sobre a própria disciplina, ou seja, é uma meta-ética dos negócios.

Figura 12: Ética nos negócios: níveis de análise e tipos de abordagem



Fonte: Goodpaster, 1992.

Assim, por exemplo, as denúncias de irregularidades, quando feitas por membros da própria organização (*whistle-blowing*)[50], ilustram a questão da ética do indivíduo face às normas organizacionais, e pode ser examinada tanto descritivamente (através de estudos de caso), normativamente (via argumentos morais) ou analiticamente (indagando-se sobre o sentido e as justificativas de tal prática). Algumas outras problemáticas que prestam-se a análises nesse nível incluem: corrupção, fraude, acesso a informações privilegiadas, liberdade de expressão, assédio, privacidade, alteração indevida de dados e procedimentos, discriminação, etc. Por sua vez, as preocupações relativas à natureza dos produtos e serviços, contratação e remuneração

[50] Relembrando apenas dois episódios de grande repercussão nesse terreno: o escândalo da Enron veio à tona devido às denúncias feitas à imprensa por uma funcionária graduada da companhia, e os abusos cometidos por militares americanos contra prisioneiros de guerra no cárcere de Abu Ghraib, no Iraque, também só chegaram ao conhecimento público graças ao relato de um soldado.

da mão-de-obra, honestidade nas práticas de marketing, relações com o poder público e cuidados com o meio ambiente estão mais estreitamente relacionadas à ética da organização frente às suas várias partes interessadas, e podem igualmente ser estudadas quer sob um ponto de vista descritivo, normativo ou analítico. No nível do sistema social, algumas das questões mais candentes (embora não sejam as únicas) têm a ver com a capacidade mesmo do capitalismo gerencial contemporâneo garantir – mais e melhor do que outras formas de economia política - o bem comum e a justiça social; novamente, tais temáticas permitem tanto abordagens descritivas como normativas ou analíticas.

De todo modo, é muito difícil encontrar produções discursivas no campo da ética nos negócios, ou mais especificamente da RSE, que ultrapassem a concepção moderna do indivíduo (ou organização) racional e soberano, empenhado em efetuar escolhas e tomar decisões sob constrangimentos de ordem variada. Muito raramente têm lugar neste campo análises mais estruturais, onde seja de fato introduzida a dimensão política das questões e propostas compreensões alternativas dos mercados - crítica esta que iremos desenvolver no transcurso deste trabalho, sobretudo no Capítulo 5.

4.1.2. A teoria das partes interessadas (ou teoria dos stakeholders)

No início dos anos 80, uma nova maneira de descrever e analisar as organizações começou a ganhar terreno. Seu argumento central consistia na idéia de que a boa gestão deve necessariamente concentrar-se no amplo leque de relações da empresa com suas partes interessadas (ou *stakeholders*), ao invés de focar apenas o conjunto limitado de suas relações puramente econômicas (com os *stockholders*, ou acionistas).

Mencionada pela primeira vez em 1965, de passagem, num livro de Igor Ansoff sobre estratégia corporativa, a idéia foi desenvolvida por R. Edward Freeman em 1984, tornando-o o precursor daquela que passou a ser conhecida como teoria das partes interessadas (ou teoria dos *stakeholders*). Freeman (1997) afirma que a idéia segundo a qual as empresas não possuem responsabilidades senão em relação aos acionistas é inadequada para representar a realidade das firmas modernas, e claramente insuficiente tanto do ponto de vista descritivo e gerencial quanto do ponto de vista normativo, devendo portanto ser substituída pela noção de responsabilidade da empresa para com o conjunto das suas partes interessadas.

As partes interessadas podem ser definidas, em sentido amplo, como qualquer grupo ou indivíduo que é capaz de afetar ou ser afetado pelas atividades da organização. Em sentido

mais restrito, como aqueles grupos que são vitais para o sucesso e sobrevivência da mesma. Geralmente, são consideradas como partes interessadas primárias os clientes e consumidores, os empregados, os fornecedores, os proprietários e acionistas, a gerência, o governo, as comunidades locais e o meio ambiente. As partes interessadas secundárias, por sua vez, exercem uma influência oblíqua sobre a empresa – podemos citar a mídia e as gerações futuras como exemplo (CLARKSON, 1994).

O termo *stakeholder* tem origem num trocadilho, ou jogo de palavras, cunhado em contraposição à noção soberana de *stockholder*, ou acionista: aquele que ao investir arrisca seu capital financeiro. As partes interessadas, ou *stakeholders*, de uma organização são indivíduos ou grupos que manifestam, constroem e (voluntária ou involuntariamente) adquirem um interesse em relação à mesma, passando, portanto a assumir alguma forma de risco, vinculado ao desempenho da organização. O empregado, por exemplo, "arrisca"(ou "aposta") seu tempo, sua carreira, a própria subsistência e a de sua família, suas chances de satisfação e de crescimento profissional. A comunidade, por sua vez, "arrisca" oferecendo espaço físico, incentivos fiscais, mercado consumidor, recursos naturais, etc. E assim por diante, para todas as partes interessadas[51].

Eis porque, para Freeman (1997), a visão tradicional, segundo a qual as empresas não têm nenhuma outra obrigação além de gerar lucros para seus donos (desde que permaneçam dentro da lei), está longe de retratar a verdadeira rede de interdependências vitais que existe entre uma firma e seu entorno. Entorno esse do qual ela se nutre sob forma de mão-de-obra, insumos, infra-estrutura física e institucional, dentre outros. Sendo assim, afirma o autor, a visão tradicional não pode ser considerada correta sob o ponto de vista *descritivo*.

Ademais, dado que as gerências efetivamente levam em conta, bem ou mal, todos esses fatores no exercício quotidiano de suas funções e nos processos de tomada de decisão, a visão tradicional também não serviria como guia sob o ponto de vista *gerencial*. Ninguém pode planejar ou administrar sem levar em conta a multiplicidade de oportunidades, limitações, expectativas e perigos presentes num dado ambiente, os quais necessariamente orientam - e circunscrevem - a ação gerencial (FREEMAN, 1997; MITCHELL e AGLE, 1997).

[51] É interessante notar que, nos anos 1990, o termo passou a ser amplamente usado também em outras áreas: na cooperação internacional, por exemplo, desenvolveram-se metodologias de avaliação com base na noção de *stakeholders*, as quais ficaram conhecidas como *stakeholder analysis*. Essas metodologias foram usadas primeiramente pela USAID e hoje são rotineiramente aplicadas pelo conjunto de agências bilaterais e multilaterais do desenvolvimento.

Finalmente, Freeman argumenta que sob o ponto de vista *normativo*, ou ético, cada parte interessada possui o direito inalienável de não ser tratada como um simples meio, mas deve, ao contrário, participar ou pelo menos ser levada em conta por ocasião das decisões relativas aos rumos da firma na qual ela tem um interesse (FREEMAN, 1997; GIBSON, 2000).

Cumpre lembrar, porém, que cada parte interessada depende não só da empresa mas também dos outros grupos para atingir seus objetivos e, até certo ponto, para vê-los legitimados. Assim, melhores condições de trabalho para os empregados, por exemplo, podem vir a significar preços mais altos para os consumidores, ou lucros menores para os acionistas; a necessidade de preservar o meio ambiente pode colocar obstáculos aos projetos de desenvolvimento de determinadas comunidades, pelo menos no curto prazo.

De todo modo, existe sempre uma reciprocidade de interesses entre a empresa e suas partes interessadas, visto que cada lado pode afetar o outro, tanto no que diz respeito a danos e benefícios como a direitos e obrigações. Por isso é importante, para os adeptos dessa visão, que as empresas desenvolvam estratégias e políticas que propiciem a participação e o diálogo com as partes interessadas, de modo a poderem melhor conhecer e responder às expectativas das mesmas (ZADEK, PRUZAN e EVANS, 1997).

Em síntese, segundo a teoria dos *stakeholders*, qualquer estratégia de negócios que se pretenda socialmente responsável deve necessariamente adotar uma perspectiva relacional, considerando e incluindo por ocasião de seus processos decisórios os grupos de interesse afetados por suas atividades, e deve também estar centrada nas noções de diálogo, transparência, prestação de contas (*accountability*) e sustentabilidade ambiental (ZADEK, PRUZAN e EVANS, 1997; ELKINGTON, 2001; ETHOS, 2006).

4.2. Produtos materiais do discurso sobre a "empresa socialmente responsável"

A evolução do discurso sobre o papel que deve caber às empresas na sociedade deu origem, em primeiro lugar, a vários neologismos[52], os quais tentam traduzir as expectativas, injunções e promessas embutidas nas interações entre os diferentes atores sociais presentes no interior

[52] Halliday (*apud* FAIRCLOUGH, 2001) chama a atenção para a importância dessas novas palavras que se criam e que alcançam um certo grau de fixidez e estabilidade na língua, na medida em que permitem moldar aspectos particulares da experiência segundo uma visão teórica, cultural ou ideológica mais abrangente (por exemplo, "afro-americano" como um produto do movimento de conscientização negra nos Estados Unidos, ou "marketing pessoal" e "empregabilidade", ambos termos que transferem para o indivíduo isolado a responsabilidade de enfrentar a crise estrutural do emprego no capitalismo atual).

do campo econômico, e seus correspondentes desafios: *ética nos negócios*, *ação* (ou *investimento*) *social*, *responsabilidade social corporativa*, *cidadania empresarial*, *comércio justo* e *investimento socialmente responsável* são alguns dos novos termos criados. O que fica patente, em meio à variedade e contínua expansão do vocabulário nessa área, é que, em sua grande multiplicidade de formas e manifestações, a gestão de questões tidas como de "caráter social" vem claramente abandonando a periferia dos discursos e das práticas empresariais e adentrando cada vez mais profundamente o terreno da gestão convencional, isto é, das atividades e estratégias gerenciais institucionalizadas.

4.2.1. Códigos, normas e acordos de natureza voluntária

Uma prova da tendência rumo à institucionalização do "discurso RSE" é que existe hoje uma abundância de normas, diretrizes, certificações, indicadores, acordos e modelos, nacionais e internacionais, voltados para a gestão da responsabilidade social. Boa parte desses instrumentos tem sido desenvolvida por organizações da sociedade civil compostas por vários grupos de interesse (sindicatos, consumidores, ONGs, representantes da indústria e do comércio, etc), e freqüentemente contam também com o apoio de instituições governamentais ou de organismos internacionais (Nações Unidas, Organização Internacional do Trabalho, etc). Assim, enquanto o discurso neoliberal dos anos 80 enfatizou sobremaneira a importância da desregulamentação e dos direitos corporativos, o discurso da RSE dos anos 90 veio ressaltar os valores da auto-regulamentação empresarial e das iniciativas voluntárias (UNRISD, 2004).

Na prática, as empresas são livres para adotar ou não essas normas, certificações e indicadores, e sua decisão irá depender essencialmente de quão fortes sejam as pressões do mercado para que o façam, assim como dos incentivos porventura atrelados a tal adoção. Trata-se, portanto, de um conjunto de instrumentos *voluntários* e *flexíveis* de regulação da conduta empresarial. Por isso mesmo, não falta quem os critique por sua natureza branda, facultativa, não-coercitiva, e por considerar que aquilo que eles regulam deveria ser objeto de legislação específica e compulsória[53] (DOANE, 2002; GENDRON, LAPOINTE e TURCOTTE, 2004).

Webb (2004) define a natureza dos instrumentos ou códigos voluntários de regulação da conduta empresarial como segue:

[53] Para uma discussão aprofundada das questões relativas às formas de regulação estatal *versus* aquelas de natureza civil, ou voluntária, vide o Capítulo 5.

- sua adoção não é requerida por nenhuma forma de legislação ou de regulamentação;
- foram aceitos por uma ou mais organizações;
- têm como propósito influenciar ou controlar o comportamento;
- devem ser aplicados de maneira consistente e/ou alcançar um resultado consistente.

O autor salienta, contudo, que embora um código voluntário não seja legalmente requerido, isso não significa que ele não possua aspectos legais, ou implicações legais que decorrem do seu uso; ou, ainda, que pelo menos parte da motivação para o seu desenvolvimento não tenha sido justamente de natureza legal - como, por exemplo, no intuito de retardar a introdução de novas regulamentações ou para reduzir a responsabilidade legal dos que o adotam (WEBB, 2004).

Alguns dos mais conhecidos desses códigos e instrumentos estão listados no Quadro 4, seguidos da indicação de qual é o seu objetivo ou foco principal, assim como o nome da instituição que o desenvolveu e onde ela está sediada.

Quadro 4: Instrumentos de Gestão da Responsabilidade Social Empresarial

Nome do padrão	Foco	Entidade promotora (sede)
Pacto Global (Global Compact) (declaração de compromisso)	Comprometimento por parte do empresariado	Nações Unidas (Estados Unidos)
SA8000 (norma certificável)	Condições de trabalho	SAI - Social Accountability International (Estados Unidos)
AA1000 (diretriz)	Diálogo com as partes interessadas	Accountability – Institute of Social and Ethical Accountability (Grã-Bretanha)
Relatórios de Sustentabilidade GRI (modelo)	Elaboração de relatórios anuais integrados (dimensões econômica, social e ambiental)	GRI – Global Reporting Initiative (Holanda)
Balanço Social (modelo)	Comunicação pública de dados e informações socioambientais	IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sócio-econômicas (Brasil)
Indicadores Ethos de RSE (ferramenta de auto-diagnóstico)	Auto-avaliação e *benchmarking* da RSE	Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (Brasil)
Selo Empresa Amiga da Criança (selo certificador de compromisso assumido)	Bem-estar de crianças e adolescentes	Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente (Brasil)
ISO 26000 (diretriz) Ainda em processo de elaboração	Guia para identificação e gestão das várias dimensões da RSE	ISO – International Organization for Standardization (Suíça)

Fonte: elaboração própria .

Ao mesmo tempo em que os mais variados instrumentos de gestão voluntária da RSE vêm sendo elaborados ao longo dos últimos 10 ou 15 anos, o número de eventos nacionais e internacionais dedicados ao tema – seja de uma maneira geral, seja centrados em normas e diretrizes específicas, como as que citamos acima – também têm se multiplicado de maneira exponencial. Se em meados dos anos 1990 as conferências sobre RSE, no mundo inteiro, podiam contar-se nos dedos, em 2007 é possível encontrar pelo menos uma dezena delas sendo realizadas, em qualquer mês do ano, em algum lugar do planeta.

4.2.2. Produção acadêmica

Outro fator digno de nota, no que diz respeito às produções materiais do discurso sobre a RSE, é o volume de publicações de caráter acadêmico que têm se dedicado ao tema. Devido à natureza bastante permeável desse campo de estudos, existem diferentes linhas de pesquisa, enfocando diferentes aspectos da RSE. As principais áreas de concentração costumam ser: 1) a responsabilidade ambiental; 2) a ética nas organizações (*business ethics*); 3) as abordagens centradas nos *stakeholders*; e 4) a responsabilidade social (LOCKET, MOON e VISSER, 2006).

A primeira área encontra-se já bastante consolidada, tanto sob o ponto de vista teórico como prático. Alguns de seus periódicos mais influentes são: *Greener Management International*, *Business Strategy and the Environment*, *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*. Também a segunda área encontra-se bem estabelecida e possui periódicos inteiramente dedicados à sua linha de investigação, dentre os quais: *Journal of Business Ethics*, *Business Ethics Quarterly*, *Business Ethics: a European Review*. A terceira área abrange todos os produtos (livros, artigos e até normas, tais como a AA1000) inspirados na teoria desenvolvida por Freeman, o seu autor-chave.[54] A área especificamente sobre responsabilidade **social** empresarial, por sua vez, encontra expressão em periódicos tais como: *Business and Society*, *Business and Society Review*, *Journal of Corporate Citizenship*.

De acordo com Locket, Moon e Visser (2006), a média de artigos sobre RSE publicados entre 1992 e 2002 pelos dez periódicos de Administração mais referenciados internacionalmente[55]

---

[54] A esse respeito, vide item 4.1.2. neste capítulo.

[55] *Academy of Management Journal*, *Academy of Management Review*, *Administrative Science Quarterly*, *Journal of Management*, *Journal of Management Studies*, *Organization Science*, *Strategic Management Journal*, *California Management Review*, *Harvard Business Review*, *Sloan Management Review*.

girava em torno de 4% do total de artigos, com consideráveis variações de um periódico para outro (10% do total de artigos publicados pelo *Academy of Management Review* contra apenas 1% daqueles publicados pelo *Administrative Science Quarterly*).

No Brasil, se considerarmos apenas os artigos apresentados em todos os eventos da Associação Nacional dos Cursos de Pós-Graduação em Administração - ANPAD, entre 2000 e 2006, que continham o termo "responsabilidade social" no título ou no resumo, o total chega a 160 (RANGEL, 2007). Em particular, o número de artigos apresentados no Enanpad, encontro anual da ANPAD, tratando de temas ligados à RSE, sustentabilidade organizacional, gestão ambiental, ação social empresarial e afins cresceu a ponto de, em 2003, ter sido criada uma nova área para reunir esses trabalhos: a área de Gestão Social e Ambiental.

4.2.3. Políticas públicas de fomento à RSE

Contudo, apesar da produção científica, da proliferação de ferramentas e da popularização do tema, persistem ainda, como seria de se esperar, diferenças significativas no que diz respeito ao grau de penetração e de disseminação do discurso e das práticas de responsabilidade social empresarial, tanto entre organizações como entre os diferentes países. Para combater e reduzir essa assimetria, são elaborados modelos explicativos e de *benchmarking* que culminam, muitas vezes, em propostas de fomento da competitividade (empresarial e nacional) centradas na adoção da RSE (SWIFT e ZADEK, 2002; WORLD BANK, 2002).

Swift e Zadek (2002), por exemplo, sugerem uma escala evolutiva para representar os "graus de desenvolvimento da RSE", indo desde o que consideram como sendo o nível mais elementar de consciência e ação até o nível mais sofisticado (vide Quadro 5).

Segundo essa escala, o simples cumprimento da lei (estágio zero) não conta como indicador de responsabilidade social, por ser o mínimo que se pode esperar de qualquer pessoa, seja ela física ou jurídica. Por outro lado, de acordo com os autores, a maioria das empresas visivelmente engajadas em ações de RSE hoje em dia poderiam ser enquadradas no primeiro estágio, pois concentram-se primordialmente em evitar riscos à reputação no curto prazo, efetuam poucas despesas nessa área além da filantropia tradicional, ou simplesmente dão novos nomes a boas práticas de gestão (por exemplo, na área de recursos humanos ou de atendimento aos clientes). Tais iniciativas são naturalmente bem-vindas, podem melhorar a vida das pessoas a quem se destinam e também o desempenho do negócio. Mas, de acordo

com Swift e Zadek, não constituem uma base sobre a qual mudanças significativas na vantagem competitiva de um país possam ser efetivamente construídas.

Quadro 5: Estágios da Responsabilidade Social Empresarial

Estágios (ou fases)	Instrumentos e Processos
Estágio zero : Obediência legal	Regulamentação relativa a impostos, saúde e segurança, direitos trabalhistas e dos consumidores, leis ambientais
Primeiro Estágio: Responsabilidade empresarial instrumental	Filantropia, gestão de riscos de curto prazo, adequação a padrões da indústria
Segundo Estágio: Responsabilidade empresarial estratégica	Inovação de produtos e processos, novos modelos de negócios e de governança corporativa, sustentabilidade de longo prazo
Terceiro Estágio: Criação de vantagem competitiva nacional	Padrões e parcerias com múltiplos atores, fortalecimento institucional, políticas públicas orientadas para RSE

Fonte: Swift e Zadek, 2002.

Atualmente, inúmeras companhias declaram-se empenhadas em ultrapassar a racionalidade instrumental de curto prazo, característica do primeiro estágio. São companhias que, ao adotarem as recomendações dos proponentes desse modelo, procuram integrar mais intimamente a RSE a aspectos-chave de suas operações e de suas estratégias de negócio (SWIFT e ZADEK, 2002; PORTER e KRAMER, 2004). Sua linha de argumentação básica é que as empresas mais bem sucedidas, em qualquer ramo de atividade, serão aquelas que estiverem atentas às transformações e demandas da sociedade, agora e no futuro, e souberem responder adequadamente a elas. Um exemplo desse tipo de abordagem estratégica pode ser visto na seguinte declaração da BP, em seu relatório anual de sustentabilidade de 2005:

> *"Existe um consenso crescente no sentido de que as mudanças climáticas estão ligadas ao consumo de combustíveis fósseis, e que é necessário agir agora para evitar incrementos adicionais nas emissões de carbono à medida em que aumenta a demanda global por energia.*
>
> *Como uma companhia global de energia, que provê cerca de 2% da energia primária em todo o mundo, é nossa responsabilidade fazer com que essa demanda cada vez maior seja atendida de maneira sustentável, agindo com precaução ao lidarmos com a ameaça das mudanças climáticas.*
>
> *Em 2005 nós lançamos a BP Alternative Energy, um negócio que planeja investir US$ 8 bilhões de dólares durante os próximos 10 anos para produzir eletricidade a partir de fontes de baixa emissão de carbono – energia solar,*

eólica, hidrogênio e gás natural. Nossa meta é estruturar, até 2015, um negócio de energia baixa em carbono que seja lucrativo, global e líder de mercado. Nós calculamos que, até lá, isso irá contribuir para reduzir as emissões previstas de gases de efeito-estufa em 24 milhões de toneladas por ano – o equivalente à retirada de 6 milhões de carros das estradas do Reino Unido." (BP Sustainability Report 2005).[56]

Por fim, no terceiro estágio, ainda segundo os autores citados, os princípios da RSE deveriam estar tão consolidados e assimilados a ponto de permearem toda a vida econômica do país, orientando as políticas públicas e indo muito além de iniciativas empresariais isoladas. Como um exemplo que apontaria nessa direção, há quem cite a crescente conscientização e repúdio da sociedade brasileira em relação ao trabalho infantil, graças em boa parte à criação do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil em 1994 (ETHOS, 2000). O Fórum está sob a coordenação do Ministério do Trabalho, mas é composto por 40 entidades, envolvendo empresários, organizações não-governamentais, trabalhadores, a Igreja, o Poder Legislativo e o Judiciário, e contando ainda com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância -UNICEF e da Organização Internacional do Trabalho - OIT. O Fórum ilustraria, portanto, a importância e viabilidade do estabelecimento de parcerias entre múltiplos atores – Estado, mercado, sociedade civil - no intuito de apoiar políticas públicas que, por sua vez, resultem no bem estar dos grupos mais vulneráveis da sociedade.

Dentro dessa lógica, o papel do setor público na promoção de um ambiente institucional favorável à RSE tem sido particularmente enfatizado pelo Banco Mundial e por suas agências de fomento. O Banco destaca a importância de se trabalhar com uma definição de RSE que ultrapasse o entendimento, corrente porém limitado, segundo o qual ela refere-se a atividades de negócios que vão além da mera *compliance,* ou cumprimento da lei. Uma definição mais ampla, que leve em conta *"o vasto potencial inerente a um compromisso efetivo do empresariado com o desenvolvimento sustentável"*, é tida pelo Banco como mais adequada para que se compreenda quão crucial é o engajamento do poder público com a RSE (WORLD BANK, 2002:1).

Segundo o Banco Mundial, esse engajamento pode se dar ao longo de dois eixos principais. O primeiro diz respeito a quatro papéis-chave que competem ao setor público: 1) determinar; 2) facilitar; 3) realizar parcerias; 4) apoiar. Já o segundo eixo implica mobilizar atividades variadas do setor público em torno de dez temas principais da RSE:

[56] Em inglês no original; tradução minha.

- Estabelecer e garantir o cumprimento de certos padrões mínimos
- Papel do empresariado na formulação de políticas públicas
- Governança corporativa
- Investimento socialmente responsável
- Filantropia e desenvolvimento comunitário
- Engajamento e representação das partes interessadas
- Produção e consumo socialmente responsáveis
- Certificações, padrões e sistemas de gestão pró-RSE
- Transparência e relatórios pró-RSE
- Processos, diretrizes e convenções multilaterais

O Banco sugere que os diversos níveis de governo, cumprindo o seu papel de *determinar*, definam padrões mínimos de conduta empresarial e os insiram na legislação vigente. Exemplos disso são o estabelecimento de limites de emissão para certas categorias de instalações industriais, ou a exigência de que diretores corporativos levem em conta determinados fatores por ocasião de seus processos decisórios.

No exercício de seu papel de *facilitadoras*, caberia às agências do setor público incentivar ou capacitar as companhias a engajarem-se com a responsabilidade social, seja financiando pesquisas, conduzindo campanhas, promovendo a conscientização ou oferecendo treinamento em torno de temas pertinentes à agenda da RSE. Estimula-se, por exemplo, a criação de sistemas e mecanismos de gestão, incentivos fiscais e esquemas voluntários de rotulação de produtos e de *benchmarking*.

Quanto à idéia de *realizar parcerias*, ela já é central no ideário da RSE. Considera-se que, como no caso do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil citado acima, as parcerias estratégicas podem agregar contribuições e habilidades existentes nos setores público, privado e na sociedade civil que sejam complementares entre si e que facilitem, portanto, a abordagem de complexos problemas sociais e ambientais.

Por fim, o *apoio* político e o *endosso* governamental ao conceito de RSE, e sobretudo às iniciativas a ele relacionadas, constituem o quarto papel que o Banco Mundial gostaria de ver desempenhado pelo poder público. Esse apoio pode tomar diversas formas, tais como o

reconhecimento e a divulgação das boas práticas de empresas individuais, seja via prêmios ou menções honrosas em discursos ministeriais.

No Brasil, o Instituto Ethos replica e dissemina, através de suas atividades, de numerosas publicações e de seu *site* na Internet, os mesmos princípios propugnados pelo Banco Mundial no tocante ao necessário incentivo do setor público à RSE,

> *"(...) orientado pela visão de que a incorporação de objetivos sociais e ambientais às metas econômicas das empresas é parte indispensável do modelo de desenvolvimento de uma sociedade sustentável. (...) O [ETHOS] vem realizando, com a participação ativa de seus associados e das empresas em geral, a articulação, de modo suprapartidário, das práticas de RSE com políticas públicas dos governos federal, estaduais e municipais voltadas para inclusão social, erradicação da pobreza e da fome, combate à corrupção e desenvolvimento ambiental."* (ETHOS, 2007a).

O Ethos defende a adoção de critérios mínimos de responsabilidade social (que seriam aqueles identificados pelos seus *Indicadores de RSE*) como instrumento de indução do comportamento das empresas e como fator diferencial de competitividade no mercado, e estimula sua utilização por grandes empresas, fundos de investimento, fundos de pensão e órgãos reguladores. Considera que a RSE deve ser promovida *"em espaços e agendas públicas nacionais e internacionais considerados estratégicos na determinação da ordem econômica global e, portanto, de fundamental importância para a articulação de um novo modelo de desenvolvimento sustentável"*. O Instituto também afirma acompanhar com interesse a tramitação de diversos projetos de lei no Congresso Nacional cujo objeto é a regulação da RSE[57] (ETHOS, 2007).

Com o objetivo declarado de incentivar o compromisso das empresas com as *Metas do Milênio*[58] , o Instituto Ethos procura articular – através das inescapáveis "parcerias" - a

[57] Tais como o **PL 1305/2003** (dispõe sobre a responsabilidade social das sociedades empresárias e dá outras providências, criando a Lei de Responsabilidade Social, bem como o Conselho Nacional de Responsabilidade Social, que será o órgão regulador e fiscalizador); **PL 1351/2003** (estabelece normas para a qualificação de organizações de responsabilidade sócio-ambiental e dá outras providências); **PL 2110/2003** (dispõe sobre a demonstração social das empresas e dá outras providências); **PL 2304/2003** (altera a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública, estabelecendo a responsabilidade social como critério de desempate em licitações públicas).

[58] Os *Objetivos* (ou *Metas*) *de Desenvolvimento do Milênio* foram lançados em 2000 pela ONU. São um conjunto de 8 macro-objetivos que todos os 191 Estados-Membros se comprometeram a atingir até o ano de 2015, por meio de ações concretas dos governos e da sociedade.

colaboração do setor privado com políticas governamentais (atualmente, quase todas elas são vinculadas ao *Programa Fome Zero*, do Governo Federal), e cita como por exemplo as seguintes (ETHOS, 2007):

- **Programa Cisternas** - promove a construção de cisternas na região do semi-árido (parceria entre Governo Federal, Instituto Ethos, Febraban e Articulação no Semi-Árido – ASA).
- **Programa Banco de Alimentos -** os Bancos de Alimentos são responsáveis por arrecadar e distribuir alimentos a albergues, abrigos e outras organizações sem fins lucrativos (são parceiros na iniciativa o Instituto Ethos, Governo Federal, Sesc e empresas privadas).
- **Programa Restaurante Popular -** implantação de restaurantes populares em centros urbanos de todo o País, oferecendo refeições a preços baixos (participam do programa o Instituto Ethos, Governo Federal, Coca Cola e empresas privadas).
- **Programa Iniciativas Locais -** incentiva empresas privadas a adotar municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, financiando projetos que promovam o desenvolvimento local (é uma parceria entre o Instituto Ethos, International Finance Corporation - IFC e o Instituto Pólis).
- **Quero Ler** – o programa é uma parceria entre o Instituto Ethos, Governo Federal, Grupo Pão de Açúcar, Banco do Brasil, Correios e outros, com o objetivo de zerar o número de municípios sem bibliotecas no Brasil. O governo federal e a iniciativa privada entram com o mobiliário e os computadores; as prefeituras fornecem as instalações e o pessoal necessário para o funcionamento; e a sociedade civil contribui com doações de livros.
- **Escola Aberta** – Programa desenvolvido pela Unesco, em parceria com governos estaduais, que procura privilegiar jovens em situações de vulnerabilidade social, oferecendo-lhes atividades nos fins de semana e novas oportunidades de inclusão sócio-cultural.

A rapidez com que vários órgãos das Nações Unidas e as companhias transnacionais abraçaram a estratégia das parcerias público-privadas (PPP) é vista, muitas vezes, como um sinal positivo, o qual demonstraria a disposição das empresas em canalizar recursos para o desenvolvimento social e sustentável. Entretanto, a falta de rigor no tocante aos critérios e procedimentos para selecionar os parceiros corporativos, ou quanto aos mecanismos de

monitoramento e controle, são o ponto fraco desta rápida proliferação de PPPs. Claro está que essas parcerias oferecem uma inegável oportunidade para melhorar a imagem corporativa, assim como para influenciar, relativizar e re-significar as políticas públicas, graças ao privilegiado acesso a governos de países em desenvolvimento e a organizações multilaterais que elas proporcionam. Muitas vezes, as PPPs constituem também veículos para a penetração mercadológica e servem para aumentar a competitividade das firmas. O que a fórmula das parcerias muitas vezes ignora são algumas incongruências básicas entre os interesses políticos dos países em desenvolvimento e aqueles das grandes empresas transnacionais. Em especial, aquelas parcerias que possibilitam às empresas perseguir seus interesses políticos no interior do sistema das Nações Unidas colocam em questão o propósito público dessa instituição, na medida em que ela passa a promover objetivos políticos preferidos pelo mundo dos negócios, mas que estão longe de ser universalmente aprovados (UTTING, 2000).

4.3. Perspectivas teóricas sobre a RSE

Embora no Brasil fale-se cada vez mais a respeito de ética nos negócios e de responsabilidade social das empresas, via de regra os pressupostos teóricos subjacentes a esse debate não vêm à tona de modo claro, nem são explicitadas certas afiliações ideológicas e axiológicas fundamentais. Se essa imprecisão é mais evidente na produção midiática e no discurso das próprias corporações, dela não escapa contudo uma certa quantidade de trabalhos acadêmicos – talvez mais preocupados em demonstrar empiricamente as aplicações do conceito do que em identificar as visões de mundo que o sustentam. Existe também uma nítida tendência a pesquisar muito mais as desconexões entre o discurso e a prática da RSE e muito menos (ou quase nunca) as suas premissas.

Como vimos nos itens anteriores, foi a partir do final dos anos 1960 que o questionamento sobre o desempenho ético e social das empresas organizou-se como um campo de estudos acadêmicos relativamente autônomo – justamente numa época em que o sistema capitalista encontrava-se sob críticas acirradas. O interior desse campo tornou-se palco de uma grande variedade de discussões teóricas, as quais acabaram por consolidar-se, durante os anos 80, em três escolas de pensamento: a *Business Ethics*, a *Business and Society*, e a *Social Issues Management*.

A maior parte dos estudos nessa área originou-se nos Estados Unidos, e somente mais tarde viriam a difundir-se por outras regiões do mundo, inclusive o Brasil. Esta ascendência geográfica e cultural está provavelmente associada ao fato de que os EUA já ocupavam, no

final dos anos 60, a incontestável posição de coração do capitalismo - arena por excelência, portanto, dos conflitos entre empresas e sociedade que viriam a constituir o foco do campo da ética empresarial. Além disso, os discursos sobre RSE constituíam uma expressão mais representativa das relações entre empresas e sociedade tais como elas se davam no mundo anglo-americano do que na Europa continental, ou na América Latina, por exemplo (AGÜERO, 2003; MATTEN e MOON, 2004).

As três escolas ou perspectivas teóricas acima mencionadas partem de princípios bastante distintos ao produzirem seus discursos sobre a ética e a responsabilidade social das empresas. A vertente da **Ética Empresarial** (*Business Ethics*), enquanto ramo da ética aplicada, propõe uma abordagem de cunho filosófico, normativo, centrado em valores e em julgamentos morais, ao passo que a corrente que poderíamos chamar de **Mercado e Sociedade** (*Business and Society*) adota uma perspectiva sociopolítica, e sugere uma abordagem contratual aos problemas entre empresas e sociedade. Por fim, a escola da **Gestão de Questões Sociais** (*Social Issues Management*) é de natureza nitidamente utilitária, e trata os problemas sociais como variáveis a serem consideradas no âmbito da gestão estratégica.

Naturalmente, as justificativas apresentadas para a prática da responsabilidade social empresarial, assim como a própria definição do conceito, diferem segundo estejam mais vinculadas a uma ou outra dessas abordagens. Se a abordagem normativa afirma que as empresas, enquanto agentes "conscientes", devem estar sujeitas às mesmas regras morais que os indivíduos, a abordagem contratual prefere pôr ênfase na relação de interdependência existente entre empresa e sociedade, e no fato de que, enquanto instituição social, a empresa deve estar a serviço da sociedade que a legitima. Já a abordagem utilitária é menos progressista, e contenta-se em afirmar que *"A ética é um bom negócio"* (como já tivemos a oportunidade de ler tantas vezes em revistas do tipo *Exame* ou *Você S.A.*), e não faz mais que adaptar as teses econômicas neoclássicas às últimas tendências da gestão estratégica.

Apresentaremos a seguir as características das três principais vertentes que têm se dedicado à teorização nessa área, e suas diferentes maneiras de conceber as funções e responsabilidades das empresas. Para concluir, discutiremos as possíveis convergências e incompatibilidades entre as três perspectivas, e sublinharemos o papel dos atuais discursos sobre RSE na consolidação de uma ideologia essencialmente conservadora, de inspiração neoliberal, que produz importantes conseqüências políticas e materiais para as partes envolvidas.

4.4. A RSE em retrospectiva histórica: evolução do conceito

Os discursos sobre a ética e a RSE estão hoje amplamente institucionalizados, a ponto de se haverem constituído num campo autônomo de práticas discursivas, como viemos demonstrando até aqui. No mundo dos negócios, e das grandes corporações transnacionais em particular, as declarações e iniciativas relativas ao tema já chegaram mesmo a tornar-se lugar-comum. Os governos vêem na RSE uma oportunidade de maximizar os benefícios decorrentes da atividade econômica, ao mesmo tempo em que esperam ver reduzidos os impactos ambientais e sociais causados por ela. Para as chamadas "organizações do terceiro setor", existe grande interesse em aproveitar a tendência e estabelecer parcerias com as firmas em todo tipo de projetos com alguma conotação "social". Já nas fileiras do movimento altermundista, que combate a globalização neoliberal, diversos grupos dedicam-se ao monitoramento e divulgação de atividades empresariais passíveis de crítica. Evidentemente, cada um dos grupos de atores sociais diretamente implicados na questão, e cujos interesses estejam em jogo, luta para estabelecer a sua própria visão do que seja a RSE – donde se deduz que a prevalência no espaço social de uma determinada definição indica a derrota de várias outras.

Este aparente consenso quanto à importância da RSE está longe de estender-se às soluções, propriamente ditas, para os problemas que afligem os atores diretamente afetados por ações empresariais concretas. Todavia, parece ter sido atingido um ponto em que posições como as de Theodore Leavitt, que em seu artigo *The dangers of social responsibility*, publicado em 1958 na Harvard Business Review, acautelava que *"government's job is not business, and business's job is not government"* (LEAVITT, 1958: 47), hoje soam obsoletas para muitos. Assim também a opinião de Friedman (1970), para quem a mera existência de RSE era indicativa de algum problema de agência dentro da firma, por sugerir um desvio dos recursos corporativos[59].

Mas se mudança houve, tanto na sensibilidade pública quanto nos discursos corporativos oficiais, ela é fruto de um processo de progressiva construção e legitimação sociais, conduzido pelos diversos agentes e instituições que dele participam, e resultado de um contexto histórico, político e econômico bem preciso, como já tivemos oportunidade de discutir no Capítulo 2.

[59] Vide Capítulo 5.

O surgimento da ética empresarial como campo discursivo está intimamente ligado à evolução do sistema econômico, assim como às mudanças por que passaram as sociedades industriais no último século. Foram as transformações - e excessos - do capitalismo que deram origem a este tipo de questionamento, na medida em que as empresas privadas, transformadas em gigantescos conglomerados multi e transnacionais, começaram a dar mostras de um poder sem precedentes (KORTEN, 1995; CARROLL e BUCHHOLTZ, 2000; ANDRIOFF e MCINTOSH, 2001). Os conflitos relativos à questão ambiental, além das grandes reivindicações sociais que emergiram nos anos 60, também contribuíram para a formalização dos crescentes ataques e questionamentos *vis-à-vis* das empresas. Este processo pode ser dividido em três fases:

a) De 1900 a 1960

Durante este período, três fatores principais vêm favorecer o surgimento das críticas de caráter ético e social ao mundo dos negócios: a) a desilusão frente às promessas do liberalismo (decorrente sobretudo do *crash* da Bolsa de Nova Iorque em 1929, e das amargas conseqüências provocadas pela Grande Depressão que se seguiu); b) o desejo por parte das empresas de melhorarem sua imagem, numa época em que os lucros exorbitantes de certos monopólios suscitava a ira da população; c) o desenvolvimento das Ciências Administrativas e a profissionalização da atividade gerencial (GENDRON, 2000).

Por outro lado, a ascensão do socialismo também estimula as críticas endereçadas ao capitalismo, assim como o debate acerca do papel do Estado e da justa distribuição de riquezas. As práticas monopolísticas geram um forte movimento *antitrust*, ao mesmo tempo em que a expansão do poder corporativo obriga os governos a adotarem drásticas medidas legislativas, de caráter regulatório. É quando os empresários começam a falar, embora de maneira esparsa e desarticulada, em responsabilidade social das empresas.

Howard Bowen, por exemplo, em seu livro *Social Responsibilities of the Businessman*, publicado em 1953 e considerado pioneiro no assunto, indaga que tipo de responsabilidades para com a sociedade pode-se, legitimamente, esperar que os homens de negócios assumam. Segundo o autor, elas consistiriam *"no dever de seguir as políticas, tomar as decisões ou seguir os cursos de ação considerados desejáveis em termos dos objetivos e valores de nossa sociedade"*[60] (*apud* CARROLL, 1999). Numa atitude vanguardista para a época, ele afirma

[60] Em inglês no original; tradução minha.

ainda que os gerentes são responsáveis pelas conseqüências de seus atos num âmbito muito mais abrangente do que aquele restrito às demonstrações de lucros e prejuízos.

Contudo, essa responsabilidade permanece ainda associada apenas à obrigação de produzir bens e serviços úteis, gerar lucros, criar empregos e garantir a segurança no ambiente de trabalho. O conceito de responsabilidade social constrói-se, nessa época, sobre dois princípios básicos: a filantropia e a governança (SHARFMAN, 1994; CARROLL, 1999). Ambos são uma manifestação paternalista do poder corporativo, dado que estimulam as empresas, através de seus executivos, a serem generosas para com os "desfavorecidos", e a considerar, no curso de suas atividades, também os interesses dos outros atores sociais.

O que a literatura da área revela, neste período, é a preocupação com uma ética pessoal na condução dos negócios, voltada sobretudo para os dilemas morais que podem enfrentar os executivos. Trata-se de promover a aplicação, nas situações de negócios, dos princípios éticos tradicionais, tais como a confiança, a honestidade, a integridade, o senso de justiça. Em suma, ainda se está na esfera de uma responsabilidade do indivíduo. Não existe, portanto, "ética empresarial" como um campo de estudos ou de debates sistematizado. De fato, os textos precursores da RSE referem-se a uma *responsabilidade* (ou *consciência*) *social*, apenas - sem qualificá-la de *empresarial* - talvez porque a expansão e o domínio das empresas e corporações fossem ainda incipientes.

b) De 1960 a 1980

Vive-se nesta época uma fase de extraordinária mobilização cívica e revolucionária, além de um enorme progresso científico e tecnológico. O modo de produção e de acumulação do capital ainda é intensivo, e a regulação de tipo monopolístico. Embora a padronização possibilite a produção e o consumo de massa, gerando assim grandes economias de escala, o fordismo, já tendo conhecido seu auge, entra em lento declínio. Com a crise do dólar e do petróleo, encerra-se o ciclo dos "anos dourados" (1945-1973): a economia capitalista volta a apresentar graves oscilações conjunturais, longas e profundas recessões, queda do ritmo de crescimento e altas taxas de desemprego (KUMAR, 1997; HOBSBAWM, 2001). As lutas de classe recrudescem nos principais países, e as greves chegam ao seu ponto máximo. O poder dos grandes conglomerados e das multinacionais atinge proporções inéditas, enquanto as estruturas organizacionais se complexificam e burocratizam. O controle dissocia-se definitivamente da propriedade, e passa dos acionistas às mãos dos diretores e gerentes.

Dentro de um cenário geral de contestações e turbulência social, as empresas tornam-se o alvo de reivindicações cada vez mais numerosas e variadas. Inúmeros movimentos da sociedade civil passam a exercer pressão sobre elas, particularmente em questões tocantes à poluição, consumo, emprego, discriminações raciais e de gênero, ou natureza do produto comercializado (são alvos preferenciais a indústria bélica e a de cigarros). As demandas por mudanças tornam-se centrais e generalizadas, não mais marginais ou localizadas. Vários dos movimentos de contra-cultura questionam abertamente o dogma segundo o qual uma empresa deva consagrar-se exclusivamente à maximização de seus lucros. Desenvolve-se cada vez mais a vertente da economia moral, que propõe a internalização das externalidades negativas do capitalismo, com base na noção de dever do empresário.

Davis (1960) foi um dos primeiros e mais importantes autores do período a escrever sobre o assunto. Sua definição considera que a RSE refere-se a *"decisões e ações gerenciais tomadas por motivos que vão, pelo menos em parte, além dos interesses econômicos ou técnicos imediatos da firma*."[61] Mais tarde, Davis (1967) retoma e completa essa definição, lembrando que *"a essência da responsabilidade social deriva de uma preocupação com as conseqüências éticas dos próprios atos, na medida em que possam afetar os interesses de outros."*[62]

Em 1970, o *New York Times Magazine* publica o famoso artigo *The social responsibility of business is to increase its profits*, escrito por Friedman como protesto às iniciativas sociais recém-tomadas pela General Motors. Não tardam a aparecer réplicas inflamadas, argumentando que o contrato social sobre o qual baseia-se o sistema da livre empresa havia mudado, e que as corporações deviam responder agora a obrigações mais amplas que a simples rentabilidade (GENDRON, 2000). A pressão ambiental é muito forte nesse período: a primeira Conferência sobre o Meio Ambiente tem lugar em 1972, em Estocolmo; fortalecem-se os movimentos ecologistas e os partidos verdes começam a organizar-se. Também em 1972, a publicação do relatório do Clube de Roma, intitulado *The limits of growth*, vem fornecer ainda mais argumentos aos grupos contestatários[63]. Cresce uma atmosfera anti-

[61] Em inglês no original; tradução minha.

[62] Idem.

[63] Vide, por exemplo, o nascimento do conceito de ecodesenvolvimento, de Strong e Sachs, durante este período: "*É o desenvolvimento endógeno e dependente de suas próprias forças, tendo por objetivo responder à problemática da harmonização dos objetivos sociais e econômicos do desenvolvimento com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos e do meio.*" (SACHS, 1981)

negócios que inquieta o meio corporativo – e é então que tem início o verdadeiro debate sobre a responsabilidade social das empresas.

Mais uma vez, Davis (1973) retorna à discussão com um artigo hoje clássico:

> *"(RSE) diz respeito à tomada em consideração e resposta, por parte da firma, a questões que ultrapassam suas estritas obrigações econômicas, técnicas e legais. (...) É dever da empresa avaliar os efeitos de suas decisões no sistema social externo, de modo a realizar benefícios sociais ao lado dos ganhos econômicos tradicionalmente buscados. Isto significa que a responsabilidade social começa onde a lei termina."*[64] (DAVIS, 1973).

Também nessa época, inspiradas pela obra extraordinariamente influente de John Rawls, *Uma teoria da justiça* (1972), voltam à ordem do dia, dentro do mundo liberal, discussões filosóficas sobre quais sejam as finalidades da economia. Por outro lado, o surgimento da bioética inspira o desenvolvimento de um novo ramo da ética normativa e aplicada, voltada especificamente para o mundo dos negócios e das empresas: assim nasce formalmente a *Business Ethics*, campo interdisciplinar onde dialogam entre si sobretudo a Filosofia e a Administração (DE GEORGE, 1987).

No final dos anos 70, as novas teorias organizacionais, menos gerencialistas que as anteriores, favorecem por sua vez uma percepção – até então inédita - da empresa enquanto entidade moral: as decisões empresariais deixam de ser atribuídas apenas aos indivíduos, e considera-se a hipótese de que possam ser tomadas pela própria organização, enquanto estrutura decisória composta por objetivos, regras e procedimentos. A idéia de responsabilidade *pessoal* é substituída pela noção de responsabilidade *corporativa*, e passa-se assim de uma perspectiva individualista a uma perspectiva organizacional, que transcende a mera agregação das ações dos sujeitos (LECOURS, 1995). Para fundamentar esta nova percepção, alguns autores não hesitam em atribuir à empresa o estatuto de "agente moral" (FRENCH, 1995).

Portanto, de meados dos anos 70 até o início dos anos 80, o campo da *Business Ethics* confunde-se com a corrente de mesmo nome – de orientação filosófica, normativa, na qual se faz apelo à dimensão ética, mas nem sempre se ressalta o inevitável imbricamento de seu objeto com a política – porque basicamente não existem abordagens concorrentes de peso significativo. Entretanto, como indica LECOURS (1995), o vocabulário da Filosofia (bem, mal, dever, justiça) começa, a partir daí, a ser gradualmente substituído por uma terminologia

[64] Idem.

mais sociológica (poder, legitimidade, racionalidade). Ao mesmo tempo, a idéia de responsabilidade dissocia-se progressivamente da noção discricionária de filantropia, e passa a referir-se às conseqüências das próprias atividades usuais da empresa. Esta passagem marca a primeira cisão da *Business Ethics*, e dá origem a uma nova vertente, ou escola: a *Business and Society*, que irá influenciar profundamente as discussões posteriores.

c) De 1980 até o presente

As políticas neoliberais ressurgem com força a partir dos anos 80: ajuste fiscal, redução das despesas sociais do Estado, privatizações, desregulamentação, liberalização do comércio, das taxas de câmbio e das relações trabalhistas. Durante a década de 90, após a queda do Muro de Berlim e o fim da União Soviética, este tipo particular de capitalismo difunde-se praticamente por todo o planeta. A revolução causada pelas novas tecnologias de informação impulsiona a globalização e a financeirização da economia. O fordismo cede lugar ao pós-fordismo, modo de produção e de acumulação flexíveis, de base microeletrônica, cujas conseqüências revelam-se devastadoras para os níveis de emprego, tanto nos países industrializados como nos periféricos (KUMAR, 1997; HOBSBAWM, 2001). No plano organizacional, os grandes conglomerados empresariais de origem local dão lugar a redes corporativas transnacionais de ramificações complexas. Graças às novas tecnologias, a produção torna-se descentralizada; a mão-de-obra pode ser subcontratada e operar a partir de qualquer continente. Os trabalhadores trocam o estatuto de assalariados pelo de autônomos, informais ou contratados, sem garantia de trabalho estável ou seguridade social.

A financeirização da economia traduz-se, no nível macroeconômico, pela integração dos mercados financeiros e pela passagem do capital, até então detido majoritariamente por investidores individuais, às mãos de grandes investidores institucionais (fundos de pensão, seguradoras, etc). Esta mudança é decisiva, porque enquanto o capitalismo industrial está vinculado a organizações específicas e localizadas, cuja rentabilidade projeta-se no médio prazo, o capitalismo financeiro, pelo contrário, não possui nenhuma base territorial e busca uma maximização dos lucros a curtíssimo prazo (GRAY, 1999; RAMONET, 2003; HARVEY, 2005). Conseqüentemente, o desempenho das empresas passa ser medido em termos de indicadores financeiros, enquanto a preocupação com o desempenho das funções marketing ou produção cai para segundo plano.

Sob o ponto de vista social, a pobreza, o desemprego e outros tipos de exclusão marcam tanto o cenário norte-americano quanto o europeu, e grassam também nos países menos desenvolvidos. A problemática ambiental é tema de diversas conferências internacionais, e em

1987 o Relatório Brundtland consagra o conceito de *desenvolvimento sustentável*, que pretende conciliar, dentro de um pensamento liberal multilateralista, crescimento econômico e proteção ambiental. Temáticas mais antigas, tais como a desigualdade Norte-Sul e o consumo excessivo, vêm somar-se a essa discussão, que adquire um caráter internacional e prioritário (NOBRE e AMAZONAS, 2002).

No que diz respeito à pesquisa, este período caracteriza-se, por um lado, pela diversificação das correntes teóricas dedicadas ao questionamento ético e social das empresas; por outro lado, por uma crescente institucionalização do fenômeno: além do grande volume de publicações, cursos são oferecidos nas escolas de Administração, surgem empresas de consultoria especializadas, criam-se normas e certificações, os discursos e iniciativas empresariais relacionados à questão proliferam, assim como os incentivos e programas governamentais.

Consolida-se definitivamente, no início dos anos 80, a abordagem intitulada *Business and Society*, a qual concebe empresa e sociedade como uma rede inextrincável de interesses e relações, permeada por disputas de poder, por acordos contratuais explícitos e implícitos, e pela busca de legitimidade.

Data desta época a famosa teoria dos *stakeholders*, desenvolvida por Freeman (1984), segundo a qual a idéia de que as empresas não possuem responsabilidades senão em relação aos acionistas deve ser substituída pelo conceito de relação fiduciária da empresa com o conjunto de suas partes interessadas.

Também emerge neste mesmo período a abordagem instrumental, ou estratégica, conhecida como *Social Issues Management* - resultado da preocupação, nos círculos gerenciais, com os inevitáveis conflitos inerentes às interações entre empresas e sociedade, com a crescente intensificação de tais conflitos, e com os custos a eles associados. Essa abordagem busca atender a demanda por instrumentos para a gestão sistemática dos problemas éticos e sociais enfrentados (ou antecipados) pelas companhias, de tal modo que a sensibilidade (*responsiveness*) e a proatividade corporativas transformem-se em vantagem competitiva .

O Quadro 6, a seguir, traça um panorama resumido dos principais eventos e iniciativas que têm contribuído para dar corpo à temática da RSE – seja ao suscitarem novos impasses e questionamentos, seja ao estabelecerem gradativamente novas normas e padrões de conduta.

Quadro 6: Eventos importantes para a evolução do discurso sobre RSE – 1948 a 2006

1948	• A ONU publica a *Declaração dos Direitos Humanos*
1953	• Em seu livro *Social responsibilities of the businessman*, Howard Bowen é o primeiro a argumentar em favor da responsabilidade social nos negócios
1962	• Publicação do livro *Primavera silenciosa*, de Rachel Carlson
1969	• Formação do Clube de Roma
1971	• O Greenpeace é fundado no Canadá • O Conselho da OCDE declara o princípio segundo o qual "o poluidor paga", quando se produz um dano ambiental
1972	• Publicação de *Os limites do crescimento*, pelo Clube de Roma • 1a. Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo
1973	• Fundação do Interfaith Center on Corporate Responsibility, coalizão de 275 investidores institucionais de cunho religioso, que advoga o investimento socialmente responsável • Primeira crise mundial do petróleo
1974	• Publicação do primeiro artigo científico estabelecendo relação entre o uso do CFC e a destruição da camada de ozônio
1977	• A França cria a lei do Balanço Social
1978	• O Interfaith Center on Corporate Responsibility organiza e coordena o movimento de boicote à condução de negócios com a África do Sul • Desastre ecológico causado por derramamento de 253 milhões de litros de óleo pelo petroleiro AMOCO Cadiz na costa da Bretanha (França)
1979	• Acidente na usina nuclear de Three Mile Island, na Pensilvânia (EUA)
1980	• Pela primeira vez é reconhecida a importância da biodiversidade para o funcionamento adequado do ecossistema planetário (Relatório Global 2000)
1982	• A Câmara Americana de Comércio no Brasil cria o prêmio ECO, *"pioneiro no reconhecimento de empresas que adotam práticas socialmente responsáveis"* • Irrompe a crise da dívida internacional • Promulgada a Carta das Nações Unidas para a Natureza
1984	• Acidente na fábrica de pesticidas da Union Carbide em Bhopal (India) provoca a morte de milhares de pessoas • Primeiro balanço social é publicado no Brasil, por uma empresa de fertilizantes • Nestlé aceita negociar com grupos de consumidores responsáveis pela organização de um forte boicote à marca, motivado pela promoção de leite em pó para bebês nos países em desenvolvimento
1985	• Criado o **Responsible Care**, código de conduta voluntário para a indústria química • Relatório da Organização Meteorológica Mundial - OMM e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA identifica o acúmulo de CO_2 e de outros gases de efeito estufa na atmosfera, e faz previsões de aquecimento global • Descoberto um buraco na camada de ozônio sobre a Antártica
1986	• Criada no Brasil a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social - FIDES, entidade brasileira dedicada à *"humanização das empresas e sua integração com a sociedade"* • Desastre na usina nuclear de Chernobyl (URSS) • Diagnosticado o primeiro caso de encefalopatia espongiforme ("doença da vaca louca") na Grã-Bretanha
1987	• Publicação do Relatório Brundtland: *Nosso futuro comum* • Lançamento da série ISO 9000 para a gestão de sistemas de qualidade • Adotado o Protocolo de Montreal sobre Substâncias Nocivas à Camada de Ozônio
1988	• Lançada na Holanda, a pedido de cafeicultores mexicanos, a primeira marca que garante ser proveniente de "comércio justo" • Assassinato do ambientalista Chico Mendes • É estabelecido o Painel Inter-governamental sobre as Mudanças Climáticas - IPCC
1989	• Desastre ecológico no Alaska, devido ao derramamento de 41 milhões de litros de óleo causado pelo petroleiro EXXON Valdez
1990	• Criada no Brasil, por empresários da indústria de brinquedos, a Fundação ABRINQ pelos direitos da criança e dos adolescentes

1991	• Começam a ser desenvolvidos no Brasil os critérios do Prêmio Nacional da Qualidade - PNQ
1992	• Cúpula da Terra: Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro. Elaboração da Agenda 21, assinatura de acordos relativos à Convenção sobre Diversidade Biológica e à Convenção-quadro sobre as Mudanças Climáticas • O Clube de Roma publica *Além dos limites*, sobre a degradação ambiental do planeta • O Business Council for Sustainable Development publica *Mudando de Rumo*, argumentando o interesse do mundo dos negócios em promover práticas de desenvolvimento sustentável
1993	• Lançamento da ISO 14000, conjunto de normas e padrões para a gestão ambiental
1994	• A expressão *"triple bottom line"* é cunhada para designar a incorporação dos desempenhos social e ambiental às demonstrações de desempenho financeiro das empresas
1995	• *Annus horribilis* para a Shell: enforcamento de Ken Saro-Wiwa e de oito outros ativistas nigerianos contrários às operações da petrolífera em seu país • Início da crise entre a Shell e movimentos ambientalistas acerca do destino a ser dado à plataforma marítima desativada Brent Spar • É criada a Organização Mundial do Comércio - OMC • Realizada em Copenhagen, pela ONU, a Cúpula Mundial pelo Desenvolvimento Social
1996	• Criação da BS8800, norma para a gestão da segurança e saúde no trabalho • Confirmada a possibilidade de transmissão da "doença da vaca louca" para humanos • As plantações geneticamente modificadas atingem pela primeira vez um volume significativo nos EUA
1997	• Nasce a Global Reporting Initiative (GRI), propondo um modelo para relatórios de sustentabilidade empresarial • McDonald's perde a ação judicial por perjúrio e difamação que movia contra dois ativistas britânicos, no mais longo julgamento da história do Reino Unido • Instala-se o caos ecológico (seca, queimadas) e financeiro (especulação cambial) na Ásia • Desenvolvido, no Brasil, o modelo de balanço social do Ibase • Formalizado o Protocolo de Kyoto (Japão), em conferência da ONU • A exploração e as péssimas condições de trabalho existentes nas fábricas da Nike no sudeste asiático vêm a público
1998	• É lançada a norma internacional SA8000, para a gestão das condições de trabalho • Publicação do primeiro relatório da Shell elaborado em torno do conceito do *"triple bottom line"*, isto é: *"people, planet, profits"* • Criação do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, no Brasil • Ação antititruste movida pelo governo dos EUA contra a Microsoft • Tem início a controvérsia mundial sobre os organismos geneticamente modificados (OGM, ou transgênicos) • Sucessão de graves transtornos meteorológicos ao redor do globo: enchentes, furacões, secas, ondas de calor, etc • Vitória dos ambientalistas sobre a Shell no episódio da plataforma Brent Spar • As indústrias de cigarros são condenadas a pagar compensações multibilionárias aos Estados da federação, na maior ação judicial coletiva da história dos EUA
1999	• Kofi Annan lança o Pacto Global, primeira proposta da ONU focada na responsabilidade social empresarial • Entra em vigor a Occupational Health and Safety Assessment Series (OHSAS 18001), conjunto de normas para a gestão da saúde e segurança no trabalho • Aprovados os Princípios de Governança Corporativa da OCDE • Juiz proíbe o plantio de soja transgênica no Brasil, invocando o princípio da precaução • Lançada a AA1000, diretriz para a condução de diálogo com *stakeholders* e prestação de contas aos mesmos • Protestos maciços em Seattle (EUA), por ocasião da reunião da Organização Mundial do Comércio – OMC • Lançamento do Dow Jones Sustainability Index pela Bolsa de Nova Iorque

2000	• Petrobras é responsável pelo derramamento de 1,3 milhões de litros de óleo na Baía de Guanabara e 4 milhões de litros no rio Iguaçu, no Paraná • Criação dos Indicadores Ethos de responsabilidade social empresarial • Lançamento das Diretrizes GRI para elaboração de relatórios de sustentabilidade • McDonald's passa a usar embalagens recicláveis após forte pressão dos consumidores • A British Petroleum muda sua marca para BP ("beyond petroleum") e procura se firmar como "empresa de energia" • Lançamento oficial do Pacto Global, proposto pelo secretário-geral da ONU • Cúpula do Milênio, em Nova Iorque, da qual saíram as Metas do Milênio
2001	• Explosão e afundamento da plataforma P-36 da Petrobras, na Bacia de Campos • Protestos maciços em Gênova, por ocasião da reunião do G-8 • I Fórum Social Mundial, em Porto Alegre • A China adere à OMC • Hewlett-Packard demite 25.700 trabalhadores • Ataque terrorista ao World Trade Center em Nova Iorque • Brasil anuncia a intenção de quebrar a patente de medicamentos contra a AIDS • Vem a público o escândalo envolvendo a Enron por fraudes financeiras e contábeis • A Quarta Conferência Interministerial da OMC, em Doha, reconhece preocupações relativas ao meio ambiente e ao desenvolvimento
2002	• Presidente-executiva da Hewlett-Packard recebe 231% de aumento de salário (passando de US$1.2 milhões de dólares para US$4.1 milhões) • A ONU realiza a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em Johanesburgo, na África do Sul, e coloca em discussão a Carta da Terra, que pretende ter a abrangência da Declaração dos Direitos Humanos • Criada nos EUA a Lei Sarbanes-Oxley, em resposta aos numerosos escândalos corporativos e contábeis envolvendo grandes empresas
2003	• O projeto Genoma Humano é concluído com sucesso, após realizar o seqüenciamento de 99% do código genético humano • Rompimento de barragem pertencente à empresa Cataguases de Papel, em Minas Gerais, provoca o despejo de 1,3 bilhões de litros de resíduos tóxicos nos rios da região • O escândalo Parmalat vem à tona, revelando fraudes contábeis da ordem de 5 bilhões de dólares
2004	• A International Organization for Standardization – ISO anuncia a elaboração de um novo padrão ISO para a gestão da responsabilidade social de organizações públicas ou privadas • O Presidente Lula assina Medida Provisória autorizando o plantio de soja transgênica no Brasil • Pandemia de HIV/AIDS na África subsahariana
2005	• Entrada em vigor do Protocolo de Kyoto, após ratificação pela Rússia • Presidência do G-8 declara as mudanças climáticas o assunto mais importante a ser enfrentado pela comunidade global no longo prazo • Lançamento do Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE pela Bovespa • Publicada a Avaliação Ecossistêmica do Milênio • Aumentam em número e gravidade os sinais indicativos de mudanças climáticas
2006	• Lançamento do Relatório Stern sobre a Economia das Mudanças Climáticas • O Presidente da Bolívia, Evo Morales, nacionaliza as reservas de gás do país

Fonte: elaboração própria.

4.5. Principais visões do *mainstream* acadêmico acerca da RSE

Uma revisão atenta da literatura sobre o assunto permite constatar que os fundamentos teóricos utilizados para justificar o conceito de responsabilidade social das empresas traduzem, de uma maneira geral, as tradições distintas das três escolas acima mencionadas: a *Business Ethics*, a *Business and Society* e a *Social Issues Management* (LOGSDON e

PALMER, 1988; DONALDSON e DAVIS, 1991; DONALDSON e PRESTON, 1995; CARROLL e BUCHHOLTZ, 2000; GENDRON, 2000; GIBSON, 2000; MATTEN, CRANE e CHAPPEL, 2003). São abordagens que podemos chamar, respectivamente, de: a) **ética**, ou normativa; b) **social**, ou contratual; e c) **gerencial**, ou estratégica (JONES, 1996; GENDRON, 2000; WINDSOR, 2006).

Vale a pena destacar que nenhuma delas constitui uma área de pesquisas autônoma e unificada, e que muitas vezes os elementos conceituais de uma abordagem são empregados por outra, e vice-versa. Isto é particularmente verdadeiro em relação à teoria dos *stakeholders*, por exemplo, que tem se mostrado suficientemente flexível e abrangente para ser encampada (e adaptada) pelas três vertentes teóricas. Contudo, certos pressupostos básicos permeiam e distinguem, de maneira decisiva, cada uma destas abordagens, como veremos a seguir.

4.5.1. A abordagem normativa

A abordagem normativa, característica da *Business Ethics*, baseia-se na idéia de que a empresa e suas atividades estão, como qualquer outra esfera da vida humana, sujeitas ao julgamento ético – ao invés de pairarem em alguma espécie de limbo, ou vácuo moral, onde esse tipo de julgamento não se aplique. Se tal raciocínio pode parecer-nos auto-evidente nos dias de hoje, cabe recordar que nem sempre foi assim, e que a colocação em xeque da empresa enquanto tal (e não apenas de seus executivos), sob o ponto de vista ético e social, data apenas do final dos anos 60, como já vimos.

O argumento da inaplicabilidade do juízo moral às firmas foi defendido por diversos autores. Segundo Carr (1989), por exemplo, os negócios podem ser definidos como um jogo onde, assim como no pôquer, ninguém espera que a verdade, ou a ética, sejam a linguagem utilizada. Tais perspectivas afirmam que apenas o poder coercitivo de forças externas (tais como a legislação, a fiscalização, e a competição de mercado) são capazes de moralizar as ações da empresa – a qual é reconhecida exclusivamente como maximizadora de seus próprios interesses.

Para a abordagem normativa, ao contrário, a responsabilidade social da empresa decorre diretamente de sua responsabilidade moral, isto é: ela precisa agir de modo socialmente responsável porque, sendo isto o correto, é seu dever moral fazê-lo (segundo o mesmo argumento de matriz kantiana aplicável aos indivíduos). Este raciocínio contrapõe-se, portanto, às teses da "mão invisível", defendida por Friedman (é o mercado livre e

competitivo que moraliza o comportamento corporativo), e da "mão do governo", desenvolvida por Galbraith (a regulamentação governamental é que o faz), já que nenhuma delas aceita a idéia de que a firma possa ter um julgamento moral independente, enquanto ator social.

Devemos ter em mente que um ato, para que possa ser qualificado como ético, pressupõe a existência de um sujeito livre (i. e., que dispõe da oportunidade de escolha), consciente (capaz de deliberação), e responsável (determinante para a ocorrência do ato). É por esse motivo que a abordagem normativa preocupa-se bastante em estabelecer o estatuto de "agente moral" das empresas. Segundo a maioria dos autores que partilham deste ponto de vista, o ato corporativo não pode ser reduzido ao ato individual, visto ser a empresa uma coletividade que transcende a soma dos sujeitos que a compõem. A empresa possui finalidades, objetivos e um processo decisório próprios, distintos daqueles dos indivíduos a quem cabe implementá-los. De acordo com French (1995), é através da sua estrutura decisória interna (sujeita a regras, fluxos, procedimentos, e sistemas de controle burocrático) que a empresa manifesta uma "intencionalidade", ou "consciência", que a torna moralmente imputável.

Estabelecer se a empresa deve, ou não, ser considerada um "agente moral" tem sido fonte de controvérsias teóricas importantes dentro desta abordagem. Isso deve-se, sem dúvida, à sua forte vinculação com o campo filosófico, e à origem acadêmica de seus principais expoentes – geralmente professores de departamentos de Filosofia. De qualquer maneira, parece de fato importante definir se, ao falarmos de RSE, estamos nos referindo à responsabilidade que cabe à empresa como agente moral (possuidora de intencionalidade e capacidade de escolha), ou simplesmente à responsabilidade da empresa como agente físico (aquele que é mero "veículo" da ação), pois neste último caso a verdadeira responsabilidade recairia sobre os indivíduos.

Em resumo, as principais características desta escola são: seu *status* como precursora dos estudos nessa área, sua forte base filosófica, e seu viés predominantemente normativo.

4.5.2. A abordagem contratual

Não tardou, porém, para que certos veios da literatura dedicada às relações entre ética, empresas e sociedade buscassem um enfoque mais sociológico e político, voltado para questões mais pragmáticas. Assim nasceu, em meados dos anos 70, a vertente intitulada *Business and Society*.

Esta, que é uma abordagem contratual da RSE, apóia-se basicamente sobre três pressupostos principais: a) empresa e sociedade são parte de um mesmo sistema, e estão em constante interação; b) ambas estão ligadas entre si por um contrato social; c) a empresa está sujeita ao controle por parte da sociedade.

Em relação ao primeiro pressuposto, enquanto a abordagem normativa recusa as teses econômicas neoclássicas - muito bem sintetizadas por Friedman: *"The business of business is business"* - porque rejeita sua concepção amoral dos negócios, a abordagem contratual prefere enfatizar que a separação funcional preconizada por essas teses são absolutamente artificiais e falaciosas[65].

No que diz respeito ao segundo pressuposto - inspirado na tradição européia e nos escritos de Rawls - o modelo do contrato social supõe que pessoas racionais cheguem a um acordo em relação a certos princípios, para além de seus interesses próprios e imediatos, objetivando estabelecer um sistema de direitos, obrigações, privilégios e sanções conducente ao bem comum. Como destaca Gendron (2000), à semelhança do contrato social hobbesiano que funda o Estado moderno, no contrato social que funda e legitima uma organização produtiva (a empresa), a sociedade reconhece esta última como agente, concedendo-lhe autoridade para utilizar recursos naturais, empregar pessoas e comercializar produtos. Em contrapartida, a empresa deve oferecer benefícios e vantagens suficientemente compensadores à sociedade.

Quanto ao terceiro pressuposto (o controle social da empresa), ao invés de procurar localizar responsabilidades, a teoria dos *stakeholders*, tal como inicialmente formulada por Freeman (1984), começa identificando os grupos de atores sociais em interação com a empresa, e afirmando que cada grupo de *stakeholders* tem o direito de participar - ou ao menos ser levado em conta - por ocasião das decisões relativas aos rumos da firma na qual possui um interesse (MATTEN, CRANE e CHAPPEL, 2003). Rompe-se assim com o modelo do capitalismo gerencial tradicional, e sua concentração quase que exclusiva nos interesses dos acionistas. Abre-se o caminho para uma discussão que perdura até hoje, de forma cada vez mais acentuada, a respeito da possibilidade – ou não – de que sejam democratizadas as relações entre sociedade e empresas.

---

[65] Referindo-se à teoria econômica neoclássica segundo a qual o sistema capitalista democrático requer uma separação entre as funções política, econômica, social e religiosa da sociedade. Dentro de tal sistema, e em virtude de suas divisões institucionais, a função da empresa (e até mesmo sua essência) consistiria apenas em produzir para gerar lucros.

A abordagem contratual enfatiza que, enquanto instituição social, a empresa é criada para desempenhar determinadas funções junto à sociedade; sua legitimidade, ou "direito de existir outorgado por outrem", depende do correto cumprimento dessas funções. Quanto mais poderosa uma organização, maior é sua rede de partes interessadas, maiores são os impactos sociais que pode causar, e maiores se tornam as demandas para que atue de modo responsável. O poder mal utilizado tende a acarretar uma perda de legitimidade, e pode resultar no cerceamento das liberdades de que goza uma empresa, seja através de novas legislações impostas pelo poder político, seja como resultado da ação coordenada de grupos de pressão.

Podemos concluir dizendo que a abordagem contratual das relações entre ética, empresas e sociedade procura justificar a RSE a partir de uma perspectiva predominantemente sociopolítica, atenta aos interesses dos diferentes grupos de atores sociais com os quais a empresa interage, e consciente dos conflitos e disputas pelo poder que se desenrolam nesse cenário. É uma abordagem que traz para o primeiro plano, e "corporifica", a sociedade – virtualmente ausente da abordagem normativa, a não ser enquanto recipiente e beneficiária de grandes princípios morais, tais como a justiça ou a igualdade.

4.5.3. A abordagem estratégica

A abordagem estratégica, característica da *Social Issues Management*, emerge quase simultaneamente à abordagem contratual (início dos anos 80), e procura fornecer ferramentas práticas de gestão capazes de melhorar o desempenho ético e social da firma. Segundo Jones (1996), as justificativas para a RSE apresentadas por esta abordagem baseiam-se em três argumentos principais, todos de caráter utilitário (vide Quadro 7, a seguir): a) a empresa pode tirar proveito das oportunidades de mercado decorrentes de transformações nos valores sociais, se souber antecipar-se a eles[66]; b) o comportamento socialmente responsável pode garantir-lhe uma vantagem competitiva[67]; c) uma postura proativa permite antecipar-se a novas legislações, ou mesmo evitá-las.

[66] Como sugere o primeiro exemplo citado no Quadro 7: *"A ética que se vende"*.

[67] É o arrazoado dos outros dois exemplos: *"A era da ética nas empresas"*, que aventa a possibilidade de uma ISO da ética, e *"Em busca das maçãs podres"*, segundo o qual o "ingrediente" ética costuma agradar a consumidores e investidores.

Quadro 7: O argumento moral utilitarista, ou a ética como fonte de lucro

A ética que se vende

Revista Exame | 13/06/2001 Carin Homonnay Petti

Os europeus, que criaram o conceito de livre mercado, estão dando os primeiros sinais de uma nova realidade: o mercado ético. Cada vez mais consumidores europeus estão boicotando companhias consideradas irresponsáveis na relação com fornecedores, empregados ou o meio ambiente. Na Grã-Bretanha, por exemplo, 44% da população evitou no ano passado a compra de produtos de fabricantes vistos como não-éticos, segundo uma pesquisa do Instituto Mori. Uma pesquisa publicada pelo jornal *Daily Express*, feita com 150 altos executivos, indica que a preocupação com os ataques de ativistas de direitos humanos, ambientalistas ou grupos de defesa do consumidor já é muito maior que a dor de cabeça provocada por sindicalistas ou governantes.

"Com o crescimento das grandes corporações, a população passou a cobrar das empresas o que antes só era considerado tarefa do Estado", diz Mark Goyder, diretor do instituto de pesquisas britânico Centre for Tomorrow's Company. A empresa que fechar os olhos para a responsabilidade social pode pagar caro, afirma Goyder. *"As preocupações da comunidade de ontem são as preocupações do consumidor de hoje e dos acionistas de amanhã."*

Há dois modos de ver essa nova realidade. Um deles é que *"a empresa irresponsável pode sofrer boicotes, ter a reputação arranhada, perder participação no mercado e valor nas bolsas*", como diz Elena Bonfiglioli, diretora da Corporate Social Responsibility - Europe, uma entidade empresarial que promove a responsabilidade social. O segundo modo é enxergar as oportunidades de mercado. Nos últimos três anos, as vendas dos chamados produtos éticos cresceram 60%, de acordo com a Fairtrade Labeling Organization International, uma organização sediada na Alemanha que concede um selo de "comércio justo" a fabricantes de 14 países europeus e também do Japão, do Canadá e dos Estados Unidos. (...) O mercado ético ainda é apenas um nicho, mas seu crescimento é assombroso. No ano passado, as vendas de produtos com certificado da FLO atingiram US$ 190 milhões de dólares em 13 países europeus. Na Grã-Bretanha, as vendas de produtos como café, banana, biscoito, chocolate e mel éticos aumentaram 51%, para US$ 47,5 milhões de dólares - apesar de os produtos do gênero serem até 25% mais caros. (...)

A era da ética nas empresas

Revista Gestão e RH | 07/08/2004 Cristina Ramalho

Hoje, para que uma empresa consiga credibilidade junto ao mercado, não basta só auferir qualidade a seus produtos ou serviços. Embora esse fator seja primordial e o público consumidor esteja cada vez mais exigente nesse sentido, a conquista da credibilidade é mais ampla. Ela engloba outros itens relacionados ao portfólio de uma empresa – e a ética é, notadamente, um desses principais itens.

"Estamos entrando na 'era da ética'. O sistema econômico brasileiro passou por um primeiro movimento rumo à modernidade, à busca da qualidade, trazendo para o país a série ISO 9000. Depois foi a vez da conscientização sobre a preservação do meio ambiente, que estabeleceu a ISO 14000, e agora acredito que presenciamos a chegada da 'ISO-ética'". profetiza Joaquim Manhães Moreira, sócio da Manhães Moreira Advogados Associados. (...)

Em busca das maçãs podres

Revista Exame | 22/03/2007 Melina Costa

Uma pesquisa realizada há três anos pela consultoria KPMG demonstra que funcionários são autores da maior parte das fraudes empresariais -- quase 60% dos casos, de acordo com os entrevistados. Segundo a Association of Certified Fraud Examiners, organização que combate crimes do colarinho branco nos Estados Unidos, as fraudes corroeram cerca de 5% do faturamento das empresas americanas no ano passado. Corporações que implantaram as chamadas linhas éticas diminuíram o prejuízo pela metade. Além disso, essas companhias tiveram outros ganhos, mais difíceis de ser medidos. Acrescentar o ingrediente ética à imagem costuma agradar consumidores e, especialmente, investidores. As empresas que compõem o índice Dow Jones de Sustentabilidade -- no qual os códigos de conduta contam pontos -- apresentam desempenho consistentemente superior às demais. Nos últimos cinco anos, por exemplo, as ações dessas empresas tiveram valorização 3% maior que as de empresas convencionais. (...)

Os dois primeiros argumentos são basicamente estratégias de marketing, e, assim como o terceiro, endossam a visão neoclássica das finalidades corporativas, segundo a qual a única função legítima da empresa é perseguir seus próprios interesses: crescimento e lucratividade. Esta perspectiva, que também pode ser chamada de utilitária ou instrumental, defende a idéia de que, a médio e longo prazos, o que é bom para a sociedade é bom para a empresa – sugerindo, de maneira implícita e correlata, que aquilo que é bom para a empresa também o é para a sociedade, postulado fundamental das teses econômicas neoclássicas[68].

A abordagem da *Social Issues Management* às questões pertinentes ao campo da ética empresarial traduz o reconhecimento de que a empresa não existe num ambiente composto apenas por consumidores, produtores e concorrentes, mas também por cidadãos que evoluem dentro de uma ordem política organizada (GENDRON, 2000). É imprescindível, portanto, de acordo com a abordagem utilitária, que a empresa leve em consideração essa ordem política e social quando do planejamento e implementação de suas estratégias, e procure adequar-se a ela (ainda que forma meramente mimética).

Durante muito tempo, o mundo dos negócios e as escolas de Administração negligenciaram o contexto sociopolítico em suas análises: apenas o contexto econômico importava. Entretanto, a evolução das correntes teóricas no campo da gestão estratégica, e mesmo em economia[69], trouxe consigo uma concepção mais integradora dos aspectos políticos e sociais do ambiente onde está inserida a organização. A escola da *Social Issues Management* é um nítido exemplo dessa mudança, desde quando reconhece a dimensão social, ou cidadã, do "consumidor", e o caráter evolutivo das instituições – embora este reconhecimento repouse menos sobre preocupações morais do que sobre um claro pragmatismo.

A produção acadêmica vinculada a esta escola propõe uma aproximação estratégica e sistemática da gestão de questões sociais, de modo a melhor atingir os objetivos da organização (LOGSDON, 1988). Conseqüentemente, grande ênfase é dada à capacidade de aproveitar oportunidades e de minimizar riscos, através da pronta identificação e resposta a

---

[68] Em 1953, Charles Wilson, então presidente da General Motors, foi sabatinado pelo Senado norte-americano em virtude de sua recente indicação como Secretário da Defesa. Indagado se, uma vez no cargo, iria privilegiar os interesses do país ou os interesses da GM, Wilson respondeu com uma frase que tornou-se clássica, e que ainda provoca tanto o riso como a indignação: *"- Nunca pensei que pudesse haver diferença, pois o que é bom para o país é bom para a GM, e vice-versa."* (FINLEY, 1988).

[69] A esse respeito, ver as abordagens institucionalistas e neoinstitucionalistas em Economia, por exemplo: North (1990), sobre a importância das instituições para o desenvolvimento das sociedades; Ostrom (1990), sobre o bem comum e os mecanismos que condicionam a ação coletiva; Ménard (2000), sobre as formas híbridas de governança, a meio caminho entre Estado e mercado.

questões de cunho ético e social suscetíveis de terem impacto sobre a empresa – habilidade essa que, por sua vez, resultaria na realização de maiores ganhos. Não por acaso, esta é a abordagem que está por trás dos numerosos, e nunca conclusivos, estudos que tentam correlacionar RSE e lucratividade (WADDOCK e GRAVES, 1997; BERMAN, WICKS e KOTHA, 1999; MCWILLIAMS e SIEGEL, 2000; MCWILLIAMS, SIEGEL e WRIGHT, 2006).

Ao revisitar as perspectivas teóricas do campo que pesquisa as relações entre ética, empresas e sociedade, pretendemos recuperar, de forma sucinta, distinções importantes entre essas abordagens. A tarefa coloca-se como necessária, na medida em que as justificativas apresentadas para a prática da RSE parecem padecer atualmente de um ecletismo que atropela, e desfigura, certos pressupostos elementares.

Embora as definições de RSE variem de acordo com o contexto histórico e social em que são formuladas, e sobretudo em função dos interesses e da posição ocupada no espaço social pelo grupo que as formula - o qual tende a ressaltar determinados aspectos e princípios em detrimento de outros - existe um razoável entendimento, ou "consenso mínimo", hoje em dia, quanto ao fato de que uma empresa socialmente responsável precisa demonstrar três características básicas: a) reconhecer o impacto que causam suas atividades sobre a sociedade na qual está inserida; b) gerenciar os impactos econômicos, sociais e ambientais de suas operações, tanto no nível local como global; c) realizar esses propósitos através do diálogo permanente com suas partes interessadas, muitas vezes através de parcerias com outros grupos e organizações (ETHOS, 1999 a 2007; WBCSD, 1999; 2000; OCDE, 2000; COMISSÃO EUROPÉIA, 2001; WORLD WILDLIFE FUND – WWF, 2001; WORLD BANK, 2002; ISO, 2004).

Ora, optar por um modelo de gestão que se baseia na participação democrática dos diversos grupos de interesse de uma empresa implica, evidentemente, o reconhecimento - e a tradução em termos concretos - de uma vontade coletiva mais ampla e representativa do que aquela ditada simplesmente pelo retorno financeiro e pelo curto prazo. Todavia, esse imperativo lógico da responsabilidade social pode ser (e é) facilmente acusado de entrar em contradição com pressupostos fundamentais da teoria econômica neoclássica, tais como os direitos de propriedade, a separação entre o que é atribuição do Estado ou da iniciativa privada, e a dinâmica natural – "mão invisível" - do mercado.

Não obstante a incompatibilidade de origem entre maneiras diametralmente opostas de compreender o mundo, vários autores partidários do viés normativo, ou do contratual, não

hesitam em fazer uso de proposições utilitárias para reforçar seus argumentos. Contudo, existe certamente uma diferença abissal, irreconciliável, entre considerar que:

- O comportamento X é **intrinsecamente bom**, desejável, conducente ao bem comum, e portanto imperativo, do ponto de vista moral – independentemente de suas conseqüências;
- O comportamento X é **atualmente legítimo**, e decorre de acordos e contratos sociais, explícitos ou implícitos, fundados nas noções de justiça e igualdade;
- O comportamento X é **instrumental** para a consecução dos objetivos últimos do sujeito, e portanto útil apenas enquanto cumprir esta função.

Soam de certo modo inconsistentes os discursos – inclusive os acadêmicos! – onde, à afirmação dos "direitos legítimos das partes interessadas", sejam justapostas demonstrações de quanto o diálogo com esses atores contribuiu para os resultados financeiros da companhia... Ao assimilar a RSE a uma ferramenta estratégica, os adeptos da abordagem utilitária reafirmam a primazia da finalidade econômica da empresa – algo que vai em sentido contrário às teorias contratuais, as quais tentam relativizar essa finalidade única em benefício de uma concepção mais ampla e democrática do papel da empresa na sociedade.

Por outro lado, para os defensores da vertente normativa, um ato não pode ser motivado simultaneamente por considerações éticas, fruto de uma racionalidade substantiva, e por considerações econômicas, típicas de uma racionalidade instrumental. Sendo assim, afirmar que um ato ético (no caso, a RSE) é do interesse econômico da firma não faz sentido. Do ponto de vista filosófico, esta é uma afirmação *contingente*, e não *necessária* – irrelevante, portanto, para aquelas justificativas para a RSE que buscam respaldo teórico no campo de uma ética das convicções. Entretanto, resta saber também se faz algum sentido falar em imperativos morais no nível organizacional, estando a empresa inserida num sistema social capitalista onde as regras do jogo já estão dadas *a priori*.

Na verdade, como diz Jones (1996), o discurso sobre a RSE, sejam quais forem as justificativas teóricas sob as quais se apresente - visto que na prática todas acabam por reforçar-se mutuamente, apesar das divergências de fundo - comporta uma forte dimensão ideológica, a qual possui conseqüências materiais importantes para todos os atores envolvidos, na medida em contribui para legitimar e manter a hegemonia do mercado sobre diversas questões de natureza pública e política – ponto este que discutiremos em maior detalhe no Capítulo 5.

A idéia de um “capitalismo benigno” mistifica as verdadeiras forças que impulsionam a atividade empresarial, assim como as pressões - muito concretas e urgentes - por eficiência e lucratividade a que firmas e gestores estão submetidos (JONES, 1996). Mais que isso, contribui para reforçar as teses da ideologia neoliberal, as quais preconizam a iniciativa individual e privada como resposta à ineficiência burocrática do Estado e também como prevenção à politização de conflitos sociais (PAOLI, 2002). Em suma, o tão debatido conceito de RSE acaba servindo para que se evite qualquer questionamento efetivamente radical, e conseqüente, a respeito das relações entre empresas e sociedade, porque desloca o debate para o nível organizacional – quando o que este debate de fato pressupõe, e exige, é que se coloque em causa a própria ordem institucional, em todos os níveis: político, econômico, social e cultural.

CAPÍTULO QUINTO

A RSE COMO FORMA DE REGULAÇÃO: GOVERNANÇA COMPARTILHADA OU PRIVATIZAÇÃO DO INTERESSE PÚBLICO ?

5.1. Bem comum, interesse público e formas de regulação

Uma das questões mais importantes da atualidade, por todos os motivos que viemos elencando até aqui, é até que ponto as grandes empresas atuam – ou se podem efetivamente atuar – em benefício do interesse coletivo, ou do chamado *bem comum*[70]. Esta certamente não é uma questão nova, mas tem adquirido maior urgência nas três últimas décadas. Também é verdade que a própria existência ou não de um interesse coletivo objetivo e passível de conhecimento, distinto da agregação de interesses individuais que somente cada ser humano pode definir, continua sendo objeto de uma complexa e sempre renovada discussão (PETRELLA, 1996; BOBBIO, 2000; GIANNETTI, 2002; SEN, 1999; 2002), que não pretendemos adentrar aqui. Limitaremos-nos a assinalar o fato - sobejamente demonstrado na vida cotidiana e ao longo da História – de que o bem que é comum às pessoas (ou sociedades) A e B nem sempre é comum a B e C, donde a tentativa de estabelecer de forma generalizante e definitiva o que constitua o bem em questão pode provocar divergências capazes de, eventualmente, desembocar até mesmo em confrontos graves.

Feita esta ressalva, o princípio filosófico do bem comum é todavia da maior importância para as Ciências Políticas, o Direito e as Ciências Sociais, uma vez que dele decorrem inúmeras conseqüências práticas para o convívio em sociedade. De acordo com Martins Filho (2000), citando Tomás de Aquino, *"Bem é aquilo que a todos apetece".* Assim, o bem seria o fim buscado pelo indivíduo, porque o atrai; ora, prossegue o autor, quanto mais perfeito e universal se afigure o bem, a mais pessoas atrairá. Segundo esta visão (essencialmente aristotélica), o bem comum nada mais seria, por conseguinte, do que o próprio bem particular, almejado por cada indivíduo, convertido na soma total de todos os interesses privados dos indivíduos membros de uma comunidade (MARTINS FILHO, 2000).

> *"A alma do bem comum é a solidariedade. E a solidariedade é o próprio princípio constitutivo de uma sociedade realmente humana, e não apenas aristocrática, burguesa ou proletária. É um princípio que deriva da natureza*

[70] A não ser confundido com os conceitos de *bens* (ou *recursos*) *comuns* e *bens públicos* em Economia.

> *social do ser humano. Há três estados naturais do homem, que representam a sua condição ao mesmo tempo individual e social: a existência, a coexistência e a convivência. Isto vale para cada homem, como para cada povo e cada nacionalidade."* (LIMA, *apud* MARTINS FILHO, 2000).

Donde se depreende que o bem comum seria resultado daquele estado superior no qual os seres humanos vivem e convivem em agrupamentos sociais pautados pela solidariedade. Ainda segundo o mesmo autor, uma noção afim à de bem comum é a de *interesse público*. Ao princípio **ético** do bem comum corresponde o princípio **jurídico** do interesse público. Interesse é a relação existente entre uma pessoa e um bem, na qual este se mostra capaz de satisfazer alguma necessidade ou anseio daquela.

> *" (...) Ou seja, o interesse é a ponte entre o sujeito e o bem, que os relaciona entre si, onde o sujeito busca aquilo que reputa ser um bem capaz de satisfazê-lo. (...) Seguindo nessa esteira, temos que, quando o sujeito que busca um bem é uma comunidade, está-se diante do que se denomina de interesse público, que aparece como a relação entre a sociedade e o bem comum que ela almeja, perseguido por aqueles que, na comunidade, estão investidos de autoridade"* (MARTINS FILHO, 2000).

Outra forma de compreender o bem comum é enquanto ideal utilitarista, representado pela idéia do "maior bem possível, para o maior número possível de indivíduos". Alguns autores consideram que este deveria ser o objetivo supremo do Estado, ao qual caberia reconhecer, proteger e expandir as liberdades políticas (*freedoms*) e as liberdades substantivas (*liberties*) das pessoas. O bem comum seria, então, a soma total das condições de vida que permitem aos indivíduos usufruir das citadas liberdades do modo mais pleno e direto (SEN, 2002). Outros autores, John Rawls em particular, fazem uma distinção entre a busca ativa do Bem, isto é, a busca por um mundo melhor, como quer que se defina tal construto; e a busca do Justo, isto é, a busca por uma infra-estrutura equânime e democrática (KORSGAARD, 1992).

Halpin e Teixeira, ao proporem uma agenda política para o pensamento progressista nos Estados Unidos, argumentam que garantir o bem comum significa: 1) colocar o interesse coletivo acima do auto-interesse egoísta e das exigências de grupos sectários; 2) trabalhar em prol de condições sociais e econômicas que beneficiem a todos; 3) promover uma ética pessoal, governamental e empresarial de responsabilidade e de solicitude; 4) criar uma estrutura governamental mais transparente e honesta, alimentada por formas de cidadania participativa e engajada; 5) assumir, no plano individual, aquelas responsabilidades que

devem ser compartilhadas por todos, ou seja, auxiliar os excluídos, proteger os recursos naturais e deixar para as gerações futuras um legado de oportunidades, ao invés de carências e problemas (HALPIN e TEIXEIRA, 2006).

Para fins de argumentação, partiremos aqui do pressuposto de que a realização do bem comum passa necessariamente pela criação e consolidação, por vias democráticas, do bem estar político, ambiental, econômico, social e cultural de uma determinada sociedade no presente, assim como pela capacidade de projeção e de manutenção desses benefícios no futuro. Consideraremos, ainda, que o bem estar em cada uma das esferas citadas depende essencialmente da *promoção dos direitos humanos* e da *expansão das liberdades substantivas individuais*, num contexto de *proteção e restauração da diversidade e integridade dos ecossistemas terrestres*.

Nesse sentido, a idéia de que as empresas privadas exercem influência sobre o bem comum (dimensão ética) e sobre o interesse público (dimensão jurídica) equivale a dizer que, através de suas atividades, elas podem aumentar o bem estar geral de uma sociedade ou diminuí-lo, segundo favoreçam ou dificultem o alcance dos objetivos supra-citados. Por um lado, ao buscarem atender a seus próprios interesses, as empresas freqüentemente agem de maneira prejudicial a bens públicos livres e inalienáveis, tais como a liberdade e a saúde das pessoas, ou a justiça social; muitas vezes causam dano também a bens (ou recursos) comuns, tais como a água e o ar limpos, ou a biodiversidade. As grandes companhias - que são as que nos interessam aqui – são rotineiramente acusadas de causar níveis de poluição inaceitáveis, adotar práticas injustas de contratação, fraudar suas demonstrações financeiras ou conscientemente causar mal aos consumidores de seus produtos. Por outro lado, existem inúmeras áreas nas quais um engajamento empresarial positivo é absolutamente crucial para que se atinjam objetivos públicos específicos. Um exemplo disso é sua relevância para o sucesso das iniciativas governamentais que visam reduzir o nível de desemprego entre alguns grupos demográficos (mulheres, minorias étnicas, jovens, etc); ou, ainda, o seu papel na garantia de que certos produtos e serviços estejam acessíveis a toda a população, reduzindo assim a exclusão social[71].

[71] Veja-se, a esse respeito, as estratégias de negócios relativamente recentes que deliberadamente visam a "base da pirâmide" demográfica em termos de renda (*bottom of the pyramid*, ou BoP), tanto na agricultura e no micro-crédito como na oferta de produtos de consumo específicos e adaptados. O BoP refere-se aos mais de 4 bilhões de pessoas que sobrevivem com menos de US$ 2 dólares por dia, segundo a definição elaborada em 1998 por C.K. Prahalad and Stuart L. Hart, e tornou-se, desde então, uma categoria utilizada em grande quantidade de artigos acadêmicos e programas de governo. Não nos

Tendo em vista seu caráter privado, e conseqüentemente o fato de que não podem reivindicar uma legitimidade democrática, a "ancoragem" (ou inserção) social das empresas irá depender da pertinência de seu projeto produtivo e do controle efetivo de suas atividades pela sociedade (quer esse controle seja exercido por instâncias governamentais ou não), balizas essas que deveriam, idealmente, garantir sua contribuição para o interesse geral. É evidente, portanto, que a idéia de simples auto-controle, proposta pelos segmentos corporativos do movimento da responsabilidade social, está longe de esgotar o leque das modalidades de regulação possíveis num contexto de globalização, além de evitar também qualquer diálogo sobre a pertinência, ou não, de processos produtivos que freqüentemente limitam-se à sanção pelo mercado: isto é, onde são considerados "socialmente pertinentes" os produtos ou os serviços que vendem bem (GENDRON, LAPOINTE e TURCOTTE, 2004). Ora, o abismo que existe muitas vezes entre os interesses do mercado e o interesse público é claramente ilustrado pelos debates atuais em torno do fumo, dos organismos geneticamente modificados, da automação e terceirização dos postos de trabalho, da propriedade intelectual ou dos incentivos à expansão do tráfego aéreo: os danos à saúde das pessoas, a incerteza quanto a riscos de médio e longo prazo, a situação de instabilidade a que se vê condenada a mão-de-obra, a natureza excludente de certas leis do mercado e a irreversibilidade de determinados impactos ambientais são sistematicamente desconsiderados pela lógica do capital globalizante.

São questões complexas como essas que se vêem rotineiramente ignoradas pelas abordagens estratégicas ou moralistas propostas pelos entusiastas da RSE. Como vimos no capítulo anterior, a *abordagem estratégica* limita-se a colocar a questão da responsabilidade social como um interesse da empresa, e legitima as iniciativas de RSE desde que venham a contribuir para a missão tradicional da firma, ou seja, a maximização dos lucros. A *abordagem moralista*, por sua vez, apresenta a RSE como um desafio eminentemente educacional, cujo objetivo é aprimorar as competências éticas dos sujeitos ligados à organização, assim como a natureza moral de uma empresa curiosamente antropormofizada (LOGSDON e YUTHAS, *apud* GENDRON, LAPOINTE e TURCOTTE, 2004).

Via de regra, o discurso dos atores dominantes acerca da RSE não contempla outras formas de regulação das firmas, em escala internacional, que não sejam aquelas de caráter voluntário. Sabendo, contudo, que as iniciativas voluntárias só emergem como antecipação estratégica de

---

estenderemos, neste espaço, sobre as críticas segundo as quais é preciso reduzir a pobreza através de melhores oportunidades de emprego e renda, e não necessariamente de consumo (cf. Karnani, 2006).

regulamentações futuras, como supor que as empresas adotarão tais medidas lá onde o Estado é fraco, corrupto ou inexistente?

Por outro lado, como vimos no Capítulo 4, é inegável que formas inéditas de regulação civil e supranacional da RSE têm surgido e se multiplicado, marcando uma ruptura tanto com as instâncias reguladoras tradicionais, estatais, típicas da modernidade fordista, como com o monopólio do discurso corporativo sobre a questão. Essas estratégias emergentes oferecem uma privilegiada arena de atuação para os movimentos sociais, e confirmam o fenômeno de reorganização do espaço público contemporâneo em torno de uma nova lógica de ação institucional, que tende a favorecer modelos de auto-organização para além do Estado (CASTELLS, 2002; DUPAS, 2005). Quão eficazes esses mecanismos são, de fato, é o que iremos discutir neste capítulo.

5.2. Neoliberalismo, governança e o discurso da responsabilidade

A temática da "responsabilidade" tem se tornado um dos traços distintivos da globalização neoliberal: presente em todos os níveis de governo e de organização civil, nos debates políticos e midiáticos, o termo pode ser usado tanto para transmitir a idéia de autonomia como de controle, tanto de conscientização como de policiamento. Observa-se, de fato, um amplo e sistemático processo de "responsabilização" em curso, conduzido por autoridades públicas e privadas, e vivenciado cotidianamente por cidadãos e empregados, mas também por organismos coletivos e instituições, tais como empresas, sindicatos, escolas, agências governamentais, etc. O que caracteriza esta tendência é a aplicação *não-coercitiva* de certos valores fundamentados na *motivação para a ação* por parte do agente, os quais têm como premissa um comportamento moral que aceita as conseqüências de seus atos de maneira auto-reflexiva (GIDDENS, BACK e LASH, 1997; THOMPSON, 2007).

Por um lado, o fenômeno pode ser parcialmente compreendido como uma expressão do movimento de introjeção e também de dispersão das instâncias disciplinares típico da modernidade, e evidenciado quer na pulverização do poder, presente no que hoje se chama de governança, quer nas mais variadas formas de "governo de si", no nível do sujeito[72].

[72] Cf. os trabalhos sobre manifestações da auto-disciplina nas sociedades contemporâneas: o mandamento de "levar uma vida equilibrada", de fazer exercícios e manter-se em forma, de cuidar da saúde e da alimentação, etc – um culto ao corpo e à juventude muito mais exigente que qualquer espartilho vitoriano, sobretudo porque, ao contrário destes, tratam-se de restrições internalizadas, das quais o sujeito não pode tão facilmente se despojar: Winkler e Cole (1994); Stearns (1999).

Conforme a clássica análise efetuada por Foucault (1995), as novas formas de controle disciplinar são mais difusas, e a lei já não está cristalizada em um único personagem simbólico, seja ele o rei, o líder religioso, o *pater familias* ou algo equivalente; as formas de controle social encontram-se hoje amplamente distribuídas, emanando de todos os níveis, todos os lugares, ao invés de uma só fonte superior.

Até meados do século XVIII, as questões relativas ao governo eram tratadas dentro de um quadro de referência mais geral: governo era um termo discutido não só nas esferas políticas, mas também em textos filosóficos, religiosos, médicos e pedagógicos. Além da administração efetuada pelo Estado, "governo" referia-se também a práticas de auto-controle, orientação familiar e das crianças, economia doméstica, guia espiritual, etc. Por esse motivo, Foucault (1988) define governo como **condução**, ou, mais precisamente, "a condução da conduta", e portanto uma noção que abarca desde o "governo de si" até o "governo de outros".

O conceito de *governamentalidade* foi introduzido pelo autor justamente para indicar as relações entre a capacidade de auto-controle do indivíduo autônomo (técnicas de si), e o modo como ela está relacionada às formas de dominação política e de exploração econômica (técnicas de dominação):

> *"Eu creio que se quisermos analisar a genealogia do sujeito na civilização ocidental é preciso levar em conta não apenas as técnicas de dominação, mas também as técnicas de si. Digamos: é preciso considerar a* ***interação*** *entre esses dois tipos de técnicas (...) O ponto de contato, onde os indivíduos são conduzidos por outros, está ligado à maneira como conduzem-se a si próprios, e é o que podemos chamar, penso eu, de governamentalidade. Governar as pessoas, no sentido mais amplo da palavra, não é uma maneira de forçar as pessoas a fazerem o que o governante quer; é sempre um equilíbrio versátil, com complementaridade e conflitos entre técnicas que asseguram a coerção e processos através dos quais o 'self' é construído ou modificado por si mesmo."*[73] (FOUCAULT, 1993: 201).

Assim, o que está grafado na obra de Foucault como "práticas de governo" não significa apenas as ações tomadas por políticos e burocratas que ocupam posições centrais no Estado, mas são as ações, microscopicamente distribuídas pelo tecido social, de todos os atores enquanto *agentes* de poder e *objetos* do poder – algo não tão distante da dinâmica proposta

[73] Original em inglês; tradução e grifo meus.

entre dominação e *habitus*, na teoria de Bourdieu, segundo a qual a ordem social repousa numa relação de causalidade circular entre as estruturas objetivas da sociedade e as estruturas subjetivas dos indivíduos.

Nesse sentido, as observações feitas por Thompson (2007) reiteram e completam o que já foi dito anteriormente neste trabalho: o sucesso do neoliberalismo deve-se precisamente ao fato de ele ter conseguido entranhar-se tão profundamente no *corpus* político e na mente das pessoas, tendo se transformado no senso comum predominante da vida cotidiana, a tal ponto que paira quase desapercebido em toda a sua inventividade produtiva. À guisa de comparação, o autor pondera que, a exemplo do que ocorreu após a II Guerra Mundial, quando os cidadãos europeus e norte-americanos (mas não só eles) tornaram-se todos – de um modo ou de outro, e talvez sem percebê-lo – "sujeitos social-democratas", os membros da geração sucessiva podem ter-se constituído como "sujeitos neoliberais" de maneiras que ainda estão longe de ser adequadamente compreendidas. O processo de "responsabilização" que caracteriza a época atual está estreitamente ligado a esta produção ideológica e discursiva do sujeito neoliberal (THOMPSON, 2007).

O conceito de "governança", por sua vez, vem se impondo desde a virada dos anos 90 como o símbolo taquigráfico para uma nova abordagem nos modos de gestão pública e empresarial, a qual baseia-se em procedimentos de consulta democrática, formas flexíveis de coordenação, modos de gestão descentralizados, governo centrado na informação e na adoção de princípios, utilização de contratos, de mediação ou de incentivos econômicos, etc. Os exemplos que atestam esse esforço de modernização da ação pública (e também privada) são inúmeros: poderíamos citar as "Agendas 21", os "estudos de impacto", os "acordos voluntários", "os mercados de crédito de carbono", as "autoridades independentes", as "normas ou convenções negociadas", os "selos de conformidade" e outros tantos fenômenos nos quais a formulação e a implantação de regras, e o exercício do poder em geral, tornaram-se mais difusos e ocorrem em múltiplos níveis (THEYS, 2003; UTTING, 2005).

Tal tendência, que poderíamos chamar de "*caixa de ferramentas da interação não-hierárquica*", segundo o feliz epíteto formulado por Theys (2003) para a governança, acelerou-se no contexto da globalização e do aumento dos fluxos transnacionais, frente à crescente perda de legitimidade dos Estados-nação e de eficácia da regulação política, aliadas à influência crescente das idéias neoliberais, ao término da Guerra Fria e à consolidação de grandes blocos econômicos (como a União Européia e o Mercosul). Não é por mera

coincidência que o influente periódico *Governance*[74] nasce mais ou menos na mesma época em que ocorre a queda do Muro de Berlim; afinal, se a problemática da governança adquire destaque, é sinal de que essa mesma governança está em crise, uma crise que seria resultado do fracasso da gestão pública tradicional e dos "mandatos de autoridade", e que alguns julgam ser possível contornar através de melhores formas de organização, de governo ou de gestão. Este é o motivo pelo qual, desde 1989, o Banco Mundial fala em "*good governance*" como solução para muitas das agruras do mundo em desenvolvimento (MKANDAWIRE, 2004).

Segundo Hermet, Kazancigil e Prud'homme (2005), determinadas características, ou atributos, estão invariavelmente implícitos no conceito de governança. No que diz respeito à geometria das relações, por exemplo, o termo sugere um modo de gestão "horizontal" da complexidade; pressupõe que a gestão do público deve ser igual à do privado (isto é, racional e eficiente) e que todos os tipos de sociedade e de relações são regidos por mecanismos de auto-regulação. Os atores decisivos dos processos de governança geralmente recrutam-se ou escolhem-se entre si (através de cooptação, de posições conquistadas ou proximidade ideológica) e as decisões não são mais produto de debate e deliberação, mas de negociações, pechinchas e trocas entre as partes. Consolidam-se, assim, **interesses setoriais** (particulares, corporativistas) em detrimento do **interesse geral** (democracia, bem comum). A governança é um modo de gestão que tende a codificar-se através de normas e códigos de conduta negociados, ao invés de leis votadas, sendo portanto um processo sempre revogável e provisório (em contraste com as decisões com valor de obrigatoriedade que emanam de um *locus* de poder).

Eis a seguir a definição formulada pela Comissão sobre Governança Global[75], e retomada mais tarde pela Comissão Européia:

> *"Governança é a soma dos vários meios através dos quais os indivíduos e as instituições, públicas ou privadas, gerenciam seus assuntos comuns. Trata-se de um processo contínuo através do qual interesses diferentes ou conflitantes podem ser atendidos e uma ação de cooperação levada a termo. Isso inclui*

[74] *Governance – an International Journal of Policy, Administration and Institutions* é publicado desde 1988 pela editora Blackwell.

[75] A Comissão sobre Governança Global foi sugerida e criada em 1992 pelo ex-Chanceler alemão Willy Brandt, e posteriormente contou com o apoio do Secretário-Geral da ONU à época, Boutros Boutros-Ghali. Um relatório, intitulado *Our Global Neighbourhood* (1994), foi produzido como resultado dos trabalhos da Comissão e gerou polêmica nos círculos pró-soberania nacional, tendo em vista que propunha, entre outras coisas, ampliar os poderes das Nações Unidas e de outras instâncias reguladoras internacionais.

instituições formais e os regimes encarregados de implementar as decisões, assim como os arranjos informais que as pessoas e instituições aceitaram ou perceberam como sendo do seu interesse.[76]"(COMISSION ON GLOBAL GOVERNANCE, 1995).

O importante nessa definição é a idéia de processo interativo: ela descreve uma sucessão de etapas através das quais numerosos atores, que não comungam necessariamente os mesmos interesses e que atuam em escalas diferentes mas vêem-se confrontados com um mesmo problema, vão progressivamente construir uma representação comum dessa realidade, dar-lhe um sentido, fixar objetivos e adotar soluções, sem que nada – nem essa representação, nem esse sentido, nem essa interação - sejam determinados de antemão.

Essencialmente pragmático, o conceito de governança remete de fato a uma "caixa de ferramentas", dada a lista extensa e impressionante de receitas gerenciais ou de instrumentos supostamente capazes de resolver a crise das políticas democráticas tradicionais, centradas na autoridade do Estado. O sucesso do termo deve-se, talvez, à convicção de que dispomos agora de um receituário político moderno contendo todas as técnicas necessárias para vencer as contradições inerentes à ação coletiva: um catálogo de recursos de ponta, "*state of the art*", capazes de responder a todas as situações, mesmo as mais complexas e espinhosas, sem que seja necessário declinar qualquer visão ideológica do que constitua, afinal de contas, um "bom governo", para além de uma concepção abstrata da democracia, concebida meramente como interação aberta e pluralista entre os atores.

Daí deriva a crítica muitas vezes endereçada à noção de governança, segundo a qual tanto a teoria como a prática dela decorrente tendem a inspirar-se numa concepção gerencialista dos sistemas políticos, empenhada em encontrar soluções para as falhas do mercado e para as insuficiências da intervenção pública a partir de uma perspectiva funcionalista, derivada da análise dos sistemas e pretensamente apolítica, exemplificada pela obra de teóricos norte-americanos tais como Karl Deutsch ou David Easton (THEYS, 2003).

É essa visão neutra, otimista e gerencial da ação coletiva que o construto de governamentabilidade avançado por Foucault questiona fortemente, e através do qual ele procura re-introduzir a influência da descontinuidade histórica, o peso da ideologia, a especificidade do poder, a importância das finalidades políticas. Não é possível compreender as práticas, os arranjos coletivos, ou como funcionam as ferramentas e procedimentos da

[76] Original em inglês; tradução minha.

governança isolando-os dos objetivos e valores atribuídos à ação pública, nem esquecendo os tipos de racionalidade que estruturam essas práticas e arranjos, pois é justamente a combinação das **ferramentas**, dos **objetivos** e dos **sistemas de racionalidade** que definem a governamentalidade (FOUCAULT, 1993).

Segundo esse ponto de vista, a RSE deve ser compreendida como um fenômeno híbrido e multifacetado, nascido não apenas no bojo de uma racionalidade neoliberal avessa à intervenção do Estado (e que para avançar seus propósitos tem encampado a causa), mas também como conseqüência da concomitante mobilização e fortalecimento da *"sociedade civil propositiva"* de que nos fala Dagnino (2002), e do desenvolvimento de todo um aparato teórico, prático e institucional que continuamente produz – e reproduz - o rearranjo dos atores e das normas para criação de regras[77] no campo da governamentalidade. Deste modo, o discurso da RSE mescla e confunde, em diversos níveis, tanto as vozes de poderes que buscam conservar sua hegemonia, como as bem-intencionadas vozes, cooptadas, que incorporaram e inadvertidamente replicam a lógica do sistema, além das vozes dos contra-poderes que a ele resistem.

5.3. Visões da RSE entre os atores da governança global

A noção vaga e difusa de responsabilidade social empresarial tem sido alvo de incontáveis definições, e já identificamos até aqui alguns componentes genéricos como pertencentes à maioria delas. Existe uma razoável concordância, por exemplo, entre os atores que produzem ou reproduzem o discurso dominante, em afirmar que companhias responsáveis são aquelas que vão além de suas obrigações legais, e que o demonstram no tratamento justo e considerado de seus empregados; na relação transparente e ética com clientes, fornecedores, investidores e concorrentes; na minimização dos danos e impactos ambientais que provocam; no apoio às comunidades locais e na promoção dos direitos humanos. Em suma, a RSE consistiria numa forma de atuação que poderia ser descrita como promotora do interesse público, mas que não seria imposta, ou regulada, pelo aparelho estatal.

Por outro lado, um dos mais férteis objetos de estudo para a Teoria Crítica nas Ciências Sociais, e para outras disciplinas afins (como a Análise Crítica do Discurso e a Psicanálise), tem sido, desde há muito, a gradual perda de sentido das palavras, a maneira como são propositalmente embaralhadas, têm seus sinais trocados mas continuam a ser empregadas

[77] Isto é, aquilo que podemos chamar de meta-regras.

como equivalentes, e a astúcia com que certos conceitos são apropriados por ideologias antagônicas àquelas que lhes deram origem. Arantes (2004), por exemplo, pondera como *"destruição social virou sinônimo progressista de 'reforma'"*; valores universais como igualdade, justiça e solidariedade viraram invenção de perdedores ressentidos, que recusam teimosamente os "benefícios" da modernização em nome de direitos adquiridos "corporativos", vistos como "privilégios" contra os "excluídos"; os desempregados (mal inevitável decorrente das inovações tecnológicas) são agora responsáveis pela sua condição, por não serem eficientes e competitivos o bastante; ONGs (que substituem um Estado desmantelado) aparecem como solução democrática para a pobreza; o apelo ("ético") ao trabalho voluntário (num mundo de desemprego) mantém ocupados os inempregáveis e as senhoras de bom coração; o investimento nas artes e no esporte passa por estratégia de inclusão dos deixados-por-conta e, se isso não funciona, estão aí as prisões para reinserir socialmente os recalcitrantes...

Eis porque vale a pena retroceder um pouco no tempo e tentar identificar por quais vias tortuosas a RSE tornou-se, no Brasil em particular, uma bandeira levantada com igual fervor tanto pelas grandes corporações transnacionais como por associações obscuras de comunidades desfavorecidas. É possível que estejam todos falando a mesma língua?

A revitalização da sociedade civil, que ocorreu durante os anos 90 no Brasil, foi caracterizada pelo aumento do associativismo, pela emergência de movimentos sociais organizados, pela reorganização partidária e pela própria democratização do Estado. As novas relações decorrentes desses processos criaram uma *"postura de negociação"*, assentada *"na possibilidade de uma atuação conjunta, de 'encontros' entre o Estado e a sociedade civil"* (DAGNINO, 2002); completaríamos essa observação assinalando que o mesmo tipo de fenômeno teve lugar no que toca às possibilidades de atuação conjunta entre o Mercado e a sociedade civil.

Tratou-se porém - e trata-se ainda - de um processo não linear, contraditório e fragmentado que, segundo a autora, *"elimina qualquer possibilidade de conceber a sociedade civil como o demiurgo do aprofundamento democrático"*. Tampouco o Estado pode ser visto dessa maneira, já que sua estrutura permanece atada a um desenho autoritário, fundamentalmente intocado e resistente aos impulsos participativos. Assim também os partidos políticos, os quais funcionam dentro de uma rede de relações baseadas na lógica do favor, do clientelismo e do personalismo, o que só vem sublinhar a precariedade de sua função mediadora. Ademais,

vale lembrar que, no interior da própria sociedade civil, há sempre um inevitável confronto entre diferentes projetos políticos, concepções e interesses. Dagnino afirma que:

> *"(...) avaliar o impacto da sociedade civil sobre o desempenho do Estado (governance) é uma tarefa que não pode se apoiar num entendimento abstrato dessas categorias como compartimentos separados, mas precisa contemplar aquilo que as articula e as separa, inclusive aquilo que une e opõe as diferentes forças que as integram, os conjuntos de interesses expressos em escolhas políticas: aquilo que está sendo aqui designado como projetos políticos."* (DAGNINO, 2002:282).

A autora salienta que usa o termo "projeto político" na acepção gramisciana, *"para designar os conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos"* (Idem, 2002:282).

Ora, quando a partilha efetiva do poder está comprometida, o que não parece ser ocasional nos tempos que correm, só resta aos atores oriundos da sociedade civil desempenhar funções consultivas, executoras e/ou legitimadoras das decisões tomadas no interior da estrutura estatal, ou - estendendo este diagnóstico para o caso que aqui nos interessa – tomadas no interior das organizações empresariais. Assim, a participação da sociedade civil geralmente enfrenta limitações que se originam, por um lado, nas estruturas estatais pouco comprometidas com os processos de democratização, na burocratização, na penúria de recursos, na ineficácia, na exigência de qualificação técnica e política, e, ainda, na instabilidade dos projetos que a parceria com o Estado pressupõe; por outro lado, no caso de projetos desenvolvidos em conjunto com a iniciativa privada, a sociedade civil precisa freqüentemente adequar-se às prioridades estratégicas e mercadológicas que motivam o engajamento das firmas, além de lidar com as relações promíscuas que florescem às vezes entre as próprias OSCs e o grande capital, a parca representatividade de muitas dessas ONGs e associações, a falta de continuidade das iniciativas, etc.

Analisando alguns projetos ligados à atuação conjunta entre Estado e sociedade civil, a autora identifica

> *"(...) uma **confluência perversa** entre um projeto participatório, construído, a partir dos anos 80, ao redor da extensão da cidadania e do aprofundamento da democracia, e o projeto de um Estado mínimo que se isenta progressivamente do papel de garantidor dos direitos. **A perversidade está colocada no fato de***

> ***que, apontando para direções opostas e até antagônicas, ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva***[78]*. Essa confluência perversa faz com que a participação da sociedade civil se dê hoje em terreno minado, onde o que está em jogo é o avanço ou o recuo de cada um destes projetos. Esse é um dilema que está presente na grande maioria dos estudos de caso (...)."*(DAGNINO, 2002:289).

É dentro desse contexto que se dá um deslocamento importante da noção de representatividade, fazendo das ONGs porta-vozes de interesses difusos, em nome dos seus vínculos (reais ou presumidos) com diversos setores sociais, como jovens, negros, mulheres, portadores de HIV, e outros. Porque detêm um conhecimento específico, porque acumulam um conjunto de competências, tornam-se representantes, contudo trata-se mais de uma coincidência de interesses do que o resultado de uma relação orgânica entre representantes e representados (RIZEK, 2003). Aqui também é possível identificar conflitos entre significados que se abrigam no interior de um mesmo referente, uma vez que

> *"(...) esse deslocamento da noção de representatividade não é obviamente inocente nem em suas intenções nem em suas conseqüências políticas. Seu exemplo mais extremo é o Conselho da Comunidade Solidária, vinculado ao governo federal, onde a representação da sociedade civil se dá através de convites a indivíduos com alta "visibilidade" na sociedade (...). Esse entendimento particular da noção de representatividade a reduz à visibilidade social, entendida, por sua vez, como o espaço ocupado nos vários tipos de mídia."* (DAGNINO, 2002:291).

Quando tal deslocamento resulta em uma representação da sociedade civil feita majoritariamente pelas ONGs, que se investem e são investidas dessa legitimidade pelo Estado, pelas empresas e pelas agências internacionais que buscam parceiros confiáveis, isso pode significar despolitização, na medida em que "sociedade civil organizada" e "Terceiro Setor" acabam por confundir-se. Não obstante, a "onguização" parece afirmar-se como tendência mundial, decorrente, em larga medida, dos ajustes estruturais realizados pelo modelo neoliberal. Isso faz com que as organizações que, a princípio, deveriam representar a sociedade civil, passem, cada vez mais, a responder para o Estado, para as empresas e para as agências financiadoras, o que reduz sobremaneira o espectro público de sua atuação (RIZEK, 2003).

[78] Grifos meus.

Segundo Lydenberg (2005), a RSE, ou aquilo que hoje é considerado como parcela indispensável das obrigações corporativas, tende, na maioria das vezes, quando é objeto de reivindicações por parte de grupos da sociedade civil, a traduzir-se em expectativas muito objetivas e concretas[79], cujos pontos principais podem ser assim resumidos:

- Não externalizar custos para a sociedade. Assumir e minimizar os custos públicos e coletivos incorridos, antes de calcular e declarar seus próprios lucros;
- Não reduzir os recursos naturais de maneira irrecuperável. Preservá-los e renová-los de tal maneira que permaneçam disponíveis para as gerações futuras;
- Não prejudicar ou empobrecer as partes interessadas. Investir em, e desenvolver, relações duráveis não restritas aos acionistas.

Porém, na opinião de Utting (2005), à medida em que o engajamento da sociedade civil com assuntos relacionados à RSE intensificou-se, o ativismo não só se expandiu mas também assumiu formatos bastante diferenciados. Os tipos descritos abaixo são, na opinião do autor, particularmente proeminentes:

- **Ativismo de vigilância** (*watchdog activism*): identifica e denuncia más práticas corporativas, nomeando e atraindo a atenção da mídia para determinadas companhias; ex.: Corpwatch (EUA), Corporate Watch (Reino Unido), Greenpeace, Human Rights Watch, International Baby Food Action Network, Maquila Solidarity Network, Minewatch, Oilwatch, Pesticide Action Network, etc.
- **Ativismo de consumidores e movimento pelo comércio justo:** informa os consumidores a respeito de produtos ou companhias específicos, organiza boicotes, e garante que empresas e consumidores no Hemisfério Norte paguem um preço justo aos pequenos produtores do Sul; ex.: Consumers International, Equal Exchange, Fairtrade Foundation, Fairtrade Labelling Organisations International, Traidcraft Foundation, Transfair, etc.
- **Ativismo de acionistas e investimento ético**: no qual OSC ou indivíduos compram ações e depois usam as Assembléias Gerais Anuais de acionistas para fazer reclamações e propor mudanças nas políticas e práticas corporativas; ex.: Actares, EIRIS, Ethical Shareholders, Interfaith Center for Corporate Responsibility, Shareholder Action Network, e Social Investment Forum.

[79] Vide KARLINER (1997), no Capítulo 2, item 2.3.

- **Litígio:** inclui o que tem sido chamado de "litígio transnacional" ou "responsabilidade externa direta" (NEWELL, 2001 e WARD, 2001, *apud* UTTING, 2005), onde ativistas e vítimas usam os tribunais de países desenvolvidos para processar as companhias por má conduta, como em casos recentes envolvendo a Shell e a Coca-Cola; ex.: Center for Justice and Accountability, EarthRights International, e o International Labor Rights Fund.
- **Pesquisa crítica, conscientização do público e defesa de causas**: envolve a produção e disseminação de conhecimento sobre o impacto das companhias transnacionais no desenvolvimento, as más práticas corporativas, a natureza das relações comerciais e de investimento entre o Norte e o Sul, e tenta influenciar a opinião pública e acadêmica, assim como os formuladores de políticas governamentais, através de campanhas e outras estratégias; ex.: Anistia Internacional, Transparência Internacional, Centre for Research on Multinational Corporations, Corporate Europe Observatory, Friends of the Earth, Health Action International, Institute for Policy Studies, International Institute for Sustainable Development, New Economics Foundation, Oxfam International, Programa Laboral de Desarrollo, Third World Network, Transnationale e World Vision.
- **Colaboração e serviços**: onde ONGs realizam parcerias com empresas e associações de negócios para identificar, analisar e divulgar informações sobre "boas práticas"; também para aumentar a conscientização empresarial acerca de assuntos relativos à RSE; oferecem serviços de consultoria e treinamento; elaboram e promovem padrões aperfeiçoados, assim como processos de gestão e de comunicação sensíveis às questões socioambientais; conduzem monitoramento e auditoria; ex.: Fair Labor Association, Forest Stewardship Council, Global Reporting Initiative, Instituto Ethos, Institute for Social and Ethical Accounting, International Institute for Environment and Development, Social Accountability International, etc.
- **Ativismo eclético:** as OSC dedicam-se simultaneamente à colaboração e ao confronto, o que pode significar, por exemplo, dar assistência técnica às empresas, participar em diálogos com as partes interessadas, ao mesmo tempo em que fazem denúncias e demandam regulação jurídica das transnacionais; ex.: Centre for Science and Environment, Clean Clothes Campaign, IBASE, International Federation of Human. Rights, International Union of Food and Allied Workers e outras organizações sindicais internacionais, Worker Rights Consortium e WWF International.

As aspirações de alguns segmentos da sociedade civil, mais radicais e menos passíveis de se verem voluntariamente atendidas pelo mundo dos negócios, visam a dissolução ou drástica reforma do Banco Mundial, FMI, OMC, OCDE, NAFTA e organizações semelhantes, consideradas como marionetes a serviço do grande capital; fazem campanha pelo fim, ou alteração significativa, do estatuto legal segundo o qual é inadmissível a punição penal dos entes coletivos, e portanto das empresas, enquanto "pessoas jurídicas de direito privado", só lhes sendo aplicável a punição administrativa ou civil; pelo fim da "responsabilidade limitada", em virtude da qual a responsabilidade legal de uma pessoa jurídica não constitui responsabilidade legal de qualquer um de seus componentes; pela criação de um imposto sobre transações financeiras internacionais (Imposto Tobin), como forma de combater a especulação e a volatilidade de capitais em nível global; pela abertura das fronteiras ao livre trânsito também de pessoas, e não apenas dos fluxos de dinheiro e mercadorias; e uma miríade de outras exigências que objetivam combater a "colonização do mundo da vida" (para usar a expressão habermasiana) tal como é levada a cabo pelo mercado, pelo consumismo e pelo lucro (FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, 2001; COUTROT e LAVILLE, 2003; GEORGE, 2004; ACTION AID INTERNATIONAL, 2005). Os proponentes dessas reivindicações costumam ser agrupados sob o termo guarda-chuva de "ativistas anti-globalização" ou de "altermundialistas", embora a diversidade encontrável em suas fileiras seja bastante vasta.

Como seria de se esperar, as definições mais amplamente difundidas do conceito de RSE costumam ser não aquelas decorrentes das lutas e demandas de tais grupos, mas sim as formuladas por instituições comprometidas com o capitalismo globalizante, às quais interessa, acima de tudo, afastar intervenções do Estado ou protestos da sociedade civil que possam limitar a liberdade de atuação e de investimento das grandes empresas transnacionais. Dentre essas várias definições, que buscam estabelecer-se como gerais e consensuais embora na verdade expressem os interesses específicos e particulares do mercado, podemos citar a que é adotada pelo World Business Council for Sustainable Development, associação de 170 empresas transnacionais que tem como missão promover o desenvolvimento sustentável (conceito igualmente elusivo, como já vimos) através da "*ecoeficiência, da inovação e da RSE*", e que defende a responsabilidade social como "*estratégia de negócios*" (WBCSD, 2002). Considerando-se que toda estratégia é contingente a um contexto específico, e portanto sujeita a alterações inesperadas, é possível especular que, para as grandes corporações que compõem o WBCSD, a "sustentabilidade" da própria RSE talvez não esteja garantida como um valor *per se*.

> *"RSE é o* ***compromisso empresarial*** *de contribuir para o desenvolvimento econômico sustentável, trabalhando em conjunto com os empregados, suas famílias, a comunidade local e a sociedade em geral para melhorar sua qualidade de vida, de maneiras que sejam boas tanto para as empresas como para o desenvolvimento."*[80] (WBCSD, 2002).

O Banco Mundial (2002), por sua vez, não apenas endossa como re-aproveita, palavra por palavra, a mesma definição do WBCSD no documento em que aconselha governos de países em desenvolvimento a adotar políticas públicas de estímulo à RSE. Que haja tão estreita comunhão de idéias entre, por um lado, um organismo internacional cuja missão é conceder empréstimos às nações mais desfavorecidas, financiar projetos e avalizar a criação de infra-estrutura para investimento, e, por outro lado, uma associação de representantes do grande capital global, não chega realmente a surpreender, dados os interesses afins e os vínculos de lealdade que determinam as estratégias de ambas as instituições. Entre o Banco Mundial e Wall Street existe, evidentemente, uma comunhão de ideais, quando não uma *vera e propria* aliança de classe. Aliás, o Banco socorreu inúmeras vezes instituições financeiras que se envolveram, por imprudência, em operações de especulação em vários continentes. Segundo seu estatuto, o Banco supostamente funciona de acordo com critérios estritamente bancários. Sua prática, no entanto, é enfaticamente orientada para a disseminação da ideologia neoliberal (CHOMSKY, 2002; RAMONET e CHAO, 2003).

Já a Comissão Européia, em documento elaborado para servir de subsídio à formulação de políticas públicas relacionadas ao tema, também descreve a responsabilidade social das empresas como:

> *"(...) a integração* ***voluntária***[81] *de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na sua interação com outras partes interessadas."* (COMISSÃO EUROPÉIA - CE, 2001).

Acrescentaríamos a este apanhado de definições, que desfrutam de especial visibilidade graças à autoridade previsível que envolve os "discursos competentes" (sobretudo quando emitidos por instituições internacionais), aquela que foi formulada mais recentemente pela International Organization for Standardization – ISO, entidade não-governamental criada em 1947 e com sede em Genebra, na Suíça. A missão da ISO é *"promover, no mundo todo, o*

---

[80] Original em inglês; tradução e grifo meus. Todo "compromisso" é, naturalmente, de caráter voluntário, ao contrário de uma obrigação.

[81] Grifo meu.

desenvolvimento da normalização e de atividades relacionadas, com o intuito de facilitar o intercâmbio internacional de bens e serviços e de desenvolver a cooperação nas esferas intelectual, científica, tecnológica e de atividade econômica"[82]. A ISO vem trabalhando desde 2002 na elaboração de uma norma que visa estabelecer padrões internacionais no campo da responsabilidade social. Batizada de ISO 26000, a norma não pretende ser propriamente um sistema de gestão e nem tampouco certificável, como o são tantas outras criadas pela mesma organização, tais como as séries ISO 14000 ou ISO 9000. Sua finalidade é, antes, desenvolver um consenso acerca do que significa RSE e quais são as questões de RSE com as quais as companhias precisam lidar. Para tanto, a norma pretende oferecer diretrizes que facilitem a operacionalização de determinados princípios em ações concretas. Segundo a ISO, através de seus grupos de trabalho, os quais incluem representantes da indústria, governo, trabalhadores, ONGs e consumidores (o que talvez explique a natureza mais nuançada da definição), RSE significa a

> *"(...) responsabilidade de uma organização sobre os impactos de suas decisões e atividades na sociedade e meio ambiente, através de transparência e comportamento ético que: 1) seja consistente com desenvolvimento sustentável e bem estar da sociedade; 2) leve em consideração as expectativas dos stakeholders; 3) esteja de acordo com o cumprimento das leis e consistente com normas internacionais de comportamento; e 4) esteja integrada através de toda organização."*(ISO, 2006).

No Brasil, o Instituto Ethos – este ator cuja própria razão de ser reside no trabalho de produção, divulgação e institucionalização do discurso dominante sobre a RSE - declara que:

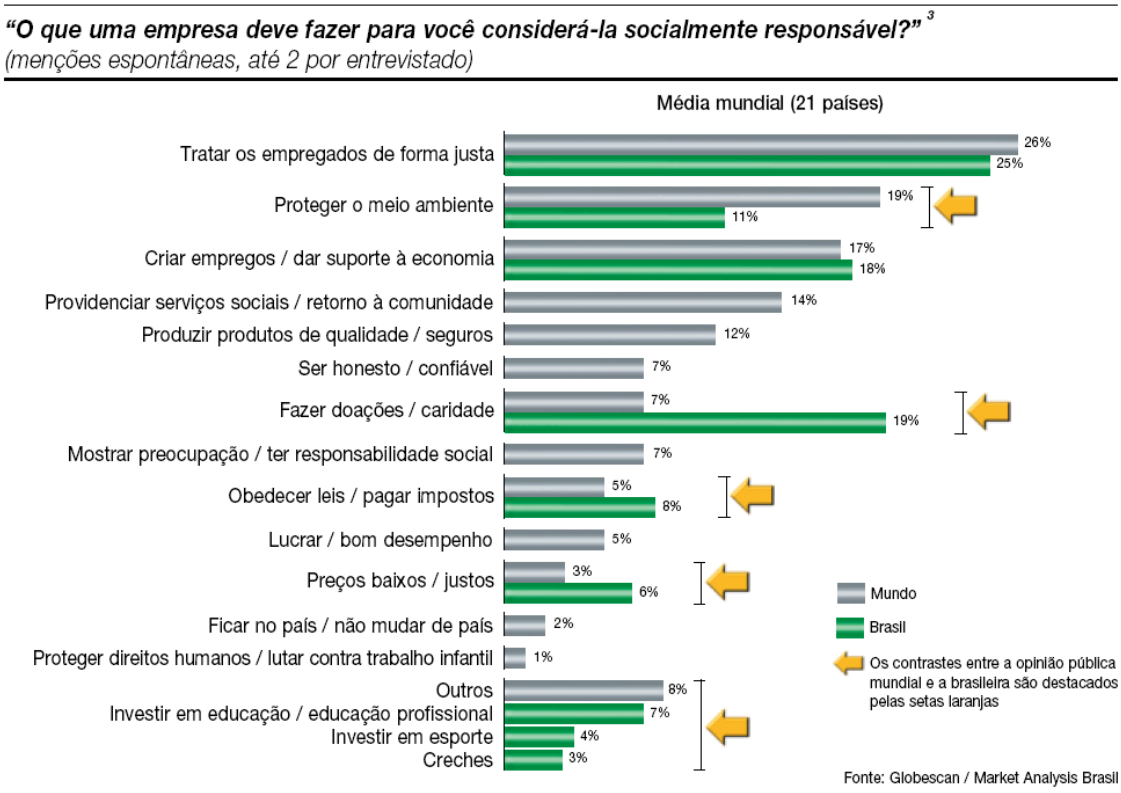
> *"Responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais."*(ETHOS, 2007b).

Não deixa de ser interessante, porém, confrontar a representação que se fazem os brasileiros do termo "responsabilidade social empresarial" com os entendimentos correntes em outros 20

[82] Segundo o *site* oficial da Organização, disponível em: <http://www.iso.ch/iso/en/aboutiso/introduction/index.html#one>

países[83] (cf. Figura 13, a seguir). As distinções que primeiro sobressaem são: a enorme importância atribuída aqui ao assistencialismo e à caridade (em linha com essa característica nacional que é tão nossa); a expectativa de que as empresas invistam em educação, esportes e creches, demandas essas que eram tradicionalmente endereçadas ao Estado; o desejo – elementar? - de que a lei seja cumprida e os impostos pagos; e a menor preocupação manifestada no tocante à proteção ambiental (INSTITUTO AKATU - AKATU, 2005).

Figura 13: Ações indicativas de responsabilidade social de uma grande empresa - Brasil e mundo - 2005



Fonte: Instituto Akatu, 2005.

Entretanto, parece-nos que a maioria das questões em jogo – redução das desigualdades sociais, preservação dos recursos ambientais, garantia das liberdades substantivas das gerações presentes e futuras - são relevantes demais para serem deixadas na dependência tão-somente dos caprichos do mercado ou disposições da gestão privada[84]. Eis porque julgamos

[83] África do Sul, Alemanha, Argentina, Austrália, Canadá, Chile, China, Coréia do Sul, Estados Unidos, Filipinas, França, Índia, Indonésia, Itália, México, Nigéria, Grã-Bretanha, Rússia, Suíça e Turquia.

[84] Esta questão é sobremodo pertinente no âmbito internacional, onde o Direito e sua norma sempre encontraram a barreira da soberania nacional. No mais das vezes, o capital transnacional alia-se ao Estado com vistas a enterrar definitivamente quaisquer resquícios de vontade de regulação. Veja-se o caso de corporações européias que deslocam parte de suas cadeias produtivas (no campo da química,

ser necessário discutir o quadro de referência mais amplo dentro do qual surgiu e tem prosperado o discurso sobre a RSE, enfocando especificamente aquilo que diz respeito à sua articulação com o debate atual sobre formas de regulação.

5.4. A RSE como instância de regulação flexível

Até o final da era fordista, nos anos 70, o alinhamento do comportamento empresarial aos interesses da sociedade era feito essencialmente através da imposição de marcos regulatórios legais, ou do oferecimento de incentivos fiscais. Atualmente, porém, a predominância de um modelo capitalista neoliberal e globalizante tem favorecido, cada vez mais, discursos e processos que questionam os limites e a eficácia daquilo que pode ser conseguido através das formas tradicionais de intervenção governamental. Dentre as novas formas de regulação que têm emergido, muitas não se baseiam em uma "norma jurídica", no sentido estrito desta expressão – embora caiba ainda ao Direito um papel fundamental na eventual institucionalização das novas formas de regulação *soft*, ou flexível, da sociedade, costumeiramente referidas como governança (THOMPSON, 2007).

Face ao encolhimento do Estado regulador nos cenários nacionais, por um lado, e à sua presença ainda incipiente na cena mundial sob forma de instituições de controle e implementação supranacionais, hoje costuma-se afirmar que, no que tange à atuação das empresas (seja na esfera econômica, ambiental ou social), o próprio mercado é capaz de exercer pressão suficiente para que ocorram iniciativas voluntárias de auto-regulamentação por parte das mesmas, seja graças a algum sentimento genuíno do que intitulam responsabilidade social – ou, o que é mais freqüente, ao perceberem risco para suas marcas (COMISSÃO EUROPÉIA, 2001; ISO, 2004).

Embora a emergência, expansão e variedade das formas não-estatutárias de regulação constituam uma das características mais marcantes do sistema globalizado contemporâneo, e embora estejam estendendo-se por todas as esferas da vida em sociedade, limitaremos-nos a examinar aqui de que modo esse fenômeno tem afetado também a discussão acerca das responsabilidades que devem, ou não, competir às empresas.

Nos últimos tempos – a partir do início dos anos 80, ou pouco mais – o espaço entre a lei e o puro voluntarismo nas relações entre empresas e sociedade começou a ser ocupado por aquilo que tem sido chamado de regulação flexível, ou civil. A pressão exercida pela sociedade civil

---

por exemplo) para paisagens tropicais, ali onde a política ambiental é mais flexível (respeitam as regras em casa, mas buscam leis distintas em outras geografias).

sobre o comportamento empresarial não mais se limita a campanhas célebres e monotemáticas, por parte de ONGs, contra algumas companhias específicas (por exemplo, a Petrobras e seus derramamentos de óleo; a Monsanto e seus organismos geneticamente modificados; a indústria de calçados, ou a indústria carvoeira, e o trabalho infantil). A regulação civil vem tomando uma forma mais genérica e "codificada", como atesta claramente o grande número de declarações, resoluções, recomendações, propostas, diretrizes, códigos de conduta, pactos e acordos (tanto nacionais como internacionais) no terreno da responsabilidade social empresarial[85] (COMISSÃO EUROPÉIA, 2001; ETHOS, 2004; ISO, 2004; UNRISD, 2004; GRI, 2006).

A tendência tem sido privilegiar, em todos os níveis, "quadros de referência flexíveis" ao invés de "sistemas rígidos e compulsórios": seja no nível da firma individual, no nível setorial, ou no mercado como um todo (SISSON e MARGINSON, 2001). Tal tendência pode ser ilustrada: a) pelo surgimento de instrumentos de auto-diagnóstico, como os *Indicadores Ethos* de RSE, ou de certificação interna genérica, como as séries ISO; b) pelos selos de certificação setorial, como o *Responsible Care* da indústria química ou o *Forest Stewardship Council* (FSC) para a gestão florestal; e c) pela formulação de princípios gerais de conduta, como o *Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa* do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, ou ainda as *Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais*.

Embora não haja uma definição amplamente aceita para o conceito de "regulação *soft*", isto é, flexível ou civil, ou para o seu oposto, "regulação *hard*", isto é, rígida ou jurídica, ao qual costuma ser comparada, é possível conceber as diferentes formas de regulação como estando inseridas ao longo de um *continuum*. Na noção de regulação flexível tendem a estar implícitas certas características que a contrapõem às formas rígidas, como salientam Sisson e Marginson (2001):

- As regulações flexíveis tendem a lidar com princípios gerais, ao passo que as regulações jurídicas preocupam-se com direitos e obrigações específicos;
- As regulações flexíveis, quando lidam com direitos e obrigações, tendem a preocupar-se com disposições mínimas, ao passo que as regulações jurídicas equivalentes envolvem disposições padronizadas;
- As regulações flexíveis geralmente possibilitam negociações nos níveis inferiores, enquanto as regulações jurídicas tendem a presumir a completude do processo.

[85] Vide Capítulo Quarto, item 4.2.1, e mais especificamente o Quadro 4.

Segundo a terminologia francesa, a regulação jurídica poderia ser descrita como *parfaite* ou *complète*, e a regulação flexível como *imparfaite* ou *incomplète*.

- Para garantir seu cumprimento, as regulações flexíveis dependem de processos abertos, tais como o *benchmarking*, a auditoria pelos pares, o monitoramento e a persuasão moral; já as regulações jurídicas prevêem a aplicação de sanções;
- As regulações flexíveis, na medida em que assumem a forma de recomendações ou declarações, podem ser interpretadas como permissivas, enquanto que as regulações jurídicas são quase sempre compulsórias;
- As regulações flexíveis tendem a preocupar-se com questões relativamente periféricas, tais como igualdade de oportunidades, treinamento e desenvolvimento, ao passo que as regulações jurídicas lidam com questões centrais, tais como remuneração e jornadas de trabalho.

Portanto, a distinção entre regulações civis ou jurídicas é, em grande parte, uma questão de grau, mas que acaba inevitavelmente determinando a natureza e o resultado dos processos sobre os quais incide. Segundo os mesmos autores, uma regulação que estabeleça princípios gerais, mas que não preveja mecanismos para controlar sua implementação, é mais branda do que aquela onde algum tipo de controle, através de um processo aberto, é previsto. Além disso, alguns tipos de regulação podem possuir ambas as dimensões. Acordos realizados em torno de um marco referencial podem, por exemplo, obrigar as partes a um padrão mínimo especificado, mas deixar a implementação do padrão, e em alguns casos até mesmo as variações no padrão, para negociações subseqüentes, em outro nível (SISSON e MARGINSON, 2001). Ao contrário da impressão que se possa ter, as regulações de tipo flexível não são exclusividade das instâncias internacionais, nem as de tipo jurídico restritas às instâncias nacionais.

Tomando como medida o acima exposto, pode-se afirmar que o movimento da RSE tem se desenvolvido, desde meados dos anos 80, como um fenômeno mundialmente moldado por formas de regulação flexível, de caráter civil.

As razões para o surgimento da preocupação com a RSE residem, por um lado, como já vimos, na maior conscientização e sensibilidade do público para questões de cunho social e ambiental, fato que tem se traduzido em exigências maiores, atitudes mais críticas, e numa mídia mais investigativa - o que por sua vez traz consigo um maior risco de danos à reputação, e possivelmente à lucratividade, das companhias flagradas em desvio de conduta.

Por outro lado, existe também um entendimento crescente, por parte das instituições-chave do sistema capitalista, de que a expansão do mesmo só poderá se dar, no presente e no futuro, se: a) não forem esgotados, de modo predatório e irreversível, os recursos do planeta; b) não continuarem a ser alijadas do mercado parcelas cada vez maiores da população. Nesse sentido, podemos considerar emblemático o trabalho de convencimento em favor da RSE que tem sido realizado pelo Banco Mundial e pelo WBCSD (para citar apenas dois atores de peso) junto a seus membros e parceiros (WORLD BANK, 2002; 2003; WBCSD, 2000; 2002; 2004).

Quadro 8: A classe patronal exibe suas insígnias de RSE

Mostra Sistema FIESP de Responsabilidade Socioambiental

- HOME
- MOSTRA
- NOTÍCIAS
- CONGRESSO
- HISTÓRICO
- PÚBLICO ALVO
- PATROCINADORES

Sistema FIESP

MOSTRA

Entrada Gratuita

Formato

Exposição onde as empresas poderão adquirir estandes para a exposição de conceitos, projetos realizados, propostas, produtos e serviços, apresentando ao público o investimento social privado. Há a possibilidade de realizar apresentações, demonstrações e performances socioculturais.

Objetivo

Divulgar os resultados e as informações quantitativas e qualitativas do investimento social privado e as transformações positivas que promovem nas comunidades onde atuam.

Propostas:

- Promover o desenvolvimento de novos projetos de responsabilidade socioambiental empresarial e de novos empreendedores sociais;
- Agregar todos os setores envolvidos, fortalecendo o crescimento e o desenvolvimento da sustentabilidade;
- Propiciar a formação de parcerias e também a multiplicabilidade de projetos já implantados;

Parceiros

- 2,5 bilhões de dólares dos EUA são investidos anualmente em projetos comunitários (Guia da Cidadania Corporativa e Avaliação dos Balanços Sociais);
- 60% das empresas do Brasil desenvolvem ou apóiam ações sociais (Guia da Cidadania Corporativa e Avaliação dos Balanços Sociais);
- Projetos e ações sociais têm foco em diversos públicos, sejam crianças, adolescentes, jovens, famílias, comunidades;
- Projetos e ações sociais têm foco em diversas áreas de atuação, seja educação, saúde, meio ambiente, cultura, comunidade, esporte, trabalho e renda;
- Para cada público e para cada área de atuação, diversas ações são desenvolvidas o que possibilita um número infinito de resultados;

Copyright © 2007. Portal Fiesp.

Fonte: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, 2007.

No Brasil, verifica-se que apoio similar é devotado à causa da RSE pelas Federações das Indústrias dos diversos Estados nacionais (vide o Quadro 8, acima), por algumas Câmaras de Comércio estrangeiras (a Amcham no Brasil orgulha-se de haver criado o prêmio ECO em 1982, *"pioneiro no reconhecimento de empresas que adotam práticas socialmente*

responsáveis"[86]) e por organizações como o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC. No caso do IBGC, saliente-se que dentre os seus associados patrocinadores contam-se empresas como ABN Amro Asset Management, CPFL, Natura, Itaú Holding, Brasil Telecom, Petrobras, Sabesp, Bradesco, Suzano, CCR, Nossa Caixa, etc – a maioria esmagadora das quais pertence ao chamado Novo Mercado da Bovespa[87].

Portanto, é parcialmente em resposta às pressões externas, mas principalmente por visarem à maximização de seus próprios interesses, a médio e longo prazos, que as companhias têm procurado gerir de modo cada vez mais sistemático e institucionalizado suas "responsabilidades", adotando códigos de ética, estabelecendo diálogo com suas partes interessadas, buscando diversos tipos de certificação, e publicando relatórios sobre seus impactos sócio-ambientais. Busca-se desse modo, conforme argumenta Bourdieu (1997; 2002), criar um capital simbólico capaz de transmudar-se em capital econômico, visto que o comportamento dito responsável tornou-se hoje um fator de reconhecimento e de legitimação, notadamente nos países desenvolvidos[88].

O que importa ressaltar aqui é que a grande maioria dos padrões, normas e certificações que vêm sendo adotados pelas empresas no campo da responsabilidade social são elaborados e propostos por grupos de interesse, sejam ONGs ou outras instituições, aos quais amiúde compete também o monitoramento ou auditoria dos processos. Essas parcerias entre múltiplos atores, com vistas a garantir mais conteúdo e consistência ao conceito de RSE, podem

---

[86] Cf. Quadro 6.

[87] O Novo Mercado é um segmento especial do mercado de ações, instituído pela Bovespa em 2001, e reúne empresas que se comprometem, voluntariamente, a adotar práticas de governança corporativa mais rígidas do que as exigidas pela legislação brasileira. O objetivo do Novo Mercado é criar um ambiente adequado para que as empresas possam, a partir da maior transparência nas informações e do grau de segurança garantido aos acionistas, proporcionar maior segurança aos investidores e, conseqüentemente, reduzir seus custos de captação de recursos.

[88] A esse propósito, observe-se no Quadro 8, acima, com que profusão (e confusão polissêmica) palavras freqüentemente associadas à RSE são empregadas, como tantos "faróis de responsabilidade" acesos no mar do texto, de modo que não restem dúvidas ao leitor quanto à natureza do capital simbólico que está sendo apregoado: "*responsabilidade socioambiental*", "*investimento social privado*", "*empreendedores sociais*", "*sustentabilidade*", "*projetos comunitários*", "*ações sociais*", além do tradicional foco em "*crianças, adolescentes, jovens, famílias, comunidades*" (e por que não também nos velhos e doentes?) e dos inevitáveis "*projetos*" (que raramente são políticas) em "*educação, saúde, meio ambiente, cultura, comunidade, esporte, trabalho e renda".* Como destaca Bourdieu (1996), *"toda situação lingüística funciona como um mercado no qual alguma coisa é trocada. Essas coisas são palavras, sem dúvida, mas essas palavras não são feitas somente para serem compreendidas; a relação de comunicação não é uma simples relação de comunicação, é também uma relação econômica onde está em jogo o valor de quem fala (...)."*

envolver e articular variados níveis de governança: organizações locais ou regionais, sindicatos, governos, organismos multilaterais, e até agências das Nações Unidas.

Relembremos, a título de exemplo, no plano nacional, o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, proponente dos *Indicadores ETHOS* de RSE, e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE, autor do *Balanço Social IBASE*. No plano regional, a *Iniciativa Interamericana de Capital Social, Ética e Desenvolvimento*, articulada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. Por sua vez, a certificação *SA 8000*, relativa a condições de trabalho, é elaborada pela organização não-governamental norte-americana Social Accountability International, em conjunto com representantes de sindicatos internacionais, da OIT, de empresas e de outras ONGs. Os *Princípios do Equador*, propostos sob a coordenação do International Finance Corporation (IFC), braço do Banco Mundial para o setor privado, estabelecem critérios ambientais e de responsabilidade social que devem ser adotados pelas instituições bancárias quando da concessão de financiamentos a grandes projetos. A *Extractive Industries Transparency Initiative* – EITI foi anunciada em 2002 pelo então primeiro-ministro britânico, Tony Blair, na Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, e objetiva aumentar a transparência das transações entre governos e companhias da indústria extrativista (petróleo, gás, minérios) através da divulgação e verificação dos pagamentos feitos e dos recursos recebidos. Finalmente, o *Pacto Global* foi uma iniciativa do ex-secretário-geral da ONU, Kofi Annan, envolvendo empresas, sociedade civil organizada e cinco agências da instituição (Alto Comissariado para Direitos Humanos, OIT, PNUMA, PNUD e UNIDO), com a finalidade de promover globalmente um patamar mínimo de práticas empresariais responsáveis.

Uma das propostas para regulação civil da RSE que tem merecido atenção crescente, nos últimos cinco ou seis anos, é a publicação, por parte das firmas, de informação relevante, integrada e regular não só sobre seu desempenho financeiro, mas também social e ambiental. São os chamados "relatórios anuais de sustentabilidade". Esta é uma tendência encorajada pelos setores de investimento e de seguros, que esperam assim poder minimizar seus próprios riscos através do acesso a mais e melhores informações (LYDENBERG, 2005). A demanda também encontra eco entre inúmeros segmentos da sociedade, na medida em que supostamente permitiria avaliar, e comparar, até que ponto cada companhia vem trabalhando contra ou a favor do interesse público.

Contudo, parece bastante óbvio que a aquiescência das empresas a esse tipo de demanda depende da capacidade de cobrança e de controle por parte da sociedade civil que, por sua

vez, pode necessitar de apoio governamental para fortalecer-se. Se até mesmo os demonstrativos contábeis e financeiros, cuja apresentação é respaldada por uma obrigatoriedade legal, têm sido fonte de fraudes espetaculares – vide os escândalos recentes que colocaram na primeira página dos jornais companhias do porte da Enron, WorldCom, Tyco International, Xerox e Parmalat - seria ingênuo supor que a mera pressão oriunda de alguns poucos setores da sociedade possa constranger as empresas a revelarem mais sobre suas atividades do que exige a lei. Se são capazes de burlar e prejudicar seus próprios acionistas, como confiar que irão preocupar-se em servir a interesses sociais mais amplos?

No cenário político formado pelos países capitalistas e democráticos contemporâneos, parece existir, *grosso modo*, um certo consenso sobre qual deva ser o papel do governo no controle do comportamento empresarial. Acredita-se que esse papel seja duplo: em primeiro lugar, seria dever do governo – do qual ele não deve abdicar – criar um referencial básico, estrutural, legalmente coercitivo, para a conduta empresarial; um referencial que expresse valores fundamentais e não negociáveis. Em segundo lugar, caberia ao governo garantir a existência e o funcionamento eficaz de mecanismos através dos quais outros grupos de atores possam articular suas demandas, e assim participar na definição e na implementação de uma visão mais ampla do interesse público (JOSEPH e PARKINSON, 2002).

Entretanto, na ausência de força reivindicatória ou capacidade de organização suficientes em uma dada sociedade, a questão que se coloca é: até onde ações governamentais do segundo tipo, descrito acima, são suficientes para promover a melhoria dos processos de regulação civil, no que toca à RSE? Ou seria necessário adotar medidas mais prescritivas, do primeiro tipo? Em relação aos relatórios de sustentabilidade, por exemplo: sem que exista qualquer tipo de coerção real (via legislação), ou incentivo significativo (via mercado), quais são as chances de que a prática de publicá-los torne-se difundida?

Discutir a pertinência de que se criem instrumentos regulatórios da RSE mais próximos da intervenção estatal, e menos dependentes da regulação civil, equivale a discutir a própria idéia de responsabilidade social empresarial enquanto iniciativa *voluntária* e *discricionária*. Apresentaremos, a seguir, uma síntese das principais objeções a tal idéia. De acordo com Joseph e Parkinson (2002), existem dois grandes grupos que a contestam: o primeiro é o dos **críticos da RSE,** composto por aqueles que não consideram fazer parte das funções empresariais preocupar-se com, ou solucionar (exceto de maneira muito limitada), problemas sociais e ambientais. O segundo grupo é o dos **céticos quanto à RSE**, os quais não acreditam que as atuais formas de regulação flexível sejam suficientes para induzir as firmas a um

desempenho social e ambiental significativamente mais responsável. Embora partam, na maioria das vezes, de orientações ideológicas diametralmente opostas, os dois grupos acabam chegando a conclusões semelhantes, como veremos a seguir.

5.5. Os críticos e os céticos em relação à RSE

a) Os críticos

A oposição que fazem os defensores da "mão invisível do mercado" a qualquer tipo de envolvimento empresarial sistemático com questões sociais e ambientais já é bastante antiga. Afirmam eles que existe um antagonismo irreconciliável, sob o ponto de vista econômico, entre, por um lado, mercados livres e auto-regulados, no qual agentes maximizadores de suas próprias utilidades podem alocar recursos da maneira mais eficiente, e, por outro lado, o desvio de função implícito nas pretensões da RSE, acusadas de entrar em contradição com pressupostos básicos da teoria econômica neoclássica, tais como os direitos de propriedade e a separação entre o que é atribuição do Estado ou da iniciativa privada.

A posição defendida por Milton Friedman é ainda a que melhor ilustra o ponto de vista deste grupo:

> *"A responsabilidade social da empresa consiste em aumentar seus próprios lucros (...). A maior parte daquilo que se deblatera a propósito de responsabilidade da empresa não passa de tolices. Para começar, apenas indivíduos podem ter responsabilidades; uma organização não pode tê-las. Eis portanto a questão que devemos nos colocar: será que os gerentes - desde que permaneçam dentro da lei - possuem outras responsabilidades no exercício de suas funções além daquela que é aumentar o capital dos acionistas? Minha resposta é não, eles não têm."*[89] (FRIEDMAN, 1970).

Segundo Friedman, qualquer desvio de tempo, esforços e recursos para áreas não diretamente relacionadas ao negócio em si fatalmente provoca uma queda nos lucros, e portanto nos dividendos, constituindo assim uma transferência indevida de riquezas – pertencentes por direito aos acionistas - para outros grupos. A única alternativa à perda de lucratividade, diz ele, seria repassar ao público em geral (isto é, externalizar) os custos adicionais incorridos nesse processo, o que tampouco atende aos interesses da sociedade.

[89] Em inglês no original; tradução minha.

As objeções dos críticos não são, porém, apenas de caráter econômico ou de viés neoliberal. O que também se argumenta, principalmente entre aqueles posicionados mais à esquerda no espectro político, é que qualquer decisão relativa a políticas sociais tomada por empresas é ilegítima e configura uma privatização da esfera pública (PAOLI, 2002). Ressalta-se, nesse sentido, a natureza pública das questões atinentes à RSE, e o fato de que as mesmas não devem ser tratadas em fóruns privados, mas sim transferidas para instâncias onde o efeito cumulativo das preferências individuais possa se manifestar (como o mercado), ou para instâncias de expressão coletiva do julgamento (como o processo político democrático). Se as dinâmicas do livre-mercado geram desequilíbrios, é papel do Estado, e não das companhias privadas, corrigir seus defeitos. Ademais, os críticos questionam a competência e a legitimidade que teriam os gestores e empresários para efetuar escolhas e tomar decisões no campo das políticas sociais (JOSEPH e PARKINSON, 2002).

Os críticos duvidam, ainda, que de fato exista hoje um "amplo consenso social" favorável à RSE, ou mesmo uma sólida parcela da opinião pública esperando sinceramente que as companhias endossem o desenvolvimento sustentável e administrem seus negócios em estreito e permanente "diálogo" com uma multidão de partes interessadas. Julgam que se algumas grandes empresas acabaram por acatar os preceitos da RSE talvez isso se deva mais à necessidade de acalmar ONGs barulhentas e grupos de ativistas anti-capitalistas e anti-globalização (WOLF, 2001); e que a adoção do discurso da RSE por parte de empresas menores ou secundárias talvez seja apenas mais uma prova concreta da inclinação para o isomorfismo mimético que grassa no ambiente corporativo (MEYER e ROWAN, 1992; CALDAS e VASCONCELOS, 2002).

Além disso, a simples tentativa de aplicar os mesmos padrões de RSE internacionalmente pode funcionar como um tipo de barreira alfandegária, advertem os críticos, e trazer conseqüências danosas principalmente para os países em desenvolvimento, os quais verão esvair-se sua vantagem competitiva se lhes for exigido que adotem níveis de proteção ambiental ou trabalhista mais elevados do que os previstos pelas leis locais (WOLF, 2001; JOSEPH e PARKINSON, 2002).

Por fim, um dilema adicional é apontado pelos críticos: para as firmas que adotam voluntariamente a RSE (sejam quais forem suas motivações), torna-se importante assegurar que suas concorrentes também o façam, de modo a garantir igualdade de condições e um mesmo patamar de competitividade entre os "jogadores". Isso pode incentivar as primeiras a

pressionarem por formas mais rígidas, jurídicas, de regulação, elevando os custos de transação do cenário como um todo (WOLF, 2001).

As implicações dos argumentos expostos, segundo Joseph e Parkinson (2002), são claras. Para os críticos da RSE: a) empresas racionais deveriam compreender que a causa da RSE é intrinsecamente nociva aos seus interesses e ao próprio funcionamento do mercado; b) conseqüentemente, o Estado não tem por que adotar políticas de incentivo à RSE, nem facilitar a imposição de formas de regulação civil sobre as empresas; c) podem haver circunstâncias quando o mais sensato, do ponto de vista da reputação, e portanto do negócio, seja atender minimamente às demandas relativas a questões socioambientais, sem contudo imaginar que, em parceria com as ONGs, deva ser criado um "novo tipo" de capitalismo. Essas restrições são, como se pode facilmente depreender, geralmente representativas de pontos de vista conservadores.

b) Os céticos

O pressuposto fundamental entre os partidários deste grupo é que, num sistema onde **legalmente** se exige que os gestores considerem os interesses dos sócios e acionistas como tendo precedência sobre quaisquer outros, não existe nenhuma possibilidade de que o comportamento empresarial venha - por iniciativa própria – a alterar-se o suficiente para responder aos atuais desequilíbrios socioambientais, assegurando assim a realização do interesse público. Sem um sistema de governança corporativa mais pluralista, sem que se repense radicalmente o papel, os direitos e deveres das empresas na sociedade, e sem mecanismos de *accountability* mais eficazes, qualquer impulso rumo à RSE estará fadado a ficar muito aquém do que requer o bem comum (KORTEN, 2002; PAOLI, 2002; SKLAIR, 2002).

Qual seja a melhor maneira de atingir tais transformações é motivo de divergência entre os céticos, cujas opiniões refletem a variedade de matizes presente num leque ideológico que vai da social-democracia ao anarquismo. Mesmo assim, parece possível classificar a maioria dos céticos em duas grandes vertentes principais, de acordo com Joseph e Parkinson (2002). A primeira delas apóia a implementação de um modelo de governança corporativa baseado no reconhecimento igualitário de todas as partes interessadas: é o que tem sido chamado de "democracia de *stakeholders*" (MATTEN e CRANE, 2005). O conjunto de interesses dos acionistas passaria a ser apenas um, dentre vários outros. O modelo em questão tende a ser justificado, alternativa ou simultaneamente, como mais eficaz que o modelo centrado unicamente nos acionistas, como eticamente mais defensável, e como mais democrático.

A segunda vertente engloba aqueles céticos partidários de um pluralismo menos radical, que não pretendem substituir a maximização dos lucros enquanto objetivo operacional das empresas, mas que afirmam ser necessário impor limites mais severos às formas como esse objetivo é perseguido. É uma posição essencialmente regulatória, que não visa transformar a natureza do capitalismo, mas aperfeiçoá-la via legislação (JOSEPH e PARKINSON, 2002).

Segundo a síntese da posição cética efetuada por Joseph e Parkinson (2002), qualquer ilusão de que a RSE possa desenvolver-se no âmbito de um sistema dominado, em última análise, por leis centradas quase que exclusivamente nos direitos e interesses dos proprietários e acionistas está fadada, de antemão, a ver-se frustrada. Por sua própria natureza, motivações comerciais que visem estritamente o lucro não serão jamais capazes de conduzir ao equilíbrio de resultados e de participação que pretende o pluralismo. Por outro lado, também é irreal imaginar que instrumentos de regulação civil, apenas, possam exercer controles efetivos.

Enquanto assuntos relativos à RSE e à reputação talvez possam talvez ser relevantes para as grandes companhias, as quais gozam de alta visibilidade, não decorre daí que o mesmo se aplique a todos os setores e níveis de atividade empresarial. As ONGs certamente não dispõem dos recursos, ou da disposição, para atuar como monitoras permanentes do desempenho social e ambiental de todo o setor privado. Os investidores institucionais, por sua vez, têm sido rotineiramente criticados por sua incapacidade de detectar a tempo sequer as gigantescas fraudes financeiras, para as quais já existem critérios institucionalizados e legais de controle e de avaliação. Quanto aos consumidores, embora existam evidências de maior conscientização, preocupação e ativismo em prol de um mercado global mais ético, nada indica que sejam de tal monta a superar o clássico problema inerente à ação coletiva: boicotar uma firma, por exemplo, só vale a pena se houver certeza de que outros também o farão, ao invés de "pegar carona" no sacrifício pessoal de quem boicota.

5.6. Limites e contradições da RSE como forma de regulação flexível

Como vimos, o controle da RSE tem sido historicamente moldado por formas de regulação flexível, ou civil. A grande maioria dos governos capitalistas e democráticos contemporâneos tem preferido privilegiar as iniciativas voluntárias do setor privado nessa área - postura essa que é (compreende-se) bastante bem-vinda entre os empresários. Por outro lado, tem sido igualmente incentivada pelos governos a criação de uma variada estrutura de regulações do tipo flexível, propostas ora por ONGs, ora por setores empresariais, ora por parcerias público-privadas, ora por organismos internacionais. Se toda essa comoção tem desviado tempo e

recursos das "verdadeiras" funções empresariais, como alertava Friedman, não há como negar porém que, graças à RSE, abriu-se por outro lado todo um novo filão de marketing, treinamento, estratégia corporativa e consultorias...

Mas a realidade desnudada por numerosos estudos que buscam avaliar os resultados concretos desse suposto engajamento empresarial não é nada animadora. A justificativa comumente oferecida para motivar os empresários rumo à RSE é instrumental e pragmática: apela-se para o seu "egoísmo esclarecido", afirmando que o mercado recompensará os conscienciosos, e punirá os inconseqüentes (SUSTAINABILITY / INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION-IFC, 2002; SWIFT e ZADEK, 2002). Ora, como demonstra Doane (2002), à parte o fato de que o mero voluntarismo não tem se mostrado capaz de atender ao interesse público, existem ainda pelo menos dois problemas com a justificativa que o apóia.

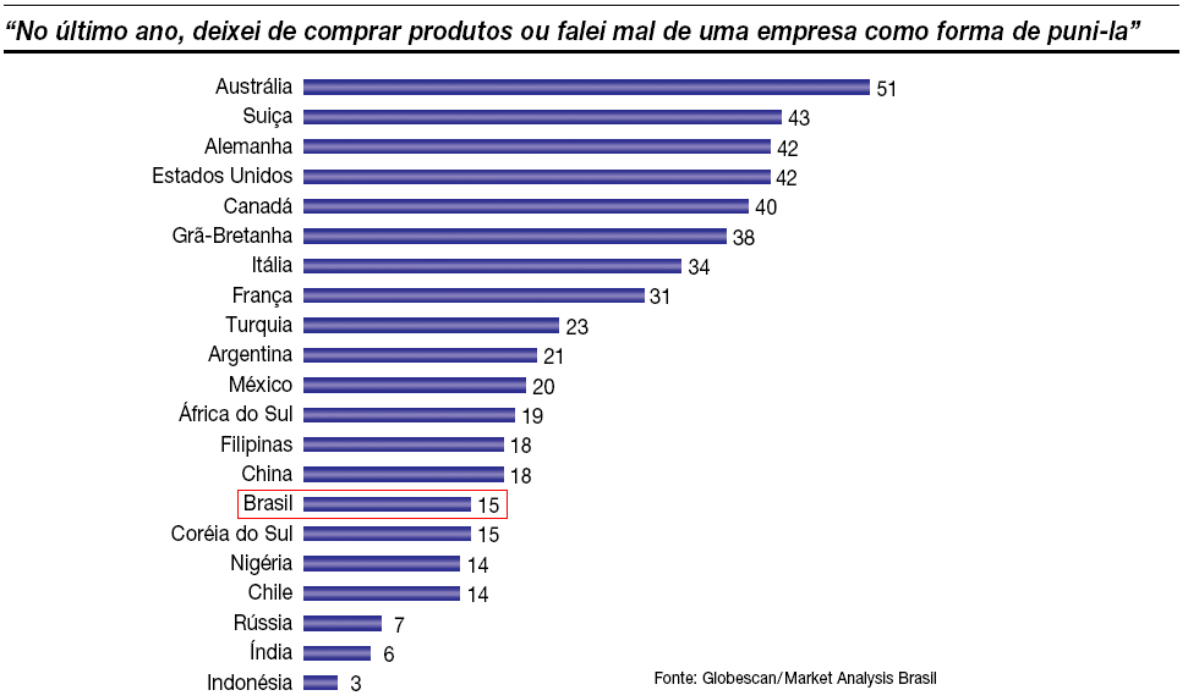
Em primeiro lugar, os mecanismos de mercado dependem de consumidores bem informados, mas o fato é que o "consumidor ético" perfeitamente informado não existe. Uma das muitas pesquisas de opinião sobre o assunto revela, por exemplo, que 89% dos consumidores britânicos preocupam-se com questões sociais e ambientais, mas apenas 18% refletem isso ocasionalmente em suas decisões de compra, e menos de 5% faz disso um critério sistemático (DOANE, 2002). Ainda que o engajamento dos consumidores com questões ambientais, condições de trabalho, comércio justo, realização de testes em animais e outros temas semelhantes tenha ganhado maior relevo e atenção nos últimos anos, o consumo efetivamente ético, ou consciente, permanece insignificante em termos de fatia de mercado, pois essa preocupação crescente não parece traduzir-se em comportamentos de compra concretos. Vários autores relatam uma lacuna, ou disparidade, entre atitude e comportamento (CARRIGAN e ATTALLA, 2001), e salientam que a maioria das iniciativas que adotam selos éticos (tais como alimentos organicamente produzidos, madeira legalmente derrubada, produtos livres de trabalho infantil, etc) responde por menos de 1% do mercado.

Pode-se imaginar que esse percentual seja ainda mais baixo no Brasil, dadas as carências econômicas e de acesso à informação que atingem a população. Com efeito, pesquisas realizadas pelo Instituto Akatu[90], entidade sem fins lucrativos dedicada à causa do consumo

[90] O Akatu é um caso emblemático das "afinidades eletivas" que prosperam entre empresas transnacionais, governo, *think tanks* conservadores e ONGs a serviço da causa globalizante neoliberal. Criado em 2001, *"no âmbito do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, para educar e mobilizar a sociedade para o consumo consciente"* (INSTITUTO AKATU, 2007), sua lista de "parceiros e apoiadores" nesta nobre cruzada pareceria paradoxal se não fosse previsível: Fundação Kellog, Fundação BankBoston, Fundação Itaú Social, HP, Instituto Wal-Mart, Banco Real ABN

consciente, revelam que apenas 15% dos brasileiros declararam ter, no ano anterior, *"deixado de comprar produtos ou falado mal de uma empresa como forma de puni-la"*(AKATU, 2005). Contudo, a pesquisa não apresenta dados que informem quão sistemático é de fato tal comportamento; além disso, o impacto da decisão de "não comprar" é obviamente bem superior ao do mero "falar mal", e a pesquisa não diz que percentual corresponde a cada uma dessas opções (vide Figura 14).

Figura 14: Punição de empresas tidas como irresponsáveis - 2005 no mundo (em % da população)



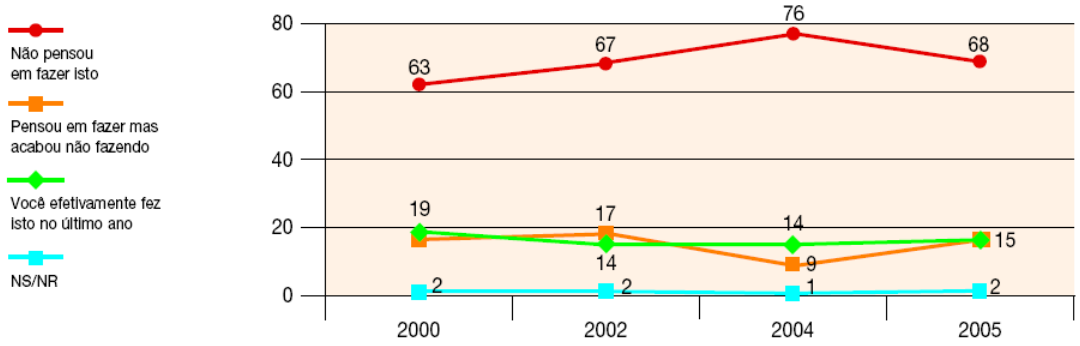
Fonte: Instituto Akatu, 2005.

No tocante à discrepância entre atitude e comportamento apontada pelos estudos anteriormente mencionados, a pesquisa também mostra que o mesmo percentual de consumidores brasileiros (15%) *"pensaram em fazer algo mas não fizeram"*, como se pode ver na Figura 15, a seguir (AKATU, 2005).

Amro, Unibanco, Nestlé, Gerdau, Grupo Pão de Açúcar, Rede Globo, Fundação Belgo Mineira, Philips, Nextel, etc. A publicação da pesquisa 2005, por exemplo, foi patrocinada pelo Carrefour. Tendo em vista quem financia o Akatu, é impossível não pensar na frase de Upton Sinclair: *"It is difficult to get a man to understand something when his salary depends on not understanding it."*

Figura 15: Punição de empresas tidas como irresponsáveis - Brasil - evolução (%)

"No último ano, deixei de comprar produtos ou falei mal de uma empresa como forma de puni-la"



Fonte: Instituto Akatu, 2005.

Em segundo lugar, e intimamente conectado ao item anterior, os incentivos oferecidos pelo mercado demonstram ser, portanto, claramente insuficientes (DOANE, 2002). Em contrapartida, não é preciso procurar muito para constatar que empresas francamente alheias ao interesse público continuam a crescer e prosperar, como é o caso do setor bancário, supermercadista ou da grande mídia. No Brasil, as companhias que atuam nesses setores fazem grande alarde de seus projetos assistencialistas, de suas doações, das praças ou comunidades carentes que "adotam", e ponto final: isso passa por sua "responsabilidade social" (novamente, um bom exemplo desse tipo de discurso inócuo, o qual substitui o reconhecimento de conflitos e obrigações pela exibição de voluntarismos e benemerências genéricos, mais adequados a folhetos publicitários, é dado pelo Quadro 8).

Por fim, mesmo que um bom desempenho social e ambiental traga benefícios a longo prazo para uma firma (proteção dos ativos naturais, força de trabalho qualificada, consumidores e comunidades satisfeitos, etc), esses incentivos não se encaixam no horizonte de resultados a curto ou curtíssimo prazo exigido pelos mercados financeiros. Sendo assim, como esperar que a justificativa do "egoísmo esclarecido" cumpra o que promete, quando as demandas a curto prazo do mercado oferecem incentivos perversos para que **não** se cuide da sustentabilidade ou do interesse coletivo (OSTROM, 1990; DOANE, 2002)?

Um exemplo que aponta nessa mesma direção nos é dado pelo artigo publicado recentemente por Carlos Lessa, ex-diretor do BNDES, comentando a hesitação da Petrobras em levar adiante o projeto de exploração de gás firmado com a PDVSA (a companhia estatal de petróleo venezuelana) em 2005. Hoje a empresa brasileira está temerosa dos riscos políticos envolvidos numa tal empreitada, depois da amarga experiência sofrida com a estatização da

exploração e produção de gás na Bolívia, em 2006, e prefere posicionar-se como um ator cuja prioridade é competir no mercado global, ao invés de trabalhar por uma suposta estratégia de integração sul-americana. Segundo Lessa (2007), altos executivos da Petrobras corriqueiramente definem a missão da companhia como sendo "servir a seus acionistas", e o que a direção da Petrobras pretende com esse discurso é que os acionistas estrangeiros – mais de 40% do capital da companhia está em ADRs [91] no exterior – sintam-se priorizados. Ora, prossegue o autor, a Petrobras *"é uma instituição pública com forma empresarial que depende e deve estar a serviço do desenvolvimento nacional. Não é uma empresa "solta", cuja referência administrativa e teleológica seja a cotação de suas ações na bolsa de Nova Iorque."* (LESSA, 2007). Mas vê-se bem que na prática a teoria é outra, como diz a sabedoria popular. Ou seja, certas "partes interessadas" são mais interessantes do que outras, e mais determinantes na escolha dos rumos tomados por uma grande companhia, apesar dos discursos em contrário veiculados por ela.

Ainda de acordo com Doane (2002), o fortalecimento do papel dos governos na regulação da RSE promoveria: a) um nivelamento do terreno no qual competem as empresas, eliminando o problema do "carona", ou *free-rider*; b) uma simplificação dos processos, tendo em vista a panóplia de normas, certificações, diretrizes, modelos e questionários aos quais as empresas têm precisado adequar-se; c) uma redução nos custos associados ao atendimento dessa multiplicidade de regulações civis; e d) maior clareza quanto às expectativas da sociedade em termos de desempenho socialmente responsável.

Existem portanto, no nosso entender, argumentos de peso em favor de uma intervenção mais firme do setor estatal no campo da RSE. Embora o fio condutor de nossas inquietações seja, acima de tudo, o bem comum, assim como a constatação de uma simultaneidade preocupante entre *"a redução de políticas públicas voltadas para a promoção dos direitos sociais, de um lado, e a abertura do espaço às ações privadas, de outro"* (PAOLI, 2002), acreditamos que a própria iniciativa privada poderia beneficiar-se de uma maior institucionalização e do controle estatutário sobre determinadas questões hoje a cargo da regulação civil.

---

[91] Um ***American Depositary Receipt*** (ou ADR) representa propriedade de ações de uma empresa estrangeira que é negociada nos mercados financeiros dos Estados Unidos. Diversas companhias têm suas ações negociadas através de ADRs, possibilitando aos investidores estadunidenses comprar ações de firmas do exterior sem efetuar transações além-fronteiras. Cada ADRs é emitido por um banco depositário dos EUA, tem seu preço estabelecido em dólares americanos, paga dividendos também em dólares US e pode ser negociado exatamente como as ações das empresas baseadas nos Estados Unidos.

Mas o principal argumento atrela-se, a nosso ver, ao princípio segundo o qual compete aos governos democráticos a inalienável responsabilidade de prover uma estrutura social capaz não apenas de proteger os direitos dos cidadãos, mas de garantir também suas necessidades básicas (BOBBIO, 2000; 2001). Num sistema capitalista, o governo precisa assegurar, pelo menos, a voz e a autonomia daqueles que o mercado exclui. O meio ambiente, a saúde, a educação, a sobrevivência material, a igualdade de oportunidades – são, todos eles, assuntos relacionados ao bem comum. E no entanto o setor privado vem sendo encarregado, mundo afora, de assumir um papel que não lhe compete na condução desses problemas, amparado (ou confrontado) apenas pelo poder variável de setores mais, ou menos, organizados da sociedade civil. Acreditamos que há, nessa configuração de forças e de atores, um vácuo de extraordinária importância a ser preenchido pelo Estado: não como simples animador ou mediador de outros grupos, parcerias e iniciativas, mas como o ator investido de maior legitimidade para definir, e perseguir, o que seja o interesse público.

CAPÍTULO SEXTO

O DISCURSO DA RSE NO CAMPO DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO

6.1. Breve visão panorâmica da indústria do petróleo

A economia global contemporânea é baseada no consumo de energia e no modelo de combustão. Tanto a indústria como o transporte constituem hoje o coração do desenvolvimento econômico, e ambos dependem do acesso contínuo a hidrocarbonetos[1]. A exemplo do carvão e do gás natural, o petróleo[2] é uma fonte de energia absolutamente crucial; mas enquanto outros tipos de combustíveis fósseis podem ser utilizados para a produção de eletricidade, existem atualmente poucos substitutos confiáveis e baratos (ou suficientemente disseminados mundo afora) para o uso do óleo nos transportes – serviço sem o qual nenhuma estrutura produtiva industrial funcionaria. Na verdade, as diversas fontes de energia não são equivalentes e, portanto, as respectivas substituições não são física e economicamente indiferentes. O petróleo passou a substituir o carvão não por exaustão deste, mas por considerações ambientais; e o gás natural, que via de regra acompanha geologicamente o óleo bruto, era inicialmente negligenciado, até chegar a ser visto, hoje, como promessa de salvação (pelo menos temporária) para um futuro onde terá escasseado o petróleo.

Sendo uma indústria de características infra-estruturais, a indústria de petróleo gera bens que, por sua vez, são insumos indispensáveis na matriz produtiva de qualquer país, possuem forte participação na mesma, e constituem os sustentáculos mesmo do modo de produção, de consumo e até da cultura da sociedade moderna. Por esse motivo, a disponibilidade de petróleo e de seus derivados, assim como os seus níveis de preços, desempenham papel fundamental na determinação do crescimento econômico e dos preços das economias nacionais, já que energia e transportes são recursos básicos, absolutamente necessários para a produção de qualquer bem ou serviço. Além disso, os preços de outras fontes de energia, notadamente o gás natural, também dependem do preço do petróleo. O preço do barril tem

---

[1] Hidrocarbonetos são recursos naturais, originados da fossilização de organismos em rochas de bacias sedimentares, cujas moléculas são formadas por cadeias de carbono e hidrogênio. Tal é o caso do petróleo, em suas diversas variações de qualidade, do gás natural, do óleo condensado e dos derivados obtidos a partir do refino de petróleo, ou seja, a partir da separação das moléculas de carbono e hidrogênio de acordo com seu peso molecular.

[2] Os termos "petróleo", "petróleo cru", "óleo", "óleo cru", "petróleo bruto", "óleo bruto" e "cru" são usados como sinônimos.

efeitos decisivos sobre o nível de atividade, de investimentos e de comércio exterior dos países – sejam eles grandes produtores, especializados basicamente nesse produto, a exemplo da Arábia Saudita e da Venezuela, ou grandes importadores, como os Estados Unidos, o Japão e a China (CANELAS, 2004).

O petróleo é uma *commodity* eminentemente transnacional, característica essa que é resultante de sua distribuição geográfica desigual. Ao mesmo tempo em que existem vastos recursos economicamente aproveitáveis em regiões de reduzida demanda, outras regiões, fortemente industrializadas, ressentem-se da sua inexistência (vide Figura 15). Os desdobramentos geopolíticos desse desequilíbrio natural têm sido uma constante fonte de incertezas e riscos para a atividade produtiva e têm marcado profundamente a história desse recurso energético e do próprio desenvolvimento mundial, a partir do século XX (FURTADO e MULLER, 1995).

Cerca de 40% das necessidades energéticas mundiais são supridas pelo petróleo, enquanto o gás natural responde por 25% e o carvão por 29% delas (mas com tendências contrárias: ascendente o primeiro, e descendente o segundo), a fração restante sendo coberta pelas energias nuclear e hídrica, ambas empregadas na produção de energia elétrica (BP, 2007). A demanda por petróleo foi de aproximadamente 83 milhões de barris por dia (bpd) em 2006 (vide Tabela 2, a seguir), e a International Energy Agency – IEA calcula que tal valor pode aumentar em mais de 50% até 2030 (IEA, 2006)[3]. Cerca de metade desse incremento será atribuível a apenas dois países: a China e a Índia, pois que, vivenciando plena expansão econômica e populacional, ambos têm se empenhado em instalar energia elétrica em centenas de cidades e colocar milhões de novos carros em suas estradas, a maioria deles dirigidos por pessoas que até então andavam somente a pé, de bicicleta ou ônibus. Até 2030, calcula-se que esses dois países serão responsáveis por dois terços das emissões de dióxido de carbono mundiais (WALT, 2007).

Há muito vem se discutindo se a taxa de consumo atual é sustentável, seja sob uma perspectiva ambiental ou econômica (IEA, 2005; ROBERTS, 2005; THE ECONOMIST, 2005). Como bem diz um anuncio publicitário recente do grupo norte-americano Chevron Texaco, foram necessários 125 anos para que o mundo consumisse o primeiro trilhão de barris de petróleo, mas serão necessários apenas 30 anos para que se consuma o segundo – o que corresponde ao total das reservas comprovadas (CHEVRON, 2005b).

[3] A título comparativo, os Estados Unidos consumiram 20,5 milhões/bpd em 2006; a China, 7,4 milhões/bpd; e o Brasil, 2 milhões/bpd (BP, 2007).

Mesmo a mega-jazida brasileira de Tupi, na bacia de Santos, com mais de cinco bilhões de barris, cuja descoberta foi anunciada pela Petrobras no final de 2007, não duraria mais do que sete anos, levando-se em consideração um crescimento do mercado brasileiro de derivados da ordem de 2,93% ao ano, tal como projetado no *Planejamento Estratégico Petrobras 2020* (LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, 2007).

Tabela 2: Consumo mundial de petróleo, por região e por país – 2006
(mil barris/dia)

Consumption* Thousand barrels daily	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Change 2006 over 2005	2006 share of total
USA	18309	18621	18917	19519	19701	19649	19761	20033	20731	20802	**20589**	–1.3%	24.1%
Canada	1818	1888	1913	1926	1937	2023	2067	2132	2248	2247	**2222**	–1.5%	2.5%
Mexico	1696	1767	1844	1842	1910	1899	1837	1885	1919	1973	**1972**	–0.8%	2.2%
Total North America	**21823**	**22276**	**22674**	**23286**	**23548**	**23571**	**23665**	**24050**	**24898**	**25023**	**24783**	**–1.3%**	**28.9%**
Argentina	432	451	467	445	431	405	364	372	394	421	**442**	5.1%	0.5%
Brazil	1847	1968	2034	2114	2056	2082	2063	1985	1999	2047	**2097**	2.2%	2.4%
Chile	228	242	247	249	236	230	228	229	229	244	**248**	1.8%	0.3%
Colombia	268	272	266	238	232	245	222	222	223	225	**230**	2.7%	0.3%
Ecuador	125	142	145	131	129	132	131	137	141	168	**180**	7.3%	0.2%
Peru	155	154	155	159	155	148	147	140	151	165	**160**	–3.9%	0.2%
Venezuela	426	452	475	474	496	545	594	479	518	547	**565**	3.4%	0.7%
Other S. & Cent. America	1062	1094	1124	1129	1126	1138	1144	1160	1170	1189	**1230**	3.4%	1.5%
Total S. & Cent. America	**4543**	**4774**	**4914**	**4939**	**4861**	**4924**	**4892**	**4725**	**4826**	**5006**	**5152**	**2.9%**	**6.1%**
Austria	242	246	255	250	244	265	271	293	285	295	**294**	–0.2%	0.4%
Azerbaijan	116	110	116	111	123	81	74	86	92	107	**96**	–10.7%	0.1%
Belarus	197	179	175	154	143	149	145	152	154	137	**163**	19.0%	0.2%
Belgium & Luxembourg	606	629	656	670	702	669	691	748	785	815	**837**	2.8%	1.1%
Bulgaria	116	92	100	93	84	87	88	103	103	108	**110**	1.4%	0.1%
Czech Republic	177	170	174	174	169	178	174	185	203	211	**208**	–1.1%	0.3%
Denmark	235	229	223	222	215	205	200	193	189	195	**201**	3.1%	0.2%
Finland	216	213	221	224	224	222	226	239	224	233	**225**	–4.0%	0.3%
France	1930	1948	2016	2044	2007	2023	1967	1965	1978	1960	**1952**	–0.3%	2.4%
Germany	2921	2913	2915	2824	2763	2804	2714	2664	2634	2605	**2622**	0.9%	3.2%
Greece	372	379	374	383	406	411	414	404	435	432	**451**	4.7%	0.6%
Hungary	148	150	157	151	145	142	140	132	136	159	**160**	1.1%	0.2%
Iceland	16	18	18	18	19	18	19	18	20	21	**20**	–5.5%	*
Republic of Ireland	124	136	152	172	170	185	182	178	185	196	**195**	–0.6%	0.2%
Italy	1956	1969	1974	1980	1956	1946	1943	1927	1873	1819	**1793**	–1.1%	2.2%
Kazakhstan	210	213	176	147	158	186	193	183	188	208	**221**	6.0%	0.3%
Lithuania	66	66	76	63	49	56	53	51	55	58	**59**	0.4%	0.1%
Netherlands	810	856	854	880	897	942	952	962	1003	1070	**1057**	*	1.3%
Norway	218	223	215	216	201	213	208	219	210	212	**217**	2.9%	0.3%
Poland	368	391	424	431	427	415	420	435	460	479	**502**	5.4%	0.6%
Portugal	259	293	322	330	324	327	338	317	322	331	**344**	4.9%	0.4%
Romania	260	276	242	195	203	217	226	199	230	223	**223**	–0.4%	0.3%
Russian Federation	2686	2689	2554	2625	2583	2566	2606	2622	2634	2628	**2735**	4.2%	3.3%
Slovakia	71	72	80	73	73	68	76	71	68	81	**82**	2.8%	0.1%
Spain	1221	1290	1381	1423	1452	1508	1526	1559	1593	1619	**1602**	–0.9%	2.0%
Sweden	362	336	338	337	318	318	317	332	319	315	**312**	–0.9%	0.4%
Switzerland	261	276	279	271	263	281	267	259	258	262	**269**	2.5%	0.3%
Turkey	635	646	640	638	677	645	656	668	688	649	**617**	–4.7%	0.7%
Turkmenistan	65	67	75	80	79	83	86	95	103	110	**117**	6.3%	0.1%
Ukraine	297	292	302	272	255	273	278	286	293	294	**317**	8.1%	0.4%
United Kingdom	1798	1752	1741	1721	1697	1697	1693	1717	1764	1802	**1781**	–1.0%	2.1%
Uzbekistan	135	145	146	143	138	135	130	148	134	139	**143**	3.0%	0.2%
Other Europe & Eurasia	462	474	459	425	402	427	453	495	518	540	**558**	3.1%	0.7%
Total Europe & Eurasia	**19555**	**19738**	**19826**	**19742**	**19564**	**19743**	**19726**	**19905**	**20132**	**20314**	**20482**	**1.1%**	**24.9%**
Iran	1292	1269	1221	1243	1319	1331	1429	1513	1575	1607	**1669**	3.7%	2.0%
Kuwait	126	139	180	202	202	206	222	238	266	302	**275**	–10.4%	0.4%
Qatar	38	41	43	42	44	54	79	77	84	98	**110**	15.0%	0.1%
Saudi Arabia	1336	1391	1492	1504	1536	1551	1572	1684	1805	1891	**2005**	6.2%	2.4%
United Arab Emirates	347	345	283	271	255	292	320	333	355	376	**408**	7.8%	0.5%
Other Middle East	1232	1272	1303	1337	1379	1421	1425	1393	1407	1437	**1455**	1.2%	1.8%
Total Middle East	**4370**	**4457**	**4522**	**4599**	**4735**	**4854**	**5047**	**5238**	**5492**	**5712**	**5923**	**3.5%**	**7.2%**
Algeria	187	187	194	187	192	200	222	231	240	251	**260**	4.3%	0.3%
Egypt	501	531	559	573	564	548	534	550	567	623	**612**	–2.4%	0.7%
South Africa	437	444	450	461	475	486	499	512	523	494	**499**	0.6%	0.6%
Other Africa	1114	1146	1185	1226	1226	1239	1254	1274	1314	1362	**1419**	4.2%	1.7%
Total Africa	**2239**	**2307**	**2388**	**2448**	**2458**	**2473**	**2510**	**2567**	**2645**	**2731**	**2790**	**2.0%**	**3.4%**
Australia	794	822	825	843	837	845	846	851	854	848	**886**	4.5%	1.0%
Bangladesh	60	69	76	68	66	80	80	83	83	84	**86**	1.7%	0.1%
China	3702	4179	4228	4477	4772	4872	5288	5803	6772	6984	**7445**	6.7%	9.0%
China Hong Kong SAR	194	192	184	193	201	243	268	269	314	285	**273**	–4.3%	0.3%
India	1700	1828	1963	2134	2254	2284	2374	2420	2573	2569	**2575**	0.6%	3.1%
Indonesia	888	963	914	980	1049	1088	1115	1132	1150	1168	**1031**	–11.9%	1.3%
Japan	5813	5762	5525	5618	5577	5435	5359	5455	5281	5355	**5164**	–3.7%	6.0%
Malaysia	405	431	407	439	441	448	489	480	493	477	**499**	4.6%	0.6%
New Zealand	127	131	131	134	134	136	141	148	150	154	**156**	1.6%	0.2%
Pakistan	329	339	350	363	373	366	357	321	325	353	**372**	5.9%	0.5%
Philippines	360	389	392	375	348	347	332	330	336	314	**307**	–1.9%	0.4%
Singapore	586	630	651	619	654	716	699	668	748	794	**853**	7.8%	1.1%
South Korea	2144	2373	2030	2178	2229	2235	2282	2300	2283	2308	**2312**	–0.1%	2.7%
Taiwan	731	773	786	964	1003	991	999	1069	1084	1113	**1120**	0.7%	1.3%
Thailand	776	785	736	734	725	701	766	836	913	918	**926**	0.7%	1.1%
Other Asia Pacific	352	375	404	416	451	476	504	509	546	571	**584**	2.0%	0.7%
Total Asia Pacific	**18958**	**20038**	**19602**	**20535**	**21114**	**21263**	**21898**	**22674**	**23905**	**24294**	**24589**	**1.3%**	**29.5%**
TOTAL WORLD	**71489**	**73591**	**73928**	**75549**	**76280**	**76828**	**77737**	**79158**	**81898**	**83080**	**83719**	**0.7%**	**100.0%**
of which: European Union 25	14060	14209	14503	14522	14402	14553	14471	14546	14686	14861	**14865**	0.3%	18.2%
OECD	45647	46498	46592	47492	47672	47704	47687	48289	49095	49448	**49041**	–0.9%	58.1%
Former Soviet Union	3910	3890	3741	3700	3623	3627	3667	3748	3783	3819	**3997**	4.7%	4.8%
Other EMEs	21932	23202	23595	24357	24986	25497	26383	27121	29021	29812	**30682**	2.9%	37.1%

*Inland demand plus international aviation and marine bunkers and refinery fuel and loss. Consumption of fuel ethanol and biodiesel is also included.
*Less than 0.05%.

Fonte: *Statistical Review of World Energy* (BP, 2007).

A própria IEA, em seu relatório anual de 2007, alertou em termos bastante drásticos para a crise de abastecimento que se anuncia; segundo a Agência, até uma meta futura de 100 milhões de barris/dia deve ser considerada otimista - ou seja, muito abaixo dos 116 milhões de barris/dia que são considerados necessários para 2030 (IEA, 2007). Como resultado dessas tendências de consumo, e do concomitante e progressivo aumento do preço do petróleo, uma das teorias que voltou a atrair a atenção dos analistas é a do pico de Hubbert, também conhecida como *peak oil*, ou "pico do óleo"[4]. Ao contrário das teses pessimistas da década de 70, segundo as quais as reservas mundiais estariam perto de acabar, a teoria do *peak oil* é mais realista, porém igualmente grave. O pico de Hubbert representa o momento em que a produção mundial de petróleo chegará ao máximo: quando já terão sido exploradas 50,1% das reservas existentes. A partir desse ponto, a produção só tenderá a decair, e o preço, a aumentar. Como resultado, as reservas restantes terão seus preços rapidamente incrementados, serão de pior qualidade, estarão situadas em locais de difícil exploração ou politicamente instáveis. O *peak oil* não é, portanto, o fim do petróleo, mas certamente o fim do petróleo barato (ROBERTS, 2005).

A manter-se esse quadro, um percentual cada vez mais elevado do óleo e gás a serem fornecidos nos próximos 20 anos terá como procedência um número sempre mais exígüo de países, a maioria deles concentrados no Golfo Pérsico, ao tempo em que os gigantescos depósitos do Mar do Norte e do Golfo do México serão finalmente exauridos. Isso significa que os países industrializados poderão ver-se ainda mais dependentes do Oriente Médio em 2030 do que já são hoje, e companhias como a ExxonMobil e a Chevron consolidarão os papéis que em certa medida já desempenham, o de subcontratadas a serviço de companhias estatais nos países produtores (WALT, 2007).

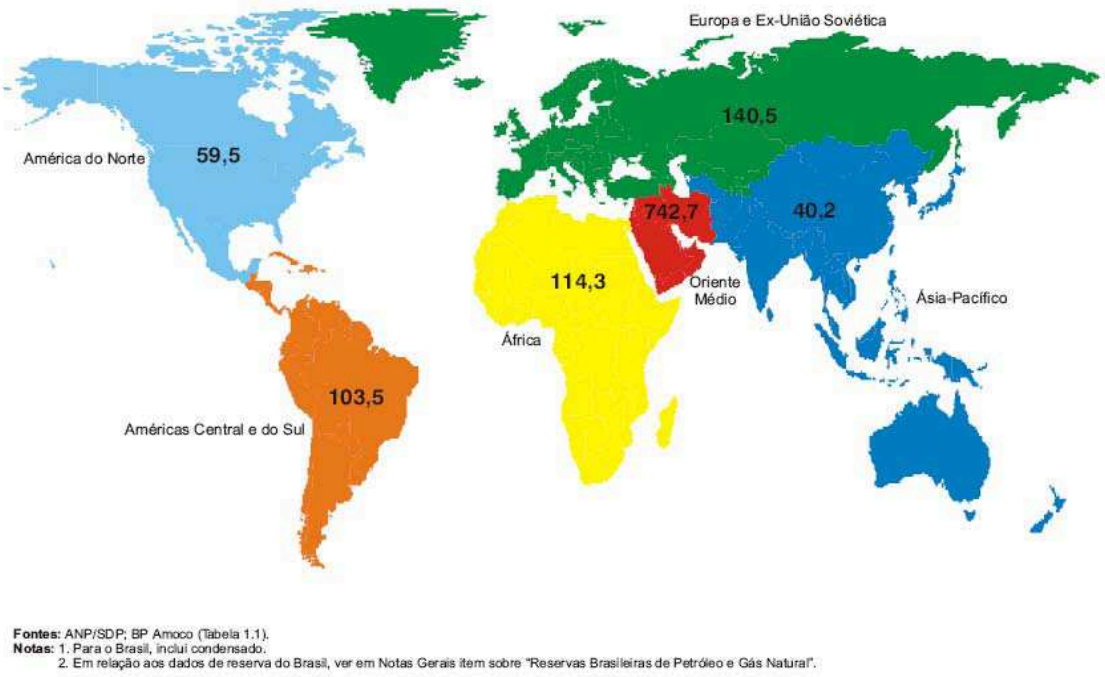
Dada uma oferta declinante e preços em ascensão acentuada, a dependência do petróleo é habitualmente reconhecida como sendo um problema que traz consigo sérias conseqüências econômicas. Basta lembrar que a evolução de setores industriais inteiros - como as indústrias química, automobilística e de construção naval - é inescapavelmente ligada à indústria de petróleo. Contudo, as implicações do quadro atual, naquilo que diz respeito a consumo, produção e reservas conhecidas, extrapolam em muito a dimensão econômica e possuem também profundas repercussões políticas.

---

[4] Teoria formulada pelo geofísico americano Marion King Hubbert, no ano de 1956. Na época, Hubbert predisse que a produção americana de petróleo iria chegar a seu ponto máximo no início dos anos 70. Ridicularizado a princípio, o cientista teve suas teses reavaliadas quando tal estimativa confirmou-se, durante a primeira crise do petróleo, em 1973.

As implicações políticas da dependência do petróleo assumem contornos cada vez mais evidentes e manifestam-se em vários âmbitos. No contexto da "guerra contra o terrorismo", por exemplo, as invasões do Afeganistão e do Iraque levadas a cabo pelos Estados Unidos suscitam interrogações sobre até que ponto esses conflitos, em particular, e a política externa norte-americana, em geral, têm sido motivados pela necessidade de garantir acesso a reservas abundantes de óleo (ROGERS, 2000; 2002; 2005; ROBERTS, 2005).

Figura 16: Reservas provadas de petróleo, segundo regiões geográficas, em 31/12/2005 (bilhões barris)

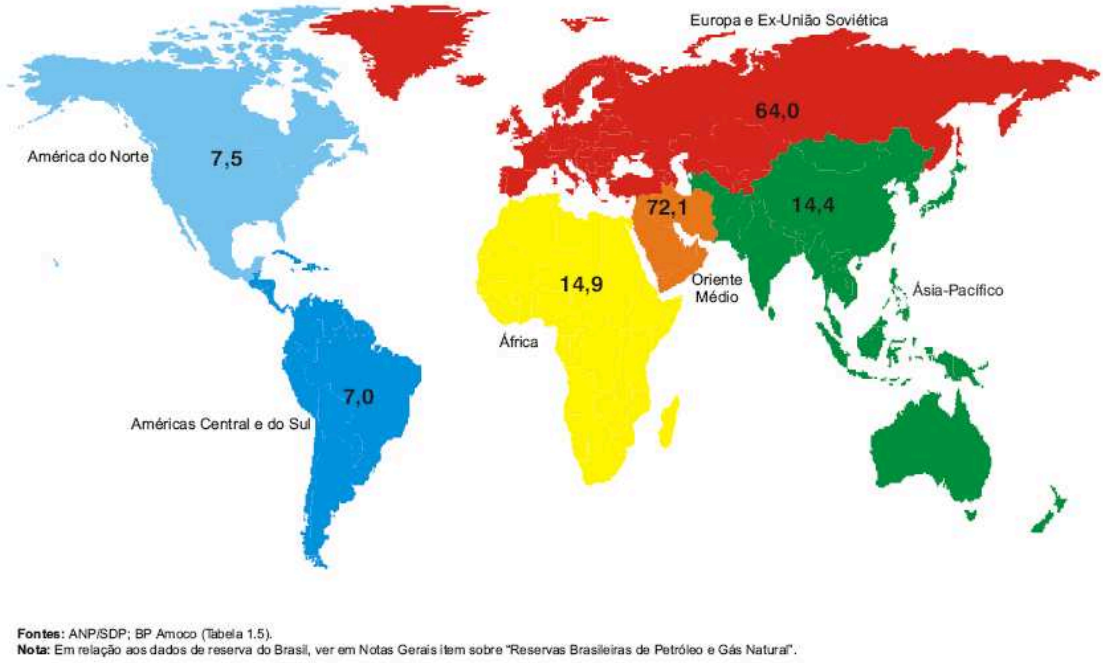


Fonte: *Anuário Estatístico* (ANP, 2006).

Quando os dados da Tabela 2, relativos ao consumo por país (os Estados Unidos são responsáveis por 24,1% do consumo mundial, e o Brasil por 2,4%), são confrontados com os dados da Figura 16 (vide acima) e da Tabela 5 (nos Anexos), ambos relativos às reservas provadas, a fragilidade da posição norte-americana fica claramente exposta (os Estados Unidos detêm apenas 2,5% delas, e o Brasil, 1%).

A situação não é diferente no que toca ao gás natural, como se pode ver pela Figura 17, a seguir, e pela Tabela 6, nos Anexos. Também aí a América do Norte, maior consumidora do insumo, conta com menos de 5% das reservas provadas (3,3% delas nos EUA, em comparação com apenas 0,2% do total mundial no Brasil).

Figura 17: Reservas provadas de gás natural, segundo regiões geográficas, em 31/12/2005 (trilhões de m^3)



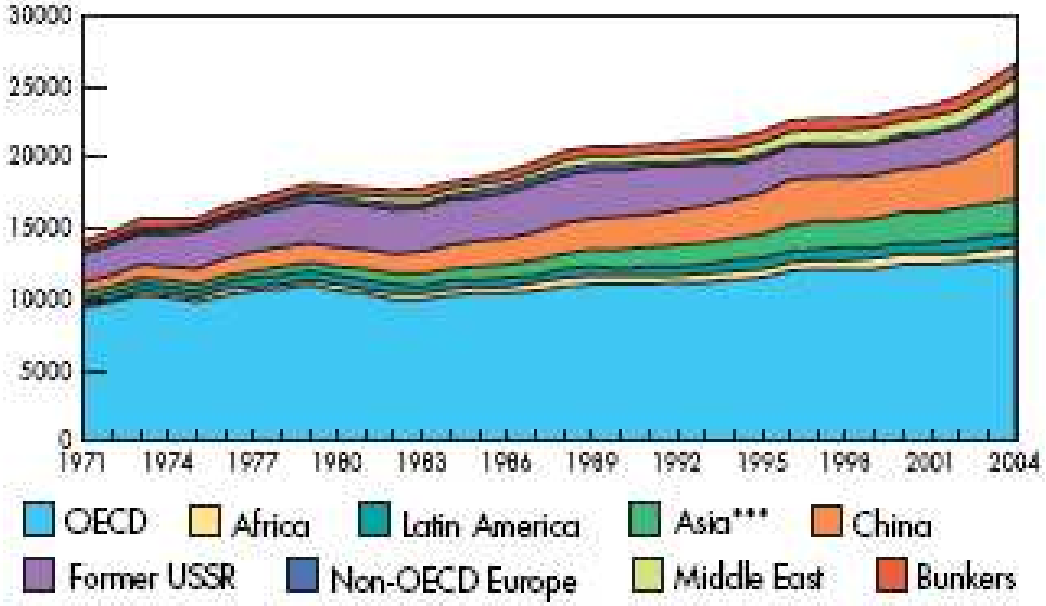
Fonte: *Anuário Estatístico* (ANP, 2006).

Ainda em relação aos impactos políticos associados à dependência de petróleo, podemos citar as evidências sobre os efeitos danosos e irreversíveis do aquecimento global - tanto aqueles já em curso como os potenciais – e o reconhecimento, por parte de muitos governos, da necessidade de que as emissões provenientes da queima de combustíveis fósseis sejam reduzidas, através de uma combinação que alie maior eficiência no uso da energia e a adoção de fontes renováveis e alternativas da mesma. Entretanto, a natureza global tanto das causas como das conseqüências da mudança climática requer que as tentativas de solucionar o problema sejam baseadas em cooperação política internacional. O Protocolo de Kyoto[5] tem sido o principal instrumento utilizado para responder a essas preocupações, mas a recusa de países como os Estados Unidos e a Austrália em assinar o Protocolo tem reduzido consideravelmente seu escopo e eficácia. Aliás, o debate sobre esse recurso comum global que é a atmosfera tem resultado, entre outra coisas, numa cisão ideológica e política entre apoiadores e detratores do Protocolo de Kyoto e de outras iniciativas semelhantes. Tal cisão tende a acompanhar a fenda que separa, de um lado, países desenvolvidos e industrializados,

[5] O Protocolo de Kyoto foi elaborado, em 1997, como uma emenda ao tratado internacional conhecido como Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, e impõe metas obrigatórias de redução das emissões do gás de efeito-estufa às nações signatárias. Contudo, foi somente durante a Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, ocorrida em Montreal em 2005, que o protocolo de Kyoto entrou em vigor, depois de ter sido finalmente ratificado pela Rússia em 2004.

maiores responsáveis pelas emissões dos gases de efeito-estufa, e, de outro lado, os países em desenvolvimento, que não admitem ser penalizados, daqui para a frente, por um estrago pelo qual não foram os principais responsáveis (vide Figura 18, abaixo).

Figura 18: Evolução das emissões globais de CO_2, por região – 1974 a 2004 (milhões de toneladas de CO_2)



*** Não inclui a China
A aviação e a navegação internacionais são mostradas em conjunto como Bunkers

Fonte: *Key World Energy Statistics* (IEA, 2006).

O petróleo também tem sido identificado, juntamente com outros recursos naturais, como uma fonte habitual de conflitos violentos e de conluio com políticas e regimes anti-democráticos. Como relata Yergin (1991) em sua enciclopédica história da indústria, a extração de petróleo, desde os primórdios, no início do século XX, sempre foi acompanhada pela mais cruel e desabrida violência imperialista e por repetidas guerras, e também por um desprezo às leis que é típico do mundo corporativo quando adentra territórios de negócios ainda não desbravados. A crise do Canal de Suez em 1956, o embargo do petróleo orquestrado pelos países árabes em 1973, as conseqüências da guerra entre o Irã e o Iraque em 1980, e as duas guerras do Golfo Pérsico, em 1990 e 2003, demonstram claramente como o petróleo tem estado envolvido de modo significativo nas relações internacionais.

Mais recentemente, as guerras civis em Angola, na Nigéria, no Sudão e na Indonésia, por exemplo, têm sido atribuídas às disputas internas pelas rendas do óleo. A propósito de tais rendas, seria difícil exagerar o impacto que a indústria do petróleo exerce sobre muitos países

africanos. Segundo estimativas moderadas, os governos africanos subsaarianos[6] receberão, durante a próxima década, mais de US$ 200 bilhões de dólares em receitas do petróleo, a maior e mais concentrada afluência de receitas em toda a história da África. Mas, na maioria dos casos, os petrodólares não ajudaram os países em desenvolvimento a reduzir sua pobreza; na realidade, a presença do petróleo exacerbou-a. A Nigéria, que recebeu mais de US$ 300 bilhões de dólares em receitas de petróleo nos últimos 25 anos, tem uma renda *per capita* de menos de 1 dólar por dia. Surpreendentemente, em termos de indicadores sociais básicos, a Nigéria apresenta um desempenho pior que o da África Subsaariana em geral e muito pior do que outras regiões do mundo em desenvolvimento. Este é um vívido exemplo daquilo que tornou-se conhecido como "o paradoxo da abundância"(GARY e KARL, 2003; SERVANT, 2003; WATTS, 2005).

O fato é que a indústria de petróleo, por uma variedade de motivos – econômicos, políticos, ambientais, sociais - tem freqüentemente ocupado o centro das políticas domésticas e externas da maioria dos países contemporâneos. Os países importadores preocupam-se em preservar o acesso continuado e seguro a essa *commodity*, a preços razoáveis, ao passo que aos países exportadores interessa manter os preços e rendimentos num patamar que lhes seja favorável, sem perder fatias de mercado. Eis porque a relação entre os países importadores e os países-membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo – OPEP[7] é da maior importância, quer sob o aspecto político ou estratégico. À legitima preocupação dos primeiros, para garantir suas importações de petróleo e gás, corresponde a não menos legítima e não menos vital preocupação dos segundos, interessados em garantir suas receitas de exportação, indispensáveis para o desenvolvimento de suas economias.

Entretanto, cabe notar que os choques do petróleo (em 1973 e 1978-1981) infligidos pela OPEP aos países importadores (vide Quadro 9, abaixo) foram responsáveis pela maior mudança de padrão estratégico observada na história da indústria petrolífera: dos choques resultou o início da competição das grandes *majors* internacionais pelas reservas de petróleo no planeta, objetivando fincar posições-chave em todas as áreas de jazidas significativas. Os choques acabaram por forçar também uma descentralização da produção (aumento da

[6] Nigéria, Angola, Congo-Brazzaville, Gabão, Guiné Equatorial, Camarões, Chade, República Democrática do Congo e Sudão.

[7] A OPEP é uma organização intergovernamental permanente, criada em 1960, formada por treze países em desenvolvimento cujas economias dependem das rendas auferidas com a exportação do petróleo. Seus membros fundadores foram o Irã, o Iraque, o Kuwait, a Arábia Saudita e a Venezuela. Mais tarde, outros membros vieram associar-se : o Qatar, a Indonesia, a Líbia, os Emirados Árabes, a Algéria, a Nigéria, o Equador, Angola, e o Gabão (este último desligou-se da Organização em 1994).

participação de países não-membros da OPEP), e desencadearam uma mudança na estrutura de consumo energético mundial, dando origem a legislações ambientais mais rigorosas, à busca por fontes de energia substitutivas, e a um aumento da carga tributária das atividades relacionadas à cadeia petrolífera (CANELAS, 2004). O Quadro 9 oferece um breve histórico da OPEP, desde a sua criação.

Quadro 9: Cronologia da OPEP

1960: Os cinco principais produtores de petróleo (Arábia Saudita, Irã, Iraque, Kuwait e Venezuela) fundam, em Bagdá, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). A criação da OPEP foi um movimento reivindicativo em reação a uma política de achatamento de preços praticada pelo cartel das grandes empresas petrolíferas ocidentais – as chamadas "Sete Irmãs" (Standard Oil, Royal Dutch Shell, Mobil, Gulf, BP e Standard Oil da California).

1961: A carta da OPEP, adotada na conferência de Caracas, define os três objetivos da organização: aumentar a receita dos países-membros, a fim de promover o desenvolvimento; assegurar um aumento gradativo do controle sobre a produção de petróleo, ocupando o espaço das multinacionais; e unificar as políticas de produção. A OPEP aumentou os *royalties* pagos pelas transnacionais, alterando a base de cálculo, e as onerou com um imposto.

1968: Após a guerra dos Seis Dias, em junho de 1967, num contexto de déficit de oferta, a OPEP consegue um acordo com as companhias ocidentais, eliminando o desconto sobre o preço de venda. No fim da década, o barril já vale US$ 1,80.

1971-1972: A OPEP, que detém na época dois terços das exportações mundiais de óleo bruto, inicia o processo de nacionalizações.

1973: Primeira crise do petróleo. Durante a guerra do Yom Kipur, a OPEP aumenta o preço do óleo de 70 a 100%. Os produtores árabes declaram um embargo aos países considerados pró-Israel (Estados Unidos e Holanda). O preço do óleo sobre 400% em cinco meses (17/10/1973 – 18/3/1974), com um novo aumento de 100% na conferência de Teerã em 23 de dezembro.

1975: Primeiro encontro dos chefes de Estado dos países-membros da OPEP, em Argel.

1978 – 1981: Segunda crise do petróleo. A revolução islâmica no Irã e a guerra Irã-Iraque provocam queda na produção e disparada de preços. A política da OPEP, que não teme mais a superprodução, torna-se mais agressiva. Oito altas de preço se sucedem. Em 1980, alguns carregamentos de óleo bruto eram negociados a mais de US$ 40 dólares o barril.

1982: A OPEP decide em Viena fixar cotas de produção, limitando o total a 18 milhões de barris diários, para manter a cotação. Como a Carta da OPEP permitia que essas cotas fossem somente referenciais, somente três países decidiram aplicá-las. A Arábia Saudita reduziu sua produção em dois terços.

1983: Em razão da queda nas vendas, a OPEP, que sofre a concorrência da política de diversificação de recursos energéticos praticada pelos países ocidentais, e a exploração de reservas fora de seu controle, baixa em 15% o preço de referência para o petróleo.

1986: Sob pressão de partidários da limitação de produção, uma conferência extraordinária da OPEP reúne-se em Genebra e decide manter um teto de 17 milhões de barris diários em março e abril. Em agosto, o volume diminui para 16 milhões de barris, mas esta medida não seria aplicada.

1997: A OPEP reúne-se em Jacarta e aumenta em 10% a produção sem levar em conta a crise asiática, provocando uma baixa de 40% na cotação. O preço do barril vai a US$ 10.

2000: Depois de nova alta no preço do barril de petróleo, a OPEP decide, numa conferência ministerial em Viena, aumentar em 3% a produção para segurar o preço do óleo bruto, que triplicou em um ano. O efeito da medida é quase nulo.

2002: A OPEP reduz a produção por um período de seis meses, com o objetivo de provocar uma alta na cotação do barril, que ficou abaixo de US$ 20 dólares em conseqüência da crise econômica mundial.

2003: Os ministros da OPEP decidem reintegrar o Iraque na organização.

2004-2005: A crescente demanda de petróleo nos Estados Unidos e na China provoca um pico histórico na cotação do barril, que supera US$ 50. Em abril de 2005, a cotação chegaria a US$ 70.

Fonte: *Le Monde Diplomatique Brasil*, 2006.

Em resumo, os choques do petróleo representaram um *turning point* a partir do qual o setor passou por numerosas inovações: tanto de natureza tecnológica (especialmente o desenvolvimento da exploração *offshore*), como também de natureza financeira, em virtude de uma crescente "comoditização" do produto, e da utilização de modernos mecanismos de gerenciamento de risco. O óleo passou a ser vendido como uma *commodity* em bolsas de mercadorias e a ter seu preço definido no mercado *spot*[8], estando portanto sujeito a incertezas.

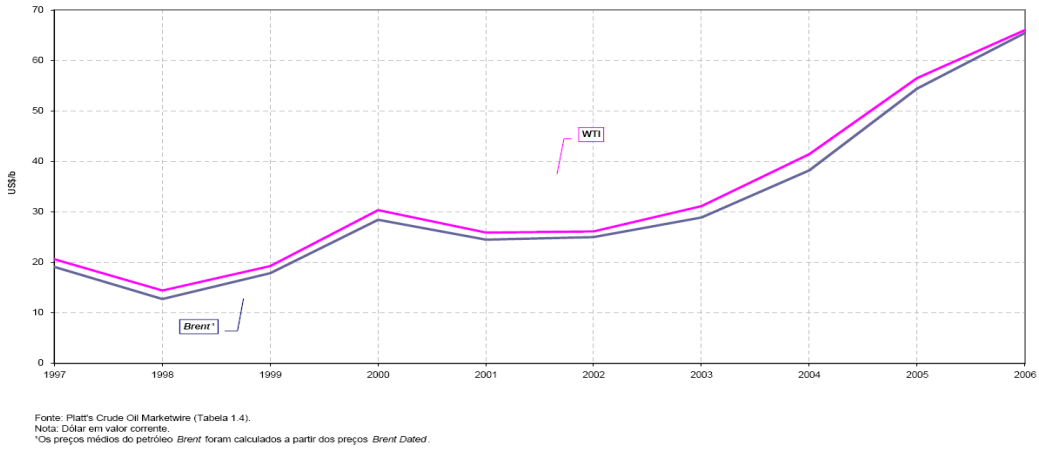
Isso equivale a dizer que as relações de poder na indústria internacional do petróleo têm passado por mudanças importantes, ao longo do tempo. Até os anos 60, as maiores firmas do setor (Standard Oil, Shell, BP, Texaco, Mobil, Chevron, Gulf) dominavam o campo por meio de cartéis. Esse sistema foi, como vê no Quadro 9, substituído nos anos 70 pelo poder de barganha dos produtores, quando a OPEC paulatinamente adquiriu controle sobre os preços, nacionalizando as antigas concessões. Entretanto, na década seguinte, a ameaça de produtos substitutos, colocada tanto pelo cru proveniente de países não-membros da OPEP como pelas fontes de energia alternativas, transferiu o poder de barganha para os compradores, na medida em que mais óleo não-OPEP era negociado nos mercados *spot* e de futuros. Como resultado, a OPEP perdeu o controle que detinha, e a competição "intra-indústria" tem se tornado a força dominante no campo do petróleo desde então (PODOLNY e ROBERTS, 1998).

Ainda que o custo de produção varie muito de região para região, o preço de cada tipo de petróleo é o mesmo internacionalmente. São características tais como a localização geográfica da reserva, a qualidade e a quantidade de óleo que influenciam o seu custo. Assim, as regiões que possuem o menor custo de produção auferem lucros extraordinários (ALMEIDA, *apud* FREITAS, 2003). Nos últimos três anos, os preços do petróleo conheceram um incremento real que, descontada a inflação, os coloca nos mesmos patamares da crise de 1980. Em setembro de 2003, o barril de óleo bruto valia um pouco menos de US$ 25 dólares na Bolsa de Nova Iorque. Em agosto de 2005 já havia subido para mais de US$ 60 dólares/barril. Durante a maior parte de 2006 os preços mantiveram-se num platô acidentado, registrando altas e baixas, até começarem a subir de novo em 2007. Em novembro deste ano os preços alcançaram o recorde histórico de US$ 97 dólares/barril (WALT, 2007). A Figura 19, a

[8] O termo "*spot*" é usado nas bolsas de mercadorias para se referir a negócios realizados com pagamento à vista e pronta entrega da mercadoria, em oposição aos mercado a futuro e a termo. A entrega, aqui, não significa entrega física, mas sim a entrega de determinado montante de dinheiro correspondente à quantidade de mercadoria negociada. Um exemplo de mercado *spot* é o mercado de petróleo do porto de Roterdã, na Holanda.

seguir, retrata esta curva apenas parcialmente, uma vez que detém-se no início de 2006, não registrando o aumento superior a 50% que veio a ocorrer depois.

Figura 19: Evolução dos preços médios anuais no mercado *spot* dos petróleos dos tipos Brent e West Texas Intermediate (WTI) - 1997-2006



Fonte: *Anuário Estatístico* (ANP, 2007).

6.1.1. A cadeia do petróleo

A indústria petrolífera depende de uma longa cadeia produtiva, a qual tem início com a prospecção (ou exploração), cujo objetivo é descobrir novas jazidas, seja em terra ou no mar. Uma vez ocorrida uma descoberta, passa-se à segunda etapa, que é o desenvolvimento do campo, e depois à etapa seguinte, de produção, que consiste na extração e no preparo do petróleo bruto para movimentação. A quarta etapa é o transporte, seguida pela etapa de refino, onde o petróleo é transformado em derivados (gás, nafta, gasolina, querosene, diesel, óleo lubrificante, etc). Finalmente, a distribuição envolve a comercialização por atacado dos derivados. O segmento inicial dessa cadeia é chamado de *upstream*, e inclui as etapas de exploração, desenvolvimento e produção dos campos. Já o transporte, o refino e a distribuição fazem parte do segmento conhecido como *downstream*.

A cadeia do petróleo é marcada pela complexidade, pela constante evolução tecnológica e pela intensidade de capital. Além disso, um dos aspectos mais importantes relacionados à indústria petrolífera é o enorme risco envolvido, o que tem levado, historicamente, a uma busca constante por integração vertical[9] entre os diferentes ramos da cadeia, e também por

[9] O termo "integração vertical" é indicativo da medida em que uma firma controla seus fornecedores a montante e seus compradores a jusante. Companhias verticalmente integradas compartilham uma mesma hierarquia e proprietário. Geralmente cada membro da hierarquia é responsável por um bem ou produto diferente, que juntos combinam-se para satisfazer uma necessidade em comum.

integração horizontal[10]. A busca por integração vertical explica-se sobretudo pelo risco associado ao segmento de exploração e produção (E&P). Esse segmento absorve a maior parte dos dispêndios de capital da indústria, dadas as dificuldades de se realizar descobertas, além dos vultosos investimentos necessários para que se façam o levantamento das características geológicas e geofísicas dos terrenos e a perfuração dos poços; isso significa que apenas empresas muito capitalizadas podem participar do processo, o que representa uma forte barreira à entrada de novos concorrentes (ALMEIDA, *apud* FREITAS, 2003).

Quanto à busca por integração horizontal, esta justifica-se pela distribuição desigual das jazidas ao redor do mundo, o que cria elevadas rendas diferenciais para os produtores das regiões com reservas maiores e de mais fácil exploração. Tal irregularidade é responsável por uma estrutura de custos profundamente díspar entres as regiões produtoras, disparidade essa que não se registra em nenhuma outra indústria, extrativa ou não. O custo mínimo dos antigos campos de exploração no Oriente Médio é de menos de um dólar por barril, enquanto o custo por barril nos campos marginais no Mar do Norte chega a oscilar entre US$ 15 e 25 dólares (ALVEAL, *apud* CANELAS, 2004).

Conforme salientam diversos autores, a indústria do petróleo distingue-se das demais atividades econômicas em razão de um conjunto de características que lhe são bastante peculiares; alguns consideram que essas peculiaridades acabam por tornar ineficaz o emprego das habituais soluções de mercado, e por justificar o uso de expedientes tradicionalmente preteridos por outras indústrias. Tais características são apresentadas a seguir, segundo sistematização feita por Nakamura (2005):

> a) Em primeiro lugar, a indústria petrolífera realiza importantes **economias de escala** em todos os elos da cadeia, o que traz fortes conseqüências para a estrutura de mercado daí resultante, além de explicar os níveis de concentração observados na indústria e o tamanho médio das firmas participantes.
>
> b) Em segundo lugar, os **riscos** aos quais estão expostas as empresas do setor são tão significativos que as obrigam a empreender ações incomuns a qualquer outra atividade econômica. Basicamente, a indústria petrolífera está exposta a riscos de três naturezas. Tal como as demais atividades extrativas minerais, ela está sujeita ao *risco geológico*,

[10] O termo "integração horizontal" descreve uma estratégia de negócios utilizada por empresas que buscam vender um determinado tipo de produto em numerosos mercados. Para conseguir essa cobertura, várias subsidiárias menores são criadas, e cada uma delas oferece o produto a diferentes áreas geográficas ou segmentos do mercado.

ou seja, ao risco de que os esforços envidados na busca e desenvolvimento de novas jazidas não sejam recompensados. Isso influencia o tamanho das firmas, no sentido que apenas aquelas capazes de realizar um número suficientemente grande de atividades exploratórias – sempre altamente custosas - podem, com alguma segurança, se aproximar dos percentuais médios de sucesso.

Como já vimos, a indústria petrolífera baseia-se na exploração de um recurso escasso, não renovável, e cuja distribuição ocorre de forma extremamente desigual e concentrada. Ora, a atuação em localidades com características diferentes tende a reduzir o risco geológico; todavia, esta estratégia pode trazer consigo uma nova fonte de riscos, desta vez de natureza *política*. Estes riscos decorrem da atuação sob regimes sob os quais não existe uma estrutura institucional consistente e estável ao longo do tempo, o que levanta a possibilidade de que surjam mudanças inesperadas e desfavoráveis às empresas petrolíferas que ali operam. Todos esses fatores seriam responsáveis pelo emprego de estratégias de cooperação:

> *"Para diluir os riscos, as empresas petrolíferas desenvolveram uma estratégia de integração horizontal onde fosse possível, operando com grande escala, em muitos países, com diferentes níveis de risco político e geológico, com diferentes programas de investimento exploratório (...). Tudo isso levou, inevitavelmente, à cooperação entre várias firmas."*(CLÔ, *apud* NAKAMURA, 2005).

A terceira fonte de incertezas está relacionada à *trajetória futura dos preços do petróleo*. Os investimentos realizados hoje somente serão recompensados no futuro, com base num nível de preços ainda desconhecido. Tradicionalmente, tais riscos eram minimizados através de uma política deliberada de estabilização dos preços, e do estabelecimento de contratos de longo prazo. Mas com o fim da estabilidade dos preços, após o primeiro choque do petróleo, este papel passou a ser, progressivamente, desempenhado pelos mercados futuros.

Dentre os expedientes adotados para fazer face a esses três tipos de risco, contam-se a internacionalização, as fusões e aquisições, os contratos de cooperação e o

autofinanciamento[11] (dado o desinteresse do mercado de crédito em investir a quantidade de capital necessário, neste setor).

c) Em terceiro lugar, a realização de economias de escala levou o setor petrolífero a organizar-se de maneira **oligopolizada**. Isso significa que a indústria é dominada por um número relativamente pequeno de empresas, com suficiente poder de mercado para permitir a cada uma tomar conhecimento e responder às ações das empresas rivais. O Quadro 10, abaixo, oferece uma classificação dos diferentes tipos de empresas que compõem o campo internacional do petróleo nos dias atuais.

Quadro 10: Tipologia das companhias petrolíferas

Companhias Petrolíferas: Uma Tipologia

Supercompanhias ou Supermajors: As maiores companhias petrolíferas do mundo. São internacionais e têm operações verticais integradas, incluindo a prospecção, produção e operações comerciais "a jusante" (downstream), como, por exemplo, postos de gasolina e outras operações. Com a consolidação da indústria petrolífera, as supermajors agora incluem: a Shell, a BP e a Total, na Europa; e, nos EUA, a ExxonMobil e a ChevronTexaco. Estas companhias têm um alto nível de visibilidade por parte do consumidor e, por isso, são mais susceptíveis às acções dos consumidores.

Grandes Companhias ou Majors: Outras companhias grandes de petróleo, que não se aproximam da dimensão das supermajors. Estas incluem: ConocoPhilips, Occidental Petroleum e Unocal.

Independentes: Companhias menores, dedicadas às áreas de negócio colocadas "a montante" (upstream), ou de prospecção e, por vezes, de produção. Estas incluem: Amerada Hess, Marathon, Talisman e outras.

Companhias Nacionais de Petróleo (National Oil Companies, ou NOCs): Normalmente uma empresa estatal ou para-estatal. As NOCs controlam a maioria da produção no Médio Oriente e são significativas noutros países como o Brasil (Petrobras) e Malásia (Petronas). Na maioria dos países africanos, a NOC não é uma operadora, criando antes parcerias com companhias estrangeiras com capital e capacidades técnicas. As NOCs comercializam frequentemente o "lucro do petróleo", proveniente de acordos de produção partilhada.

Fonte: Gary e Karl, 2003.

d) Em quarto lugar, as principais empresas do setor atuam de forma **verticalmente integrada** em toda a cadeia do produto. Dentre os ganhos associados à integração

[11] Ainda segundo NAKAMURA (2005), entre 70 e 80% do capital necessário na indústria petrolífera é levantado pela própria empresa; no segmento de E&P, este percentual alcança 100%.

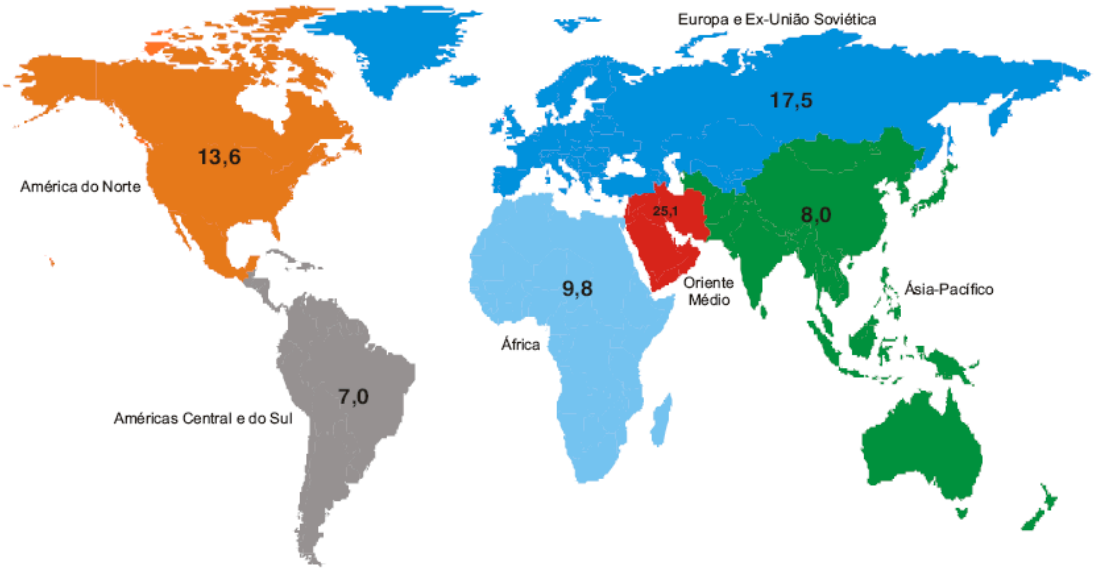
vertical, podem ser citados a redução dos custos de transação, a redução das incertezas quanto ao fornecimento de insumos, e o aproveitamento de soluções tecnológicas em diferentes etapas do processo.

Durante a década de 90, as alianças estratégicas no campo empresarial petrolífero evoluíram para cobrir todos os ramos da cadeia. Foi nesse período que se pôde testemunhar o ápice da onda de fusões e aquisições, a qual deu origem às *supermajors* tais como as conhecemos hoje: BP Amoco, Chevron Texaco, TotalFinaElf e ExxonMobil surgiram nessa época, como resultado da união de *majors* anteriores. O motivo preponderante para as fusões residiu no fato de que as empresas buscaram aumentar suas escalas e horizontes de produção no curto prazo, sem precisar incorrer nos custos de esforços exploratórios adicionais (PODOLNY e ROBERTS, 1998; CANELAS, 2004).

A existência de grandes vantagens comparativas na produção de determinado bem faz com que, em certos países, o retorno dos investimentos nessa atividade seja tão alto a ponto de impedir uma aplicação significativa de capital em outros setores, o que leva o país em questão a especializar-se na exportação desse produto, e a usar as divisas assim obtidas para importar os bens e serviços que não produz. Essa situação pode ser observada em muitos dos principais exportadores de petróleo, como os membros da OPEP, por exemplo. Sendo assim, os países de relevância estratégica para a indústria mundial do petróleo podem ser divididos em dois grupos: de um lado, aqueles altamente industrializados, que são os maiores consumidores de óleo mas que, em geral, não possuem reservas do mesmo. Do outro lado, os países da OPEP, exportadores de óleo cru, porém responsáveis por pequeno consumo do produto, em virtude do pouco dinamismo de suas economias. Enquanto nos países mais desenvolvidos a participação da indústria de petróleo no PIB não ultrapassa a faixa de 3 a 6 %, nos países grandes exportadores esta participação se situa em torno de 70 a 90% (CANELAS, 2004).

A Figura 20, a seguir, proporciona uma visão geral de como está espalhada a produção de petróleo pelo mundo, atualmente.

Figura 20: Produção de petróleo, segundo regiões geográficas – 2005 (milhões barris/dia)



Fontes: ANP/SDP; BP Amoco (Tabela 1.2).
Nota: Inclui óleo de xisto, óleo de areias betuminosas e LGN, exceto para o Brasil. Para o Brasil, inclui LGN e não inclui óleo de xisto e óleo de areias betuminosas.

Fonte: *Anuário Estatístico* (ANP, 2006).

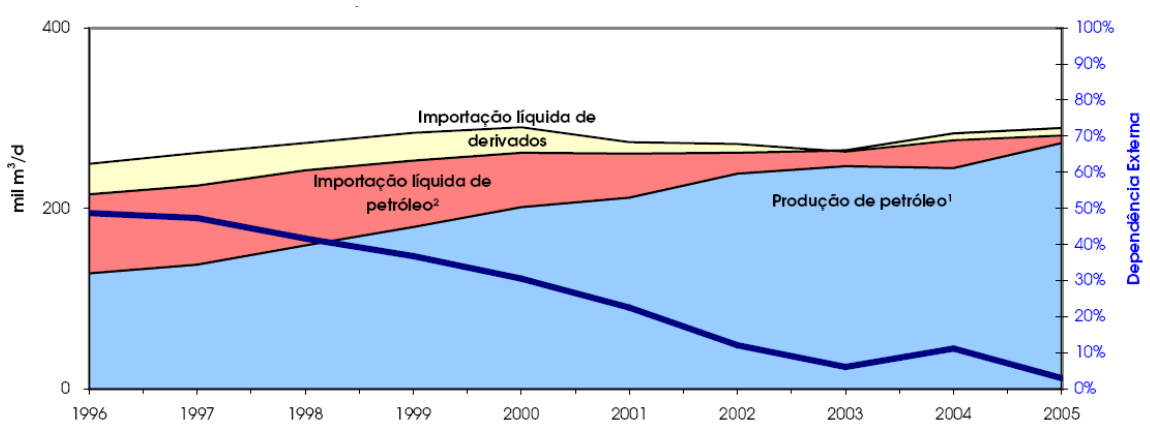
Além dos países-membros da OPEP, também o Reino Unido, a Noruega, o Canadá, os EUA, o México, a Rússia, a China e o Brasil destacam-se no cenário internacional como países com elevada produção (e consumo) de petróleo. Possuem um parque industrial bastante diversificado e, no caso dos quatro primeiros, um alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Dentre eles, apenas o Reino Unido, a Noruega, o Canadá, o México e a Rússia são auto-suficientes na produção de óleo cru. Já os EUA são grandes produtores, porém precisam importar mais de 60% do que consomem. A China, embora tenha um peso significativo como produtora de petróleo (mais de 3,7 milhões/bpd), depende ainda de importações para atender ao consumo interno (7,4 milhões/bpd). As Tabelas 7 e 8, nos Anexos, dão uma idéia exata de como está distribuída a produção de petróleo e de gás natural no mundo hoje, segundo países, regiões geográficas e blocos econômicos.

O Brasil, por sua vez, de acordo com dados referentes a 2006, é classificado como o 13º. maior produtor mundial de petróleo e o seu 8º. maior consumidor (BP, 2007). Na última década o país viu sua dependência externa de petróleo e derivados diminuir de maneira expressiva, como mostra a Figura 21, graças notadamente ao sucesso obtido pela Petrobras na exploração em águas profundas e ultra-profundas[12]. Em 21 de abril de 2006, o Presidente Lula

[12] No Brasil, a Petrobras considera como águas rasas aquelas de lâmina d'água inferior a 400 metros de profundidade, águas profundas como superior a 400 metros de profundidade, e águas ultra-

comemorou em cerimônia pública - bastante divulgada pela mídia - a auto-suficiência em abastecimento de óleo que teria sido finalmente alcançada pelo país, embora existam controvérsias a este respeito[13] (MEDINA, 2008).

Figura 21: Evolução da dependência externa de petróleo e seus derivados – Brasil 1996 - 2005



Fontes: ANP/SDP; MDIC/SECEX; Petrobras/ABAST; Petrobras/SERPLAN (Tabela 2.48).
Nota: Dados trabalhados pela ANP/SPP.
¹Inclui condensado e outras parcelas componentes do LGN (GLP e C_5^+), conforme classificação da Portaria ANP n.º 009/00. ²Inclui condensado, mas não inclui outras parcelas componentes do LGN (GLP e C_5^+), conforme classificação da Portaria ANP n.º 009/00.

Fonte: *Anuário Estatístico* (ANP, 2006).

No que toca ao gás natural, a Rússia e os EUA são, de longe, os maiores produtores (612 e 524 bilhões de m^3 por ano, respectivamente). Todavia, vale notar que, enquanto a produção na América do Norte é quase seis vezes maior do que na América do Sul (vide a Figura 22, abaixo), as reservas disponíveis em ambas são praticamente equivalentes (cf. Figura 17). Os EUA são responsáveis por 18,5% do gás natural produzido no mundo, e consomem 22%; o

---

profundas como de lâmina d'água superior a 1000 metros (como na Bacia de Campos). Cerca de 80% da produção brasileira vem de águas profundas.

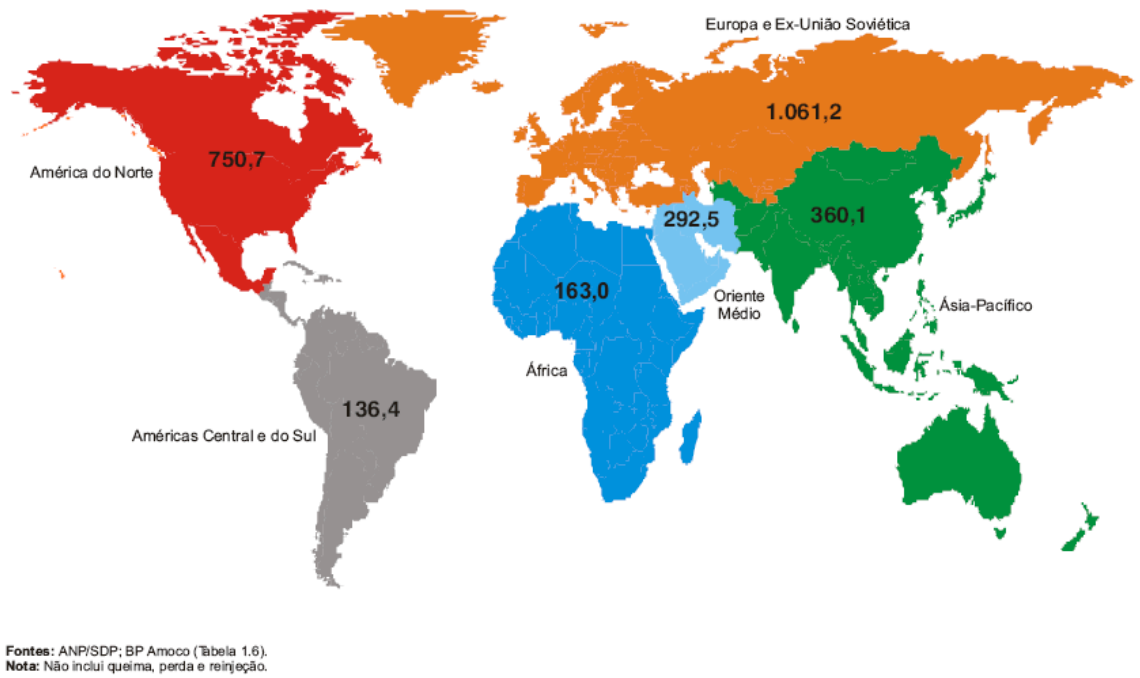
[13] Segundo reportagem publicada pela *Folha de São Paulo*, o déficit na balança comercial de petróleo aumentou em 2007, apesar da suposta auto-suficiência na produção do combustível, proclamada no ano anterior. O jornal afirma que a quantidade de petróleo importada pelo país de janeiro a outubro de 2007 cresceu quase 17% em comparação com o mesmo período de 2006. O déficit na transação comercial do combustível subiu de US$ 2,141 bilhões para US$ 4,457 bilhões – ou seja, mais do que duplicou. Diz o jornal:

> *"De janeiro a outubro de 2006, o Brasil importou 17,7 bilhões de litros de petróleo. Em igual período de 2007, a quantidade subiu para 21,3 bilhões de litros, segundo informa a ANP (Agência Nacional do Petróleo). Na compra do petróleo no mercado internacional, o país gastou aproximadamente US$ 7,7 bilhões em 2006 (até outubro). Em 2007, esse valor subiu para cerca de US$ 9,5 bilhões. A auto-suficiência não é alcançada na prática por causa das características do petróleo produzido no Brasil. O país produz óleo pesado (mais viscoso, mais barato) e não tem condições de refinar essa matéria-prima e produzir derivados (óleo, gasolina, querosene etc). O refino do petróleo pesado é mais caro e tem dificuldades técnicas. Por isso, é necessário importar petróleo leve (menos viscoso, mais caro) e misturar ao pesado."* (MEDINA, 2008).

Brasil produz 0,4% e consome 0,7% (o gás natural já responde por cerca de 10% da matriz energética brasileira).

A maior parte do consumo de gás no mundo é usada em processos industriais (44% do total consumido em 2004, e 43% do consumo de gás projetado para 2030). Com a expectativa de que os preços do petróleo permaneçam elevados durante todo esse período (em comparação com os níveis históricos), estima-se que o gás natural venha, até certo ponto, a tomar o lugar dos combustíveis líquidos na indústria (IEA, 2007).

Figura 22: Produção de gás natural, segundo regiões geográficas - 2005 (bilhões m^3)



Fonte: *Anuário Estatístico* (ANP, 2006).

6.1.2. A indústria do petróleo no Brasil: aspectos gerais

A consolidação da indústria do petróleo no Brasil foi palco de um grande debate que, à época, agitou os movimentos sociais, afetou a opinião pública e dividiu as esferas de poder quanto à sua implementação. Resultado da luta "o petróleo é nosso", a Petrobras foi fundada em 1953, no bojo de um projeto das elites nacionais que visava a implantação de indústrias de base no país, e em meio à polarização de concepções liberais, defensoras dos interesses estrangeiros na economia doméstica, e de ideais comprometidos com a plena nacionalização da indústria.

Desde o início, a industrialização brasileira havia se baseado em um modelo de desenvolvimento econômico que privilegiava os combustíveis fósseis. À medida em que esses recursos tornavam-se imprescindíveis para o crescimento do país, o Estado passou a intervir cada vez mais para assegurar o suprimento de petróleo e gás natural, adotando ações que terminaram resultando na criação, durante o governo Getúlio Vargas, de uma empresa petrolífera pública, a exemplo do que já havia ocorrido no México em 1938 e no Irã em 1951. O capital internacional foi proibido de participar na Petrobras, ao tempo em que era dada ampla autonomia para que a empresa se desenvolvesse; a meta era encontrar petróleo em quantidade que garantisse a auto-suficiência do Brasil e atendesse aos imperativos de um consumo que crescia. Mesmo assim, o debate sobre a liberalização da exploração petrolífera prosseguiu, e, após o suicídio de Vargas, a Federação das Associações Comerciais apelou ao novo governo – sem sucesso - para que permitisse aos trustes internacionais explorar a metade dos terrenos petrolíferos brasileiros, reservando o restante aos interesses do Estado. A justificativa era de que somente com ajuda externa seria possível realizar um levantamento adequado do potencial das reservas nacionais. Entrementes, as reservas de petróleo bruto subiram de 150 milhões de barris, em 1954, para 620 milhões em 1959; em 1960 a produção ultrapassou a marca dos 100 mil barris por dia. Não à toa, por volta de 1960 (e talvez até o final dos anos 80), criticar a companhia era equivalente a trair o país, pois ela simbolizava um projeto de sociedade baseado na soberania e no desenvolvimento nacionais (LUCENA, 2001).

As atividades da Petrobras podem ser subdivididas em duas fases distintas. Na primeira delas, desde sua criação em 1953 até o final dos anos 70, ainda que houvesse clara preocupação com as áreas de exploração e produção, o foco dos investimentos foram as etapas situadas no *downstream* da cadeia de valor, isto é, o segmento de refino e transporte. Porém, uma vez implantado e desenvolvido o abastecimento, e em resposta às graves demandas impostas pelos choques do petróleo da década de 70, maiores esforços foram dedicados às etapas *upstream*, especialmente às atividades de E&P em bacias marítimas (MARTINS, 2002).

Foi somente a partir da Lei 9.478, promulgada em 1997, que tiveram início as reformas institucionais na indústria brasileira de petróleo e gás. A assim chamada Lei do Petróleo[14] veio estabelecer um novo arcabouço regulatório para o setor, quebrando o monopólio estatal e flexibilizando as regras para a participação do capital privado, seja nacional ou estrangeiro. O

[14] A Lei 9.478 dispõe sobre a política energética nacional, institui o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que tem por atribuição assessorar a Presidência da República na formulação de políticas e diretrizes para o setor energético brasileiro, e a Agência Nacional do Petróleo (ANP), autarquia vinculada ao Ministério de Minas e Energia, responsável pela regulação setorial.

objetivo declarado era introduzir a concorrência por meio da redução de restrições à entrada de novas firmas e de recursos externos, esperando que as reformas assim empreendidas deslanchassem um novo ciclo de investimentos na indústria. A abertura do setor teve como marco inicial o chamado *Round Zero* da ANP; nesse evento, ocorrido em agosto de 1998, a ANP e a Petrobras assinaram 397 contratos de Concessão de áreas (ou blocos) de E&P[15] (ANP, 2007b).

As rodadas de licitações subseqüentes surgiram da devolução de parte destas áreas e da outorga de novas áreas. Todas as *majors* que já estavam no país antes da flexibilização do monopólio, atuando na distribuição (Shell, ChevronTexaco, ExxonMobil e o grupo italiano ENI), participaram dos leilões e concretizaram seu interesse pelo *upstream* brasileiro adquirindo concessões de blocos na condição de operadoras - um movimento indicativo, ainda que incipiente, do interesse dessas empresas em verticalizar sua participação no mercado doméstico. As novas entrantes *majors* foram a BP Amoco, TotalFinaElf e Repsol-YPF.

Não obstante, o maior grupo neste novo cenário veio a ser constituído por médias e pequenas empresas. Empresas nacionais antigas, como a Ipiranga, e estreantes, como a PetroRecôncavo e a Starfish, além de companhias internacionais com destacada atuação no Mar do Norte, EUA, Golfo do México, Canadá e outras regiões do mundo (Norse, Kerr-Mcgee, Anadarko, Devon, etc) arremataram blocos *onshore* e *offshore*, quer como operadoras ou como parceiras. Os novos atores começaram a marcar posição, buscando ampliar reservas, integrar a cadeia, alcançar novos mercados e consolidar sua participação no continente.

Segundo a ANP (2007b), o Brasil possui hoje 29 bacias sedimentares de interesse para a pesquisa de hidrocarbonetos - o equivalente a 7,5 milhões de km² (dos quais cerca de 2,5 milhões de km^2 localizados no mar), porém menos de 4% dessas áreas estão sob concessão para as atividades de exploração e produção. Todas as bacias sedimentares brasileiras já foram, em algum momento, pesquisadas pela Petrobras com maior ou menor intensidade. Em algumas delas, ocorreram descobertas logo na fase inicial de exploração e o número de poços perfurados cresceu rapidamente; em outras, tal sucesso não se deu. As maiores jazidas terrestres a serem descobertas, nos anos 50, foram as do Recôncavo Baiano, de Sergipe e de Alagoas; nos anos 70, a Bacia do Espírito Santo; e em meados dos anos 80, as bacias Potiguar, no Rio Grande do Norte, e do Solimões, no Amazonas. No final da década de 60, o

[15] As Rodadas de Licitações para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural são realizadas periodicamente pela ANP e constituem, desde a promulgação da Lei do Petróleo, o único meio legal para a concessão do direito de exercer essas atividades econômicas no Brasil (ANP, 2007b).

grande destaque foi a primeira descoberta de petróleo no mar, sob lâmina d'água de 30 metros (o Campo de Guaricema, no litoral de Sergipe). Depois de Guaricema, a Petrobras intensificou suas investidas exploratórias na plataforma continental brasileira e descobriu petróleo no litoral de vários estados. Na década de 70, o fato mais significativo na área de E&P foi a descoberta do campo de Garoupa, na Bacia de Campos, Estado do Rio de Janeiro, sob lâmina d'água de 124 metros. Já nos anos 80 e 90, as descobertas de campos gigantes de petróleo em águas profundas (Marlim e Roncador) transformaram a Bacia de Campos na mais importante área produtora brasileira (CERQUEIRA e RIBEIRO, 2005). Desde novembro de 2007, porém, esse título passa a ser disputado pelo campo de Tupi, na bacia de Santos, cujas reservas de 5 a 8 bilhões de barris de petróleo e gás natural, anunciadas pela Petrobras, fazem dele o maior já descoberto no Brasil.

Figura 23: Bacias sedimentares brasileiras

Fonte: Cerqueira e Ribeiro, 2005.

Antes da Lei do Petróleo, o monopólio da União sobre todas as atividades no *upstream* e no *downstream* era exercido exclusivamente pela Petrobras, ao passo que dentro do marco legal atual a União contrata empresas, estatais e privadas, para a realização das atividades que são objeto do monopólio. Compete à ANP, na condição de órgão regulador do setor, promover

estudos visando à delimitação de blocos; realizar as licitações para concessão de exploração, desenvolvimento e produção; celebrar os contratos delas decorrentes; e fiscalizar a sua execução. Quaisquer empresas, nacionais ou estrangeiras, desde que devidamente habilitadas, podem participar dessas licitações; todavia, para tornarem-se concessionárias devem ser constituídas sob as leis brasileiras, com sede e administração no País (ANP, 2007b).

Para induzir à eficiência na prospecção de hidrocarbonetos, a ANP adotou as seguintes regras nos contratos de concessão: a) os prazos estipulados para que os concessionários realizem os investimentos obrigatórios do programa exploratório mínimo são garantidos por cartas de crédito, nos valores totais estimados para estes investimentos; b) caso o investimento não ocorra dentro do prazo, essas garantias são executadas e o concessionário perde a concessão; e c) o concessionário é obrigado a devolver a cada dois ou três anos parte da área de concessão, caso não sejam realizadas descobertas.

De acordo com dados da ANP (2007b), em agosto de 2007 havia 60 grupos econômicos - 32 de origem brasileira, inclusive a Petrobras, e 28 grupos de 13 outros países (EUA, Reino Unido, Canadá, Noruega, Itália, Japão, Dinamarca, Argentina, Portugal, Espanha, Holanda, Coréia do Sul, França) – atuando no Brasil em atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, 20 dos quais eram concessionários de pequeno e médio porte.

Quadro 11: Concessionários ativos no Brasil (exploração, desenvolvimento e produção) – 2007

Alcom	Devon	NewField	Repsol
Alpetro	Egesa	Nexen	Severo & Vilares
Amerada Hess	El Paso	Norse	Shell
Anadarko	Encana	Oil M&S	Silver Marlin
Alcom	ENI	Orteng	Sinalmig
Arclima	ERG	Panergy	SK
Aurizonia	Esso	Partex	Starfish
BG	Genesis 2000	Petrobras	Statoil
BrazAlta	Hydro	Petrogal	Synergy
C. Foster	Inpex	PetroRecôncavo	TDC
Cheim	Ipiranga	Phoenix	TotalFinaElf
Chevron	Kerr-McGee	Proen	Tarmar
Codemig	Koch	Quantra	Unocal
Construtora Pioneira	Logos	Queiroz Galvão	Vitória Ambiental
Delp	Maersk	RAL	W.Washington

Fonte: ANP, 2007b.

Apesar de tudo, a Petrobras continua responsável por perto de 100% da produção e do processamento de óleo bruto no Brasil; a Royal Dutch/Shell é a única outra empresa que efetivamente produz petróleo no país, com cerca de 40 mil barris por dia (REUTERS, 2006). Mas não apenas no *upstream* as transformações foram significativas. No *downstream*

igualmente ocorreram mudanças; em 1998, os subsídios foram gradualmente reduzidos e houve uma flexibilização das condições de entrada nas atividades de distribuição e revenda. A Petrobras, no entanto, continuava ainda sendo a única empresa autorizada a importar gasolina e diesel. Em janeiro de 2002, a ANP estabeleceu um novo modelo regulatório que propiciou a abertura total do setor, e os preços dos derivados, assim como as importações, foram liberados para aumentar o suprimento interno (FREITAS, 2003). Não obstante, este segmento permanece praticamente inalterado, uma vez que existiam apenas duas refinarias privadas (Ipiranga e Manguinhos) e a Petrobras, dona de 16 refinarias, segue respondendo por cerca de 95% das atividades[16].

A importância econômica do setor de petróleo e gás para o Brasil, nos dias atuais, pode ser facilmente demonstrada através de números bastante impressionantes - e talvez, por isso mesmo, refratários a questionamentos orientados por preocupações outras, de natureza não-econômica[17]. A seguir, alguns dados compilados pelo Instituto Brasileiro do Petróleo e Gás - IBP (2007):

- O crescimento do PIB brasileiro na última década foi de 27%, enquanto o setor petroleiro cresceu 318% no mesmo período.
- A participação do setor no PIB aumentou de 3%, em 1997, para 12% em 2006.
- Em 2002 foram pagos R$ 5,9 bilhões em *royalties* e em participação especial para 17 Estados e 808 municípios. Estima-se que em 2006 tenham sido pagos R$ 20 bilhões, um aumento de 238%.
- Os investimentos projetados pelo setor, para o período de 2007 a 2011, são de US$ 100 bilhões de dólares (US$ 75 bilhões a serem realizados pela Petrobras, e US$ 25 bilhões por outras empresas).
- Em 2002, as contribuições e tributos pagos pelo setor (ICMS, INSS, FGTS, ISS, IPI) foram de R$ 59,4 bilhões (mais de 15% da arrecadação total).

---

[16] A refinaria Ipiranga foi adquirida em março de 2007 pela Petrobras, pelo Grupo Ultra e pela Braskem.

[17] Os dados acima fazem parte de uma apresentação realizada pelo IBP, em maio de 2007, para a Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, chamando a atenção para os *"entraves administrativos no licenciamento ambiental"*, para a *"morosidade na concessão de licenças"*, e para os prejuízos daí decorrentes para as empresas do setor. Dentre as sugestões apresentadas, a de que a Lei de Compensação Ambiental fosse aplicada apenas a projetos que houvessem sido implantados ***após*** sua promulgação, ***sem retroatividade***; e aplicada somente a empreendimentos *"de significativo impacto ambiental, desde que negativos e não mitigáveis, e em percentual não superior a 0,5% do investimento líquido dos empreendimentos."*

- Previsão de 1,8 milhão empregos diretos e indiretos a serem criados até 2012.

Tecendo as mesmas loas por meio de outros dígitos, a ANP avalia o processo de reconfiguração por que passou a indústria brasileira do petróleo, desde o fim do monopólio estatal, da seguinte maneira:

> *"Desde a instituição, em 1997, do atual regime regulador para o setor até 2006, as reservas provadas brasileiras de petróleo* ***saltaram*** *de 7,1 bilhões para 12,2 bilhões de barris; as reservas provadas de gás natural* ***cresceram*** *de 228 bilhões de m³ para 348 bilhões de m³. A produção anual de petróleo, no mesmo período,* ***aumentou*** *de 306 milhões de barris para 629 milhões de barris –* ***volume que marcou a auto-suficiência do Brasil em produção de petróleo*** *– e a produção anual de gás natural passou de 9,8 bilhões de m³ para 17,7 bilhões de m³. (...) Desde 1997, a indústria do petróleo e gás natural* ***cresceu mais de 300% em termos monetários****. Entre 1997 e 2006, a* ***contribuição do setor*** *para a formação do Produto Interno Bruto (PIB) passou de 2,75% para cerca de 10%. Para o período 2006-2010, os investimentos mínimos declarados à ANP pelas atuais concessionárias são de US$ 33,8 bilhões****, cifra que poderá crescer*** *com as atividades decorrentes de* ***possíveis novas descobertas****."*[18] (ANP, 2007b).

Apesar do que diz a ANP, há dúvidas sobre os benefícios obtidos pelos consumidores nos últimos dez anos. Os preços dos combustíveis, derivados e gás mantêm-se elevados (uma das primeiras medidas tomadas após o fim do monopólio foi o alinhamento dos preços com o mercado internacional, medida que beneficiou notadamente as empresas privadas, as quais sentiram-se estimuladas a entrar no mercado brasileiro), atingindo toda a cadeia de preços de alimentos, matérias primas e outros produtos; a tão ansiada auto-suficiência na produção de petróleo permanece, ao menos em termos de balança comercial, uma quimera não atingida; e a crise no abastecimento de gás natural, no final de 2007, colocou a nu a possibilidade bem real de um novo "apagão" energético no país.

---

[18] Grifos meus; note-se que a síntese aponta, toda ela, para cima, para o sucesso e para um futuro ainda mais auspicioso. Dada a necessidade de legitimar a quebra do monopólio (e a sua própria existência), como poderia a ANP pronunciar-se de forma diferente? Por outro lado, observe-se a nada negligenciável discrepância entre o volume de investimentos projetados pela ANP para o período 2006-2010 (US$ 33,8 bilhões) e aquele projetado pelo IBP para 2007-2011 (US$ 100 bilhões). Como sói acontecer sempre que se faz esgrima com números colossais, o "homem da rua" simplesmente não tem como mensurar o que efetivamente está em jogo.

A Direção da Área Internacional da Petrobras avaliava, cinco anos após a quebra do monopólio, que naquele tipo de cenário a Petrobras *"teria que se reinventar, mudar com os novos tempos"* [19]. Tendo em vista a abertura de mercado e a globalização econômica, não faria mais sentido para a empresa *"se limitar às fronteiras domésticas, é preciso ir além dos mercados nacionais"*, afinal *"a Petrobras mudou muito, perdeu o monopólio, mas ganhou em liberdade"*. De fato, mudar a imagem da empresa envolveu a criação, em 1999, de um novo plano estratégico, baseado em três pilares: 1) consolidar o que foi construído, reformando para competir; 2) internacionalizar a empresa, comprando ativos no exterior; 3) e explorar os setores de energia elétrica e gás. Alguns pesquisadores julgam, porém, que *"internacionalizar é bastante válido para a 'Petro' e altamente duvidoso para o 'Bras', se levarmos em consideração que os problemas nacionais não têm sido atendidos, como o desemprego"* [20]. Para eles, a internacionalização somente é válida se, e quando, atende aos interesses nacionais - como, aliás, determina o primeiro objetivo da Lei de Petróleo. O paradoxo acentua-se ainda mais, ressaltam os críticos, se forem levadas em consideração as inúmeras bacias brasileiras, na Amazônia e nos Estados do Nordeste, que permanecem inexploradas, desperdiçando a possibilidade de geração de empregos via investimentos no Brasil. Outros, ainda, acusam a internacionalização de estar ligada a uma política ampla de destruição dos monopólios estatais e de formação de oligopólios, por meio de fusões entre empresas e da compra de companhias em outros países[21]. Essa política visaria reduzir o número de firmas que atuam no setor petrolífero no mundo, tornando-as ainda mais fortes (COM CIÊNCIA, 2002).

Por outro lado, na perspectiva da Petrobras, a internacionalização aparece sempre como algo inevitável e necessário, acima de tudo porque a entrada em mercados estrangeiros reduz a relação custo-capital da empresa, mais alto que o das empresas concorrentes devido, entre outras coisas, ao chamado risco-Brasil. No passado, a atuação da companhia no exterior ocorria, primordialmente, por intermédio da subsidiária Petrobras Internacional S.A. (Braspetro), criada em 1972 para desenvolver diretamente, ou por meio de suas controladas, as atividades relacionadas à indústria do petróleo. Todavia, com o término do monopólio estatal, uma série de eventos contribuíram para que essa estrutura organizacional fosse revista: em 1999 a Petrobras fez descobertas importantes de gás na Bolívia, onde comprou duas

---

[19] Jorge Camargo, diretor da Área Internacional da Petrobras em 2002, em entrevista à revista *Com Ciência* (2002).

[20] Giuseppe Bacoccoli, pesquisador da Coppe (RJ), em entrevista à revista *Com Ciência* (2002).

[21] João Rodrigues Neto, professor e pesquisador do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em entrevista à revista *Com Ciência* (2002).

refinarias; em 2000 foi criada a Área Internacional dentro da empresa, que passou a cuidar da exploração e da produção no exterior e também das outras atividades internacionais (refino, distribuição, comercialização, gás, energia e compras); e em 2001 a Petrobras trocou ativos com a empresa argentina Peres Companc, maior petrolífera privada da América Latina. Em função do novo direcionamento estratégico, voltado para a globalização das atividades, o modelo de Organização e Gestão, aprovado em abril de 2000, integrou em 2002 as atividades antes desempenhadas pela Braspetro à Petrobras. Nesse mesmo ano, 5% da receita da companhia provinha de projetos internacionais; a meta era atingir 20% (PETROBRAS, 2002).

Também para acompanhar esse objetivo estratégico, já em 1997 a marca da Petrobras para uso fora da América do Sul fora modificada: a cor do logotipo fora alterada de verde para azul. Entretanto, devido à continuidade do processo de internacionalização da companhia, e com a abertura das primeiras estações de serviço na Bolívia em 2001, um novo ajuste foi realizado: passou-se a utilizar somente o logotipo Petrobras em azul, sem o símbolo BR. Essa opção também foi adotada na Argentina, com a inauguração das primeiras estações de serviço naquele país, em 2002.

Figura 24: Logotipos da Petrobras (para o mercado interno e o mercado externo)

Fonte: PETROBRAS, 2007.

Hoje a companhia está presente em 26 países, além do Brasil: 11 deles nas Américas (Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, EUA, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela), seis na África (Angola, Líbia, Moçambique, Nigéria, Senegal, Tanzânia) e nove na Eurásia (China, Cingapura, Índia, Irã, Japão, Portugal, Paquistão, Reino Unido, Turquia). Para a Petrobras, a internacionalização é definida como *"a diferença entre exportar e se globalizar"* e, numa indiscutível opção pela segunda via, tem se dedicado à expansão de suas operações no Golfo do México e no Oeste da África, à aceleração da monetização das reservas de gás natural e à colocação da marca Petrobras no panorama exterior (PETROBRAS, 2007).

Outro ponto estratégico para a empresa, com a quebra do monopólio, passou a ser a atuação no setor elétrico e de gás; essa é uma tendência generalizada entre as empresas de petróleo, as quais têm passado a apresentar-se como empresas energéticas desde o final da década de 90. A British Petroleum, por exemplo, adotou um novo *slogan* em 2000 – *"beyond petroleum"* – e mudou seu nome para BP. A Petrobras seguiu atrás e fez o mesmo: muito embora a tentativa de mudança do nome para Petrobrax (também em 2000) não tenha vingado, devido à forte rejeição da população brasileira[22], o *slogan* da companhia, desde 2003, quando completou 50 anos, passou a ser *"O desafio é a nossa energia"*– ratificando e consolidando assim seu novo perfil, já anunciado no *Relatório Anual 1999*[23]. Esse deslocamento identitário das transnacionais petrolíferas – passando de "empresas de petróleo" para "empresas de energia" – parece ser motivado não só pelo imperativo recente de encontrar e desenvolver fontes alternativas da mesma, mas também pelo desejo de não terem suas imagens exclusivamente vinculadas a uma indústria hoje tida como antiga, poluente e em declínio.

No que tange à maneira como estão distribuídas espacialmente as operações da Petrobras e das demais empresas do setor pelo Brasil, o que logo salta aos olhos é a primazia até agora indisputada do Estado do Rio de Janeiro, seja como manancial de reservas ou como produtor. Lá estão situadas 81% das reservas provadas de petróleo (todas elas no mar) e 47% das reservas de gás natural (vide as Figuras 25 e 26, a seguir; também as Tabelas 9 e 10, nos Anexos, para maior detalhamento dos dados relativos à localização das reservas segundo Unidades da Federação). Por conseguinte, em 2006 o RJ produziu 84,23% do petróleo e 46,41% do gás natural no Brasil (cf. as Tabelas 11 e 12, nos Anexos).

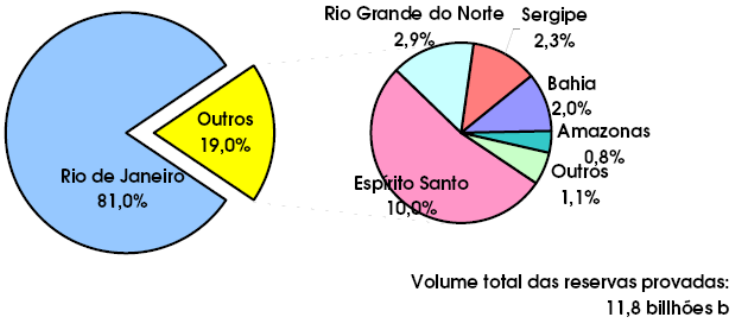
No Estado estão sediadas todas as grandes operadoras, as prestadoras de serviços e os principais estaleiros do país. A indústria do petróleo é evidentemente fundamental para a economia fluminense, porque corresponde sozinha a algo entre 17 e 18% do seu PIB. Os *royalties* e a participação especial somados correspondem à segunda maior arrecadação do Estado, responsáveis por 18% da mesma. Por conta do dinamismo dessa indústria, a economia fluminense tem crescido, há mais de uma década, mais rapidamente que a do resto do país. Porém, o grosso das atividades petrolíferas estão concentradas no norte do Estado, e geram

[22] O repúdio partiu da população em geral, dos funcionários da empresa e de diversos políticos. Para muitos, o abandono do sufixo 'bras' (de Brasil) supostamente abriria espaço para uma possível privatização futura da companhia, além de ser visto como mais um caso de estrangeirismo. Os planos de alterar o nome da empresa foram definitivamente abandonados pela diretoria no início de 2001.

[23] *"Visão 2010: A PETROBRAS será uma empresa de energia com atuação internacional e líder na América Latina, com grande foco em serviços e a liberdade de atuação de uma corporação internacional."* (PETROBRAS, 1999).

poucas recaídas para a Região Metropolitana, onde moram três de cada quatro habitantes do Estado do Rio de Janeiro. De sorte que esse crescimento, acima da média nacional, não se traduz numa melhora dos indicadores do mercado de trabalho, e muito menos dos indicadores sociais: a proporção de pobres no Estado, na verdade, reduz-se mais vagarosamente que no resto do país (INSTITUTO DE ESTUDOS DO TRABALHO E SOCIEDADE - IETS, 2007).

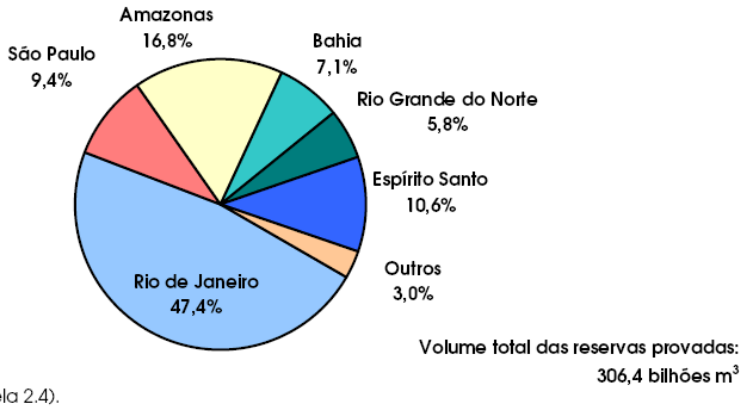
Figura 25: Distribuição percentual das reservas provadas de petróleo, segundo Unidades da Federação, em 31/12/2005



Fonte: ANP/SDP (Tabela 2.2).
Notas: 1. Inclui condensado.
2. Ver em Notas Gerais item sobre "Reservas Brasileiras de Petróleo e Gás Natural".

Fonte: *Anuário Estatístico* (ANP, 2006).

Figura 26: Distribuição percentual das reservas provadas de gás natural, segundo Unidades da Federação, em 31/12/2005

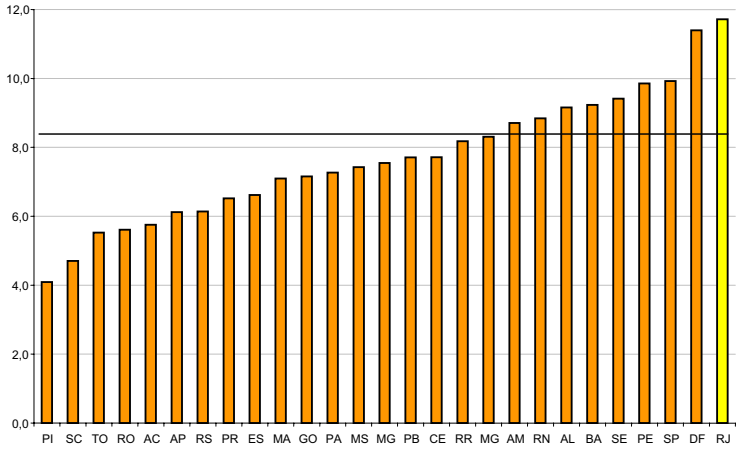


Fonte: ANP/SDP (Tabela 2.4).
Nota: Ver em Notas Gerais item sobre "Reservas Brasileiras de Petróleo e Gás Natural".

Fonte: *Anuário Estatístico* (ANP, 2006).

Assim, um pouco como aqueles países produtores de petróleo que sofrem da síndrome (ou paradoxo) da abundância, o RJ está longe de auferir todos os benefícios da riqueza que tais números sugerem. Se a economia do Estado tem crescido, o crescimento é como o "samba de uma nota só": só petróleo (LEITÃO, 2007). Segundo estudo comparativo efetuado pelo IETS sobre o desempenho socioeconômico das principais regiões metropolitanas do país, com base em dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do IBGE, tais regiões, em especial a do Rio de Janeiro, apresentam índices piores em relação ao restante do país. A análise das informações da Pnad (período 1995-2004) mostra que o Estado do Rio de Janeiro está melhorando, mas em ritmo menor que os demais Estados. A taxa de desemprego em 2006 foi de 11,7%, colocando o RJ na última posição da Federação. Pelas projeções, em 2010 a taxa será de 12,3%, e o RJ manterá a 27ª colocação no ranking (IETS, 2007). Por esses motivos, o IETS organizou um seminário em dezembro de 2007, em conjunto com o Governo do Estado e com o IBP, cujo tema era justamente *"Rio além do petróleo"*, onde se buscavam saídas e soluções para a (surpreendente) estagnação econômica local.

Figura 27: Taxa de desemprego, segundo Unidades da Federação – 2006



Fonte: *Rio além do petróleo*. Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade – IETS, 2007.

Ora, não deixa de causar perplexidade ao olhar de um observador posicionado *fora* do campo do petróleo o fato de que, lá onde está sediada a mais lucrativa empresa da América Latina, neste mesmo Estado de onde ela retira 84% do petróleo e 46% do gás que produz, a taxa de desemprego seja a mais elevada do país e os indicadores sociais deixem tanto a desejar. Sem dúvida não haverão de faltar toda sorte de argumentos, fazendo apelo à macro-conjuntura política, econômica e internacional, para justificar essa situação esdrúxula. E no entanto, enquanto para a maioria da população fluminense a presença maciça do "ouro negro" em seu

território não chega a trazer vantagens compatíveis com os lucros gerados por ele, nas Bolsas de Valores nacionais e estrangeiras as ações da Petrobras continuam a fazer a alegria dos investidores, tendo encerrado o ano de 2007 com uma valorização de 98,88%.

6.2. A RSE no campo da indústria do petróleo

Desde muito cedo, na evolução dos discursos sobre RSE, grupos ativistas da sociedade civil fizeram das companhias transnacionais de petróleo um de seus alvos prediletos, visto que muitas delas estiveram implicadas em desastres e escândalos de monta. Os anos 80 e 90 foram marcados por diversas crises importantes no setor: houve o gigantesco derramamento de óleo na costa do Alasca, em 1989, causado pelo petroleiro Exxon Valdez; as denúncias acerca da cumplicidade da Shell, da Unocal e da Total com violações de direitos humanos e trabalhistas na Nigéria e em Burma, em 1995; e o embate da Shell com o Greenpeace sobre o fim que deveria ser dado à plataforma Brent Spar, nessa mesma época. A extensão e a dinâmica da corrupção da indústria petrolífera na África e em outros países também emergiu, no final dos anos 90, como uma questão de relevo para ONGs e governos ocidentais; no Brasil, a quebra do monopólio estatal sobre o petróleo em 1997 provocou profundas divisões políticas e protestos populares. Após a Declaração das Metas do Milênio, em 2000, e a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em 2002, que vieram chamar a atenção da comunidade internacional para questões como o combate à pobreza e as parcerias para o desenvolvimento, não faltou quem indagasse às companhias de petróleo por que motivo suas operações desenrolavam-se freqüentemente em contextos de tamanha miséria, e se haveria justificativas plausíveis para o medíocre desempenho econômico dos países anfitriões (ou das regiões – lembremos o caso do RJ).

Como seria previsível, a escalada de ameaças concretas (ataques, greves, boicotes) e de questionamentos quanto à legitimidade das organizações petrolíferas acabou determinando sua opção por uma mudança de curso estratégica nos discursos que vinham utilizando até então. De acordo com abordagens de viés institucionalista, tal mudança poderia ser explicada como *adaptiva*, já que um aspecto central da legitimidade é a idéia de "contrato social", o qual implica que a sobrevivência de uma organização depende da medida em que ela opere dentro dos limites e normas definidos pela sociedade (este é também o fundamento teórico da teoria dos *stakeholders*, como já vimos). Segundo Hooghiemstra (2000:56), *"dado que os limites e as normas societais podem mudar ao longo do tempo, a organização tem que demonstrar continuamente que suas ações são legítimas e que ela se comporta como uma boa*

empresa cidadã". Dito de outra forma, a legitimidade seria a percepção amplamente difundida de que as ações da organização são desejadas, corretas e apropriadas dentro de um sistema socialmente construído de normas, valores e crenças (SUCHMAN, 1995). Por outro lado, uma abordagem que privilegie explicações de viés crítico – como a que orienta este trabalho - fará referência não somente a sistemas de crenças, mas a questões de poder. A mudança nos discursos empresariais é interpretada, neste caso, não mais como uma estratégia meramente adaptativa, mas sim de *hegemonia*, e estudar os seus meandros equivale a *"estudar os modos pelos quais o significado (ou a significação) contribui para manter as relações de dominação."* (THOMPSON, *apud* EAGLETON, 1997).

A Tabela 3, abaixo, apresenta uma lista das 25 maiores companhias petrolíferas globais, de acordo com o seu faturamento – esta classificação é indicativa, portanto, de quanto dispõe cada empresa em termos de *capital econômico*. Presumivelmente, a necessidade de acumular outros tipos de capital (*simbólico* ou *político*, por exemplo) irá depender de vários fatores, que serão discutidos a seguir, tais como: o grau de internacionalização de suas operações, os tipos de pressão a que estão submetidas pela sociedade civil, as peculiaridades do campo social mais amplo de onde provém e está sediada cada uma, etc.

Tabela 3: Maiores empresas petrolíferas globais (por faturamento) – 2006

Nome da Empresa	Sede	Faturamento (bilhões de US$ dólares)
1. Exxon	EUA	347,254
2. Royal Dutch/Shell	Holanda/Grã Bretanha	318,845
3. BP	Grã-Bretanha	274,316
4. Chevron	Eua	200,567
5. ConocoPhillips	EUA	172,451
6. Total	França	168,356
7. Sinopec	China	131,636
8. China National Petroleum	China	110,520
9. ENI	Itália	109,014
10. Pemex	México	97,469
11. Valero Energy	EUA	91,051
12. Petrobras	Brasil	72,347
13. Statoil	Noruega	66,280
14. Repsol YPF	Espanha	60,920
15. Marathon Oil	EUA	60,643
16. SK	Coréia do Sul	59,001
17. Lukoil	Rússia	54,539
18. Petronas	Malásia	50,987
19. Nippon Oil	Japão	48,012
20. Indian Oil	Índia	45,216
21. Sunoco	EUA	36,081
22. PTT	Tailândia	32,045
23. Nippon Mining Holdings	Japão	29,713
24. Hess	EUA	28,720
25. Idemitsu Kosan	Japão	25,159

Fonte: *Fortune Global 500, 2007*.

Abrimos um parêntese aqui para lembrar que a Tabela 3 não contempla (como tampouco o faz esta pesquisa) as empresas do campo para-petrolífero, ou seja, toda aquela complexa estrutura industrial que se desenvolveu exclusivamente para fornecer equipamentos e serviços para a indústria do petróleo (i.e., engenharia e operações *offshore*, prospecção geofísica, fornecimento de maquinário e serviços de perfuração, etc), a exemplo da Halliburton, Schlumberger ou Baker Hughes (ALMEIDA e PERTUSIER, 2001).

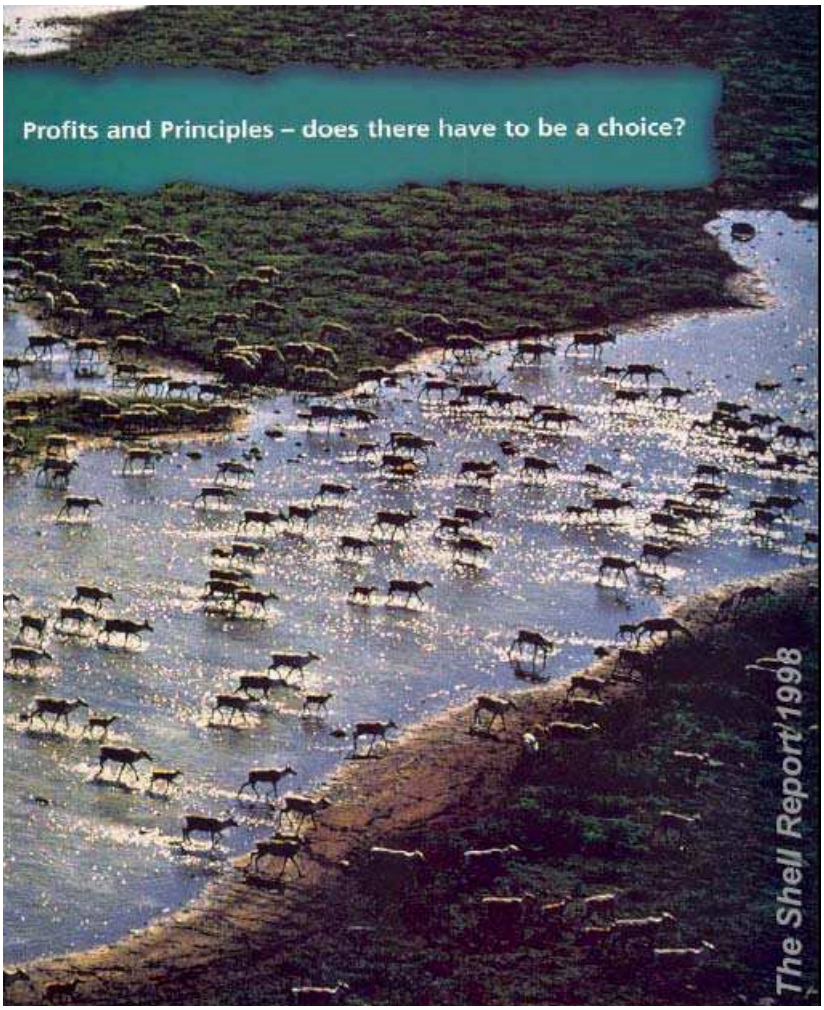
Como em qualquer outra indústria, o grau de engajamento das transnacionais do petróleo com o discurso da RSE pode ser avaliado, até certo ponto, por manifestações concretas tais como sua adoção de códigos de ética ou de conduta, seus modelos de prestação de contas (relatórios anuais) e por sua interação com as principais instituições promotoras da RSE. Destarte, faremos a seguir um breve apanhado das temáticas mais relevantes a cruzarem o campo internacional do petróleo durante os últimos 15 ou 20 anos, na medida em que redundaram num entrelaçamento – de início involuntário, mais tarde premeditado - com o campo da RSE e acabaram engendrando práticas e produtos discursivos típicos desse campo.

O ícone por excelência da interface **RSE** x **Indústria do Petróleo** foi, por um bom tempo e sem sombra de dúvida, a Shell: tanto pela gravidade dos confrontos socioambientais em que se envolveu, quanto pelo seu pioneirismo dentro do campo. Na esteira de dois consideráveis retrocessos em termos de relações públicas durante a década de 90, a Shell decidiu investir pesadamente na reformulação de sua imagem e acabou firmando-se como líder do discurso RSE no setor, tendo inclusive revisado sua *Declaração de Princípios Empresariais Gerais*, datada de 1976, de modo a incluir referências à sustentabilidade e aos direitos humanos (LIVESEY, 2002). A maioria das *majors* fizeram o mesmo a partir daí, e hoje possuem todas o seu próprio código de conduta; a Petrobras publicou seu primeiro Código de Ética em 1998 (PETROBRAS, 2007b).

A Shell foi igualmente a primeira *major* a produzir, em 1996, um relatório (Shell Nigeria) que reconhecia as responsabilidades da empresa para com a comunidade residente no entorno de suas operações, abrindo assim caminho para a publicação, em 1998, de seu famoso relatório, de seminal importância para o campo (vide Figura 28, a seguir), intitulado *Profits and Principles: does there have to be a choice?* (SHELL, 1998; LIVESEY, 2002). Hoje, boa parte das empresas petrolíferas produzem relatórios anuais de sustentabilidade ou incluem em seus relatórios de formato tradicional um apêndice, ou volume, dedicado aos aspectos sociais e ambientais de suas operações. Uma pesquisa conduzida pela empresa internacional de consultoria KPMG revelou que, das firmas de petróleo e gás listadas dentre as 250 principais

das *Fortune 500*, esse percentual subiu de 58%, em 2002, para 80 % em 2005, e que o setor de óleo e gás é hoje o terceiro maior prestador de contas na área socioambiental (KPMG, 2005).

Figura 28: Capa do Relatório Anual da Shell em 1998



Fonte: *The Shell Report 1998*, Shell, 1998.

As muitas críticas endereçadas à produção de relatórios caros e elegantes, mas de conteúdo superficial, acabou fazendo com que a qualidade dos mesmos melhorasse sensivelmente naquilo que diz respeito à relevância dos dados informados (DEEGAN e RANKIN, 1996; WILMSHURST e FROST, 2000). Um número crescente de companhias têm se utilizado de padrões internacionais especificamente criados para a orientar a elaboração de relatórios de sustentabilidade, tais como os desenvolvidos pela *Global Reporting Initiative – GRI*. Paralelamente, várias companhias de petróleo associaram-se a instituições de destaque promotoras da RSE, a exemplo do *Pacto Global* das Nações Unidas, da própria GRI ou então

dos índices de sustentabilidade das Bolsas de Valores[24]. A BP, a Shell, a ENI e a Statoil são *Organisational Stakeholders* do GRI (isto é, são organizações afiliadas que auxiliam com doações); a BP, a Total e a Shell estão entre as 20 maiores componentes do *Dow Jones Sustainability Indexes*; a BP e a Total estão entre as 10 primeiras empresas listadas no *FTSE4Good Global* (lista de empresas compromissadas com a RSE compilada pelo jornal britânico de economia e negócios *Financial Times* e pela Bolsa de Valores londrina). Os critérios para pertencer a esses índices e listas são mais rigorosos para as indústrias consideradas de alto impacto, como o petróleo; costumam verificar a existência de sistemas de gestão ambiental, de procedimentos de consulta às partes interessadas nos países onde as firmas operam, de um compromisso público com tratados internacionalmente reconhecidos sobre direitos humanos, etc. Note-se, entretanto, que algumas das mais importantes companhias de petróleo, tais como a Exxon e a Chevron, não fazem parte dessas classificações (geralmente as empresas ausentes são aquelas originárias dos Estados Unidos). No Brasil, o Instituto Ethos é o principal pólo que atrai, apóia e legitima os esforços das empresas no caminho da RSE; a ele estão associadas a Petrobras (principal patrocinadora do Ethos) e a Shell, além de outras menores do setor.

Em janeiro de 2006 havia 65 empresas de petróleo e gás signatárias do *Pacto Global* das Nações Unidas, de um total de 2.324 companhias; contudo, apenas oito das 32 petrolíferas listadas na *Fortune Global 500* são membros dele. Mais uma vez, as três maiores empresas de petróleo baseadas nos EUA (Exxon, Chevron and ConocoPhillips) chamam a atenção por sua ausência. Companhias dos países em desenvolvimento (Brasil, Argentina, Chile, Bolívia, Venezuela, Gana, Nigéria, Índia, China, Paquistão, etc) estão em geral bem representadas no *Pacto* (UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT - UNGC, 2007).

Os temas priorizados pelas *majors* do petróleo no campo da RSE (bem como a própria evolução deste campo, ao longo do tempo), e com os quais elas se engajaram mais visivelmente, refletem em larga medida, como já vimos, o cenário contemporâneo no que tange às preocupações globais e de movimentos ativistas sobre questões sociais e ambientais. Conseqüentemente, muito do foco inicial dessas firmas esteve centrado na gestão e na proteção ambientais. Nos preparativos para a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento

[24] O *Dow Jones Sustainability Indexes*, da Bolsa de Nova Iorque, foi lançado em 1999 com o objetivo de acompanhar o desempenho financeiro das principais empresas comprometidas com a sustentabilidade, no mundo todo; dele faziam parte, ao final de 2007, 21 empresas do setor petrolífero, dentre elas a Shell, BP, Total, Petrobras, Repsol, Statoil e ENI. O *Índice de Sustentabilidade Empresarial* da Bovespa é o equivalente brasileiro, e foi lançado em 2005; sua carteira de ações para o período 2006/2007 é composta por 34 empresas de 14 setores, inclusive a Petrobras.

Sustentável, por exemplo, o Business Council for Sustainable Development (aquele que seria o embrião do WBCSD), cunhou o termo "ecoeficiência", e logo companhias como a Shell, Chevron e ENI, associadas à instituição, proclamaram sua adesão à causa (SCHMIDHEINY, 1992). Em 2000 a BP chegou mesmo a mudar sua antiga logomarca, buscando associar a logomarca nova a elementos que remetessem ao meio ambiente (o verde das folhas, a flor) e à sustentabilidade (o sol, as fontes de energia alternativas), como se pode ver na Figura 29, abaixo.

Figura 29: Logomarcas da BP – em 1989 e em 2000

1989 2000

Fonte: BP, 2007.

Por outro lado, a maior parte da indústria havia adotado inicialmente uma postura defensiva e de negação no tocante às mudanças climáticas, e muitas das *majors* optaram por aderir à hoje extinta Global Climate Coalition, associação representante de interesses corporativos que gastou US$ 60 milhões de dólares fazendo *lobby* contra o Protocolo de Kyoto. Foi apenas em 1996, quando a BP abandonou a Coalition, que a posição da indústria começou a mudar, e várias companhias, inclusive a Shell e a Texaco, seguiram o seu exemplo. Desde então, tanto a BP como a Shell comprometeram-se a reduzir, até 2010, seus níveis de emissão de gases de efeito-estufa para os níveis de 1990 (LEVY e KOLK, 2002).

Os direitos humanos também desempenharam um papel proeminente no discurso sobre RSE das petrolíferas. Como resultado de conflitos e ressentimentos crescentes naquelas localidades onde os direitos à terra, ambientais ou indígenas haviam sido violados, os ataques a instalações da indústria (campos produtivos, tubulações, refinarias e postos de revenda) tornaram-se mais freqüentes, e muitas firmas ainda hoje recrutam segurança militar para proteger suas plantas. Conforme farta documentação fornecida por ONGs tais como a Human Rights Watch, Christian Aid e Global Witness, as empresas costumam associar-se com o governo local ou com forças paramilitares de segurança, os quais não hesitam em usar de violência contra manifestantes (CHRISTIAN AID, 2004; WATTS, 2005).

As iniciativas de RSE voltadas para o relacionamento com comunidades conheceram uma significativa transformação, tendo migrado do assistencialismo improvisado e pontual para parcerias com agências de governo e ONGs em projetos estruturados de desenvolvimento. O gasto com esse tipo de programas pelo setor de petróleo, gás e mineração era estimado em mais de US$ 500 milhões de dólares em 1999; a Shell sozinha gastou US$ 106 milhões de dólares em "investimento social" em 2004, embora isso represente menos que 0,6% do seu faturamento líquido. Tais investimentos são todavia fortemente contestados, dado que numerosos projetos falharam e outros não fizeram mais do que exacerbar relações intra-comunitárias já problemáticas, quer por terem sido mal planejados, quer por contarem com baixa participação da comunidade ou devido à incapacidade das empresas de aprimorarem ou modificarem efetivamente seus procedimentos operacionais e de negócios (WELLS, PERISH e GUIMARES, *apud* UTTING e IVES, 2006).

Nos últimos anos, tem havido razoável mobilização das petrolíferas em relação a outros temas de RSE, sobretudo aqueles relativos à transparência na prestação de contas sobre seus faturamentos e sobre o pagamento de *royalties* e impostos, visto que tais problemas são seríssimos numa indústria que sabidamente locupletou ditadores corruptos e contribuiu para o agravamento de guerras civis (GARY e KARL, 2003). A *Extractive Industries Transparency Initiative* - *EITI* representa o mais recente instrumento de regulação civil criado para lidar com essas questões. Seu objetivo é *"fortalecer a governança, melhorando a transparência e a prestação de contas do setor extrativista. A EITI estabelece um padrão global para que as companhias publiquem o que pagam e os governos revelem o que recebem*[25]*"*(DFID, 2005). Todavia vale a pena notar que, segundo o *site* da EITI na Internet[26], não existe no momento nenhum país classificado como *compliant* (aderente) com a iniciativa, o que parece confirmar nosso ceticismo quanto à eficácia das medidas voluntárias, notadamente lá onde as instituições estatais são incipientes ou disfuncionais.

Posto de maneira resumida, a atenção dos movimentos ativistas sobre a indústria petrolífera, mundo afora, sempre esteve preponderantemente direcionada para certos temas (degradação do meio ambiente, violação dos direitos humanos), certos países (os da África Subsaariana e, em menor medida, os do Sudeste Asiático) e certas companhias (Shell, BP, Exxon, Total), sem que tenha havido necessariamente uma correlação rigorosa entre os casos denunciados e a gravidade, ou extensão, das más práticas observadas. Durante muito tempo, questões como

[25] Em inglês no original; tradução minha.

[26] Disponível em: <http://eitransparency.org/>.

sonegação fiscal, corrupção e *lobby* corporativo em prol de políticas ambientais e trabalhistas menos severas (vide a nota de rodapé 108) receberam bem menos atenção, embora sejam assuntos igualmente graves. Da mesma forma, algumas empresas de petróleo originárias de países não pertencentes à OCDE permanecem, até hoje, largamente ignoradas pela mídia e pelos ativistas estrangeiros, além de serem apoiadas, no cenário doméstico, por Estados cuja prioridade maior é garantir fontes de energia para suas economias em expansão (a exemplo do México, Malásia, China e Índia). Tal parece ser, aliás, a situação da Petrobras, cujas incursões internacionais não vieram a suscitar *ainda* – é preciso que se frise bem - nenhuma reação digna de nota, esteja ela produzindo na Líbia, em Angola ou na China[27].

Pode ser interessante confrontar o que foi dito até aqui com pesquisas que buscam mensurar o capital simbólico (dado, neste caso, pela boa ou má reputação) das principais firmas que compõem o campo. A companhia suíça Covalence dedica-se, desde 2002, a acompanhar a "reputação ética" de 200 empresas transnacionais pertencentes a 10 setores da economia; faz isso através de informações compiladas diariamente da mídia, da sociedade civil e das próprias empresas. As milhares de peças de informação assim coletadas são a seguir classificadas de acordo com 45 critérios que permitem codificá-las num sistema binário, segundo sua orientação (positiva ou negativa). Três tipos de resultados são extraídos desse trabalho (COVALENCE, 2007):

- o *Best EthicalQuote Score* é dado pelas notícias positivas **menos** as negativas, acumuladas no período de 2002 a 2007;
- o *Best EthicalQuote Progress* é dado pelas notícias positivas **menos** as negativas, acumuladas de janeiro a dezembro de um mesmo ano;
- a *Best Reported Performance* é dada apenas pelas notícias positivas, acumuladas de janeiro a dezembro de um mesmo ano. Mostra como as empresas reportam seu desempenho ético, sem levar em consideração as críticas e demandas.

A Covalence (que é especializada em gestão da reputação) publica o seu *ranking* anualmente, no qual as 20 empresas transnacionais melhores colocadas em cada um dos 10 setores são listadas nas três categorias citadas acima. Algumas empresas muito visadas por grupos ativistas possuem um *EthicalQuote Score* baixo, ao mesmo tempo em que exibem uma

[27] Há que se distinguir a afirmação acima do episódio envolvendo a nacionalização do gás boliviano, que teve lugar em maio de 2006, e as repercussões do acontecido tanto para a Petrobras como para o governo brasileiro. No caso, foi a própria companhia que acusou o governo da Bolívia de ilegalidade e de rompimento de contrato – colocando-se assim, ela mesma, no lugar de vítima e não de vilã.

classificação alta em termos de *Reported Performance* (é o caso da Exxon, da Shell, da Chevron, da ENI e da Total). A Covalence sugere que "demandas éticas" (notícias negativas, i.e. problemas com *stakeholders*, campanhas, expectativas sociais) estimulam "ofertas éticas" (notícias positivas, i.e. iniciativas, relatórios, processos de diálogo e de comunicação estabelecidos pelas companhias). A "reputação ética" da Petrobras, por sua vez, subiu cinco posições durante o ano de 2007, em relação ao período de 2002 a 2007 como um todo.

Quadro 12: *Ethical Ranking* elaborado pela Covalence - 2007

Oil & Gas			
Rank	Best EthicalQuote Score	Best EthicalQuote Progress	Best Reported Performance
1	BP	Suncor Energy	BP
2	Suncor Energy	Petrobras	Chevron
3	StatoilHydro	Petro-Canada	Shell
4	Petro-Canada	StatoilHydro	ExxonMobil
5	Imperial Oil	Imperial Oil	Suncor Energy
6	Anadarko Petroleum	Anadarko Petroleum	Petrobras
7	Petrobras	CNOOC	ENI
8	Schlumberger	Schlumberger	Total
9	CNOOC	Baker Hughes	StatoilHydro
10	Baker Hughes	Repsol	Petro-Canada

Fonte: Covalence, 2007.

Mas apesar das tentativas hábeis, e muitas vezes exitosas, por parte das *majors* de utilizarem o discurso da RSE de maneira proativa, na verdade elas continuam sendo alvos regulares de grupos ativistas e de ações legais. Uma pesquisa recente das Nações Unidas sobre corporações transnacionais apontou que, dos 65 casos de más práticas empresariais reportados, 2/3 são de companhias de petróleo, gás e mineração (UTTING e IVES, 2006). A incoerência não é mais que aparente, e por certo não deveria causar espanto, já que as empresas petrolíferas, como outras empresas quaisquer, vêem-se na obrigatoriedade – seja ela agradável ou não – de priorizar os interesses dos acionistas e de perseguir certos objetivos elementares de gestão, relativos a lucratividade e fatia de mercado. Tal é a natureza do campo econômico. Não obstante o destaque conferido nos discursos da RSE aos cenários "ganha-ganha", ou ao chamado *business case* para dedicar-se à causa, existem contradições insuperáveis entre os objetivos tradicionais dos negócios (a lógica privada do mercado) e os objetivos propugnados pela RSE (a lógica universal do bem comum). A conscientização, real ou mimética, acerca do aquecimento global, por exemplo, pode até sensibilizar as companhias e seus acionistas para a necessidade de investimentos em energias renováveis e gás natural, mas a realidade mais imediata e premente da falta de combustíveis, os altos preços do

petróleo e a possibilidade de lucros extraordinários inevitavelmente desvia suas atenções e os leva a realizar novos investimentos em sítios de exploração convencional, em localidades remotas e intocadas.

A trajetória desigual dos discursos sobre RSE, seja entre as empresas do campo internacional do petróleo ou no interior de cada uma delas, pode ser parcialmente explicada pelo valor estratégico e de oportunidade desses discursos, ou seja, a "taxa de conversão" dos mesmos, a qual evidentemente varia de firma para firma – não só em termos de como é percebida a sua utilidade para a gestão de riscos e de reputação (PATTEN, 1992), mas também das vantagens competitivas e políticas que, acredita-se, os mesmos podem auxiliar a conquistar. O aprimoramento ou, melhor dizendo, a profissionalização das práticas discursivas relativas à RSE que pode ser percebida em algumas empresas do campo do petróleo deve-se principalmente: 1) à necessidade de cultivar relações mais estreitas com organizações da sociedade civil ou com comunidades sob a zona de impacto das companhias (TILT, 1994); 2) ao maior escrutínio a que estão submetidas, por parte de grupos ativistas e da mídia, aquelas companhias que proclamam-se "socialmente responsáveis" ou que cometeram erros sérios no passado; e 3) à possibilidade de obter maior influência política através da acumulação desse tipo de capital simbólico (BOURDIEU, 1997) – isso é verdade tanto para as petrolíferas estatais quanto para as privadas. Novamente, o uso que a Petrobras tem feito da RSE durante o governo Lula é um bom exemplo da possibilidade de captura política desses discursos.

Mas é preciso considerar também – para além da trajetória individual de cada agente e de como ela veio a determinar sua posição dentro do campo – o contexto histórico, institucional e os legados culturais mais amplos que modelam as políticas e práticas corporativas destes mesmos agentes. As vastas diferenças na maneira de abordar o discurso da RSE que se pode notar entre as *majors* petrolíferas dos EUA e as européias sublinham a relevância das chamadas "variedades" do capitalismo. Existem distinções significativas, nessas culturas, quanto ao tipo de relações existentes entre Estado-mercado e entre empresas-sociedade, quer sob o ponto de vista político, regulatório ou ideológico. O fato de que companhias americanas como a Exxon, Chevron e PhillipConoco tenham se engajado muito menos, ou mesmo resistido abertamente, durante muitos anos, a certos aspectos da agenda RSE explica-se parcialmente pelo diferente contexto institucional e político do campo social de onde elas provêm.

Nesse sentido, são muito importantes as diferentes pressões associadas ao dito "capitalismo de *shareholders*" (*à la* Estados Unidos), em comparação com aquelas associadas ao "capitalismo

de *stakeholders*" (*à la* Europa Ocidental) – termos que sugerem, respectivamente, maior responsividade aos interesses dos acionistas ou àqueles de uma gama mais ampla de atores. Igualmente importantes são as variações nas percepções acerca de quais sejam os limites das responsabilidades das empresas e da regulação governamental (UTTING e IVES, 2006). Essas cepas bastante distintas de capitalismo ajudam a compreender o porquê da forte tradição legalista de empresas americanas como a Exxon; ou da busca das companhias britânicas por legitimidade; ou da posição de vanguarda de uma firma como a Statoil, de origem nórdica (sociedade caracterizada pela construção de consensos e por um pacto relativamente forte entre Estado, capital e trabalho); e, finalmente, ajudam a entender também a razão da crise identitária da Petrobras, ornitorrinco refém de uma matriz estatal, por um lado, e das imposições de um Mercado global implacável, por outro.

6.2.1. O discurso da RSE na Petrobras: 1997-2006

O objetivo desta seção é demonstrar como foi sendo construído o discurso da RSE pela Petrobras durante o período compreendido entre 1997 e 2006, procurando relacionar aspectos desse discurso, e o seu próprio surgimento, a eventos que estavam tendo lugar à mesma época no campo social como um todo, ou no campo do petróleo em particular: lutas concorrenciais entre as petrolíferas pela expansão e pela hegemonia global, pressões e demandas de grupos externos e, no Brasil, interesses particulares dos partidos políticos no governo, etc.

De acordo com certos princípios básicos da Análise Crítica do Discurso, no que toca à análise de **textos** propriamente ditos, estes são alguns dos elementos que devem ser considerados pelo pesquisador (VAN DIJK, 1993):

- **Manchetes, destaques e sumários** – são as macroproposições que conferem ao texto sua estrutura geral, isto é, enfatizam as informações consideradas mais importantes.
- **Ausências** – justamente o contrário do item anterior: são as lacunas e omissões – de fatos, conceitos ou pontos de vista – que podem ser detectadas no texto.
- **Pressupostos** – são crenças não afirmadas, aquilo que não está explicitamente colocado no texto mas que lhe dá suporte, porque supõe um conhecimento cultural tácito e compartilhado, ou uma mesma visão de mundo.
- **Estrutura de tópicos** – refere-se à maneira como está organizado o texto em termos de ordem e sequência, assim como as subdivisões e categorias que foram criadas para ordená-lo.

- **Retórica** – são as estratégias argumentativas utilizadas para desenvolver e apoiar a narrativa: generalizações, exemplos, contrastes, negação, repetições, hipérboles, eufemismos, atenuação dos fatos negativos, citação de fontes respeitadas e "autorizadas", etc.
- **Estilo lexical** – diz respeito à escolha das palavras empregadas: sua força e conotação, as associações que sugerem, etc; o mesmo se aplica aos elementos gráficos do texto.
- **Recorrência** – indica a freqüência com que determinados termos surgem no texto analisado.

Essas e muitas outras manobras discursivas, por vezes bastante sutis, acabam por controlar e conduzir os processos de compreensão de tal maneira que as representações contruídas pelos leitores/ouvintes/espectadores – sobretudo os mais incautos, acríticos ou em posição de desvantagem intelectual – têm forte probabilidade de simplesmente repetir aquelas pretendidas pelos produtores do discurso em questão.

Para ilustrar a abordagem geral à análise crítica do discurso *enquanto texto* que esquematizamos acima, focalizaremos alguns trechos dos relatórios socioambientais publicados pela Petrobras durante o período já mencionado.

a) Relatório Anual 1997

Antes de mais nada, cumpre ressaltar que os relatórios ditos socioambientais da companhia mudam de nome e de formato ao longo do tempo. Em 1997[28], ano escolhido para iniciar nossa análise, ele nem sequer existia como tal para a Petrobras (já que não havia demanda para o mesmo). A prestação de contas acerca de questões que poderíamos chamar de socioambientais é feita no corpo do Relatório Anual tradicional, que dedica a elas sete de suas 63 páginas: Recursos Humanos (uma página), Meio Ambiente e Qualidade (duas páginas), Relações Institucionais (três páginas) e Contribuição Econômica e Social (uma página).

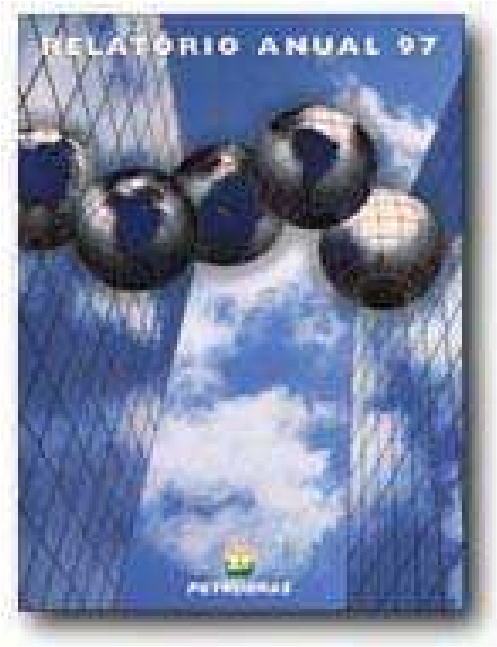
O Relatório Anual começa com a **Mensagem do Presidente** (Joel Mendes Rennó) fazendo referência às *"importantes mudanças institucionais no setor petróleo do país"*. Explica que, em virtude da Lei 9.478, recém-promulgada,

> *"**todos os segmentos do setor petróleo estão abertos à competição**, e a Petrobras deixou de ser a única executora do monopólio do petróleo da União.*

[28] Os relatórios empresariais relativos a um determinado ano-exercício são geralmente publicados no primeiro trimestre do ano seguinte.

> *A Empresa, no entanto,* ***continuará a ter o Estado como acionista majoritário****, vinculada ao Ministério de Minas e Energia*[29]*."* (PETROBRAS, 1997:3).

O aumento da produção de petróleo e a descoberta de novas jazidas também são ressaltados, assim como, na área internacional, os acordos e projetos assinados com a Argentina, os EUA, o Uruguai e a Bolívia (é quando tem início a construção do gasoduto Brasil-Bolívia). As expectativas geradas pela abertura do monopólio estatal à concorrência do mercado e o desejo de fazer parte do "clube" das empresas transnacionais globalizadas são visíveis já na capa do Relatório, onde os globos terrestres mostram os cinco continentes e as fachadas espelhadas dos arranha-céus remetem a um universo corporativo moderno, avançado (bem diferente das imagens comumente associadas ao Estado brasileiro, do qual geralmente se exibem a decrepitude e o desaparelhamento das estruturas).



Capa do Relatório Anual 1997

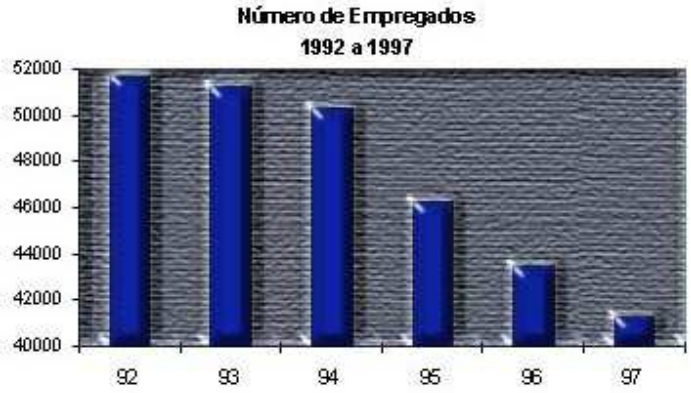
Contudo, bem mais adiante, parte do preço a ser pago para ingressar nesse seleto clube é anunciado com naturalidade, entre as dez linhas de texto referentes aos **Recursos Humanos**:

> *"Graças à utilização de* ***modernas técnicas de automação e de racionalização*** *de trabalho,* ***foi possível reduzir o efetivo de pessoal da Empresa de 43.468*** *em 1996* ***para 41.173 empregados*** *em 1997, com o suporte de um programa estruturado de incentivo às saídas voluntárias."* (PETROBRAS, 1997:48).

O texto é complementado pelo gráfico a seguir, cuja intenção, naturalmente, é dar mostras de um avanço positivo, já que o Relatório é dirigido aos acionistas, preocupados (supõe-se) com

[29] Grifos meus, nesta e em todas as citações a seguir.

a redução de custos. Note-se que ainda não é feita, nessa época, nenhuma menção ao número de empregados terceirizados:



A parte relativa ao **Meio Ambiente** divide espaço com a **Qualidade**, e focaliza essencialmente como a empresa está adequando-se gradativamente às normas internacionais de gestão de cada uma dessas áreas (ISO-14000 e ISO-9000); informa também a certificação da Frota Nacional de Petroleiros pelo Código Internacional de Segurança e Meio Ambiente, da Organização Marítima Internacional.

Em **Relações Institucionais** relatam-se as campanhas promocionais voltadas para os consumidores, os patrocínios na cultura, nos esportes, os projetos comunitários (cinco, no total[30]) e aqueles de conservação de espécies animais em risco de extinção.

A **Contribuição Econômica e Social**, em 11 linhas, contabiliza quanto a Petrobras economizou ao país em divisas naquele ano e desde a sua fundação, além de quanto pagou em impostos, *royalties* e taxas.

Em 1997 a companhia estava presente em nove países, e seu capital social encontrava-se assim distribuído:

- União: 51,5%
- BNDESpar: 8,1%
- ADRs e estrangeiros: 15,5%

Eis como era definido o **Perfil da Petrobras**:

> *"A Petrobras é uma* ***sociedade de economia mista****,* ***vinculada ao Ministério de Minas e Energia****, que tem como objeto* ***a pesquisa, a lavra, a refinação, o***

[30] Programa Acelera Brasil, Pintando o Futuro, Leia Brasil, Caravana Petrobras da Cultura e Programa de Criança,

> ***processamento, o comércio e o transporte de petróleo proveniente de poço, de xisto ou de outras rochas, de seus derivados, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos,*** *bem como quaisquer outras atividades correlatas ou afins,* ***contribuindo para o desenvolvimento do País****. Criada em 1953, é hoje a 15ª maior companhia de petróleo do mundo, segundo os critérios da Petroleum Intelligence Weekly. A Petrobras, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, associada ou não a terceiros,* ***pode exercer*** *qualquer uma das atividades de seu objeto social* ***no País e no exterior****."* (PETROBRAS, 1997:7).

As progressivas alterações que serão introduzidas nesse perfil (o qual representa, pelo menos em parte, a identidade da companhia) serão discutidas à medida em que surjam, nos relatórios dos anos subseqüentes.

b) <u>Balanço Social 1998</u>

É neste ano que, pela primeira vez, um relatório socioambiental (intitulado de Balanço Social) é publicado num volume independente do Relatório Anual. Lembremos que o primeiro Código de Ética da Petrobras foi elaborado também em 1998. Ou seja, a empresa começa a adotar aqueles padrões e iniciativas que julga necessários para competir em pé de igualdade com os agentes dominantes no campo internacional do petróleo; começa a acumular capital simbólico *reconhecível internacionalmente*, de modo a incrementar seu capital total e assim melhorar sua posição no campo.

Capa do Balanço Social 1998

Todavia, na **Mensagem do Presidente**, assim como no restante do documento, a concepção do que constitua a "responsabilidade social" de uma empresa é ainda tipicamente ilustrativa da tendência a simplificar as problemáticas decorrentes das relações entre empresas e sociedade.

> *"Ao atuar em* ***projetos sociais****, a Petrobras amplia sua visão empresarial, contribuindo para o desenvolvimento do País, por meio de* ***ações que não estão ligadas própria e diretamente à sua missão primordial****. (...) Trata-se de contribuir para a melhoria da qualidade de vida através de providências que*

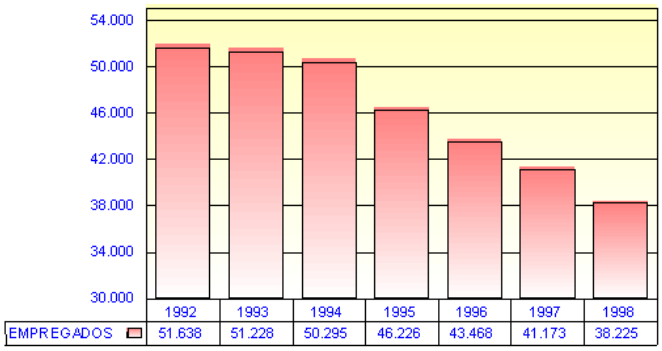
vão do apoio à ***construção de escolas e hospitais*** *até iniciativas que impulsionam a* ***educação****."* (PETROBRAS, 1998 – Mensagem do Presidente).

Ou ainda, mais adiante:

> *"Este relatório mostra que* ***aplicar na área social*** *é investir no futuro, é acreditar que a verdadeira estabilidade não pode conviver com* ***excluídos****. (...) A* ***atuação comunitária*** *da Companhia e de seus empregados, por meio de iniciativas isoladas ou* ***parcerias com instituições públicas e particulares****, marca o espírito de pioneirismo e de compromisso com a transformação social."* (PETROBRAS, 1998 – Uma empresa que se recicla a cada dia).

Essa lógica explicaria, portanto, por que motivo aos cinco projetos *"sócio-comunitários"* nacionais do ano anterior a companhia adiciona mais um, além de seis de âmbito regional (contabilizando 12 no total). O que se pode constatar é uma canalização dos esforços corporativos para ações de caráter fundamentalmente filantrópico e assistencialista - isto é, o "social" refere-se aí não a medidas voltadas para o conjunto da sociedade, mas para aquela parcela da população geralmente chamada de "carente" ou "excluída". É um nítido exemplo do fenômeno identificado por Ribeiro (2000) na atualidade, segundo o qual a "sociedade" passou a designar, no discurso dos governantes, dos jornalistas e dos tomadores de decisão em geral (sobretudo nos setores mais à direita do espectro político), apenas o conjunto dos que detêm o poder econômico, ao passo que o "social" remete às políticas que procuram minorar a miséria e àqueles que delas são alvo[31].

Na parte relacionada a **Recursos Humanos**, a empresa relata a concessão de 25 bolsas de pós-graduação, além do lançamento de dois projetos internos: um que possibilita ao empregado concluir seus estudos de 1º. ou 2º. grau, e outro de combate ao tabagismo. Enquanto isso, no Relatório Anual, dirigido aos acionistas, o corte de empregados continua:



[31] *"O problema, porém, é que entre 'a sociedade' e 'o social' se trava uma luta sem tréguas, por que não, de classes. Isso porque o social e a sociedade não se referem aos mesmos meios sociais, às mesmas pessoas, à mesma integração que tenham no processo produtivo, no acesso aos bens, ao mercado, ao mundo dos direitos. O social diz respeito ao carente; a sociedade, ao eficiente."* (RIBEIRO, 2000:21).

Em **Segurança e Meio Ambiente** (no Balanço Social sai de cena a **Qualidade**), são gastos quatro parágrafos para falar da preocupação da empresa com a *"segurança industrial"* e de seus investimentos na recuperação de áreas *"atingidas"* (o termo certo seria "degradadas") pelas atividades de E&P. Seis parágrafos são gastos para falar dos projetos de preservação de baleias, tartarugas, aves e do reflorestamento de encostas.

O **Perfil da Petrobras** - encontrável não aqui, mas no Relatório Anual 1998 - permanece exatamente igual ao do ano anterior, não fosse por um detalhe bastante significativo. A empresa ainda é definida como uma "*sociedade de economia mista, vinculada ao Ministério de Minas e Energia"*, e o objeto de suas atividades ainda é definido em termos técnicos, precisos e complexos. Mas a finalidade última antes explicitamente atribuída a essas atividades, o "*contribuindo para o desenvolvimento do País",* é defenestrada em 1998, em movimento coerente com as intenções de um governo que pretendia vender ao capital privado 19% de sua participação na companhia cerca de um ano e meio depois.

c) Balanço Social 1999

O novo presidente da companhia, Philippe Reichstul, é nomeado por FHC para conduzir o processo de expansão internacional da Petrobras, assim como para gerenciar as novas exigências decorrentes da abertura do capital ao investimento privado. Neste ano, a **Mensagem do Presidente** muda de tom em vários aspectos. Para começar, vem endereçada aos acionistas – portanto não é uma prestação de contas ao conjunto da sociedade. Depois, vemos que o conceito de RSE desvincula-se consideravelmente da idéia de mero assistencialismo e do cumprimento de obrigações elementares, adquirindo agora uma conotação estratégica (em sintonia com as demandas do mercado):

*"**Responsabilidade social** é matéria que se transfere cada vez mais, em todo o mundo, do plano das boas intenções para a **formulação estratégica das empresas**.*

*Preocupadas em **ajustar o setor produtivo à cultura do desenvolvimento sustentável** no seu conceito mais amplo - que engloba o **comprometimento das corporações** não só com o **meio ambiente**, mas também com a **comunidade** -, as nações do século XXI caminham para definições claras e para o estabelecimento de normas objetivas de comportamento nessa área.*

***Países da União Européia**, como França e Holanda, **já tornaram obrigatória a divulgação do balanço social das empresas de capital aberto**. (...)*

*Acompanhando a tendência dos governos, **o mercado de capitais, pressionado pelos investidores, passa, gradativamente, a incluir a preocupação social entre os critérios de avaliação das empresas para a tomada de decisão**. Hoje, alguns **fundos internacionais de investimento só recomendam aplicações** em corporações comprometidas com a preservação do meio ambiente. E caminham*

para estender esse princípio, também, ao relacionamento com a comunidade onde estão inseridas." (PETROBRAS, 1999 – Mensagem do Presidente).

Por outro lado, foi em janeiro de 2000, pouco antes da publicação deste Balanço Social, que se deu o vazamento de 1,3 mil toneladas de petróleo na Baía de Guanabara, e portanto não seria possível deixar de mencionar o fato. A empresa enumera as precauções e providências que declaradamente já vinha tomando antes do acidente, assim como os investimentos que serão realizados para prevenir a ocorrência de outros semelhantes:

> *"O* ***lamentável acidente*** *que provocou o vazamento de 1,3 mil toneladas de óleo combustível na Baía de Guanabara não desmente o fato de que a* ***preocupação com o meio ambiente*** *vem alterando profundamente o estilo de administrar da Companhia. O dia 18 de janeiro de 2000 é, para nós da Petrobras, uma data trágica. Mas, como todo acontecimento de impacto negativo,* ***marca, também, o início de gigantesco processo de reestruturação de seus métodos gerenciais****.*
>
> ***A Petrobras vem investindo*** *uma média de R$ 200 milhões por ano, no último quadriênio, em* ***programas de proteção e segurança ambiental nas suas unidades de produção e em projetos da comunidade****, como parceira ou patrocinadora.* ***É a empresa da área de petróleo, em todo o mundo, com maior número de certificações ambientais*** *pelas normas ISO 14001, as mais rigorosas do planeta. Todo o complexo de produção da Bacia de Campos, de onde se extraem 85% do petróleo brasileiro numa operação de altíssimo risco ambiental, em lâmina d'água próxima dos 2.000 metros de profundidade, tem passado pelo crivo da certificação ambiental da International Standardization Organization. Toda a Frota Nacional de Petroleiros já está certificada pelas normas ISO 14001.*
>
> ***Acidentes como o ocorrido na baía são fatalidades que podem acontecer com qualquer empresa desse ramo de atividade****.* ***Mas a Petrobras não se exime da culpa****, nem se resigna em lamentar. Entende crise como sinônimo de desafio. Por isso mesmo,* ***está promovendo a maior reformulação de sua história nos processos de gestão ambiental****. Às metas de extração, produção e distribuição de seus produtos, incorpora procedimentos para redução de efluentes, atendimento a situações de emergência e até mesmo análises do ciclo de vida dos seus produtos e de seu impacto sobre a natureza.*
>
> ***Novos processos e tecnologias estão sendo introduzidos em suas unidades para garantir produção mais limpa****, com a eliminação de resíduos.* ***Pesados investimentos vêm sendo feitos*** *em projetos de treinamento e educação ambiental."* (PETROBRAS, 1999 – Meio ambiente).

As novas e rigorosas políticas de meio ambiente, saúde e segurança no trabalho que passariam a ser implementadas a partir daí não vieram suficientemente a tempo, porém, para evitar o segundo grande derramamento de óleo (4 milhões de litros), que viria a ocorrer em julho de 2000, no estado do Paraná, da refinaria de Araucária para o rio Iguaçu. O impacto causado por

esses acidentes teve fortíssimas repercussões para a companhia, a qual viu sua legitimidade questionada como talvez em nenhum outro período de sua história.

d) <u>Balanço Social 2000</u>

Como conseqüência dos graves acidentes ambientais ocorridos em 2000, e sobretudo em resposta às não menos intensas pressões e mobilizações daí decorrentes, tanto por parte da sociedade civil como de setores do governo, o Balanço Social deste ano abre suas páginas, logo após a **Mensagem do Presidente** e a **Apresentação**, com uma seção intitulada **Segurança, Meio Ambiente e Saúde**. E reconhece abertamente a urgência dos fatos que levaram a empresa a fazer isso:

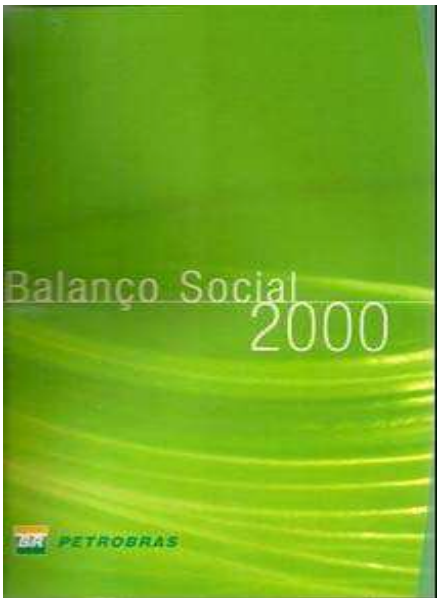
> *"A Petrobras abre o Balanço Social deste ano com a área de Segurança, Meio Ambiente e Saúde não porque foi a que mobilizou o maior volume de investimentos no capítulo dedicado à responsabilidade social da Companhia. (...)* ***Essa escolha marca uma posição política****. A área de Segurança, Meio Ambiente e Saúde é o núcleo da* ***maior revolução já experimentada pela Petrobras em termos de relacionamento com a sociedade****. (...) Por mais trágico que possa ter sido para o meio ambiente e* ***para a imagem da Companhia****, esse acidente – seguido de outro (...) – teve a virtude de* ***mobilizar toda a Empresa em busca de um novo padrão de excelência****."* (PETROBRAS, 2000:6).

A importância da imagem, do relacionamento com a comunidade (tendo em vista a legitimidade conferida por esse tipo de capital exclusivamente simbólico) e o imperativo de conseguir atingir *"novos padrões de excelência"* neste momento histórico em particular, e não em outro, são justificados na **Mensagem do Presidente** (mais uma vez, dirigida aos acionistas, não à sociedade):

> *"A* ***globalização dos mercados*** *empurra as empresas para a* ***internacionalização*** *e impõe, também,* ***padrões internacionais de comportamento****. Se até o fim do século XX nos contentamos com a definição de que "a alma do negócio" era o segredo, o mundo do século XXI nos põe na situação singular de perceber que ela passou a ser a* ***transparência*** *e a* ***legitimidade social****.*
>
> *Num modelo globalizado,* ***mecanismos de accountability, de prestação de contas e de abertura das informações*** *ganham importância crescente. É tópico relevante nas* ***agendas internacionais****, e o* ***Fórum de Davos*** *confirma a tese. As companhias que não ajustarem a* ***governança corporativa*** *à* ***responsabilidade social*** *terão cada vez menos espaço num mercado que cobra progressivamente mais* ***ética****,* ***transparência****,* ***compromisso*** *com seus empregados e com a* ***sociedade****.*
>
> *Essa constatação é ainda maior no setor em que atuamos.* ***A desregulamentação dos mercados induz as companhias de petróleo a intensificar sua atuação internacional aceleradamente.*** *Cada vez mais elas*

terão de negociar seus espaços com governos e representantes do poder local politicamente instituído. Isto equivale dizer que ***cada vez mais terão de negociar com a sociedade*** *onde exercem suas atividades.*

Quando afirmamos que a responsabilidade social é hoje parte do negócio não estamos sendo poéticos, muito menos românticos. O ***Sustainability Index, da Dow Jones****, no* ***maior mercado financeiro do planeta****, enfatiza a necessidade de* ***integração dos fatores econômicos, ambientais e sociais nas estratégias de negócio das empresas****. Dez por cento dos investimentos mundiais provêm, hoje, de fundos formados por empresas socialmente responsáveis."*(PETROBRAS, 2000:2).



Capa do Balanço Social 2000

Juntas, a seção **Segurança, Meio Ambiente e Saúde** e a seção **Projetos Ambientais** ocupam doze páginas do Balanço Social; só depois são introduzidos os **Projetos Comunitários** (6 páginas) e os **Projetos Culturais** (idem). A capa do Balanço Social é inteiramente verde (recordemos que, também em 2000, a BP havia mudado sua logomarca para algo reminiscente do verde da natureza), e aspectos do meio ambiente (peixes, bromélias, tartarugas, rios, cascatas, praias, etc) constituem o elemento principal em 29 das 61 fotos do documento, enquanto em cerca de metade das restantes ele é um forte pano de fundo às ações humanas.

A seção reservada aos **Principais Indicadores**, contudo, apresenta uma versão extremamente resumida, ou melhor, "expurgada", do Balanço Social proposto pelo IBASE. Em primeiro lugar – artimanha primária – não são apresentados os dados referentes ao período anterior, portanto o leitor não possui termos de comparação para os valores atuais. Alguns indicadores delicados, tais como o número de empregados negros, o número de demissões e de acidentes de trabalho no período, ou a relação entre o maior e o menor salários na empresa também

estão ausentes. Em 2000, a companhia declara ter 38.900 empregados próprios e 49.200 terceirizados.

d) Relatório Anual de Responsabilidade Social 2001

Mais um acidente de grandes repercussões vem sacudir a imagem da Petrobras quando, em março de 2001, uma série de explosões levou ao afundamento da plataforma marítima P-36 (a maior do mundo à época) na bacia de Campos, ocasionando a morte de 11 funcionários. O acontecimento provocou uma violenta onda de protestos populares e manifestações de sindicatos, além de reportagens e artigos acadêmicos denunciando a precariedade das condições de segurança e de manutenção das instalações da empresa, problema esse que seria atribuível ao alto número de empregados terceirizados. Foram ressaltados com insistência os fatos de que, desde 1998, 81 petroleiros haviam morrido em acidentes na companhia – em média, mais de duas mortes por mês – e que, do total, 66 eram empregados terceirizados. A baixa qualificação e a relativa falta de experiência do pessoal contratado pelas firmas prestadoras de serviço, além das piores condições de trabalho a que são regularmente submetidos, foram apontadas como as principais causas para o alto número de fatalidades que faziam parte do cotidiano da companhia.

O relatório socioambiental publicado neste ano mudou de nome, optando por abrigar-se sob um guarda-chuva semântico mais amplo, o da *"responsabilidade social"*, e cresceu das 28 páginas do ano anterior para 62 (mas em nenhuma delas colocou foto da plataforma que afundara). Destas, as primeiras oito páginas são dedicadas a afirmar os *"princípios da Petrobras"* (ecoando com bastante atraso os *Princípios Gerais da Shell*, criados em 1976 e reformulados em 1998). Desfia-se aí uma longa e algo entorpecedora lista de boas intenções, valores nobres e comportamentos louváveis com os quais ninguém, em sã consciência,

poderia discordar. No terço inferior da página 13 vem uma referência à P-36, sob o título **Segurança no Trabalho**, em cujo primeiro parágrafo se lê:

> *"A Petrobras vem reduzindo sistematicamente suas taxas de acidentes que resultam em afastamento de trabalhadores das atividades normais. Estes números revelam que,* ***apesar do acidente com a plataforma P-36, há uma tendência progressiva de melhora****."*(PETROBRAS, 2001:13).

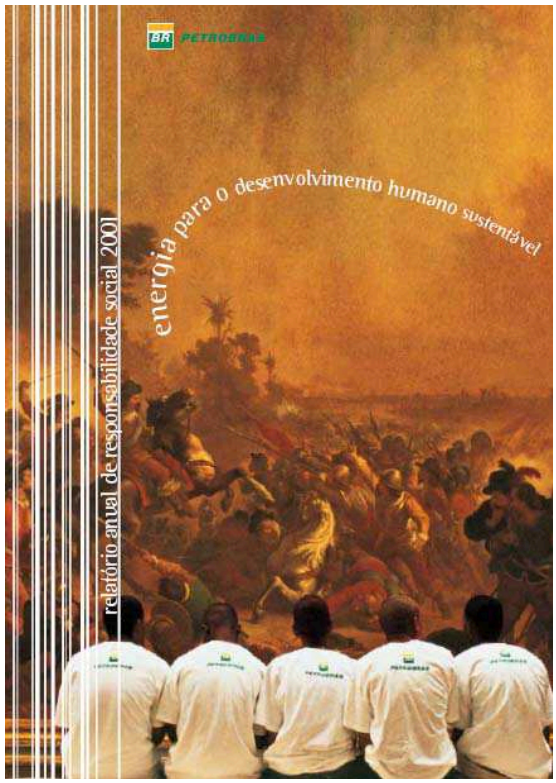
O acidente é deste modo retraduzido e reinterpretado como uma falta de sorte, como um acontecimento atípico que vem subitamente perturbar um cenário geral de melhoria. A triste realidade representada pelos acidentes fatais durante o período, envolvendo 12 empregados próprios e 18 de empresas contratadas, é mencionada no parágrafo seguinte (penúltimo da página 13) como algo que a empresa considera *"inaceitável"* e, dentre as medidas anunciadas para *"reverter esse quadro"* (capacitação, treinamento, revisão de processos), consta o *"forte estímulo à conscientização da força de trabalho com relação às questões de segurança"* - o que, dito de outra forma, equivale a imputar às vítimas, reais ou potenciais, boa parcela da culpa pelos acidentes que sofrem. Além disso, em consonância com as estratégias de legitimação enunciadas por Thompson[32] (*apud* EAGLETON, 1997), as formas rivais de pensamento e de interpretação da realidade – tais como a apresentada pelo Boletim do SINDIPETRO em março de 2002, no aniversário da tragédia[33] - são evidentemente excluídas do discurso oficial da companhia.

---

[32] Cf. páginas 71-72 deste trabalho.

[33] *"(...) Com a perda da plataforma e sua repercussão negativa, a direção da empresa foi forçada a admitir equívocos em sua política de pessoal, especialmente no que diz respeito às terceirizações e à não renovação de quadros efetivos, embora, a todo momento, não escondesse sua extrema má-vontade por ter que fazer isto. A comissão de investigação criada pela Petrobras para apurar as causas do acidente produziu um relatório pífio e que nada (ou muito pouco) esclareceu, limitando-se a aspectos técnicos. Em contrapartida, o relatório do Crea-RJ, produzido com a colaboração do Sindipetro-RJ, apontou no rumo certo ao responsabilizar as direções da Petrobras e ANP pelo 'acidente'.*
Apesar de todas as suas consequências trágicas, o afundamento da P-36 infelizmente não serviu como aprendizado para a direção da Petrobras. É que, nas unidades da empresa, a maioria dos petroleiros ainda continua trabalhando sob a política do terror psicológico e da 'produção a qualquer custo', resultando em mais e mais acidentes. (...). Resumindo, a tão falada 'revisão da terceirização', anunciada por Reichstul à época do 'acidente' com a P-36, foi pura balela. Para completar, as viúvas dos petroleiros mortos ainda não foram indenizadas. Não podemos ficar parados diante de tamanha arrogância! Por isso, vamos todos comparecer ao ato que vai lembrar um ano da tragédia da P-36. Nossos companheiros mortos não podem ser tratados apenas como mais um número diante das estatísticas. Outros acidentes podem acontecer a qualquer momento." (BOLETIM SINDIPETRO, No. 87, março de 2002).

A capa do Relatório Anual de Responsabilidade Social 2001 também é merecedora de uma análise mais demorada. Nela, cinco jovens negros, vestidos com camisetas que exibem a logomarca da Petrobras, estão no Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, sentados em frente à enorme tela de Victor Meirelles, datada de 1879, retratando a Batalha dos Guararapes.



Capa do Relatório Anual de Responsabilidade Social 2001

A foto causa impacto graças à justaposição improvável de dois universos manifestamente antípodas ou, pelo menos, habitualmente incomunicáveis: de um lado, está a "periferia" – aqueles que vivem à margem do capitalismo, da cultura, da sociedade que manda e decide (pois estes rapazes são a própria encarnação do famigerado 'social', cujas mazelas e carências cumpre aliviar); do outro lado, está o "centro" – a cultura legítima, o poder das classes dominantes, o ponto de referência a partir do qual todo o resto é medido e avaliado. Ficamos sabendo, na contra-capa do Relatório, que estes são *"adolescentes do programa de ressocialização Pintando um Futuro Diferente*". Descrito no Relatório de 2000, o programa destina-se a menores infratores de 12 a 17 anos privados da liberdade por sentença judicial, e consiste em *"colocar os meninos em contato com atividades artístico-culturais, dentro e fora do presídio, com o objetivo de resgatar a dignidade infantil."* Declaradamente bem sucedido - *"56% dos meninos que fazem o curso têm suas penas diminuídas ou canceladas devido à total modificação de comportamento"* – o programa recebeu menção honrosa do Tribunal

Federal em Brasília (PETROBRAS, 2000). Porém, os possíveis méritos deste e de outros programas corporativos semelhantes não invalidam ou atenuam um ceticismo que poderíamos resumir assim:

> *"Além de não tocar nas causas que fabricam as multidões de desvalidos, as campanhas de filantropia se aproveitam da imagem dos miseráveis para comover sua clientela de novos caridosos, deslumbrados consigo mesmos. Transformam os necessitados na cenografia de um grande fetiche, que é o exato oposto da fraternidade, pois fraternidade é estar ao lado do outro como irmão, jamais como alguém superior que simplesmente entrega o que não lhe falta. Mas nisso também consiste o fetiche, em fazer parecer esmola o que deveria ser um direito."* (BUCCI, 1998).

A título de contraponto, é interessante cotejar o dado relativo ao número de projetos sociais patrocinados pela Petrobras em 2001 – são mais de 200 – com dados que quantificam o desmonte das condições de segurança e de estabilidade no trabalho que continuava sendo conduzido internamente pela companhia à mesma época: os empregados próprios são 32.809, enquanto os terceirizados totalizam 59.128.

Quanto ao **Perfil** da empresa, disponível no Relatório Anual de 2001, novas reformulações foram introduzidas para acompanhar a evolução dos tempos:

> *"A Petrobras é uma **sociedade anônima de capital aberto**, que atua de forma integrada e especializada nos seguintes segmentos relacionados à **indústria de óleo, gás e energia**: exploração e produção; refino, comercialização, transporte e petroquímica; distribuição de derivados; gás natural e energia. Criada em 1953, é hoje a 15ª maior companhia de petróleo do mundo, segundo os critérios da publicação Petroleum Intelligence Weekly. **No contexto de abertura do setor petrolífero brasileiro**, vem mantendo seu crescimento e liderança no País, **preparando-se para tornar-se uma companhia de energia com atuação internacional**."* (PETROBRAS, 2001:4)

Note-se que a empresa não mais se define como uma *"sociedade de economia mista"*, embora o governo federal detenha ainda 51% das ações com direito a voto. A própria definição de sua atividade-fim foi simplificada e, por que não?, estilizada. Abandonados os termos técnicos, pesados, tão associados ao petróleo em si: *"poço"*, *"xisto"*, *"rochas"*, *"hidrocarbonetos fluidos"*. A Petrobras agora *"atua na indústria de óleo, gás e energia"*, e não só *"pode"*, se quiser, como aventurava-se a dizer em 1998, exercer suas atividades no exterior, mas está *"preparando-se para tornar-se uma companhia de energia com atuação internacional"*.

Daremos agora um salto no tempo e, considerando já ter demonstrado, em linhas gerais, de que maneira as influências e pressões do campo social, aliadas àquelas do campo do petróleo em si, vinham sendo absorvidas, interpretadas, acatadas ou resistidas pela Petrobras, e como essas forças manifestam-se nitidamente nas suas estratégias discursivas sobre RSE, faremos uma rápida incursão por alguns dos relatórios socioambientais publicados pela companhia durante o governo Lula.

e) Balanço Social 2003

Pela primeira vez, o Balanço Social da Petrobras não é iniciado por nenhuma "carta aos acionistas", sinal de que é endereçado à sociedade como um todo[34]. Aqui, não por acaso, o relatório socioambiental da companhia muda radicalmente de roupagem: o formato é o de um tablóide, impresso em papel reciclado; o documento retoma o nome anterior, de "balanço social"; a manchete na primeira página poderia ser uma propaganda do próprio governo federal. Todos os *slogans*, ou palavras de ordem, deste governo lá estão: *"Fome Zero"*, *"exclusão"*, *"desenvolvimento"*, *"cidadania"*, *"parceria com a sociedade"*. Na foto central, nada de arranha-céus espelhados, florestas virgens ou crianças brincando. Não: quem está aqui é um rude representante do "Brasil profundo": negro, camponês, excluído – isto é, o destinário típico do Programa Petrobras Fome Zero (e também o eleitor "ideal" de Lula, no sentido weberiano).

PETROBRAS 2003

BALANÇO SOCIAL

DESTAQUES

Parceria com a sociedade

Fornecedores são estimulados a fazer sua parte

Ouvidoria garante relação transparente

A aposta na biodiversidade e proteção ambiental

NÚMEROS EM 2003

VALOR DE MERCADO DA PETROBRAS EM 31/12: US$ 30,7 bilhões

VAZAMENTOS DE ÓLEO:
Em 2000: 5.483 m³
Em 2003: 275 m³

RESERVA (PROVADAS (CRITÉRIO SEC): (em bilhões de boe)
Em 2001: 9,7
Em 2002: 10,5
Em 2003: 11,6

Programa Petrobras Fome Zero investe R$ 303 milhões no combate à exclusão e no desenvolvimento com cidadania

Pacto Global expressa um novo momento na responsabilidade social da Petrobras

Programa Petrobras Ambiental escolhe água como tema

Empresa investe na identidade nacional

Capa do Balanço Social 2003

[34] É curioso observar que, no ano anterior, o balanço referente a 2002 havia sido assinado pelo presidente que entrava (Dutra) e por aquele que saía (Francisco Gros, após um ano na presidência). Somente o texto do segundo era ainda dirigido aos acionistas.

Mas esse retorno às origens mais autênticas da Nação não reduz em nada o olhar estratégico para o panorama externo; logo após a **Mensagem do Presidente** (o ex-Senador do PT, José Eduardo Dutra), as principais notícias do documento têm a ver com o acúmulo crescente de capital simbólico plenamente conversível no plano internacional:

> *"O Balanço Social de 2003 reflete as principais transformações em andamento na Petrobras. (...)*
>
> *Uma das principais iniciativas foi a **adesão ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas**, que formalizou nossos compromissos com a **defesa dos direitos humanos**, o respeito à força de trabalho e a **preservação do meio ambiente**. (...)*
>
> *O presente documento contém outras novidades importantes a serem comunicadas. Em primeiro lugar, os **dados foram revisados pela Ernst & Young**, empresa que também auditou o Relatório de Demonstrações Financeiras da Petrobras. Além disso, o Balanço Social consolida os diferentes modelos e indicadores de relatório de responsabilidade social corporativa existentes no Brasil e no mundo: **Ethos**, **Ibase**, **Cebds** (Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável), **normas da ANP** (Agência Nacional de Petróleo), **GRI** (Global Reporting Initiative), e **Dow Jones Sustainability Index.**"* (PETROBRAS, 2003: 4).

A consolidação dos indicadores acima mencionados resulta em seis longas páginas repletas de informações (embora algumas delas ainda sejam classificadas como "não disponíveis" ou "não decladadas"). No total, o documento possui 72 páginas e está a léguas de distância do amadorismo daqueles primeiros Balanços Sociais publicados em 1998 ou 1999.

f) Balanço Social e Ambiental 2006

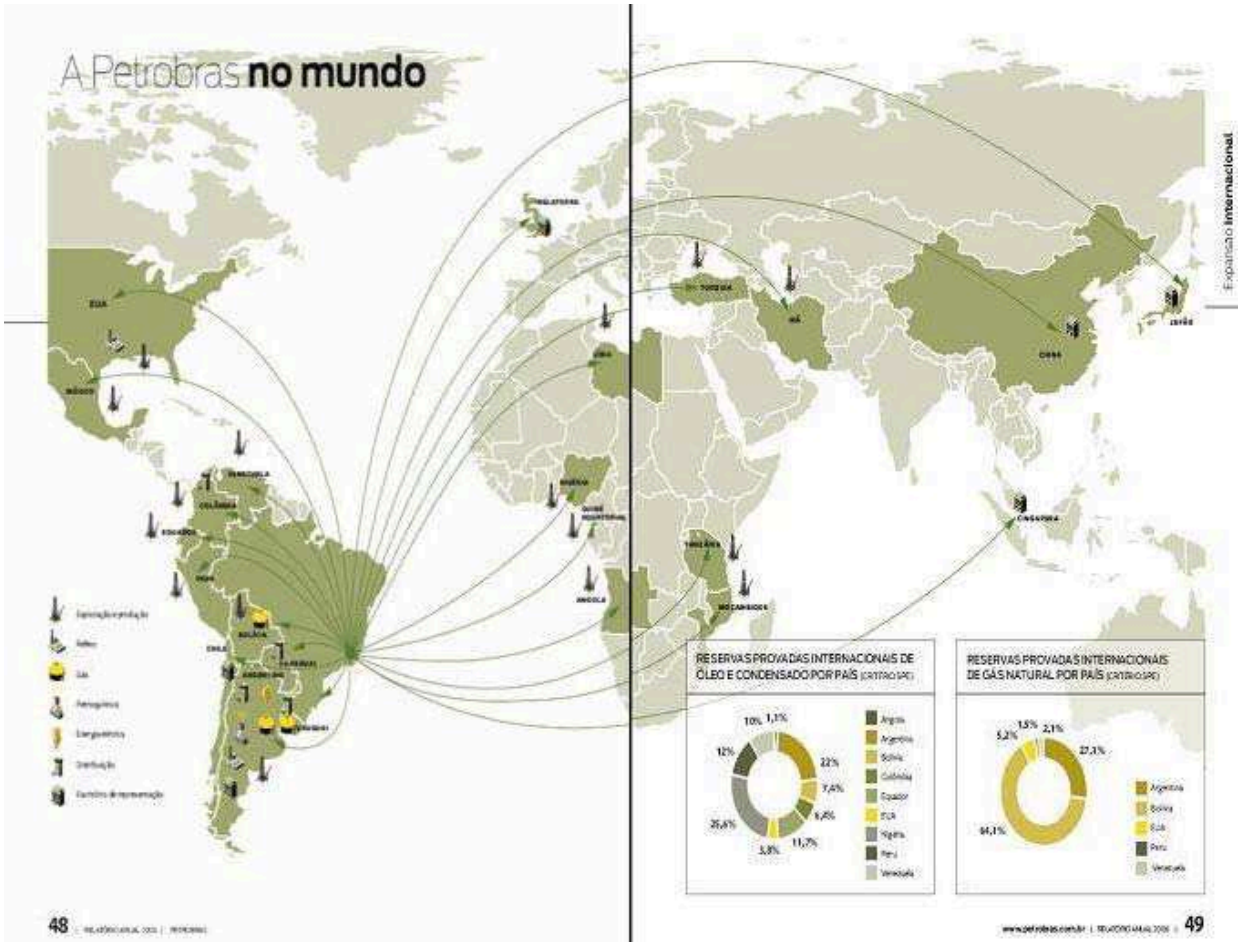
Pode-se dizer que os discursos sobre RSE da Petrobras atingem aqui o mais alto nível de profissionalização, como seria de se esperar de uma empresa que, em 21 de janeiro de 2008, menos de um ano após a publicação deste Balanço, seria declarada a 6ª. maior petrolífera do mundo, em seguida à descoberta do poço de Júpiter, na Bacia de Santos, avaliado como tendo dimensões semelhantes às do campo de Tupi, descoberto dois meses antes (ABDALA, 2008).

O Balanço Social e Ambiental tem 160 páginas, ao passo que o Relatório Anual, com suas informações financeiras, conta com apenas 115, o que sinaliza uma clara opção estratégica em favor do acúmulo de capital simbólico. Aparentemente, tal opção revelou-se bastante bem sucedida, dado que em 2007 a empresa foi classificada em segundo lugar no campo internacional do petróleo, de acordo com a avaliação de "reputações éticas" realizada pela firma suíça Covalence (vide item 6.2 neste capítulo).

Em 2006, o capital social da Petrobras encontrava-se distribuído da seguinte maneira (cf. com os dados relativos a 1997, à página 200) :

- União: 32,3%
- BNDESpar: 7,6%
- ADRs e estrangeiros: 39,3%

A companhia anuncia, neste Balanço, que prevê realizar US$ 12,1 bilhões de dólares de investimentos entre 2007 e 2011, com vistas a atingir suas metas de internacionalização. Às páginas 48 e 49, um mapa-múndi ilustra a expansão geográfica de suas atividades: a empresa está presente agora em 26 países.



Os discursos de RSE surgem claramente como um elemento-chave na estratégia globalizante da empresa, úteis e necessários para conquistar melhores posições, tanto no interior do campo do petróleo como no cenário político e social doméstico. Ciente disso, a Petrobras sofistica suas práticas e coleciona insígnias: a contra-capa do Balanço 2006 lembra um pouco a farda de um general engalonado, tantos são os selos atestando conformidade às regras do jogo da

RSE: *Global Compact*, *Dow Jones Sustainability Indexes*, Índice de Sustentabilidade Empresarial, *Organizational Stakeholder* do GRI, Selo da Fundação Abrinq, Selo Pró-Eqüidade de Gênero. Nas páginas internas, confirma-se a adequação a uma miríade de outros indicadores e normas, além de compromissos com o meio ambiente e parcerias com a sociedade.

Contra-capa do Balanço Social e Ambiental 2006

Eis o **Perfil** da companhia, segundo o Relatório Anual de 2006, nove anos depois da quebra do monopólio estatal. Atente-se para a ênfase que aí é dada à estratégia de internacionalização:

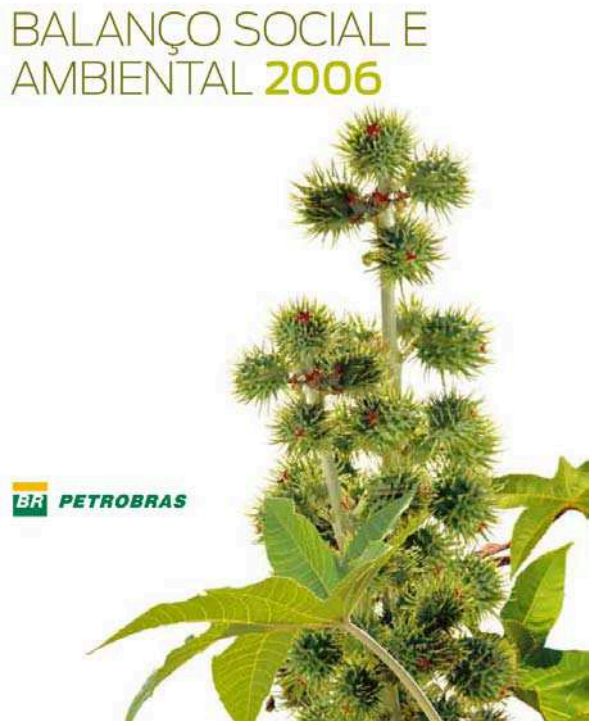
> *"A Petrobras é uma sociedade anônima de capital aberto, que atua de forma integrada e especializada nos seguintes segmentos da indústria de óleo, gás e energia: exploração e produção; refino, comercialização, transporte e petroquímica; distribuição de derivados; gás natural e energia. Criada em 1953, é hoje a 14ª maior companhia de petróleo do mundo, segundo os critérios da publicação Petroleum Intelligence Weekly.* ***Líder do setor petrolífero brasileiro, vem expandindo suas operações, para tornar-se uma Companhia integrada de energia com atuação internacional e líder na América Latina.***" (PETROBRAS, 2006:8).

A capa do Balanço Social e Ambiental 2006, por sua vez, sinaliza outro tipo de opção estratégica por parte da empresa, não menos preocupada com o mercado externo:

> *"No campo das energias renováveis,* ***2006 marcou a definição do foco da Companhia na produção de biocombustíveis, com a meta de atingir a liderança na produção de biodiesel no Brasil e expandir a comercialização de etanol.*** *Até 2011, a Petrobras projeta disponibilizar 855 mil m3/ano de biodiesel, processar 425 mil m3/ano de óleo vegetal com a aplicação da*

tecnologia H-Bio e ***exportar 3,5 milhões de m3 de etanol****."*(PETROBRAS, 2006:116).

A palavra "biodiesel" é mencionada 13 vezes ao longo do Balanço Social, o que – podendo ser considerado como uma medida da importância econômica e política deste tópico emergente – suscita curiosidade sobre quantas vezes irá aparecer no Balanço de 2007.



Capa do Balanço Social e Ambiental 2006

Por fim, à guisa de síntese desta breve análise dos relatórios socioambientais da Petrobras, elaboramos uma tabela, apresentada a seguir (vide Tabela 4), na qual está colocada a freqüência com que certas palavras-chave aparecem nesses documentos. As palavras escolhidas podem ser consideradas indicadoras dos principais conceitos e princípios enfatizados pelo discurso neoliberal contemporâneo e por este seu acólito útil, qual seja, o discurso sobre RSE produzido pelos agentes dominantes.

Selecionamos três relatórios – o de 2001, o de 2005 e o de 2006 – por considerarmos que são suficientemente representativos da evolução do discurso de RSE da empresa em questão. Em 2001 tal discurso já estava bem estabelecido, tendo surgido e se consolidado tanto em virtude das tendências nessa direção que se firmavam no campo internacional do petróleo, como dos acidentes recentes envolvendo a companhia e das pressões por parte de grupos externos.

Contudo, o fortalecimento e a intensificação por que passa o discurso sobre RSE nos anos subseqüentes é sobremodo revelador: a legitimação da ideologia neoliberal aí se dá pela repetição e promoção de idéias que enaltecem a eficiência e a modernidade dos mecanismos de mercado, em detrimento do Estado; salta também aos olhos a utilização inflacionada de expressões "da moda", geradoras de capital simbólico; por fim, as perspectivas dissonantes e polêmicas sobre a realidade são significativamente abafadas ou minimizadas.

Tabela 4: Conceitos enfatizados, omitidos ou atenuados em relatórios socioambientais da Petrobras – 2001, 2005 e 2006

	Relatório 2001 (64 páginas)	Relatório 2005 (156 páginas)	Relatório 2006 (160 páginas)
SUSTENTÁVEL, SUSTENTABILIDADE	20	45	58
ÉTICA	4	29	28
TRANSPARÊNCIA	14	27	30
PARTICIPAÇÃO	15	67	83
CIDADANIA	10	30	19
COMUNIDADE (S)	31	105	105
RESPONSABILIDADE	7	116	96
GOVERNANÇA	1	11	33
MEIO AMBIENTE	30	79	104
PRESERVAÇÃO	11	31	26
OPORTUNIDADES	2	27	28
ACIDENTES	13	28	26
IMPACTOS	0	40	44
DESMATAMENTO, DESFLORESTAMENTO, DEGRADAÇÃO	2	0	2
TERCEIRIZADOS	2	8	15
CONFLITOS	1	4	5
PROTESTOS	0	1	0
SOCIEDADE CIVIL	4	6	11
GOVERNO, ESTATAL	3	16	15
MERCADO (S)	17	55	57
POBREZA, EXCLUSÃO	0	6	4
INVESTIDORES, ACIONISTAS	10	55	29
GLOBALIZAÇÃO, CAPITALISMO, NEOLIBERAL	0	0	0
MUNDIAL, INTERNACIONAL, INTERNACIONALIZAÇÃO	6	58	71

Fonte: Elaboração própria.

Na primeira metade da tabela estão listadas as palavras-chave do discurso sobre RSE: eis aí o universo róseo da "sustentabilidade" (que passa de 20 menções em 2001 a 58 em 2006), da "ética" (aumenta de quatro a 28 menções), da "transparência", da "preservação", do "meio ambiente", da "responsabilidade" (que explode de quatro para 96 menções). O governo Lula (relatórios de 2005 e 2006) é também o tempo da "participação" (que passa de 15 a 83 menções) e das "comunidades" (a freqüência do termo sobe de 31 para 105 menções). Não menos importante é a "governança", enquanto ingrediente facilitador do acesso ao mercado de capitais e passaporte para a internacionalização das firmas, ao mesmo tempo em que, no plano

político, ela serve como uma alternativa conveniente às formas de governo exercidas predominantemente pelo Estado (por isso a "governança" passa de apenas **uma** menção em 2001 a 33 em 2006). Não esqueçamos tampouco que todos esses conceitos e valores são apresentados como "oportunidades" (o termo cresce de duas menções para 28) – afinal, a palavra indica o famoso *"business case"* da RSE, isto é: as justificativas de cunho utilitarista que são apresentadas para adotá-la.

Na segunda metade da tabela temos o mundo cinzento e sombrio daquilo que não interessa trazer à tona, ou do que poderíamos chamar de "o recalcado da organização"... Embora a recorrência do termo "acidentes" tenha dobrado, passando de 13 a 26 menções, não deixa de ser irônico que ele ainda mereça menos destaque que a "governança" (33 menções) e as "oportunidades (28 menções). Assim também os "terceirizados", seres humanos muito concretos e tangíveis, aos quais são feitas menos referências (15, em 2006) do que à "ética" (28) e à "cidadania"(19), termos que remetem à dimensão vaga e menos comprometedora dos ideais. Pouco ou nada se diz sobre "desmatamento", "degradação", "conflitos", "protestos", "pobreza" e "exclusão" (talvez porque os pobres e excluídos sejam as tais "comunidades", de que tanto se fala). Não há nenhuma referência à "globalização", ao "capitalismo" ou ao "neoliberalismo" em qualquer dos três relatórios. Porém isso não basta para obscurecer o fato que esses três elementos, absolutamente fundamentais e estruturantes da realidade em que se move a Petrobras, estão todos fortemente presentes na sua lógica e na sua retórica – embora sob outra roupagem. Em 2006, a "sociedade civil" recebe 11 menções; o "governo", "Estado" ou "estatal", 15 menções. Enquanto isso, os "investidores" ou "acionistas" merecem 29 menções, e o "mercado" é alvo de 57 referências. Por fim, ainda que não se fale em "globalização", dada a conotação politicamente carregada do termo, as expressões "mundial", "internacional" ou "internacionalização" passam de 6 ocorrências em 2001 para 71 em 2006.

Encerramos assim esta análise crítica dos relatórios socioambientais, esperando ter demonstrado - de modo certamente mais indicativo que exaustivo - como, por que e sob que tipo de influências e interesses têm se construído as práticas discursivas sobre RSE da Petrobras, nos últimos dez anos.

CONCLUSÃO

A conclusão de uma tese é, quase sempre, um momento de profunda ambivalência: por um lado, o alívio da tarefa terminada, do dever cumprido, do peso – enfim! – levantado dos ombros; por outro lado, é forçoso admitir a enorme distância entre aquilo pretendido e o de fato realizado, além de suportar o embaraço de vermos, ali, estampada no papel, a prova indisfarçável de nossas inúmeras limitações. Mas para isso não há remédio, e muitos (dentre os quais esta autora) passariam anos lendo mais, enveredando por atalhos, percorrendo estradas vicinais, afastando-se dia a dia do objetivo (e do prazo) principal. Porque quanto mais se lê (e vive) menos certezas a gente tem, e julgamos poder resolver essa lacuna lendo (e vivendo) mais. Triste engano.

Há vários meses atrás, quando já haviam se tornado claras as dificuldades inerentes a um projeto de pesquisa cujo escopo inicial era por demais ambicioso, veio-me súbito à mente o famoso quadro de René Magritte: *Ceci n'est pas une pipe*. Através dele, o pintor chama a atenção para o fato de que não importa quão acuradamente consigamos representar algo – como ele o faz, ao pintar o mais realista dos cachimbos – jamais poderemos capturar o objeto em si. Não se pode aspirar a fumaça de um cachimbo que é pintado.

O paradoxo entre as palavras e as coisas, entre o que elas nomeiam e o que "é", de fato, constitui problema filosófico dos mais antigos e que não pretendemos destrinchar aqui agora, às pressas, já prestes a concluir o trabalho. Que sirva o recurso ao quadro de Magritte apenas para afirmar o óbvio: ou seja, que o conteúdo destas páginas não tem a pretensão de **SER** a realidade, mas simplesmente de interpretá-la – pintá-la – conforme a autora é capaz de enxergá-la hoje. Muitos ângulos terão sido deixados encobertos, detalhes importantes terão sido esquecidos, conexões importantes foram talvez ignoradas. Só nos resta ponderar, mais uma vez, que o tipo de óculos (ou de *habitus*) que porta cada um de nós é o principal responsável pela escolha da perspectiva adotada, assim como por aquilo que porventura é deixado de fora. Seria útil, portanto, recordar as características essenciais das lentes que usamos aqui.

Procuramos ressaltar, ao longo desta pesquisa, os aspectos sociopolíticos e ideológicos que precedem, situam e orientam os hoje tão ubíqüos discursos sobre RSE. Através do paradigma analítico da Análise Crítica do Discurso, esforçamo-nos por caracterizá-los dentro do contexto dentro do qual ocorrem, identificando quem são seus porta-vozes, evidenciando as lutas por autoridade e legitimidade em torno do conceito, retraçando as principais fontes de influência e

de apoio institucional para o mesmo, revelando algumas de suas contradições internas e das razões pelas quais tem encontrado eco entre tantos e tão diversos segmentos, ou campos, do universo social. Quisemos demonstrar, acima de tudo, as "afinidades eletivas", ou a função de reforço mútuo, existentes entre a ideologia capitalista neoliberal contemporânea e o discurso da RSE tal como construído e divulgado pelos agentes dominantes.

Como vimos, uma das razões pelas quais os discursos sobre RSE vieram a adquirir tamanho destaque em campos sociais muito diferentes entre si é porque têm sido promovidos por dois poderosos conjuntos de atores: um deles abarcando ONGs, sindicatos e vários movimentos sociais dedicados a questões como desenvolvimento sustentável, relações de trabalho, direitos humanos, corrupção e formas alternativas de globalização; o outro, composto por interesses empresariais organizados e por formuladores de políticas públicas, preocupados e pressionados pela crescente oposição do primeiro grupo ao projeto neoliberal e conscientes da necessidade de arranjos institucionais que minimizem os efeitos perversos deste.

Todavia, não apenas os neoliberais, mas também muitos ativistas e ONGs criticam hoje aquilo que vêem como falhas e limitações do Estado, e buscam uma "terceira via" que comporte formas de regulação de caráter voluntário ou mais brando, em oposição à regulação tradicional, estatal, de tipo "comando e controle". Muitos desses atores, sobretudo os menos radicais, tendem a ressaltar o papel da colaboração e das parcerias, ao invés do confronto. O fato é que as opiniões da sociedade civil sobre a RSE são divididas e existem numerosas tensões internas; além disso, diversos movimentos, redes e ONGs são simultaneamente autores e monitores de alguns dos chamados "instrumentos de regulação civil", o que implica, por sua vez, o emprego de táticas ora de colaboração, ora de confronto, as mais variadas.

Em comparação com entidades de classe como os sindicatos, que foram um dos principais agentes de mudanças nas décadas precedentes, o ativismo das ONGs nos anos 80 e 90, *vis à vis* das empresas, foi relativamente fragmentado. Seria efetivamente muito difícil, senão impossível, constituir uma frente comum da sociedade civil, mais coesa e poderosa, capaz de manter o *Big Business* em xeque, dadas as divergências irreconciliáveis existentes no interior da mesma. Além disso, os tipos de demandas colocadas, bem como as estratégias utilizadas, em muitos casos acabaram sendo parcialmente condicionadas pela perigosa tendência de muitas ONGs a envolverem-se com a indústria em expansão da RSE, seja através da prestação de serviços, seja via atividades de consultoria ou venda de tecnologias sociais transformadas em *commodities* (realização de diagnósticos participativos, palestras, cursos de treinamento, etc).

O segundo grande grupo a promover a RSE – os interesses empresariais organizados – inclui hoje algumas das maiores companhias de petróleo, embora a adesão destas últimas tenha sido relativamente tardia. Apenas um reduzido número delas respondeu com rapidez às crises e pressões descritos no capítulo precedente, não só via publicidade maciça (e da melhor qualidade persuasiva), mas também adotando códigos de conduta, reforçando seus sistemas de gestão ambiental, promovendo diálogo com as partes interessadas, aumentando o apoio a projetos comunitários locais, investindo em fontes de energia alternativas, buscando certificações socioambientais e afiliando-se ou colaborando com várias iniciativas e instituições de RSE, nacionais e internacionais.

Não obstante tais esforços, persiste a idéia, bastante difundida entre o público, de que as empresas estão meramente reagindo de maneira defensiva, e que não possuem nenhum interesse genuíno na RSE senão cuidar de suas imagens e reputações. Como tivemos oportunidade de discutir nos capítulos anteriores, não faltam exemplos, incidentes e acidentes – muitos deles trágicos - que corroboram essa impressão. Por outro lado, inúmeras firmas, associações de negócios e outros atores que representam o ponto de vista do mercado argumentam que existem sólidos motivos – isto é, um *business case* – para a adoção da RSE, os quais estariam relacionados à obtenção de vantagens competitivas, à redução de custos, à atração e retenção de talentos e à diminuição de causas trabalhistas ou multas ambientais. Em suma: a RSE seria um capital simbólico prontamente reconhecível nos dias atuais, e como tal transmutável em capital econômico e político.

Tais explicações para a RSE são sem dúvida relevantes e parcialmente verdadeiras, mas precisam ser complementadas por mais uma: a que reconhece nela uma *agenda política*, no sentido gramsciano da expressão. Segundo o conceito de hegemonia de Gramsci, a longevidade e a estabilidade do capitalismo dependem da capacidade das elites dirigentes governarem não somente pela força, mas através do consenso e da habilidade no atendimento das inquietações e anseios de múltiplos atores. A manutenção da hegemonia por um grupo social – no caso em tela, a classe capitalista transnacional - significa acomodar certas exigências da oposição, mas também exercer liderança moral, cultural e intelectual, e o discurso da RSE é um exemplo clássico desse tipo de estratégia. As assim chamadas "empresas socialmente responsáveis" estão não apenas reagindo defensivamente, mas estão também tentando moldar e controlar a agenda da RSE, em particular, e a agenda política, por extensão, de maneira proativa. No curso desse processo, elas conseguem afastar ou adiar ameaças regulatórias através do compromisso de adotarem iniciativas voluntárias de auto-

regulamentação; conseguem igualmente influenciar o curso do debate público e da própria ação governamental.

Um exemplo recente desse tipo de estratégia foi a cerrada mobilização empresarial em torno da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em 2002, que conseguiu fincar a idéia das parcerias público-privadas firmemente no cenário internacional e, assim fazendo, desviar a atenção das exigências populares por maior prestação de contas e controle das corporações transnacionais. Cumpre lembrar ainda que, bem antes disso, em 1992, o termo "ecoeficiência" já havia sido cunhado pelo WBCSD como bandeira do empresariado na Rio 92, para promover a idéia de *"criar mais bens e serviços, consumindo menos recursos, gerando menos resíduos e poluindo menos"* (SCHMIDHEINY, 1992), e desde então o termo tem se tornado sinônimo de uma filosofia gerencial orientada para a sustentabilidade - sem jamais colocar em causa até quando será possível *"**produzir mais** com menos"*, dados os limites físicos do planeta.

A proatividade das estratégias hegemônicas em relação à RSE é particularmente evidente no envolvimento empresarial com iniciativas multiatoriais como as acima citadas; esses e outros tipos de processos consultivos invariavelmente abrem espaço para a captura institucional e permitem aos interesses corporativos organizados influenciar os rumos de normas, acordos, diretrizes e políticas públicas. Tal é também a utilidade dos "pactos" firmados com instituições intergovernamentais que congregam diferentes Estados nacionais e trabalham em nome de interesses multilaterais (a ONU e seus vários organismos, a OCDE, União Européia, ISO, etc): a participação nesses fóruns facilita a troca e a transmissão dos recursos intangíveis (i.e., do capital social) obtidos e acumulados pelos agentes em função de participarem e serem reconhecidos em inúmeras redes de intercâmbio. É tanto no circunspecto Fórum Econômico Mundial quanto no tocante lançamento das Metas do Milênio, tanto nas Reuniões de Cúpula do G-8 quanto na inauguração de um museu ou sala de concertos (com o apoio da iniciativa privada, *bien sûr*) que a classe capitalista transnacional tem a oportunidade de pôr em ação o conjunto de relações e redes de ajuda mútua que podem ser mobilizadas para beneficiar seus próprios interesses.

O desenrolar desta análise nos sugere que desdenhar os discursos dos atores dominantes sobre RSE como sendo mera estratégia publicitária, ou, ao contrário, saudá-los como uma iluminada e sincera busca por desenvolvimento harmônico e sustentável podem ser, ambas, interpretações insuficientes, porque simplificadoras e dicotômicas. Os interesses que motivam as empresas variam bastante entre elas, pois refletem as consideráveis diferenças existentes

entre, em primeiro lugar, as leis e disputas específicas do campo dentro do qual estão inseridas; depois, as determinações e constrangimentos de seus campos institucionais mais amplos; e, finalmente, de que maneira os agentes dominantes estão posicionados, em cada momento histórico particular, em relação aos agentes e movimentos contra-hegemônicos.

Dadas as limitações impostas pelas estruturas objetivas dos campos de atividade econômica e pelas motivações pessoais e conflitantes dos agentes que deles fazem parte, somos levadas a concluir que a trajetória futura de qualquer modelo minimamente congruente de "empresa responsável" irá depender não apenas dos papéis desempenhados pela sociedade civil ou por empresários esclarecidos, mas também – e sobretudo – da regulação nacional e internacional e do lugar ocupado pelo Estado (UTTING e IVES, 2006). A natureza "voluntária" que caracteriza as discussões e as práticas de RSE desviaram (não por acaso, não sem graves conseqüências) ênfase e atenção do papel que deve incumbir ao Estado democrático na proteção e garantia do bem comum – não como simples animador ou mediador de outros grupos, parcerias e iniciativas, mas como o ator investido de maior legitimidade para definir, e perseguir, o que seja o interesse público.

Todavia, o desafio para o futuro envolve não somente "trazer o Estado de volta à cena" (à cena daquela parcela da população que mais precisa dele, frise-se bem; afinal, o Estado como procurador dos poderos nunca esteve ausente), mas também aumentar a influência de certos atores e coalizões hoje em posição de desvantagem. Isso requer, porém, que sejam confrontadas e solucionadas algumas das principais fraquezas dos movimentos sociais, já mencionadas anteriormente: a falta de representatividade de muitos deles, as relações escusas ou de dependência mantidas com empresas e com o Estado, a tensão entre ONGs e sindicatos, a falta de operacionalização de uma agenda comum mínima. Seria igualmente importante que alianças eqüitativas e duradouras viessem a ser forjadas entre as redes e organizações sociais do Hemisfério Sul e aquelas do Norte (mas também na cooperação Sul-Sul), de modo a garantir maior impacto e capilaridade aos processos de implementação dessa agenda mínima. Por fim, coloca-se a difícil tarefa de procurar articular consensos com o mundo dos negócios, ou pelo menos com aquela fração dele que esteja preparada para trabalhar em prol de um mundo mais justo – porém sem nunca esquecer, ou negligenciar, a inevitável conflitualidade entre campos e agentes movidos por lógicas diversas.

Certamente, a Análise Crítica do Discurso não tem como resolver esses problemas, mas pode assinalar a importância da linguagem como um elemento-chave na luta de resistência, assim como ajudar a compreender melhor aquilo que está em jogo. Mais do que descrever e

explicar, as abordagens críticas buscam principalmente desvelar certos tipos de engano e de manipulação, tornando os agentes mais conscientes de suas próprias necessidades. Tal é o propósito de Bourdieu (1997), por exemplo, ao trabalhar as noções de "violência simbólica" e de "desconhecimento" (i.e., a percepção que se tem da dominação simbólica como algo legítimo, e por conseguinte o reconhecimento – a aceitação - dos princípios em nome dos quais ela se exerce).

Nesse sentido, as teorias críticas, dentre as quais a ACD, diferem das teorias científicas em três dimensões (WODAK, 2002):

a) diferem no seu **objetivo**, e portanto na maneira como podem ser usadas. O propósito *prático* das teorias científicas é a manipulação bem-sucedida do mundo externo, e por isso são instrumentais. As teorias críticas objetivam construir um conhecimento que permita aos seres humanos emanciparem-se das várias formas de dominação e de coerção ocultas que os escravizam, colocando-os em posição de determinar, através da auto-reflexão, seus verdadeiros interesses (Habermas usou a psicanálise como o paradigma por excelência do conhecimento crítico), e por isso seu propósito *prático* é moral, ao invés de instrumental;

b) diferem na sua **estrutura cognitiva**. As teorias científicas são objetificantes, pois é possível distinguir entre a teoria e os objetos aos quais ela se refere; ou seja, a teoria científica não faz parte do domínio que ela mesma descreve. Uma teoria crítica, ao contrário, é reflexiva, pois ela mesma é sempre parte do domínio que descreve – são teorias, até certo ponto, sobre si mesmas;

c) diferem no **tipo de provas** que demandam e que irão determinar se são aceitáveis ou não; as teorias científicas e críticas requerem, portanto, tipos de confirmação diferentes.

Em resumo, uma análise crítica da globalização neoliberal e dos tipos de discurso que ela engendra, como a que propusemos neste trabalho, deve procurar abordar tais fenômenos de forma prática e relacioná-los com os objetivos centrais que são característicos desse viés epistemológico: a emancipação humana e a democracia. Esperamos ter podido contribuir em alguma medida para a luta que busca alcançar a realização de ambos.

Por fim, em termos dos futuros rumos sugeridos para esta pesquisa, acreditamos que eles podem desdobrar-se em pelo menos três níveis, de maneira análoga às dimensões do discurso delineadas por Fairclough (2001): micro (ou nível do texto), meso (nível das práticas

discursivas) e macro (nível das práticas sociais). No nível intermediário, por exemplo, a análise do discurso sobre RSE no campo da indústria brasileira do petróleo, que aqui iniciamos, tanto pode ser ulteriormente aprofundada como pode-se tomar por objeto outros campos de atividade, quer por meio do estudo de caso de empresas individuais, situando-as em relação à totalidade do campo ao qual pertencem, quer enfocando as circunstâncias nas quais se dá a construção desse discurso no que diz respeito a práticas específicas (e.g., a adoção de determinado selo, o lançamento de determinado programa, a condução de determinados projetos, etc).

No nível micro, recordamos que os relatórios socioambientais das empresas constituem, já há alguns anos, no exterior, uma rica fonte para os estudos que adotam o marco teórico da ACD. Ora, tais relatórios são publicados no Brasil com regularidade e grau de sofisticação mais do que suficientes para que justifiquem também, por si só, a abertura um filão de pesquisas dessa natureza. As notáveis diferenças observáveis nas estratégias discursivas desses relatórios, tanto num recorte temporal como num recorte transversal entre os diferentes campos de atividades, podem fornecer subsídios extremamente instigantes para pesquisadores curiosos.

Por fim, no nível macro, gostaríamos de ressaltar a enorme quantidade e variedade do material discursivo disponível no campo da RSE, à espera de investigações de natureza crítica capazes de elucidar, sempre mais e melhor, as ligações dessas práticas com estruturas e processos sociais mais abrangentes, determinados por sua vez pela especificidade histórica de como estão configuradas as relações de poder no atual contexto político, econômico e social.

REFERÊNCIAS

ABDALA, V. Petrobras anuncia descoberta de gás natural e óleo em nova área da Bacia de Santos. *Radiobrás – Agência Brasil*. 21 de jan., 2008. Disponível em: <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2008/01/21/materia.2008-01-1.2405427194/view>. Acesso em 22 de jan., 2008.

ACCOUNTABILITY - INSTITUTE OF SOCIAL AND ETHICAL ACCOUNTABILITY - ISEA. *Accountability 1000 (AA1000) framework: standard, guidelines and professional qualification*. London: ISEA, 1999.

ACKERMAN, R. How companies respond to social demands. *Harvard Business Review*, vol. 51, p. 88-98, 1973.

ACTION AID INTERNATIONAL. *Power hungry: six reasons to regulate global food corporations*. Jan. 2005. Johannesburg: ActionAid International, 2005. Disponível em: <http://www.actionaid.org.uk/wps/content/documents/power_hungry.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2005.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – ANP. *Anuário Estatístico 2006*. Rio de Janeiro: ANP, 2006. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/conheca/anuario_2006.asp>. Acesso em: 15 mai. 2007.

_____. *Anuário Estatístico 2007*. Rio de Janeiro: ANP, 2007. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/conheca/anuario_2007.asp>. Acesso em: 02 dez. 2007.

_____. *As rodadas de licitações da ANP*. Rio de Janeiro: ANP, 2007b. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/petro/rodadas_de_licitacoes.asp>. Acesso em 29 nov., 2007.

AGÜEROS, F. The promotion of corporate social responsibility in Latin America. Artigo apresentado no *workshop Responsabilidade social empresarial no Brasil hoje: um balanço*. Promovido pela Fundação Ford, ProHumana e Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 24 e 25 abr. 2003.

AKTOUF, O. *Pós-globalização, administração e racionalidade econômica: a síndrome do avestruz*. São Paulo: Atlas, 2004.

ALMEIDA, E. L. F. *Apostila de Economia do Petróleo*. (Mimeo). Rio de Janeiro: Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

_____; PERTUSIER, R. R. Oil contractors: evolução do padrão de concorrência e estrutura da indústria. *Boletim Petróleo & Gás Brasil*. Out. 2001.

ALMEIDA, M. H. T. Negociando a reforma: a privatização de empresas públicas no Brasil. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, vol. 42, no. 3, p. 421-452, 1999.

ALVESSON, M.; WILLMOTT, H. *Studying management critically*. London: Sage, 2003.

AMIN, S. *The liberal virus: permanent war and the americanization of the world*. London: Pluto, 2004.

ANDERSON, S.; LEE, T. ; CAVANAGH, J. *Field guide to the global economy*. 2nd. edition.

New York: Norton Press, 2005.

ANDRIOFF, J.; MCINTOSH, M. (Eds.). *Perspectives on corporate citizenship*. London: Greenleaf Publishing, 2001.

ANNAN, K. Discurso. FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. Davos, Suíça, 31 jan., 1999. UN Press Release SG/SM/6881/Rev.1, February 1. Disponível em: <http://www.un.org/News/Press/docs/1999/19990201.sgsm6881.html>. Acesso em: 22 feb. 2005.

_____. *In larger freedom: towards security, development and human rights for all.* Report of the Secretary-General of the United Nations. Sept. 2005. Disponível em: <http://www.un.org/largerfreedom/>. Acesso em: 23 set. 2005.

ARANTES, P. *Zero à esquerda*. São Paulo: Conrad, 2004.

ARENDT, H. *A condição humana*. 10ª. edição. São Paulo: Forense, 2003.

ARRIGHI, G. Globalization, state sovereignty, and the "endless" accumulation of capital. In: SMITH, D.; SOLINGER, D.; TOPIK, S. (Eds.). *States and Sovereignty in the Global Economy*. London: Routledge, 1999.

BADIE, B. A crise da potência e a desordem internacional. *Caderno CRH*, vol. 19, no. 48, p. 385-389, 2006.

BAKAN, J. *The corporation: the pathological pursuit of profit and power*. New York: Free Press, 2004.

BALLET, J.; de BRY, F. *L'entreprise et l'éthique*. Paris: Seuil, 2001.

BARNARD, C. *The functions of the executive.* Cambridge: Harvard University Press, 1938.

BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BEAUCHAMP, T. L.; BOWIE, N. O. (Eds.). *Ethical theory and business*. 5th. edition. Upper Saddle River: Prentice Hall, 1997.

BECK, U. *Pouvoir et contre-pouvoir à l'ère de la mondialisation*. Paris: Flammarion-Aubier, 2003.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. *The social construction of reality: a treatise in the sociology of knowledge.* London: Penguin Books, 1991.

BERMAN, S.; WICKS, A.; KOTHA, S. *et al*. Does stakeholder orientation matter? The relationship between stakeholder management models and firm financial performance. *Academy of Management Journal*, vol. 42, no. 5, p. 479-485, 1999.

BERNARDO, M. H. *Riscos na usina química: os acidentes e a contaminação nas representações dos trabalhadores*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BILLIG, M. Critical, Discourse and Analysis. In: WEISS, G.; WODAK, R. (Eds.). *CDA and*

interdisciplinarity. London: MacMillan, 2002.

BOBBIO, N. *O futuro da democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 2000a. 7ª. edição.

_____. *Teoria geral da política*. São Paulo: Campus, 2000b. 3ª. edição.

_____. *Direita e esquerda*. São Paulo: UNESP, 2001. 2ª. edição.

BOITO JR., A. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1996.

_____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papirus Editora, 1997. 1ª. reimpressão.

_____. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. *O campo econômico: a dimensão simbólica da dominação*. Campinas: Papirus, 2000.

_____. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo: Zouk, 2002.

_____. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.). *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho d'Água, 2003.

_____. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2004.

_____; WACQUANT, L. *An invitation to reflexive sociology*. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

_____. La nouvelle vulgate planétaire. *Le Monde Diplomatique*, p. 6-7. Paris, mai, 2000.

BOWEN, H. *Social responsibilities of the businessman*. New York: Harper & Row, 1953.

BRITISH PETROLEUM p.l.c. – BP. *BP Sustainability Report 2005*. Disponível em: <http://www.bp.com/liveassets/bp_internet/globalbp/STAGING/global_assets/downloads/S/bp_sustainability_report_2.pdf>. Acesso em 10 de jun., 2006.

_____. (*Homepage*). 2007. Disponível em: <http://www.bp.com/home.do?categoryId=1&contentId=2006973>. Acesso em: 10 de sept., 2007.

_____. *BP Statistical Review Of World Energy - June 2007*. Disponível em: <http://www.bp.com/liveassets/bp_internet/globalbp/globalbp_uk_english/reports_and_publications/statistical_energy_review_2007/STAGING/local_assets/downloads/pdf/statistical_review_of_world_energy_full_report_2007.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2007.

BROWN, L. *Eco-economia: uma nova economia para a Terra*. Earth Policy Institute - EPI/ Universidade Livre da Mata Atlântica – UMA, 2003. Disponível em: <http://www.wwiuma.org.br>. Acesso em: 04 set. 2005.

BUCCI, E. Em tempo de TV. *Revista Veja*, São Paulo, 7 jan., 1998, p. 12.

BUSINESS FOR SOCIAL RESPONSIBILITY - BSR. *Overview of corporate social responsibility*. BSR, 2003. Disponível em: <http://www.bsr.org/CSRResources/IssueBriefDetail.cfm?DocumentID=48809>. Acesso em: 12 mar. 2004.

CALDAS, M. P.; VASCONCELOS, F. C. Ceremonial behavior in organizational intervention: the case of ISO 9000 diffusion in Brazil. XXVI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - ENANPAD, 2002, Salvador. *Anais*... Rio de Janeiro: ANPAD, 2002. 1 CD-ROM.

CAMARANO, A.; ABRAMOVAY, R. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos.* Texto para discussão nº. 621. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CANELAS, A. L. S. *Investimentos em exploração e produção após a abertura da indústria petrolífera no Brasil: impactos econômicos*. Monografia (Bacharelado em Economia) – Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

CARDOSO, F. H. *Conseqüências sociais da globalização*. Conferência. Nova Délhi, Índia, 30 de jan., 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/PRO9624.HTM>. Acesso em: 21 mar. 2005.

CARR, A. Is business bluffing ethical? In: ANDREWS, K. R.; DAVIS, D. K. (Eds.). *Ethics in practice: managing the moral corporation.* Boston: Harvard Business School Press, p. 99-109, 1989.

CARRIGAN, M. e ATTALLA, A. The myth of the ethical consumer – do ethics matter in purchase behaviour? *The Journal of Consumer Marketing*, vol. 18, no. 7, p. 560- 577, 2001.

CARROL, A. B. A three-dimensional conceptual model of corporate social performance. *Academy of Management Review*, vol. 4, p. 497-505, 1979.

_____. Corporate social responsibility: evolution of a definitional construct. *Business and Society*, vol. 38, p. 268-295, 1999.

_____; BUCHHOLTZ, A. K. *Business and society: ethics and stakeholder management.* 4th. edition. Cincinnati: South-Western College, 2000.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede.* Coleção *A era da informação: economia, sociedade e cultura* (volume I). São Paulo: Paz e Terra, 1999. 6ª. edição.

_____. *O poder da identidade.* Coleção *A era da informação: economia, sociedade e cultura* (volume II). São Paulo: Paz e Terra, 2002. 3ª. edição.

CERQUEIRA, A. B.; RIBEIRO, B. F. *Uma análise crítica sobre o fim do monopólio da Petrobras e conseqüências para o Estado da Bahia*. Monografia (Especialização em Engenharia de Gás Natural) – Faculdade de Engenharia Química da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

CHAUÍ, M. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 1989.

CHEVRON. *"Will you join us?"*. (*Homepage*). July 2005a. Disponível em: <http://www.willyoujoinus.com>. Acesso em: 13 de mar., 2007.

_____. *"It took us 125 years"*. (Anúncio publicitário) Jul. 2005b. Disponível em: <http://www.chevron.com/Documents/Pdf/RealIssuesAdTrillionBarrels.pdf>. Acesso em: 31 out., 2007.

CHOMSKY, N. *O lucro ou as pessoas? Neoliberalismo e ordem global*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 3ª. edição.

CHRISTIAN AID. *Behind the mask: the real face of corporate social responsibility*. London: Christian Aid, 2004. Disponível em: <http://www.scottishdirector.com/uploaded_docs/cgu_reports/csr_behindthemask.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2004.

CLARKSON, M. B. A risk- based model of stakeholder theory. In: CONFERENCE ON STAKEHOLDER THEORY, 2, 1994, Toronto. *Proceedings*... Toronto: Centre for Corporate Social Performance and Ethics, University of Toronto, 1994.

COM CIÊNCIA. *Dossiê sobre petróleo*. Dez. de 2002. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/petroleo/pet04.shtml>. Acesso em: 8 de out., 2007.

COMISSÃO EUROPÉIA. *Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas*. (Livro Verde). Bruxelas, 2001. Disponível em: <http://europa.eu.int/eur-lex/pt/com/gpr/2001/com2001_0366pt01.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2004.

COMMISSION ON GLOBAL GOVERNANCE. *Our global neighbourhood*. Report of the Commission on Global Governance. New York: Oxford University Press, 1995.

COMPETITIVE ENTERPRISE INSTITUTE – CEI. *"Energy"*. (Vídeo). 2006. Disponível em: <http://www.cei.org/pages/co2.cfm>. Acesso em: 15 de mar., 2007.

CORPORATE WATCH. *What's wrong with corporate social responsibility?* (Report). Oxford, 2006. Disponível em: <http://www.corporatewatch.org/?lid=2670>. Acesso em 23 de ago., 2006.

COUTROT, T.; LAVILLE, J.-L. *Responsabilité sociale des entreprises ou contrôle démocratique des décisions économiques?* ASSOCIATION POUR LA TAXATION DES TRANSACTIONS POUR L'AIDE AUX CITOYENS – ATTAC, 2003. Disponível em: <http://www.france.attac.org/a1937#_ftn1>. Acesso em: 30 maio 2004.

COVALENCE – ETHICAL QUOTATION SYSTEM. *Covalence ethical ranking 2007*. Disponível em: <http://www.covalence.ch/docs/CovalenceEthicalRanking2007_PressRelease_02.01.2008.pdf Acesso em: 2 de jan., 2008.

CRANE, A.; MATTEN, D. *Business ethics: a European perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

DAGNINO, E. (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DALY, H. *Beyond growth: the economics of sustainable development*. Boston: Beacon Press, 1996.

DAVIS, K. Can business afford to ignore social responsibilities? *California Management Review*, vol. 2, p. 70-76, 1960.

_____. Understanding the social responsibility puzzle: what does the businessman owe to society? *Business Horizons,* vol. 10, p. 45-50, 1967.

_____. The case for and against business assumptions of social responsibilities. *Academy of Management Journal,* vol. 1, p. 312-322, 1973.

DEEGAN, C.; RANKIN, M. Do Australian companies report environmental news objectively? An analysis of environmental disclosures by firms prosecuted successfully by the Environmental Protection Authority. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, vol. 9, p. 50-67, 1996.

DE GEORGE, R. T. The status of business ethics: past and future. *Journal of Business Ethics*, vol. 6, p. 201-212, 1987.

DELLA PORTA, D.; TARROW, S. (Eds.). *Transnational protest and global activism: people, passions and power*. Oxford: Rowman and Littlefield, 2005.

DOANE, D. *Market failure: the case for mandatory social and environmental reporting*. *Paper* apresentado em seminário do Institute for Public Policy Research, London, 2002. Disponível em: <http://www.ippr.org.uk/research/files/team28/project41/Doanepaper1.PDF>. Acesso em: 06 set. 2004.

DONALDSON, T.; PRESTON, L. The stakeholder theory of the corporation: concepts, evidence and implications. *Academy of Management Review*, vol. 20, p. 65-91, 1995.

DONALDSON, T.; WERHANE, P. (Eds.). *Ethical issues in business: a philosophical approach.* 5th. edition. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1996.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. Neoliberal income trends: wealth, class and ownership in the USA. *New Left Review*, vol. 30, p. 104-133, 2004.

_____. The neoliberal (counter-) revolution. In: SAAD-FILHO, A.; JOHNSTON, D. (Eds.) *Neoliberalism: a critical reader*. London: Pluto, 2005.

DUNFEE, T.; WERHANE, P. Report on business ethics in North America. *Journal of Business Ethics*, vol. 16, p. 1589-1595, 1997.

DUPAS, G. *Tensões contemporâneas entre o público e o privado*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____. *Atores e poderes na nova ordem global – assimetria, instabilidades e imperativos de legitimação*. São Paulo:Editora UNESP, 2005.

DURKHEIM, É. *Les formes élémentaires de la vie religieuse*. *Le système totémique en Australie*. Paris: PUF, 1968.

EAGLETON, T. *Ideologia*. São Paulo: Unesp, 1997.

ECO, U. *Sobre os espelhos e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

ELIA, C. Estrada para um problema. *O Eco*, 7 mar. 2005. Disponível em: <http://arruda.rits.org.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=6&pageCode=67&textCode=11610>. Acesso em: 11 abr. 2005.

ELKINGTON, J. *Cannibals with forks: the triple bottom line of 21st century business.* London: Capstone, 1997.

ENDERLE, G. A worldwide survey of business ethics in the 1990s. *Journal of Business Ethics*, vol. 16, p. 1475-1483, 1997.

FAIRCLOUGH, N. Critical discourse analysis and the marketization of public discourse : the universities. *Discourse & Society*, vol. 4, no. 2, p. 133-168, 1993.

_____. *Critical discourse analysis*. London: Longman, 1995.

_____. *Discurso e mudança social*. Brasília: UNB, 2001.

_____. Critical discourse analysis, organizational discourse, and organizational change. *Organization Studies*, vol. 26, p. 915-939, 2005.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – FIESP. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/socioambiental/telas/mostra.asp>. Acesso em: 08 ago. 2007.

FERRELL, O. C. ; FRAEDRICH, J.; FERRELL, L. *Ética empresarial: dilemas, tomadas de decisões e casos*. São Paulo: Reichmann & Affonso, 2001.

FORTUNE GLOBAL 500. *Fortune Magazine*, Jul. 23, 2007.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. *Carta de princípios*. Conselho Internacional do Fórum Social Mundial, 2001. Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/main.php?id_menu=4&cd_language=1>. Acesso em: 15 abr. 2006.

FOUCAULT, M. Les techniques de soi. In: *Dits et écrits*, vol. IV, p. 783-813. Paris: Gallimard, 1988.

_____. About the beginning of the hermeneutics of the self. (Transcrição de duas aulas em Darthmouth, em 17 e 24 nov., 1980). *Political Theory*, vol. 21, no. 2, p. 198-227, 1993.

_____. *Surveiller et punir: naissance de la prison*. Paris: Gallimard, 1995.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2005.

FOWLER, R. *Language in the news: discourse and ideology in the press*. London: Routledge, 1991.

_____ ; HODGE, R.; KRESS, G. *et al*. *Language and control*. London: Routledge and Kegan Paul, 1979.

FREDERICK, W. The growing concern over business responsibility. *California Management Review*, vol. 2, p. 54-61, 1960.

FREEMAN, R. E. *Strategic management: a stakeholder approach*. Boston: Pitman, 1984.

_____. (Ed.) *Business ethics: the state of the art*. New York: Oxford University Press, 1991.

_____. A stakeholder theory of the modern corporation. In: BEAUCHAMP, T.; BOWIE, N. (Eds.). *Ethical theory and business.* 5th. edition. Upper Saddle River: Prentice Hall, p. 66-76, 1997.

FREITAS, K. R. V. *As estratégias empresariais de cooperação e integração vertical: o caso da indústria de petróleo do Brasil.* Monografia (Bacharelado em Economia) – Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

FRENCH, P. A. Corporate moral agency. In: HOFFMAN, W.M.; FREDERICK, R. E. (Eds.). *Business ethics: readings and cases in corporate morality*. 3rd. edition. New York: McGraw-Hill, 1995.

FRIEDMAN, M. The social responsibility of business is to increase its profits. *New York Times Magazine*, p. 32-33, 122, 126. New York, Sept., 1970.

FURTADO, A.; MULLER, N. Competitividade da indústria brasileira de petróleo. *Revista Brasileira de Energia*, vol. 4, no. 1, 1995.

GARY, I.; KARL, T. L. *O fundo do barril: o boom do petróleo em África e os pobres*. Baltimore: Catholic Relief Services, 2003.

GENDRON, C. Le questionnement éthique et social de l'entreprise dans la litterature managériale. (Working paper) *Cahiers du CRISES*, no. 0004, 2000. Montréal: Université du Québec à Montréal, 2000.

_____; LAPOINTE, A.; TURCOTTE, M.-F. Responsabilité sociale et régulation de l'entreprise mondialisée. *Relations industrielles / Industrial Relations*, vol. 59, no. 1, p. 73-100, 2004.

GEORGE, S. Comment la pensée devint unique. *Le Monde Diplomatique*. Paris, août, 1996.

_____. *A short history of neoliberalism: twenty years of elite economics and emerging opportunities for structural change*. In: CONFERENCE ON ECONOMIC SOVEREIGNTY IN A GLOBALIZING WORLD. Bangkok, 22-26 mar. 1999. Disponível em: <http://www.globalexchange.org/campaigns/econ101/neoliberalism.html>. Acesso em: 22 mai. 2006.

_____. *Another world is possible if...* London: Verso, 2004.

GIANNETTI, E. *Vícios privados, benefícios públicos: a ética na riqueza das nações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 6ª. reimpressão.

GIBSON, K. The moral basis of stakeholder theory. *Journal of Business Ethics*, vol. 26, p. 245-257, 2000.

GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

_____. Trechos de discurso. UNRISD CONFERENCE ON GLOBALIZATION AND CITIZENSHIP. Genebra, Suíça, 1 de dez., 1996. Disponível em: <http://www.unrisd.org/unrisd/website/newsview.nsf/0/3F2A5BF8EF7300D480256B750053C7EC?OpenDocument>. Acesso em: 24 mai. 2006.

_____. *Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____; BECK, U.; LASH, S. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna.* São Paulo: UNESP, 1997. 2ª. reimpressão.

GLOBAL INSIGHT. *Petrobras president rules out privatisation, company hopes to declare more commercial discoveries*. Online edition, September 2006. Disponível em: <http://www.globalinsight.com/SDA/SDADetail7224.htm>. Acesso em: 14 fev. 2007.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE - GRI. *Sustainability reporting guidelines.* Version 3.0. Amsterdam: GRI, 2000/2006. Disponível em: <http://www.globalreporting.org/NR/rdonlyres/ED9E9B36-AB54-4DE1-BFF2-5F735235CA44/0/G3_GuidelinesENU.pdf >. Acesso em: 10 jun. 2007.

GOODPASTER, K. Business ethics. In: BECKER, L. C.; BECKER, C. B. (Eds.). *Encyclopedia of Ethics*. New York: Garland Publishing, p. 111-115, 1992.

GORE, A. *An inconvenient truth: the planetary emergence of global warming and what we can do about it.* Emmaus: Rodale, 2006.

GORZ, A. *Adeus ao proletariado*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

GRAY, J. *Falso amanhecer: os equívocos do capitalismo global.* Rio de Janeiro: Record, 1999.

GRAYSON, D.; HODGES, A. *Compromisso social e gestão empresarial*. São Paulo: Publifolha, 2002.

GUERREIRO, G. Freire pede explicações sobre repasses da Petrobras a ONGs. *Folha Online*. 21 de nov., 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u86920.shtml>. Acesso em: 30 abr. 2007.

HABERMAS, J. *Racionalidade e comunicação*. Lisboa: Edições 70, 2002.

HALPIN, J.; TEIXEIRA, R. The politics of definition, part IV. *The American Prospect*. Disponível em: <http://www.prospect.org/cs/articles?articleId=11455>. Acesso em: 8 de jun. 2007.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992. 14ª. edição.

_____. *A brief history of neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

HAWKEN, P. *The ecology of commerce: a declaration of sustainability*. New York: HarperCollins, 1993.

HELD, D.; MCGREW, A. *Prós e contras da globalização*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. *Globalization / anti-globalization*. Cambridge: Polity Press, 2002.

HERMET, G.; KAZANCIGIL, A.; PRUD'HOMME, J.-F. (Org.). *La gouvernance: un concept et ses applications*. Paris: Karthala, 2005.

HIRST, P; THOMPSON, G. *Globalização em questão*. Petrópolis: Vozes, 2002. 3ª. edição.

HOBSBAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HOFFMAN, W. M.; MOORE, J. M. (Eds.). *Business ethics: readings and cases in corporate morality.* New York: McGraw-Hill, 1990.

HOOGHIEMSTRA, R. Corporate communication and impression management: new perspectives on why companies engage in corporate social reporting. *Journal of Business Ethics*, vol. 27, p. 55-68, 2000.

HOUAISS, A. (Ed.). Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 1ª. edição.

IANNI, O. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. 4ª. edição.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE – IPCC. *Climate change 2007: the physical science basis. Summary for policy makers.* Disponível em: <http://www.ipcc.ch/SPM2feb07.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2007.

INSTITUTO AKATU – AKATU. *Pesquisa 2005:Responsabilidade social das empresas - percepção do consumidor brasileiro*. São Paulo: Instituto Akatu, 2005.

_____. *Instituto Akatu. História e missão.*(Website). 2007. Disponível em: <http://www.akatu.net/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=27>. Acesso em: 26 jul. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ÉTICA CONCORRENCIAL – ETCO. Disponível em: <http://www.etco.org.br/reporter.php?Id=2>. Acesso em: 10 abr. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO E GÁS – IBP. *Importância econômica do setor de petróleo e o licenciamento ambiental*. (Apresentação à Comissão de Minas e Energia – Câmara dos Deputados, Brasília, 9 de mai., 2007) Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/internet/comissoes/cme/audiencias-publicas/09-05-2007-debate-sobre-os-gargalos-do-licenciamento-ambiental-no-brasil-com-enfoque-nos-empreendimentos-do-setor-eletrico-de-interesse-nacional/IBP%20-%20Jonas.pdf >. Acesso em: 14 de dez., 2007.

INSTITUTO DE ESTUDOS DO TRABALHO E SOCIEDADE – IETS. *Rio além do petróleo.* Disponível em: <http://www.rioalemdopetroleo.com.br/>. Acesso em: 20 de dez., 2007.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL – ETHOS. 1999 a 2007. Manuais publicados entre 1999 e 2007 (28 títulos). Disponíveis em: <http://www.uniethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=3700&Alias=uniethos&Lang=pt-BR >. Acesso em: 20 de nov., 2007.

_____. *O que as empresas podem fazer pela criança e pelo adolescente*. São Paulo: Instituto Ethos, 2000.

_____. *Responsabilidade social das empresas: percepção do consumidor brasileiro. Pesquisa 2004*. São Paulo: Instituto Ethos, 2005.

_____. *Indicadores Ethos de responsabilidade social empresarial 2006*. São Paulo: Instituto Ethos, 2006.

_____. *Sobre o Instituto Ethos. Políticas públicas*. (Website). 2007a. Disponível em: <http://www.ethos.org.br/DesktopDefault.aspx?Alias=Ethos&Lang=pt-BR&TabID=3452>. Acesso em: 20 mai. 2007.

_____. *Saiba mais. Iniciante. Perguntas freqüentes*. (Website). 2007b. Disponível em: <http://www.ethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=3344&Alias=Ethos&Lang=pt-BR>. Acesso em: 20 mai. 2007.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. *Radar Social 2005.* Brasília: IPEA, 2005.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY – IEA. *Saving oil in a hurry: measures for rapid demand restraint in transport.* Paris: IEA, 2005.

_____. *Key world energy statistics*. Paris: IEA, 2006.

_____. W*orld energy outlook*. Paris: IEA, 2007.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION – IOM. *World migration 2005: costs and benefits of international migration*. No. 882, 22 Jun., 2005.

INTERNATIONAL STANDARDS ORGANIZATION – ISO. *Working report on social responsibility*. Preparado pelo ISO Advisory Group on Social Responsibility, Apr. 30, 2004. Disponível em: <http://www.iso.org/iso/en/info/Conferences/SRConference/pdf/Working%20Report%20on%20SR(Apr30).pdf>. Acesso em: 08 jan. 2005.

JONES, T. Corporate social responsibility revisited, redefined. *California Management Review*, vol. 21, p. 59-67, 1980.

JONES, M. T. Missing the forest for the trees: a critique of the corporate social responsibility discourse. *Business and Society*, vol. 35, p. 7-41, 1996.

JORDAN, G. *Shell, Greenpeace and Brent Spar*. New York: Palgrave Macmillan, 2001.

JOSEPH, E.; PARKINSON, J. Confronting the critics. *New Academy Review*, vol. 1, no. 1. Spring 2002.

KARLINER, J. *The corporate planet: ecology and politics in the age of globalization*. Washington: Sierra Club, 1997.

KARNANI, A. Fortune at the bottom of the pyramid: a mirage. How the private sector can help alleviate poverty. *Ross School of Business Working Paper Series* (Working Paper no. 1035, nov. 2006). University of Michigan. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=914518>. Acesso em: 11 jan. 2007.

KLEIN, N. *Sem logo: a tirania das marcas num planeta vendido*. São Paulo: Record, 2002.

KORTEN, D. C. *When corporations rule the world*. Connecticut: Kumarian Press, 1995.

KORSGAARD, C. M. Rawls, John. In: BECKER, L. C.; BECKER, C. B. (Eds.). *Encyclopedia of Ethics*. New York: Garland Publishing, p. 1070-1075, 1992.

KPMG. *KPMG International survey of corporate responsibility reporting 2005*. Amsterdam: University of Amsterdam/KPMG, 2005. Disponível em: <http://www.kpmg.nl/Docs/Corporate_Site/Publicaties/International_Survey_Corporate_Responsibility_2005.pdf>. Acesso em: 18 de out., 2007.

KUMAR, K. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

LECOURS, P. L'éthique des affaires comme problématique sociale: une analyse sociologique, *Ethica*, vol. 7, no. 1, p. 59-80, 1995.

LEITÃO, M. *As chances do Rio depois do PAN e além do petróleo*. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/miriam/post.asp?cod_Post=65582&a=73>. Acesso em 20 de dez., 2007.

LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. *Cronologia da OPEP*. Maio de 2006. São Paulo: Instituto Pólis, 2006.

_____. *Tupi or not Tupi*. Novembro de 2007. São Paulo: Instituto Pólis, 2007.

LESSA, C. Integração sul-americana e a Petrobras global. *Valor Econômico*. Opinião, p. 2. São Paulo, 26 set., 2007.

LEVY, D.; KOLK, A. Strategic responses to global climate change: conflicting pressures on multinationals in the oil industry. *Business and Politics*, vol. 4, no. 3, p. 418-443, 2002.

LIVESEY, S. M. The discourse of the middle ground: citizen Shell commits to sustainable development. *Management Communication Quarterly*, vol. 15, no. 3, p. 313-349, 2002.

LYDENBERG, S. *Corporations and the public interest: guiding the invisible hand*. San Francisco: Berret-Koehler, 2005.

LOCKET, A.; MOON, J.; VISSER, W. Corporate social responsibility in management research: focus, nature, salience and sources of influence. *Journal of Management Studies*, vol. 43, no. 1, p. 115-136, 2006.

LOGSDON, J. M.; PALMER, D. R. Issues management and ethics. *Journal of Business*

Ethics, vol. 7, p. 191-198, 1988.

LÓPEZ-RUIZ, O. J. *O ethos dos executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

LUCENA, C. A. *Os "Tempos Modernos" do capitalismo monopolista: um estudo sobre a Petrobrás e a (des) qualificação profissional dos seus trabalhadores*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

LYOTARD, J.-F. *O pós-moderno explicado às crianças*. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

MACALISTER, T. Shell's record profits branded obscene. *The Guardian.*31 de jan., 2008. Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/business/2008/jan/31/royaldutchshell.oil1>. Acesso em: 02 fev. 2008.

MANDELA, N. Discurso. LONDON'S TRAFALGAR SQUARE. Londres, Reino Unido, 3 fev. 2005. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/1/hi/uk_politics/4232603.stm>. Acesso em: 10 jun. 2006.

MARTIN, H. P.; SCHUMANN, H. *Le piège de la mondialisation: l'agression contre la démocratie et la prosperité*. Paris: Actes Sud, 1997.

MARTINS, F. C. *O fundo CTPetro e o setor produtivo: análise da política de ciência e tecnologia para o desenvolvimento do fornecedor local de equipamentos e serviços para o setor de petróleo e gás natural*. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica) – Faculdade de Geociências da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

MARTINS FILHO, I. G. S. O princípio ético do bem comum e a concepção jurídica do interesse público. *Revista Jurídica Virtual*, vol. 2, no. 13, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_13/princ-etico.htm>. Acesso em: 10 jun. 2007.

MATTEN, D.; CRANE, A.; CHAPPEL, W. Behind the mask: revealing the true face of corporate citizenship. *Journal of Business Ethics*, vol. 45, p. 109-120, 2003.

_____; MOON, J. Corporate social responsibility education and research in Europe. *Journal of Business Ethics*, vol. 54, p. 323-337, 2004.

MATTEN, D.; CRANE, A. What is stakeholder democracy? Perspectives and issues. *Business Ethics: A European Review,* vol. 14, p. 6–13, 2005.

MCINTOSH, M.; LEIPZIGER, D. *et al.* (Eds.). *Corporate citizenship: successful strategies for responsible companies*. London: Financial Times Pitman, 1998.

MCWILLIAMS, A.; SIEGEL, D. S. Corporate social responsibility and financial performance: correlation or misspecification? *Strategic Management Journal*, vol. 21, p. 603-609, 2000.

_____ e WRIGHT, P. M. Corporate social responsibility: strategic implications. *Journal of Management Studies*, vol. 43, no. 1, p. 1-18, 2006.

MEDINA, H. Aumenta déficit na balança do petróleo. *Folha de São Paulo*. Dinheiro, p. 1. São Paulo, 2 de jan., 2008.

MÉNARD, C. The economics of hybrid organizations. *Journal of Institutional and Theoretical Economics*, vol. 160, no. 3, p. 1-32, 2004.

MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. In: MEYER, J. W.; SCOTT, W. R. (Eds.). *Organizational environments: ritual and rationality.* London: Sage, 1992.

_____; SCOTT, W. R. (Eds.) *Organizational environments: ritual and rationality*. London: Sage, 1992.

MICKLETHWAIT, J.; WOOLDRIDGE, A. *A companhia: breve história de uma idéia revolucionária.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

MILANI, C. R.; LANIADO, R. Espaço mundial e ordem política contemporânea: uma agenda para um novo sentido da internacionalização. *Caderno CRH*, vol. 19, no. 48, p. 479-498, 2006.

MILLENIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT. *Relatório-síntese da Avaliação Ecossistêmica do Milênio*. Washington, DC: Island Press, 2005. Disponível em: <http://www.millenniumassessment.org/proxy/Document.446.aspx>. Acesso em: 08 abr. 2006.

MILNER, M. Exxon Mobil profits soar to American record of $40bn. *The Guardian.*02 de fev., 2008. Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/business/2008/feb/02/exxonmobil.oil>. Acesso em: 02 fev. 2008.

MITCHELL, R.; AGLE, B. Toward a theory of stakeholder identification and salience: defining the principle of who and what really counts. *Academy of Management Review*, vol. 22, p. 853-886, 1997.

MKANDAWIRE, T. Good governance: the itinerary of an idea. *D + C Development and Cooperation*, vol. 31, nº. 10, 2004. Disponível em: <http://unrisd.org/unrisd/website/newsview.nsf/(httpNews)/2C5859E012A29D06C12570220036B48A?OpenDocument>. Acesso em: 30 out. 2006.

MOORE JR., B. *Injustiça: As bases sociais da obediência e da revolta*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

MUNCK, R. *Globalization and social exclusion: a transformationalist perspective*. Connecticut: Kumarian, 2004.

_____. Neoliberalism and politics, and the politics of neoliberalism. In: SAAD-FILHO, A.; JOHNSTON, D. (Eds.) *Neoliberalism: a critical reader*. London: Pluto, 2005.

NAKAMURA, A. A. *Desempenho de processos de fusões e aquisições: um estudo sobre a indústria petrolífera mundial a partir da década de 90*. Dissertação (Mestrado em Economia da Indústria e da Tecnologia) – Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

NELSON, J. Leadership companies of the 21st century: creating shareholder value and societal value. In: *Visions of ethical business*. London: Financial Times Management, 1998.

NOBRE, M.; AMAZONAS, M. C. *Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito*. Brasília: IBAMA, 2002.

NORTH, Douglas. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

NOVO TESTAMENTO. São Paulo: Paulus, 2003. 3ª. edição.

NUN, J. O Futuro do emprego e a tese da massa marginal. *Novos Estudos*, março, 2000.

OFFE, C. Trabalho: a categoria-chave da sociologia? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 10, jun., 1989.

OILWATCH. (*Homepage*). 2007. Disponível em: <http://www.oilwatch.org/index.php?option=com_frontpage&Itemid=1&lang=en>. Acesso em 24 de mar., 2007.

OLIVEIRA, F. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, F. e PAOLI, M. C. (Orgs.). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global.* Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil. *Cuadernos del Cendes*, año 23, no. 62, p. 265-291, 2006.

_____; SANTOS, L. G. Tem limite? *Folha de São Paulo*. Tendências e debates, p. 3. São Paulo, 20 set., 2005.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - OCDE. *Linhas diretrizes da OCDE para as empresas multinacionais*. Paris, 2000. Disponível em: < http://www1.oecd.org/publications/e-book/200201UE5.PDF> Acesso em: 10 mar. 2005.

OSTROM, E. *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action.* Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PAOLI, M. C. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, B. S. (Org.) *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

PASSET, R. *L'économique et le vivant*. Paris: Payot, 1979.

PATTEN, D. Intra-industry environmental disclosures in response to the Alaskan oil spill: a note on legitimacy theory. *Accounting, Organizations and Society*, vol. 17, p. 471-475, 1992.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas : Unicamp, 1988.

PERROW, C. *Organizing America: wealth, power, and the origins of corporate capitalism*. Princeton: Princeton, 2002.

PETRAS, J.; VELTMEYER, H. *La face cachée de la mondialisation: l'impérialisme au XXème siècle*. Paris: Parangon, 2002.

PETRELLA, R. *Le bien commun*. Bruxelles: Labor, 1996.

PETRÓLEO BRASILEIRO S. A. – PETROBRAS. *Relatório Anual 1997*. Rio de Janeiro: Petrobras, 1997.

_____. *Balanço Social 1998*. Rio de Janeiro: Petrobras, 1998.

_____. *Balanço Social 1999*. Rio de Janeiro: Petrobras, 1999.

_____. *Balanço Social 2000*. Rio de Janeiro: Petrobras, 2000.

_____. *Relatório Anual de Responsabilidade Social 2001*. Rio de Janeiro: Petrobras, 2001.

_____. *Balanço Social 2003*. Rio de Janeiro: Petrobras, 2003.

_____. *Balanço Social e Ambiental 2006*. Rio de Janeiro: Petrobras, 2006.

_____. (*Homepage*). 2007. Disponível em: <http://www2.petrobras.com.br/portugues/index.asp>. Acesso em: 23 de nov., 2007.

_____. 2007b. Disponível em: <http://www2.petrobras.com.br/Petrobras/portugues/eticas/eti_petrobras.htm>. Acesso em: 23 de nov., 2007.

PICCARDI, T. *A construção do sentido em textos empresariais institucionais: confronto de vozes e ideologia.* Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

POCHMANN, M.; AMORIM, R. G. *et al*. *Atlas da exclusão social no Brasil, vol. 1 – Dinâmica e manifestação territorial.* São Paulo: Cortez Editora, 2003.

_____. *Atlas da exclusão social no Brasil, volume 3 – Os ricos no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

_____. *Atlas da exclusão social no Brasil, vol. 5 - Agenda não-liberal da inclusão social no Brasil.* São Paulo: Cortez Editora, 2005.

POCHMANN, M. *O rabo do elefante nas finanças sociais*. *Site* da Fundação Joaquim Nabuco. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=391&textCode=4745&date=currentDate>. Acesso em: 20 de nov., 2007.

PODOLNY, J.; ROBERTS, J. *The global oil industry*. Graduate School of Business, Stanford University, 1998.

POLANYI, K. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 2ª. edição.

POLLIN, R. *Contours of descent: U.S. economic fractures and the landscape of global austerity*. London: Verso, 2003.

PORTER, M.; KRAMER, M. *Evolution or revolution? EBF on Corporate Social Responsibility (Special Report)*. European Business Forum Ltd. – Summer 2004. Disponível em: <http://www.johnelkington.com/ebf_CSR_report.pdf > Acesso em: 10 jun. 2005.

PRÊMIO ETHOS-VALOR. *Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades.* São Paulo: Fundação Peirópolis, 2002.

_____. *Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades*. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2003.

_____. *Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades*. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2004.

_____. *Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades*. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2005.

_____. *Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades*. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2006.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. *Human Development Report 2002 – Deepening democracy in a fragmented world.* Disponível em: <http://hdr.undp.org/reports/global/2002/en/pdf/complete.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2006.

_____. *Relatório de Desenvolvimento Humano 2005 - Cooperação internacional numa encruzilhada: ajuda, comércio e segurança num mundo desigual (Resumo).* Disponível em: <http://hdr.undp.org/reports/global/2005/portuguese/pdf/hdr05_po_summary.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2006.

RAMONET, I. La pensée unique. *Le Monde Diplomatique.* Paris, janvier, 1995.

_____. Firmes géantes, états nains. *Le Monde Diplomatique.* Paris, juin, 1998.

_____; CHAO, R. *Abécédaire partiel et partial de la mondialisation*. Paris: Plon, 2003.

RANGEL, K. L. *Responsabilidade social empresarial na ANPAD*. Monografia (Bacharelado em Administração) – Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia., Salvador, 2007.

REUTERS (Agência internacional de notícias). *Fatos sobre a auto-suficiência do Brasil e petróleo.* 21 de abr., 2006. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultnot/internacional/2006/04/21/ult27u55088.jhtm>. Acesso em 3 de dez., 2007.

RIBEIRO, R. J. *A sociedade contra o social: o alto custo da vida pública no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

RIPARDO, S. Petrobras fecha acordo de exploração com estatal líbia. *Folha Online*, São Paulo, 15 mar. 2005. Disponível em: < http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u94395.shtml>. Acesso em: 26 mar. 2005.

RIZEK, C. S. Sociedade civil e espaços públicos no Brasil: um balanço necessário. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 18, nº. 51, fev. 2003.

ROBERTS, P. *The end of oil: on the edge of a perilous new world*. New York: Mariner Books, 2005.

RODRIK, D. *Has globalization gone too far?* Washington: Institute for International Economics, 1997.

ROGERS, P.F. Politics in the next fifty years: the changing nature of international conflict. *Peace Studies Papers*, Fourth Series, Working Paper no. 1, oct. 2000. University of Bradford, Department of Peace Studies, Bradford: 2000. Disponível em: <http://www.brad.ac.uk/acad/peace/pubs/psp1.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2005.

_____. The oil reckoning. *openDemocracy*, 27 dec. 2002. Disponível em: <http://www.opendemocracy.net/themes/article-2-863.jsp>. Acesso em: 12 mar. 2005.

_____. It's the oil, stupid. *openDemocracy*, 24 mar. 2005. Disponível em: <http://www.opendemocracy.net/themes/article-2-2393.jsp>. Acesso em: 12 mar. 2005.

ROMEIRO, A. R. Economia ou economia política da sustentabilidade. In: MAY, P., LUSTOSA, M. C. e VINHA, V. da (Orgs.). *Economia do meio ambiente*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

SAAD-FILHO, A.; JOHNSTON, D. (Eds.) *Neoliberalism: a critical reader*. London: Pluto, 2005.

SACHS, I. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir.* São Paulo: Vértice, 1981.

SANTOS, B. S. Os processos da globalização. In: SANTOS, B. S. *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2005. 3ª. edição.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SCHIFFRIN, D.; TANNEN, D.; HAMILTON, H. E. (Eds.). *The handbook of discourse analysis*. Oxford: Blackwell, 2003. 2nd. edition.

SCHMIDHEINY, S. *Changing course: a global business perspective on development and the environment.* Cambridge: MIT Press, 1992.

SCHWARTZ, P.; GIBB, B. *When good companies do bad things: responsibility and risk in an age of globalization*. New York: John Wiley & Sons, 1999.

SELEKMAN, B. *A moral philosophy for business*. New York: McGraw-Hill, 1959.

SEN, A. *Sobre ética e economia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 3ª. reimpressão.

SENNETT, R. *A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2004. 8ª. edição.

SERVANT, J.-C. Offensive sur l'or noir africain. *Le Monde Diplomatique*, Paris, jan. 2003.

Disponível em: <http://www.monde-diplomatique.fr/2003/01/SERVANT/9856>. Acesso em: 05 abr. 2005.

SETTON, M. G. J. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. *Revista Brasileira de Educação*, no. 20, p. 60-70, 2002.

SHARFMAN, M. Changing institutional roles: the evolution of corporate philanthropy, 1883-1953. *Business and Society*, vol. 33, p. 236-270, 1994.

SHELL. *Profits and Principles: does there have to be a choice?* (Report to society). London: Shell UK Limited, 1998.

SIMMS, A. *Ecological debt: the health of the planet and the wealth of nations*. London: Pluto, 2005.

SINGER, P. *One world: the ethics of globalization*. 2nd. edition. New Haven: Yale, 2004.

SILVA, C. M. S. *Estratégia de preços da Petrobras no mercado de combustíveis brasileiro pós-liberalização e instrumentos de amortecimento de variações internacionais*. Dissertação (Mestrado em Economia). Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

SISSON, K.; MARGINSON, P. *Soft regulation: travesty of the real thing or new dimension?* Economic and Social Research Council "One Europe or several?" Programme, Sussex European Institute, University of Sussex, Reino Unido, 2001. Working paper 32/01. Disponível em: <http://www.one-europe.ac.uk/pdf/w32marginson.pdf>. Acesso em: 03 set. 2004.

SKLAIR, L. *The transnational capitalist class*. Oxford: Blackwell, 2001.

_____. *Globalization: capitalism and its alternatives*. 3th. edition. Oxford: Oxford University Press, 2002.

SROUR, R. H. *Poder, cultura e ética nas organizações*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

_____. *Ética empresarial: posturas responsáveis nos negócios, na política e nas relações pessoais.* Rio de Janeiro: Campus, 2000.

STEARNS, P. N. *Battleground of desire: the struggle for self-control in modern America.* New York: New York University, 1999.

STERN REVIEW. *The economics of climate change.* Relatório comissionado pelo governo da Grã-Bretanha e publicado em out. 2006. Disponível em: <http://www.hm-treasury.gov.uk/independent_reviews/stern_review_economics_climate_change/stern_review_report.cfm>. Acesso em 18 fev. 2007.

STIGLITZ, J. E. *A globalização e seus malefícios*. São Paulo: Futura, 2003. 4ª. edição.

SUCHMAN, M. Managing legitimacy: strategic and institutional approaches. *Academy of Management Review*, vol. 20, p. 571-610, 1995.

SUSTAINABILITY / INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION - IFC. *Developing*

value: the business case for sustainability in emerging markets. London: Sustainability, 2002.

SWIFT, T.; ZADEK, S. *Corporate responsibility and the competitive advantage of nations*. The Copenhagen Center/Accountability, 2002.

THATCHER, M. Entrevista concedida à revista *Woman's Own*. London, Oct. 31, 1987. Disponível em: <http://www.quotationspage.com/quotes/Margaret_Thatcher/>. Acesso em: 19 jun. 2007.

THE ECONOMIST. *World oil report*. London, Apr. 30, 2005.

THEYS, J. La gouvernance, entre innovation et impuissance. *Développement durable et territoire*, Dossier 2 : Gouvernance locale et développement durable (2003). Disponível em: <http://developpementdurable.revues.org/document1523.html>. Acesso em: 01 nov. 2006.

THOMPSON, G. Responsibility and neoliberalism. *Open Democracy*, Jul. 31, 2007. Disponível em: <http://www.opendemocracy.net/article/responsibility_and_neo_liberalism>. Acesso em: 03 ago. 2007

TILT, C. The influence of external pressure groups on corporate social disclosure: some empirical evidence. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, vol. 7, p. 47-72, 1994.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. *Business principles for countering bribery: an initiative of Transparency International and Social Accountability International*. Jun. 2003. Disponível em: <http://www.transparency.org/building_coalitions/private_sector/business_principles/dnld/business_principles2.pdf>. Acesso em : 14 maio 2004.

_____. *Corruption perceptions index 2004*. Disponível em: <http://www.transparency.org/cpi/2004/dnld/media_pack_en.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2005.

UNITED KINGDOM DEPARTMENT FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT - DFID. *Extractive Industries Transparency Initiative - Source book.* London: DFID, Mar. 2005. Disponível em: < http://www.eitransparency.org/docs/sourcebookmarch05.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2005.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT - UNCTAD. *Development and globalization: facts and figures.* Geneva: UNCTAD, 2004.

UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT - UNGC. *The Global Compact: corporate citizenship in the world economy.* (*Homepage*). 2007. Disponível em: <http://www.unglobalcompact.org/docs/about_the_gc/gc_brochure_final.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2007.

UNITED NATIONS RESEARCH INSTITUTE FOR SOCIAL DEVELOPMENT – UNRISD. *Corporate social responsibility and business regulation*. Geneva: UNRISD, 2004.

UTTING, P. *Business responsibility for sustainable development*. Geneva: United Nations Research Institute for Social Development - UNRISD, 2000.

_____. Corporate social responsibility and the movement of business. *Development in Practice*, vol. 15, nos. 3 e 4, 2005.

_____ e IVES, K. The politics of corporate responsibility and the oil industry. *STAIR*, vol. 2, no. 1, p. 11-34, 2006.

VALENTE, R. Doação da Petrobras favorece prefeituras do PT e de aliados. *Folha de São Paulo*. Brasil, p. 4. São Paulo, 12 de set., 2006.

VALOR ONLINE. *Petrobras é a empresa mais lucrativa, mas uma das menos rentáveis da América Latina, aponta estudo*. Edição digital de 16 nov. 2007. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/ultnot/valor/2007/11/16/ult1913u78994.jhtm>. Acesso em: 30 nov. 2007.

VAN DIJK, T. Principles of critical discourse analysis. *Discourse and Society*, vol. 4, p. 249-283, 1993.

_____. Discourse semantics and ideology. *Discourse and Society*, vol. 6, no. 2, p. 243-289, 1995.

_____. Critical discourse analysis. In: TANNEN, D.; SCHIFFRIN, D.; HAMILTON, H. (Eds.). *Handbook of Discourse Analysis*. Oxford: Blackwell, 2001.

WADDOCK, S.; GRAVES, S. The corporate social performance – financial performance link. *Strategic Management Journal*, vol. 18, p. 303-319, 1997.

WALLERSTEIN, I. *O universalismo europeu: a retórica do poder*. São Paulo: Boitempo, 2007.

WALT, V. Oil prices: it gets worse. *Time magazine*, Nov. 07, 2007. Disponível em: <http://www.time.com/time/business/article/0,8599,1681362,00.html>. Acesso em: 02 dez., 2007.

WARTICK, S.; COCHRAN, P. The evolution of the corporate social performance model. *Academy of Management Review*, vol. 10, p. 758-769, 1985.

WATTS, M. J. Righteous oil? Human rights, the oil complex and corporate social responsibility. *Annual Review of Environment and Resources*, vol. 30, p.373-407, 2005.

WAWRYCK, A. International environmental standards in the oil industry: improving the operations of transnational oil companies in emerging economies. *Oil, Gas & Energy Law Intelligence*, vol. 1, issue 1, Jan. 2003. Disponível em: <http://www.gasandoil.com/ogel/samples/freearticles/roundup_09.htm>. Acesso em: 04 abr. 2005.

WEBB, K. *Voluntary codes: private governance, the public interest and innovation*. Ottawa: Carleton University (Carleton Research Unit for Innovation, Science and Environment), 2004.

WILLIAMS, R. *Culture and society: 1780-1950*. New York: Columbia University Press, 1983.

WILMSHURST, T.; FROST, G. Corporate environmental reporting: a test of legitimacy theory. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, vol. 13, p. 10-26, 2000.

WINDSOR, D. Corporate social responsibility: three key approaches. *Journal of Management*

Studies, vol. 43, no. 1, p. 93-114, 2006.

WINKLER, M. G.; COLE, L. B. (Eds.) *The good body: asceticism in contemporary culture*. Connecticut: Yale University, 1994.

WODAK, R. Aspects of critical discourse analysis. *Zeitschrift für Angewandte Linguistik*, vol. 36, 2002. Disponível em: <http://www.uni-koblenz.de/~diekmann/zfal/zfalarchiv/zfal36_1.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2007.

WOLF, M. Sleepwalking with the enemy: corporate social responsibility distorts the market by deflecting business from its primary role of profit generation. *Financial Times*. London, 16 mar. 2001.

WOOD, D. Corporate social performance revisited. *Academy of Management Review*, vol. 16, p. 691-718, 1991.

WORLD BANK. *Public sector roles in strengthening corporate social responsibility: a baseline study.* Corporate Social Responsibility Practice, Oct. 2002. Disponível em: <http://www.worldbank.org/privatesector/csr/doc/CSR_interior.pdf> Acesso em: 05 set. 2004.

_____. *Race to the top: attracting and enabling global sustainable business*. Business Survey Report. Washington: World Bank, oct. 2003a. Disponível em: < http://www-wds.worldbank.org/servlet/WDS_IBank_Servlet?pcont=details&eid=000012009_20040419134118>. Acesso em: 03 abr. 2005.

_____. *Striking a better balance. The final report of the Extractive Industries Review.* Dec. 2003b. Annex 4: Civil society's views, Vol. III, p. 57-100. Disponível em: <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTOGMC/0,,contentMDK:20307065~menuPK:592071~pagePK:148956~piPK:216618~theSitePK:336930,00.html>. Acesso em: 02 abr. 2005.

WORLD BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT - WBCSD. *Corporate social responsibility: meeting changing expectations.* Geneva: WBCSD, 1999.

_____. *Corporate social responsibility: making good business sense*. Geneva: WBCSD, 2000.

_____. *Doing business with the poor: a field guide.* Mar. 2004. Disponível em: <http://www.wbcsd.ch/DocRoot/wddfPa1LhtP72aO68tsa/sl-field-guide.pdf> Acesso em: 04 set. 2004

WORLD WILDLIFE FUND –WWF. *To Whose Profit? Building a Business Case for Sustainability*. London: WWF, 2001.

YERGIN, D. *The prize*. New York: Random House, 1991.

ZADEK, S.; PRUZAN, P.; EVANS, R. *Building Corporate accountability: emerging practices in social and ethical accounting, auditing and reporting.* London: Earthscan, 1997.

ZADEK, S. Balancing performance, ethics and accountability. *Journal of Business ethics*, vol.

17, n. 13, p. 1421-1441, 1998.

ZENIZECK, T. Corporate social responsibility: a conceptualization based on organizational literature. *Academy of Management Review*, vol. 4, p. 359-368, 1979.

ANEXOS

Tabela 5 - Reservas provadas de petróleo, segundo regiões geográficas, países e blocos econômicos - 1996-2005

Regiões geográficas, países e blocos econômicos	Reservas provadas de petróleo (bilhões b)										05/04
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	%
Total	**1.048,9**	**1.058,6**	**1.070,4**	**1.089,5**	**1.114,6**	**1.140,5**	**1.172,9**	**1.188,1**	**1.194,1**	**1.200,7**	**0,55**
América do Norte	**89,3**	**89,0**	**72,1**	**76,2**	**75,6**	**73,7**	**65,5**	**62,2**	**60,6**	**59,5**	**-1,87**
Canadá	11,0	10,7	15,1	18,3	18,3	17,8	17,6	16,8	16,5	16,5	-
Estados Unidos	29,8	30,5	28,6	29,7	30,4	30,4	30,7	29,4	29,3	29,3	-
México	48,5	47,8	28,4	28,3	26,9	25,4	17,2	16,0	14,8	13,7	(7,65)
Américas Central e do Sul	**90,8**	**93,5**	**95,6**	**97,8**	**97,9**	**98,9**	**100,2**	**100,2**	**103,0**	**103,5**	**0,49**
Argentina	2,6	2,6	2,8	3,1	3,0	2,9	2,8	2,7	2,3	2,3	-
Brasil[1]	6,7	7,1	7,4	8,2	8,5	8,5	9,8	10,6	11,2	11,8	4,70
Colômbia	2,8	2,6	2,5	2,3	2,0	1,8	1,6	1,5	1,5	1,5	(1,65)
Equador	3,5	3,7	4,1	4,4	4,6	4,6	5,1	5,1	5,1	5,1	-
Peru	0,8	0,8	0,9	0,9	0,9	1,0	1,0	0,9	1,1	1,1	-
Trinidad e Tobago	0,7	0,7	0,7	0,8	0,9	1,0	1,1	0,9	0,8	0,8	-
Venezuela	72,7	74,9	76,1	76,8	76,8	77,7	77,3	77,2	79,7	79,7	-
Outros	1,1	1,1	1,1	1,3	1,3	1,4	1,5	1,3	1,3	1,3	0,35
Europa e ex-União Soviética	**82,6**	**87,8**	**110,6**	**113,5**	**114,1**	**132,6**	**135,9**	**139,5**	**138,7**	**140,5**	**1,33**
Azerbaijão	...	...	7,0	7,0	6,9	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	-
Cazaquistão	...	...	25,0	25,0	25,0	39,6	39,6	39,6	39,6	39,6	-
Dinamarca	0,9	0,9	0,9	0,9	1,1	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	(3,79)
Itália	0,7	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,7	0,8	0,8	0,7	(5,75)
Noruega	11,6	12,0	11,6	10,9	11,3	11,6	10,4	10,1	9,7	9,7	0,19
Reino Unido	5,0	5,2	5,1	5,0	4,7	4,5	4,5	4,3	4,0	4,0	-
Romênia	1,0	0,9	1,2	1,2	1,2	1,2	0,5	0,5	0,5	0,5	-
Rússia	...	...	55,8	59,2	59,6	63,2	68,5	72,5	72,4	74,4	2,76
Turcomenistão	...	...	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	-
Uzbequistão	...	...	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	-
Outros	63,5	68,0	2,1	2,3	2,3	2,3	2,2	2,3	2,2	2,2	(3,11)
Oriente Médio	**672,2**	**672,8**	**673,8**	**674,8**	**691,0**	**695,3**	**728,9**	**733,9**	**738,2**	**742,7**	**0,61**
Arábia Saudita	261,4	261,5	261,5	262,8	262,8	262,7	262,8	262,7	264,3	264,2	(0,04)
Catar	3,7	3,7	3,7	3,7	13,2	15,2	15,2	15,2	15,2	15,2	-
Coveite	96,5	96,5	96,5	96,5	96,5	96,5	96,5	99,0	101,5	101,5	-
Emirados Árabes Unidos	97,8	97,8	97,8	97,8	97,8	97,8	97,8	97,8	97,8	97,8	-
Iêmen	0,2	0,2	0,2	0,2	0,5	0,7	2,9	2,9	2,9	2,9	-
Irã	92,6	92,6	93,7	93,1	99,5	99,1	130,7	133,3	132,7	137,5	3,58
Iraque	112,0	112,5	112,5	112,5	112,5	115,0	115,0	115,0	115,0	115,0	-
Omã	5,3	5,4	5,4	5,7	5,8	5,9	5,7	5,6	5,6	5,6	-
Síria	2,5	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,4	3,2	3,0	(5,03)
Outros	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	-
África	**74,9**	**75,3**	**77,2**	**84,7**	**93,4**	**96,8**	**101,7**	**112,3**	**113,8**	**114,3**	**0,45**
Argélia	10,8	11,2	11,3	11,3	11,3	11,3	11,3	11,8	11,8	12,2	3,39
Angola	3,7	3,9	4,0	5,1	6,0	6,5	8,9	8,8	9,0	9,0	-
Chade	-	-	-	-	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	-
Congo (Brazzaville)	1,6	1,6	1,7	1,7	1,7	1,6	1,5	1,8	1,8	1,8	-
Egito	3,8	3,7	3,8	3,8	3,6	3,7	3,5	3,5	3,6	3,7	2,76
Gabão	2,8	2,7	2,6	2,6	2,4	2,4	2,4	2,3	2,2	2,2	-
Guiné-Equatorial	0,6	0,6	0,6	0,6	0,8	1,1	1,1	1,3	1,8	1,8	-
Líbia	29,5	29,5	29,5	29,5	36,0	36,0	36,0	39,1	39,1	39,1	-
Nigéria	20,8	20,8	22,5	29,0	29,0	31,5	34,3	35,3	35,9	35,9	-
Sudão	0,3	0,3	0,3	0,3	0,6	0,7	0,7	6,3	6,4	6,4	-
Tunísia	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,5	0,5	0,6	0,7	0,7	-
Outros	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	1,32
Ásia-Pacífico	**39,1**	**40,2**	**41,1**	**42,4**	**42,6**	**43,2**	**40,7**	**40,1**	**39,8**	**40,2**	**1,00**
Austrália	3,9	4,0	4,1	4,7	4,9	5,0	4,6	4,0	4,0	4,0	-
Brunei	1,1	1,1	1,0	1,3	1,2	1,2	1,1	1,1	1,1	1,1	-
China	16,4	17,0	17,4	17,8	17,9	18,3	16,0	16,0	16,0	16,0	-
India	5,5	5,6	5,4	5,0	5,3	5,5	5,6	5,7	5,6	5,9	6,36
Indonésia	5,0	4,9	5,1	5,2	5,1	5,1	4,7	4,3	4,3	4,3	-
Malásia	5,0	5,0	4,7	5,0	4,5	4,5	4,2	4,6	4,3	4,2	(2,33)
Tailândia	0,2	0,3	0,4	0,4	0,5	0,6	0,7	0,5	0,5	0,5	-
Vietnã	0,9	1,2	1,9	1,8	2,0	2,2	2,8	3,0	3,1	3,1	1,14
Outros	1,1	1,1	1,1	1,2	1,1	1,0	1,0	0,9	0,8	1,0	12,87
Total OPEP	**802,8**	**806,0**	**810,3**	**818,2**	**840,5**	**847,9**	**881,7**	**890,7**	**897,4**	**902,4**	**0,56**
Total não-OPEP	**246,1**	**252,6**	**260,1**	**271,3**	**274,1**	**292,6**	**291,2**	**297,4**	**296,7**	**298,3**	**0,53**

Fontes: BP Amoco Statistical Review of World Energy 2006, exceto para o Brasil; para o Brasil, ANP/SDP, conforme a Portaria ANP n.º 9/00, para os anos de 1999 a 2005, e Petrobras/SERPLAN, para os anos anteriores.

Notas: 1. Reservas em 31/12 dos anos de referência.

2. Dados retificados pela BP Amoco.

3. Em relação aos dados de reserva do Brasil, ver em Notas Gerais item sobre "Reservas Brasileiras de Petróleo e Gás Natural".

[1]Inclui condensado.

Tabela 6 - Reservas provadas de gás natural, segundo regiões geográficas, países e blocos econômicos - 1996-2005

Regiões geográficas, países e blocos econômicos	Reservas provadas de gás natural (trilhões m³)										05/04
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	%
Total	**146,93**	**148,38**	**151,40**	**151,62**	**160,76**	**174,39**	**176,18**	**179,21**	**179,01**	**179,83**	**0,46**
América do Norte	**8,41**	**8,29**	**7,19**	**7,27**	**7,49**	**7,63**	**7,32**	**7,32**	**7,47**	**7,46**	**-0,11**
Canadá	1,94	1,81	1,75	1,72	1,68	1,69	1,66	1,60	1,59	1,59	(0,06)
Estados Unidos	4,66	4,68	4,59	4,69	4,97	5,14	5,23	5,29	5,45	5,45	-
México	1,81	1,80	0,85	0,86	0,84	0,80	0,42	0,42	0,42	0,41	(1,67)
Américas Central e do Sul	**6,12**	**6,28**	**6,43**	**6,89**	**6,98**	**7,12**	**7,08**	**6,98**	**7,07**	**7,02**	**-0,76**
Argentina	0,64	0,68	0,69	0,73	0,78	0,76	0,66	0,61	0,55	0,50	(8,85)
Bolívia	0,11	0,12	0,15	0,52	0,68	0,78	0,81	0,78	0,76	0,74	(2,25)
Brasil	0,22	0,23	0,23	0,23	0,22	0,22	0,24	0,25	0,33	0,31	(6,04)
Colômbia	0,22	0,20	0,20	0,19	0,13	0,13	0,12	0,11	0,12	0,11	(5,04)
Peru	0,20	0,20	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,33	0,33	-
Trinidad e Tobago	0,46	0,52	0,56	0,61	0,56	0,58	0,59	0,59	0,53	0,55	2,25
Venezuela	4,05	4,12	4,15	4,15	4,15	4,18	4,18	4,22	4,29	4,32	0,65
Outros	0,22	0,22	0,22	0,22	0,22	0,23	0,22	0,17	0,17	0,17	(1,18)
Europa e ex-União Soviética	**62,52**	**62,93**	**62,46**	**61,92**	**61,74**	**61,96**	**62,95**	**64,14**	**63,73**	**64,01**	**0,43**
Alemanha	0,22	0,26	0,26	0,27	0,26	0,24	0,22	0,21	0,20	0,19	(6,97)
Azerbaijão	...	0,90	0,90	1,37	1,37	1,37	1,37	1,37	1,37	1,37	-
Cazaquistão	...	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	3,00	3,00	3,00	3,00	-
Dinamarca	*0,11*	*0,11*	*0,10*	*0,09*	*0,09*	*0,09*	*0,08*	*0,09*	*0,08*	*0,07*	*(11,69)*
Holanda	1,77	1,79	1,77	1,71	1,66	1,62	1,57	1,49	1,45	1,41	(3,04)
Itália	0,28	0,27	0,27	0,26	0,25	0,23	0,22	0,19	0,18	0,17	(6,67)
Noruega	1,97	1,71	1,75	1,87	1,94	2,19	2,12	2,46	2,39	2,41	0,80
Polônia	0,15	0,16	0,14	0,15	0,12	0,12	0,12	0,12	0,11	0,11	(0,91)
Reino Unido	0,76	0,77	0,76	0,76	0,74	0,66	0,63	0,59	0,53	0,53	-
Romênia	0,39	0,37	0,36	0,35	0,34	0,32	0,31	0,31	0,30	0,63	112,88
Rússia	...	*48,42*	*48,08*	*46,90*	*46,70*	*46,80*	*47,00*	*48,00*	*47,80*	*47,82*	*0,04*
Turcomenistão	...	2,90	2,77	2,85	2,86	2,90	2,90	2,90	2,90	2,90	-
Ucrânia	...	1,05	1,13	1,12	1,11	1,11	1,11	1,11	1,11	1,11	(0,45)
Uzbequistão	...	1,75	1,75	1,75	1,85	1,85	1,85	1,86	1,86	1,85	(0,54)
Outros	56,87	0,47	0,42	0,48	0,47	0,47	0,46	0,45	0,46	0,46	(0,86)
Oriente Médio	**49,31**	**49,53**	**53,17**	**52,05**	**59,81**	**71,39**	**71,76**	**72,77**	**72,09**	**72,13**	**0,06**
Arábia Saudita	5,69	5,88	6,07	6,15	6,30	6,46	6,65	6,75	6,83	6,90	0,97
Bahrein	0,14	0,14	0,14	0,12	0,11	0,11	0,11	0,09	0,09	0,09	-
Catar	8,50	8,50	10,90	11,16	14,44	25,78	25,78	25,78	25,78	25,78	-
Coveite	1,49	1,49	1,48	1,48	1,56	1,56	1,56	1,57	1,57	1,57	-
Emirados Arabes Unidos	5,78	6,06	6,00	5,94	6,06	6,06	6,06	6,06	6,06	6,04	(0,41)
Iêmen	0,48	0,48	0,48	0,48	0,48	0,48	0,48	0,48	0,48	0,48	-
Irã	23,00	23,00	24,10	22,37	26,60	26,60	26,69	27,57	26,74	26,74	-
Iraque	3,36	3,19	3,19	3,29	3,11	3,11	3,19	3,17	3,17	3,17	-
Omã	0,62	0,54	0,57	0,83	0,86	0,95	0,95	0,99	1,00	1,00	-
Síria	0,24	0,24	0,24	0,24	0,24	0,24	0,25	0,25	0,31	0,31	-
Outros	0,01	0,01	0,01	0,01	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	(1,89)
Africa	**10,17**	**10,62**	**10,77**	**11,43**	**12,47**	**13,24**	**13,89**	**13,94**	**14,30**	**14,39**	**0,57**
Argélia	3,70	4,08	4,08	4,52	4,52	4,52	4,52	4,55	4,55	4,58	0,77
Egito	0,85	0,93	1,02	1,22	1,43	1,56	1,66	1,72	1,87	1,89	1,07
Líbia	1,31	1,31	1,32	1,32	1,31	1,31	1,50	1,49	1,49	1,49	-
Nigéria	3,48	3,48	3,51	3,51	4,11	4,63	5,00	5,00	5,23	5,23	0,02
Outros	0,83	0,82	0,84	0,86	1,09	1,21	1,21	1,18	1,17	1,20	2,22
Asia-Pacífico	**10,40**	**10,73**	**11,39**	**12,07**	**12,28**	**13,05**	**13,18**	**14,06**	**14,35**	**14,84**	**3,40**
Austrália	1,37	1,48	1,76	1,99	2,20	2,67	2,53	2,46	2,52	2,52	-
Bangladesh	0,30	0,30	0,30	0,32	0,31	0,34	0,34	0,44	0,44	0,44	-
Brunei	0,40	0,39	0,38	0,37	0,37	0,36	0,35	0,35	0,34	0,34	(0,87)
China	1,17	1,16	1,37	1,37	1,37	1,37	1,51	2,23	2,20	2,35	6,82
Índia	0,64	0,69	0,67	0,65	0,76	0,76	0,75	0,85	0,92	1,10	19,28
Indonésia	2,05	2,15	2,18	2,62	2,68	2,60	2,56	2,56	2,77	2,76	(0,33)
Malásia	2,40	2,46	2,41	2,48	2,34	2,48	2,52	2,46	2,46	2,48	0,65
Mianmar	0,28	0,28	0,29	0,29	0,29	0,35	0,45	0,45	0,50	0,50	-
Paquistão	0,59	0,60	0,61	0,70	0,68	0,75	0,76	0,79	0,80	0,96	20,68
Papua Nova Guiné	0,43	0,43	0,43	0,43	0,43	0,43	0,43	0,43	0,43	0,43	
Tailândia	0,20	0,21	0,42	0,35	0,36	0,38	0,38	0,43	0,35	0,35	-
Vietnã	0,17	0,17	0,17	0,17	0,17	0,19	0,23	0,24	0,24	0,24	-
Outros	0,40	0,41	0,41	0,34	0,34	0,39	0,39	0,38	0,38	0,37	(2,37)
Total OPEP	**62,41**	**63,27**	**66,97**	**66,50**	**74,85**	**86,82**	**87,69**	**88,72**	**88,48**	**88,58**	**0,11**
Total não-OPEP	**84,51**	**85,11**	**84,44**	**85,13**	**85,91**	**87,58**	**88,50**	**90,49**	**90,53**	**91,25**	**0,80**

Tabela 7 - Produção de petróleo, segundo regiões geográficas, países e blocos econômicos - 1996-2005

Regiões geográficas, países e blocos econômicos	Produção de petróleo (mil b/d)										05/04
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	%
Total	**69.889**	**72.241**	**73.608**	**72.373**	**74.941**	**74.736**	**74.382**	**77.091**	**80.198**	**81.088**	**1,11**
América do Norte	**14.052**	**14.267**	**14.182**	**13.678**	**13.904**	**13.906**	**14.069**	**14.193**	**14.137**	**13.636**	**-3,54**
Canadá	2.480	2.588	2.672	2.604	2.721	2.677	2.858	3.004	3.085	3.047	-1,23
Estados Unidos	8.295	8.269	8.011	7.731	7.733	7.669	7.626	7.400	7.228	6.830	-5,51
México	3.277	3.410	3.499	3.343	3.450	3.560	3.585	3.789	3.824	3.759	-1,70
Américas Central e do Sul	**6.159**	**6.493**	**6.908**	**6.699**	**6.813**	**6.721**	**6.640**	**6.367**	**6.745**	**6.964**	**3,25**
Argentina	823	877	890	847	819	830	818	806	754	725	-3,91
Brasil[1]	807	868	1.003	1.133	1.268	1.337	1.499	1.555	1.542	1.718	11,41
Colômbia	635	667	775	838	711	627	601	564	551	549	-0,36
Equador	393	397	385	383	409	416	401	427	535	541	1,12
Peru	121	120	116	107	100	98	98	92	94	111	18,09
Trinidad e Tobago	141	135	134	141	138	135	155	164	152	171	12,50
Venezuela	3.137	3.321	3.480	3.126	3.239	3.141	2.916	2.607	2.972	3.007	1,18
Outros	102	108	125	124	130	137	152	153	144	142	-1,75
Europa e ex-União Soviética	**14.003**	**14.228**	**14.190**	**14.472**	**14.942**	**15.443**	**16.281**	**16.965**	**17.572**	**17.534**	**-0,21**
Azerbaijão	183	185	230	278	281	300	311	313	317	452	42,67
Cazaquistão	474	536	537	631	744	836	1.018	1.111	1.297	1.364	5,19
Dinamarca	208	230	238	299	363	348	371	368	390	377	-3,33
Itália	104	114	108	96	88	79	106	107	105	118	12,11
Noruega	3.232	3.280	3.138	3.139	3.346	3.418	3.333	3.264	3.188	2.969	-6,87
Reino Unido	2.735	2.702	2.807	2.909	2.667	2.476	2.463	2.257	2.028	1.808	-10,83
Romênia	142	141	137	133	131	130	127	123	119	114	-4,58
Rússia	6.114	6.227	6.169	6.178	6.536	7.056	7.698	8.544	9.287	9.551	2,84
Turcomenistão	90	108	129	143	144	162	182	202	193	192	-0,39
Uzbequistão	174	182	191	191	177	171	171	166	152	126	-17,29
Outros	546	524	506	474	466	466	501	509	496	463	-6,59
Oriente Médio	**20.628**	**21.758**	**23.001**	**22.306**	**23.501**	**22.871**	**21.471**	**23.296**	**24.588**	**25.119**	**2,16**
Arábia Saudita	9.265	9.481	9.544	8.911	9.511	9.263	8.970	10.222	10.588	11.035	4,22
Catar	568	719	747	797	855	854	783	917	990	1.097	10,81
Coveite	2.129	2.137	2.176	2.000	2.104	2.070	1.995	2.329	2.481	2.643	6,53
Emirados Árabes Unidos	2.438	2.567	2.643	2.511	2.626	2.534	2.324	2.611	2.656	2.751	3,58
Iêmen	357	375	380	405	450	455	457	448	420	426	1,39
Irã	3.759	3.776	3.855	3.603	3.818	3.730	3.414	3.999	4.081	4.049	-0,78
Iraque	580	1.166	2.126	2.541	2.583	2.376	2.035	1.339	2.010	1.820	-9,43
Omã	897	909	905	911	959	961	900	823	785	780	-0,64
Síria	586	577	576	579	548	581	545	562	529	469	-11,36
Outros	50	50	49	48	48	47	48	48	48	48	-0,04
África	**7.441**	**7.768**	**7.644**	**7.606**	**7.844**	**7.918**	**8.022**	**8.438**	**9.266**	**9.835**	**6,14**
Argélia	1.386	1.421	1.461	1.515	1.578	1.562	1.680	1.852	1.946	2.015	3,57
Angola	716	741	731	745	746	742	905	885	986	1.242	26,01
Camarões	110	124	105	95	88	81	75	68	62	58	-6,09
Chade	-	-	-	-	-	-	-	24	168	173	2,98
Congo (Brazzaville)	200	225	264	293	275	271	258	243	240	253	5,53
Egito	894	873	857	827	781	758	751	749	721	696	-3,42
Gabão	365	364	337	340	327	301	295	240	235	234	-0,15
Guiné-Equatorial	17	62	85	96	117	173	210	234	329	355	7,90
Líbia	1.452	1.489	1.480	1.425	1.469	1.421	1.374	1.486	1.607	1.702	5,91
Nigéria	2.145	2.316	2.167	2.066	2.155	2.274	2.103	2.263	2.502	2.580	3,12
Sudão	5	9	12	63	174	211	233	255	325	379	16,62
Tunísia	89	81	83	84	78	71	75	68	72	74	3,43
Outros	62	64	63	56	56	53	63	71	75	72	-3,13
Ásia-Pacífico	**7.607**	**7.727**	**7.684**	**7.613**	**7.936**	**7.877**	**7.899**	**7.832**	**7.890**	**8.000**	**1,39**
Austrália	619	669	644	625	809	733	731	624	541	554	2,40
Brunei	165	163	157	182	193	203	210	214	211	206	-2,37
China	3.170	3.211	3.212	3.213	3.252	3.306	3.346	3.401	3.481	3.627	4,18
Índia	778	800	787	788	780	780	801	798	816	784	-3,93
Indonésia	1.580	1.557	1.520	1.408	1.456	1.389	1.288	1.183	1.152	1.136	-1,39
Malásia	773	777	779	751	754	748	785	831	857	827	-3,50
Tailândia	97	116	121	132	164	174	191	223	220	276	25,46
Vietnã	179	205	245	296	328	350	354	364	427	392	-8,17
Outros	245	229	217	218	200	195	193	195	186	199	7,02
Total OPEP	**28.438**	**29.950**	**31.198**	**29.903**	**31.393**	**30.614**	**28.882**	**30.806**	**32.985**	**33.836**	**2,58**
Total não-OPEP	**41.451**	**42.292**	**42.410**	**42.470**	**43.548**	**44.122**	**45.501**	**46.285**	**47.214**	**47.251**	**0,08**

Fontes: BP Amoco Statistical Review of World Energy 2006, exceto para o Brasil; para o Brasil, ANP/SDP, conforme o Decreto n.º 2.705/98, para os anos de 1999 a 2005, e Petrobras/SERPLAN, para os anos anteriores.

Notas: 1. Inclui óleo de xisto, óleo de areias betuminosas e LGN.

2. Dados retificados pela BP Amoco.

[1]Inclui LGN e não inclui óleo de xisto e óleo de areias betuminosas.

Tabela 8 - Produção de gás natural, segundo regiões geográficas, países e blocos econômicos - 1996-2005

Regiões geográficas, países e blocos econômicos	Produção de gás natural (bilhões m³)										05/04
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	%
Total	**2.236,2**	**2.240,0**	**2.291,1**	**2.353,2**	**2.433,4**	**2.492,7**	**2.533,4**	**2.624,1**	**2.705,1**	**2.763,9**	**2,18**
América do Norte	**733,3**	**740,6**	**754,8**	**756,2**	**769,6**	**787,9**	**767,4**	**770,5**	**760,4**	**750,7**	**-1,28**
Canadá	163,6	165,8	171,3	177,4	183,2	186,8	187,8	182,7	183,6	185,5	1,03
Estados Unidos	541,7	543,1	549,2	541,6	550,6	565,8	544,3	551,4	539,4	525,7	-2,54
México	28,0	31,7	34,3	37,2	35,8	35,3	35,3	36,4	37,4	39,5	5,61
Américas Central e do Sul	**81,9**	**83,1**	**89,0**	**91,3**	**98,9**	**103,4**	**105,2**	**116,5**	**130,7**	**136,4**	**4,40**
Argentina	28,9	27,4	29,6	34,6	37,4	37,1	36,1	41,0	44,9	45,6	1,56
Bolívia	3,2	2,7	2,8	2,3	3,2	4,7	4,9	6,4	8,5	10,4	22,35
Brasil	6,0	6,5	6,9	8,0	8,2	8,4	10,0	10,9	11,9	12,2	2,97
Colômbia	4,7	5,9	6,3	5,2	5,9	6,1	6,2	6,1	6,4	6,8	6,25
Trinidad e Tobago	7,1	7,4	8,6	11,7	14,1	15,2	17,3	24,7	28,1	29,0	3,20
Venezuela	29,7	30,8	32,3	27,4	27,9	29,6	28,4	25,2	28,1	28,9	2,85
Outros	2,3	2,4	2,5	2,1	2,2	2,3	2,3	2,2	2,8	3,5	25,00
Europa e ex-União Soviética	**945,4**	**899,4**	**915,5**	**934,9**	**959,6**	**967,7**	**989,4**	**1.024,2**	**1.056,1**	**1.061,2**	**0,48**
Alemanha	17,4	17,1	16,7	17,8	16,9	17,0	17,0	17,7	16,4	15,8	-3,66
Azerbaijão	5,9	5,6	5,2	5,6	5,3	5,2	4,8	4,8	4,7	5,3	12,77
Cazaquistão	6,1	7,6	7,4	9,3	10,8	10,8	10,6	12,9	20,6	23,5	14,08
Dinamarca	6,4	7,9	7,6	7,8	8,1	8,4	8,4	8,0	9,4	10,4	10,64
Holanda	75,8	67,1	63,6	59,3	57,3	61,9	59,9	58,4	68,8	62,9	-8,58
Itália	20,0	19,3	19,0	17,5	16,2	15,2	14,6	13,7	13,0	12,0	-7,69
Noruega	37,4	43,0	44,2	48,5	49,7	53,9	65,5	73,1	78,5	85,0	8,28
Polônia	3,6	3,6	3,6	3,4	3,7	3,9	4,0	4,0	4,4	4,3	-2,27
Reino Unido	84,2	85,9	90,2	99,1	108,4	105,9	103,6	102,9	96,0	88,0	-8,33
Romênia	17,2	15,0	14,0	14,0	13,8	13,6	13,2	13,0	12,8	12,9	0,78
Rússia	561,1	532,6	551,3	551,0	545,0	542,4	555,4	578,6	591,0	598,0	1,18
Turcomenistão	32,8	16,1	12,4	21,3	43,8	47,9	49,9	55,1	54,6	58,8	7,69
Ucrânia	17,2	17,4	16,8	16,9	16,7	17,1	17,4	17,7	19,1	18,8	-1,57
Uzbequistão	45,7	47,8	51,1	51,9	52,6	53,5	53,8	53,6	55,8	55,7	-0,18
Outros	14,6	13,4	12,4	11,5	11,3	11,0	11,3	10,7	11,0	9,8	-10,91
Oriente Médio	**158,0**	**175,4**	**184,1**	**193,9**	**206,8**	**224,8**	**244,7**	**260,0**	**280,6**	**292,5**	**4,24**
Arábia Saudita	44,4	45,3	46,8	46,2	49,8	53,7	56,7	60,1	65,7	69,5	5,78
Bahrein	7,4	8,0	8,4	8,7	8,8	9,1	9,5	9,6	9,8	9,9	1,02
Catar	13,7	17,4	19,6	22,1	23,7	27,0	29,5	31,4	39,2	43,5	10,97
Coveite	9,3	9,3	9,5	8,6	9,6	8,5	8,0	9,1	9,7	9,7	0,00
Emirados Árabes Unidos	33,8	36,3	37,1	38,5	38,4	39,4	43,4	44,8	46,3	46,6	0,65
Irã	39,0	47,0	50,0	56,4	60,2	66,0	75,0	81,5	84,9	87,0	2,47
Omã	4,4	5,0	5,2	5,5	8,7	14,0	15,0	16,5	17,2	17,5	1,74
Síria	2,5	3,8	4,3	4,5	4,2	4,1	5,0	5,2	5,3	5,4	1,89
Outros	3,5	3,3	3,2	3,4	3,4	3,0	2,6	1,8	2,5	3,4	36,00
África	**88,8**	**99,4**	**104,7**	**116,8**	**126,4**	**126,8**	**129,7**	**139,7**	**144,2**	**163,0**	**13,04**
Argélia	62,3	71,8	76,6	86,0	84,4	78,2	80,4	82,8	82,0	87,8	7,07
Egito	11,5	11,6	12,2	14,7	18,3	21,5	22,7	25,0	26,9	34,7	29,00
Líbia	5,8	6,0	5,8	4,7	5,3	5,6	5,6	5,8	6,5	11,7	80,00
Nigéria	5,4	5,1	5,1	6,0	12,5	14,9	14,2	19,2	21,8	21,8	0,00
Outros	3,8	4,9	5,0	5,4	5,9	6,6	6,8	6,9	7,0	7,0	0,00
Asia-Pacífico	**228,8**	**242,1**	**243,0**	**260,1**	**272,1**	**282,1**	**297,0**	**313,2**	**333,1**	**360,1**	**8,11**
Austrália	29,8	29,8	30,4	30,8	31,2	32,5	32,6	33,2	35,3	37,1	5,10
Bangladesh	7,6	7,6	7,8	8,3	10,0	10,7	11,4	12,3	13,3	14,2	6,77
Brunei	11,7	11,7	10,8	11,2	11,3	11,4	11,5	12,4	12,2	12,0	-1,64
China	20,1	22,7	23,3	25,2	27,2	30,3	32,7	35,0	41,0	50,0	21,95
Índia	20,5	23,0	24,7	25,9	26,9	27,2	28,7	29,9	30,1	30,4	1,00
Indonésia	67,5	67,2	64,3	71,0	68,5	66,3	70,4	72,8	75,4	76,0	0,80
Malásia	33,6	38,6	38,5	40,8	45,3	46,9	48,3	51,8	53,9	59,9	11,13
Mianmar	1,6	1,5	1,8	1,7	3,4	7,2	8,4	9,6	10,2	13,0	27,45
Nova Zelândia	4,9	5,2	4,6	5,3	5,6	5,9	5,6	4,3	3,8	3,7	-2,63
Paquistão	15,4	15,6	16,0	17,3	18,8	19,8	20,6	23,2	26,9	29,9	11,15
Tailândia	12,2	15,2	16,3	17,7	18,6	18,0	18,9	19,6	20,3	21,4	5,42
Vietnã	0,3	0,5	0,9	1,3	1,6	2,0	2,4	2,4	4,2	5,2	23,81
Outros	3,6	3,5	3,6	3,6	3,7	3,9	5,5	6,7	6,5	7,3	12,31
Total OPEP	**310,9**	**336,2**	**347,1**	**366,9**	**380,3**	**389,2**	**411,6**	**432,7**	**459,6**	**482,5**	**4,98**
Total não-OPEP	**1.925,3**	**1.903,8**	**1.944,0**	**1.986,3**	**2.053,1**	**2.103,5**	**2.121,8**	**2.191,4**	**2.245,5**	**2.281,4**	**1,60**

Fontes: BP Amoco Statistical Review of World Energy 2006, exceto para o Brasil; para o Brasil, ANP/SDP, conforme o Decreto n.º 2.705/98 para os anos de 1999 a 2005, e Petrobras/SERPLAN, para os anos anteriores.

Notas: 1. Não inclui queima, perda e reinjeção.

2. Dados retificados pela BP Amoco.

Tabela 9 - Reservas provadas de petróleo, por localização (terra e mar), segundo Unidades da Federação - 1996-2005

Unidades da Federação	Localização	Reservas provadas de petróleo (milhões b)										05/04
		1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	%
Total		**6.680,7**	**7.106,0**	**7.357,3**	**8.153,3**	**8.464,7**	**8.495,8**	**9.804,6**	**10.601,9**	**11.243,3**	**11.772,6**	**4,71**
Subtotal	**Terra**	**771,2**	**738,2**	**783,9**	**799,3**	**854,2**	**909,0**	**927,0**	**934,5**	**864,5**	**882,7**	**2,10**
	Mar	**5.909,5**	**6.367,8**	**6.573,4**	**7.354,1**	**7.610,5**	**7.586,8**	**8.877,6**	**9.667,4**	**10.378,8**	**10.890,0**	**4,93**
Amazonas	Terra	150,8	122,3	127,6	110,8	128,8	131,8	114,5	110,6	100,0	91,9	-8,07
Maranhão	Terra	-	0,0	-	-	-	-	-	-	-	-	..
Ceará	Terra	4,0	6,8	5,3	5,6	2,6	6,6	6,2	5,7	6,8	6,3	-7,66
	Mar	44,5	45,9	65,0	114,9	90,7	64,7	70,0	67,1	70,1	71,3	1,70
Rio Grande do Norte	Terra	233,6	226,6	234,1	260,9	283,2	270,8	259,2	260,3	250,2	259,4	3,70
	Mar	63,4	61,0	59,3	66,8	65,4	68,7	69,8	71,6	67,4	80,7	19,65
Alagoas	Terra	20,9	21,6	12,6	12,0	9,3	12,8	12,1	11,4	10,9	11,8	8,01
	Mar	2,6	2,4	2,8	3,7	2,1	1,4	1,3	1,4	1,6	1,2	-26,75
Sergipe	Terra	153,2	146,0	190,2	174,7	178,8	210,1	204,8	220,0	223,3	230,0	2,98
	Mar	34,1	42,2	31,4	27,9	36,7	27,9	27,9	21,1	36,1	37,8	4,76
Bahia	Terra	195,8	197,2	181,9	183,3	190,9	208,1	212,3	211,6	214,8	228,6	6,42
	Mar	10,2	9,5	10,9	6,4	19,7	12,0	2,9	2,2	2,3	2,3	-2,38
Espírito Santo	Terra	12,9	17,6	32,3	52,1	60,6	68,8	118,0	114,9	58,4	54,6	-6,55
	Mar	1,3	0,8	0,5	0,6	3,4	6,2	499,8	609,7	1.205,6	1.126,1	-6,59
Rio de Janeiro[1]	Mar	5.701,3	6.154,3	6.362,2	7.104,2	7.366,1	7.375,6	8.174,4	8.854,1	8.931,1	9.532,6	6,73
São Paulo	Mar	11,7	10,2	7,2	6,3	5,8	5,2	4,5	4,0	39,9	19,2	-51,87
Paraná[2]	Mar	40,3	41,0	34,0	23,3	20,7	25,0	26,9	23,7	14,8	10,7	-27,78
Santa Catarina[3]	Mar	-	0,3	-	-	-	-	-	12,5	9,9	8,2	-16,90

Fontes: Boletins Anuais de Reservas ANP/SDP, conforme a Portaria ANP n.º 9/00, a partir de 1999; Petrobras/SERPLAN, para os anos anteriores.
Notas: 1. Reservas em 31/12 dos anos de referência.
2. Inclui condensado.
3. Ver em Notas Gerais item sobre "Reservas Brasileiras de Petróleo e Gás Natural".
[1] As reservas do campo de Roncador estão apropriadas totalmente no estado do Rio de Janeiro por simplificação. [2] As reservas do campo de Tubarão estão apropriadas totalmente no estado do Paraná por simplificação. [3]Incluindo as reservas dos campos de Baleia Anã, Baleia Azul, Baleia Bicuda, Baleia Franca, Lagosta, Mexilhão e Salema Branca, ainda não formalmente reconhecidas pela ANP.

Tabela 10 - Reservas provadas de gás natural, por localização (terra e mar), segundo Unidades da Federação - 1996-2005

Unidades da Federação	Localização	Reservas provadas de gás natural (milhões m³)										05/04
		1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	%
Total		**223.562**	**227.650**	**225.944**	**231.233**	**220.999**	**222.731**	**244.547**	**245.340**	**326.084**	**306.395**	**-6,04**
Subtotal	**Terra**	**101.717**	**99.446**	**98.185**	**85.477**	**78.601**	**77.159**	**76.070**	**76.597**	**73.730**	**71.752**	**-2,68**
	Mar	**121.845**	**128.204**	**127.758**	**145.756**	**142.398**	**145.572**	**168.477**	**168.743**	**252.354**	**234.643**	**-7,02**
Amazonas	Terra	52.048	54.062	59.960	44.897	44.402	44.549	47.893	49.075	49.448	51.465	4,08
Maranhão	Terra	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	..
Ceará	Terra	0	1	1	1	-	-	-	-	-	-	..
	Mar	1.146	1.483	1.438	1.808	1.595	1.186	1.462	1.139	1.066	995	-6,66
Rio Grande do Norte	Terra	3.172	3.194	3.770	6.171	3.837	3.918	3.585	3.151	2.870	2.558	-10,85
	Mar	12.199	12.737	13.206	17.520	16.841	15.930	17.221	17.289	18.337	15.059	6,06
Alagoas	Terra	11.617	10.987	8.181	7.268	5.961	5.766	4.719	4.286	3.929	3.525	-10,30
	Mar	1.493	1.381	980	1.563	1.272	1.154	1.118	980	1.198	1.084	-9,57
Sergipe	Terra	896	918	901	925	789	864	820	861	829	768	-7,40
	Mar	4.012	4.607	4.165	5.385	4.861	4.132	3.860	2.525	3.286	2.751	-16,29
Bahia	Terra	31.957	27.402	22.261	23.705	20.786	19.774	17.244	16.987	15.636	12.379	-20,83
	Mar	540	552	2.554	4.183	4.126	3.083	10.101	8.681	9.625	9.388	-2,46
Espírito Santo	Terra	2.027	2.081	2.312	2.510	2.826	2.288	1.809	2.237	1.018	1.057	3,86
	Mar	5.149	5.259	3.496	5.453	5.477	9.499	14.467	15.258	21.286	31.271	46,91
Rio de Janeiro[1]	Mar	88.687	94.203	94.419	104.904	103.515	106.246	116.339	119.257	119.049	145.378	22,12
São Paulo	Mar	6.201	5.512	5.664	4.940	4.669	4.273	3.875	3.508	78.471	28.696	-63,43
Paraná[2]	Terra	-	800	800	-	-	-	-	-	-	-	..
	Mar	2.419	2.460	1.836	-	43	68	34	61	26	15	-57,14
Santa Catarina	Mar	0	11	-	-	-	-	-	44	11	7	-75,42

Fontes: Boletins Anuais de Reservas ANP/SDP, conforme a Portaria ANP n.º 9/00, a partir de 1999; Petrobras/SERPLAN, para os anos anteriores.
Notas: 1. Reservas em 31/12 dos anos de referência.
2. Ver em Notas Gerais item sobre "Reservas Brasileiras de Petróleo e Gás Natural".
[1] As reservas do campo de Roncador estão apropriadas totalmente no estado do Rio de Janeiro por simplificação. [2] As reservas do campo de Tubarão estão apropriadas totalmente no estado do Paraná por simplificação. [3]Incluindo as reservas dos campos de Baleia Anã, Baleia Azul, Baleia Bicuda, Baleia Franca, Lagosta, Mexilhão e Salema Branca, ainda não formalmente reconhecidas pela ANP.

Tabela 11 - Produção de petróleo, por localização (terra e mar), segundo Unidades da Federação - 1996-2005

Unidades da Federação	Localização	Produção de petróleo (mil b)										05/04
		1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	%
Total		**285.590**	**305.983**	**354.655**	**400.782**	**450.626**	**471.862**	**530.855**	**546.080**	**540.717**	**596.255**	**10,27**
Subtotal	**Terra**	**71.226**	**71.639**	**76.421**	**75.210**	**76.316**	**77.170**	**78.952**	**79.738**	**78.632**	**74.962**	**-4,67**
	Mar	**214.364**	**234.344**	**278.234**	**325.572**	**374.310**	**394.692**	**451.902**	**466.342**	**462.085**	**521.292**	**12,81**
Amazonas	Terra	6.889	8.453	11.894	12.423	15.773	15.743	15.914	15.410	15.541	14.376	-7,50
Ceará	Terra	983	1.146	1.170	1.083	849	893	828	997	806	593	-26,44
	Mar	*4.326*	*4.384*	*4.179*	*4.098*	*4.027*	*4.705*	*4.207*	*4.419*	*4.176*	*3.796*	*-9,10*
Rio Grande do Norte	Terra	29.315	30.007	31.521	30.209	27.340	25.817	25.038	24.658	24.774	23.031	-7,03
	Mar	3.436	3.039	3.003	4.239	4.417	3.768	3.810	3.917	4.319	4.153	-3,84
Alagoas	Terra	1.499	1.456	1.551	1.746	2.035	2.108	2.446	2.586	2.477	2.572	3,85
	Mar	18	171	218	258	272	298	277	190	196	186	-5,07
Sergipe	Terra	9.812	9.389	9.007	8.740	8.904	9.212	9.681	10.840	11.433	11.909	4,16
	Mar	3.030	2.691	3.835	5.079	4.564	3.860	3.251	2.650	2.530	2.307	-8,79
Bahia	Terra	19.749	18.354	18.033	17.164	16.848	16.310	16.061	16.064	16.324	16.144	-1,10
	Mar	831	737	609	-	11	-	-	-	-	-	..
Espírito Santo	*Terra*	*2.980*	*2.833*	*3.245*	*3.846*	*4.568*	*7.087*	*8.984*	*9.183*	*7.278*	*6.338*	*-12,92*
	Mar	331	267	202	148	99	62	1.138	6.617	4.407	5.945	34,91
Rio de Janeiro	Mar	196.833	218.016	261.954	308.892	358.751	380.466	438.292	446.238	443.156	501.772	13,23
São Paulo	Mar	1.860	1.502	1.252	963	566	559	578	534	509	514	1,10
Paraná	Mar	3.698	3.537	2.983	1.894	1.603	974	349	1.777	2.793	2.619	-6,23

Fontes: ANP/SDP, conforme o Decreto n.º 2.705/98, a partir de 1999; Petrobras/SERPLAN, para os anos anteriores.

Nota: Inclui condensado, mas não inclui outras parcelas componentes do LGN (GLP e C_5^+), conforme classificação da Portaria ANP n.º 009/00.

Tabela 12 - Produção de gás natural, por localização (terra e mar), segundo Unidades da Federação - 1996-2005

Unidades da Federação	Localização	Produção de gás natural (milhões m³)										05/04
		1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	%
Total		**9.167,43**	**9.824,72**	**10.787,60**	**11.855,18**	**13.282,88**	**13.998,80**	**15.525,15**	**15.792,064**	**16.971,156**	**17.699,201**	**4,29**
Subtotal	**Terra**	**3.288,98**	**3.530,61**	**3.750,21**	**3.896,87**	**5.232,58**	**5.827,55**	**6.168,64**	**6.708,65**	**7.765,50**	**7.375,31**	**-5,02**
	Mar	**5.878,45**	**6.294,11**	**7.037,39**	**7.958,31**	**8.050,30**	**8.171,25**	**9.356,51**	**9.083,42**	**9.205,66**	**10.323,89**	**12,15**
Amazonas	Terra	369,47	529,73	617,94	734,15	2.000,20	2.427,33	2.743,18	2.992,56	3.620,76	3.567,21	-1,48
Ceará	Terra	0,78	0,94	1,01	0,97	0,75	0,73	0,67	0,78	0,64	0,48	-26,09
	Mar	90,41	103,79	109,23	122,35	99,33	92,23	109,57	99,35	125,45	110,64	-11,81
Rio Grande do Norte	Terra	249,00	282,91	327,11	350,38	390,31	394,52	356,82	301,60	333,46	296,03	-11,22
	Mar	705,34	645,98	671,47	699,55	874,94	803,14	1.003,47	967,31	1.032,12	1.020,50	-1,13
Alagoas	Terra	630,12	582,21	541,25	588,29	571,59	599,71	632,55	783,30	1.042,23	999,52	-4,10
	Mar	12,78	111,39	140,68	161,72	166,74	163,21	149,20	134,62	144,93	169,13	16,70
Sergipe	Terra	63,94	70,00	64,70	59,68	58,59	59,33	59,56	66,25	76,26	79,02	3,62
	Mar	666,15	670,82	742,38	806,36	814,98	752,53	741,89	666,26	601,17	538,72	-10,39
Bahia	Terra	1.717,18	1.805,23	1.909,92	1.860,27	1.895,90	1.958,07	1.964,18	2.115,72	2.218,41	1.959,08	-11,69
	Mar	27,78	30,64	32,28	-	0,02	8,48	52,64	50,15	38,20	25,21	-34,00
Espírito Santo	Terra	258,49	259,61	288,28	303,12	315,23	387,85	411,68	448,43	473,73	473,98	0,05
	Mar	4,60	4,61	2,63	2,68	1,95	1,10	9,82	60,95	36,10	45,08	24,90
Rio de Janeiro	Mar	3.576,92	3.876,35	4.544,31	5.528,26	5.721,03	5.968,33	6.886,34	6.660,15	6.779,08	7.967,18	17,53
São Paulo	Mar	643,64	689,88	651,00	558,98	324,10	343,98	394,19	388,23	383,40	379,71	-0,96
Paraná	Mar	150,84	160,65	143,42	78,43	47,21	38,25	9,39	56,40	65,22	67,71	3,81

Fontes: ANP/SDP, conforme o Decreto n.º 2.705/98, a partir de 1999; Petrobras/SERPLAN, para os anos anteriores.
Nota: O valor total da produção inclui os volumes de reinjeção, queimas, perdas, consumo próprio e o volume condensado na forma de LGN.